

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Eduardo Antônio Salomão Condé

MEMORIAL COM UM ENSAIO COMPLEMENTAR

**Juiz de Fora
2021**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Eduardo Antônio Salomão Condé

MEMORIAL COM UM ENSAIO COMPLEMENTAR

Memorial apresentado em processo de promoção à classe de Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Juiz de Fora

2021

AGRADECIMENTOS

Ao longo do tempo é impossível enumerar tantos que viveram, dialogaram e compartilharam com minha trajetória intelectual. Desde a graduação foi um longo percurso, originado na Universidade Federal de Juiz de Fora onde me graduei em História e conheci a essencialidade da atividade acadêmica. Agradeço a lembrança e as lições que recebi de Afonso Henrique Hargreaves Botti, Ignácio Godinho Delgado, José Francisco Simões, José Eustáquio Romão, Sílvia Maria Belford Vilela de Andrade, Vanda Arantes e Vera Melo Reis,

O Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), hoje tornado IESP/UERJ, era e é uma escola de excelência em Ciência Política. Agradeço imensamente a César Guimarães, Luiz Eduardo Soares, Eli Diniz, Elisa Reis, José Murilo de Carvalho, Luiz Werneck Vianna, Olavo Brasil (*in memoriam*), Renato Boschi, Wanderley Guilherme dos Santos (*in memoriam*) e ao meu orientador, Ricardo Benzaquém de Araújo (*in memoriam*), pelas lições durante o mestrado as quais carrego até hoje.

O Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde cursei o doutorado, é uma escola admirável. Agradeço a Luiz Gonzaga Belluzzo, João Manuel Cardoso de Melo, Jorge Tapia, Carlos Alonso Barbosa, José Carlos Braga, Maria Carolina de Souza, Pedro Luiz Barros Silva, Sônia Draibe e Sulamis Dain pela grande convivência intelectual e por fortalecerem minha maturidade acadêmica.

Houve pessoas que estiveram comigo muitos anos na Universidade Federal de Juiz de Fora. Agradeço a convivência, sempre presente ao longo do tempo, com Carlos Alberto Hargreaves Botti, Beatriz de Basto Teixeira e a um amigo que se foi, Gilberto Barbosa Salgado.

À minha mãe, Rosely, que permanece forte e determinada aos 81 anos.

À memória (já longínqua, mas tão necessária) de meu pai.

À memória de meu amigo e orientador de doutorado, Jorge Ruben B. Tapia.

Para Vânia, por uma vida juntos.

Para Deborah, a quem espero ter sido exemplo de seriedade e compromisso.

Escavando e recordando

A língua tem indicado inequivocamente que a memória não é um instrumento para a exploração do passado; é, antes, o meio. É o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas. Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. [...] Assim, as verdadeiras lembranças devem proceder informativamente muito menos do que indicar o lugar exato onde o investigador se aproximou delas. A rigor, ética e rapsodicamente, uma verdadeira lembrança deve, portanto, ao mesmo tempo, fornecer uma imagem daquele que se lembra, assim como um bom relatório arqueológico deve não apenas indicar as camadas das quais se originam seus achados, mas também, antes de tudo, aquelas outras que foram atravessadas anteriormente.

(Walter Benjamin)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 OS ANOS INICIAIS E A TRAJETÓRIA DE UM CURSO SUPERIOR (1981-1987)....	8
1.1 OS ANOS INICIAIS E A FORMAÇÃO DO LEITOR (DOS ANOS DE 1969 A 1982)	8
1.2 OS ANOS DE GRADUAÇÃO DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA.....	11
2 EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO – E DE UM OUTRO TEMPO (1988-1994)	16
2.1 O OFÍCIO DE PROFESSOR, UM POUCO DO DEBATE INTELECTUAL NOS ANOS DE 1990 E PITADAS DE PESQUISA.....	23
3 UM NOVO COMEÇO PARA A MESMA VIDA (2001-2004)	35
4 PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E COMUNIDADE CIENTÍFICA – NOVOS DESDOBRAMENTOS INTELECTUAIS (2005-2020)	47
4.1 PAIXÕES PARTICULARES.....	47
4.2 ATIVIDADES DE PESQUISA	51
4.3 A DOCÊNCIA A PARTIR DE 2005	64
4.4 PARTICIPANDO DA COMUNIDADE CIENTÍFICA	67
5 O DESAFIO DA GESTÃO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA.....	72
5.1 SOBRE A ESTRUTURA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E SUA VIDA BUROCRÁTICA – UMA VISÃO RETROSPECTIVA ATÉ MEADOS DE 2000.....	73
5.2 A DIREÇÃO DE UMA UNIDADE ACADÊMICA E O “MÉTODO CONFUSO” NA GESTÃO MACRO DA UFJF (2006-2014).....	78
5.3 O REUNI: ESPERANÇA QUASE INGLÓRIA (2007-2012).....	86
5.4 O MUNDO DA GESTÃO MACRO EM UM AMBIENTE UNIVERSITÁRIO “PÓS-APOCALÍPTICO” (2016-2020).....	94
6 EM CONCLUSÃO: UNIVERSIDADE PÚBLICA, VIDA POLÍTICA E LIBERDADE DE ESCOLHA	103
REFERÊNCIAS	112
EPÍGRAFES	112
GERAIS.....	112
ANEXO A – PUBLICAÇÕES DO AUTOR	126
LIVROS PUBLICADOS	126
CAPÍTULOS DE LIVROS PUBLICADOS.....	126
LIVROS ORGANIZADOS	127

ARTIGOS EM PERIÓDICOS.....	128
ORGANIZAÇÃO DE NÚMERO DE PERIÓDICO.....	128
RESENHA.....	128
TRABALHOS COMPLETOS PUBLICADOS EM ANAIS DE EVENTOS.....	128
ENSAIO COMPLEMENTAR.....	1
SOBRE O DIVINO MERCADO E AS ARTIMANHAS DE SATÃ: AFINIDADES E DESAFINIDADES EM POLÍTICA E ECONOMIA.....	1
1 Tempo, ruínas, conexões – a História como ciência social.....	6
2 Sobre mercado, mão invisível e liberdade – a economia política liberal.....	14
3 A torre e o orgulho.....	18
4 Keynes e uma ponte entre dois mundos.....	30
5 Esperança, glória e desalento – política e mercado.....	36
6 A política e a democracia diante da torre negra.....	45
7 Um lugar sobre a terra.....	65
No fim.....	84
Referências.....	86

INTRODUÇÃO

[...] Triste e aborrecida é a penosa lembrança da mortandade que a peste causou há pouco tempo. A cada um, e a todos que a viram, ou souberam dela, ela prejudicou [...]. Não quero, porém, que isto as assuste e induza-as a desistir de ler até mais para a frente, quase que entre suspiros e lágrimas, este proêmio. Que este horrível começo não seja, para vocês, senão igual a uma montanha inóspita e íngreme para os viandantes; ao pé da montanha, supunha-se uma bela e encantadora planície; esta será, aos seus olhos, tanto mais agradável quanto maior tiver sido a aspereza da ascensão e da descida pelas encostas.

(Giovanni Boccaccio)

Solidão. O ofício daquele que escreve é solitário, mesmo com o argumento que ela possa ser amenizada pelo compartilhamento de prazeres, reflexões e aflições. Começo este texto sob o impacto da pandemia COVID-19. Mesmo cercado por recursos tecnológicos de voz, vídeo e dados (e uma boa biblioteca), janelas abertas ao mundo, o ato solitário surge forte, significativo e desafiador. Há menos ruído, há menos movimento, mas também há algo de desolação, de medo. Ao contrário daquilo que se prega em algumas plagas, o foco na escrita não é tão simples, estando tão cercado do medo e da incerteza. Quem compartilha com você um isolamento social é um companheiro de jornada. Mas a escrita é, para o bem ou o mal, uma estrada solitária.

Uma trajetória intelectual não é sempre assim. De fato, sua efetividade talvez somente possa ser verificada na interação, seja com autores, pares ou publicações, seja com alunos ou projetos coletivos. Mas o ato da escrita individual é indelevelmente marcado pela solidão. Ao optar pela escrita de um memorial analítico de trajetória, com um exercício ensaístico ao final, esta sensação se aprofunda por ser um exercício de memória e trajetória de vida. Para estar somente a registrar os anos de atuação na universidade pública, são 28 anos de trabalho, desde o ingresso como professor substituto na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em 1992, vínculo que se tornaria definitivo em 1994, até este *anno terribilis* de 2020.

Por muito tempo cultivei a ideia da escrita de uma tese. Talvez por considerar que esta seria mais adequada se comparada ao memorial *stricto sensu* e ao grau de profundidade acadêmica que exigiria. Como a progressão para professor titular pode ser vista como um ato diferencial, sinto que a definição de “titular” não poderia ser demarcada sem um debate acadêmico que envolvesse uma inediticidade que justificasse a progressão. Entretanto, por outro lado, o memorial pode representar uma tarefa relevante: desde que a trajetória justifique o mérito da concessão, representando aspectos de uma vida pessoal e institucional, que tenha

contribuído para a Universidade e o conhecimento, esta modalidade pode ser aplicada sem dor.

Optei pelo formato adotado neste memorial em respeito à minha formação nos diferentes níveis de titulação, não desenvolvida em um mesmo campo de estudo. Cumpri a graduação em História, o mestrado em Ciência Política e o doutorado em Economia Aplicada, três campos distintos e, afirmo inequivocamente, perfeitamente complementares. Antes que interdisciplinar, a relação entre as disciplinas por conta de um projeto, há um movimento transdisciplinar na trajetória como professor e pesquisador: trata-se de um modo para conhecer articulado além e por meio das disciplinas, ultrapassando suas fronteiras; em resumo, enfrentar o desafio da complexidade em uma perspectiva integrativa. Este é um texto sobre a trajetória acadêmico-profissional do autor, mas que não estaria pleno sem uma reflexão que envolvesse a integração das áreas de formação, expresso também através do ensaio que acompanha o memorial, centrado nos temas da relação entre política e economia e a centralidade da história como referência.

O memorial estrutura-se pela formação básica e a graduação, passa pela trajetória no mestrado e doutorado, com três pontos de reflexão intermediários: a atividade de professor, a produção conjugada com a participação na comunidade científica e a experiência de gestão. Sempre que possível mantive o fio condutor em uma linha do tempo determinada. O ensaio ao final tem o caráter de uma “conclusão”, seja por seu conteúdo, seja por constituir-se como uma reflexão madura e livre que possa refletir a trajetória do autor.

Uma breve palavra sobre as citações de autores. As referências literárias optei por mencionar apenas a leitura, portanto estão fora da lista. Começo com as citações das epígrafes. No corpo do texto indiquei por autor/data as obras citadas para, em seguida, listar as que me pareceram essenciais ao longo de minha trajetória. Seguem as publicações do autor e o ensaio receberá referência própria.

Uma vida. Chegou o tempo de contar, como houve um tempo de construir e ainda há um tempo para continuar.

1 OS ANOS INICIAIS E A TRAJETÓRIA DE UM CURSO SUPERIOR (1981-1987)

As ideias são prodigiosas – elas e as maneiras como se associam. Num momento, descobrimos que atravessamos o mundo, e que transpusemos o infinito entre dois pensamentos.

(Fernando Pessoa)

1.1 OS ANOS INICIAIS E A FORMAÇÃO DO LEITOR (DOS ANOS DE 1969 A 1982)

Nasci em 1964, outubro, nos primeiros meses do “dia que durou 21 anos”¹ proporcionado pelo golpe e a ditadura militar. Ali foram abortadas experiências, tentativas, projetos de desenvolvimento, sonhos de uma geração. Não é possível, entretanto, afirmar que minha vida pessoal foi de dificuldades ou privação, familiar ou econômica, produzida ou não pelo regime de plantão. Filho de uma família de classe média, o pai como empresário do comércio, com minha mãe trabalhando a seu lado, produziram bem-estar e estabilidade que não são comuns no Brasil. Uma família de seis pessoas (tenho 2 irmãs – gêmeas – e minha avô também coabitava o domicílio), os três filhos matriculados (e formados) em uma tradicional escola privada confessional em Juiz de Fora, o Colégio Cristo Redentor – Academia de Comércio, frequentávamos círculo familiar e de amigos longe do Brasil duro e real, seja o da ditadura, seja o da privação. Sobre a ditadura, oscilava-se entre o silêncio em casa e as breves menções de insatisfação – de Médici a Figueiredo.

Muito motivado por uma leitora sistemática que foi minha mãe, aprendi as letras aos quatro anos e agradeço constantemente por isso. Esta prática seguiu entre a escola elementar e o ensino médio como um diferencial. Não havia problema com a aquisição de livros; e a literatura eu sentia como uma obrigação formativa. Que me recorde, comecei minha biblioteca com cerca de oito anos, por enciclopédias infanto-juvenis, fábulas e mitos, fascículos da Enciclopédia “Conhecer” e “Como funciona”, muito da coleção de Monteiro Lobato, que perseguí a adquirir (e guardo boa parte até hoje), e uma paixão que cultivei por Mark Twain e “Tom Sawyer” (mais apreciado que Huckleberry Finn), por Astrid Lindgren e Julio Verne. Faço menção particular a Lobato por duas motivações: o primeiro é que havia a releitura de fábulas e mitos, articulados aos personagens do sítio; o segundo é que cogitei escrever sobre Lobato na pós, muitos anos depois e na esteira dos intérpretes do Brasil. Este projeto não levei adiante, mas acabei adquirindo boa parte de sua literatura adulta, como

¹ Trata-se do título de um documentário de muita qualidade, dirigido por Camilo Tavares em 2013.

“Urupês”, “América”, “Mister Slang e o Brasil” ou “O problema do petróleo e do ferro”². Nenhum autor é lido impunemente entre a infância e a pré-adolescência.

Por volta dos 12 anos desenvolvi um gosto especial por ficção científica (o qual nunca abandonei), também a observar que não se lê sem sequelas Asimov, Arthur Clarke, Ray Bradbury ou Miller Jr. A partir dos 13 anos, convenci minha mãe sobre o financiamento de uma coleção de clássicos da Abril Cultural. Eram dois livros em capa dura, a cada mês, vindo até em casa. Salvo lapso de memória os dois primeiros foram o “Dom Quixote” e “A divina comédia”. Foi uma empreitada interessante: quatro tragédias gregas e a Odisseia; Decamerão; Camões, Eça, Machado e Euclides; dois volumes de Shakespeare (tragédias e comédias), Swift, Dickens, Conrad, Huxley; Diderot, Voltaire, Balzac, Stendhal, Hugo, Zola e Sartre; Thomas Mann e Goethe; Poe, Dos Passos, Hemingway, Steinbeck e Sinclair Lewis; Tolstoi, Dostoiévski, Gorki e Gogol. Cada obra uma referência central reconhecida no *cânon*, e que suscita, até hoje, o conhecimento de novas obras. Dos 13 aos vinte anos fui diligentemente incrementando essas leituras, com paixões ocasionais. Da tradição germânica, por exemplo, tinha cerca de 22 anos, trouxe o “Homem Sem Qualidades” de Musil, livro marcante e que, de certa forma, me despertou para uma compreensão do moderno a qual nunca abandonei. Dos norte-americanos, Poe (uma paixão que cultivo até com o volume de suas obras completas) trouxe-me, até mais recentemente, a Lovecraft e Hawthorne. Li uma das primeiras edições de “O Nome da Rosa”, de Umberto Eco, autor que nunca mais abandonei. Meu maior fracasso foi Joyce, o “Ulisses” é uma lacuna na minha formação. Talvez tenha me divertido menos do que deveria (mesmo que apreciasse jogar futebol nas tardes adolescentes), mas a disciplina de leitura e as referências, mesmo que as tenha iniciado muito jovem, me são preciosas até hoje em aula e em orientação, facilitando articulações e relações entre autores e a literatura como recurso formativo, proporcionando ainda sociabilidade.

Claro que a apreensão de tal volume de autores não seria a mesma se ela houvesse ocorrido em maior maturidade. Entretanto, não me reconhecera sem a literatura e tenha retornado sempre aos textos da época. Ainda que limitada pela própria idade, mas também porque os autores remetem a um cipoal de concepções filosóficas e experiências históricas, as leituras jamais foram uma experiência que não valeu a pena ser vivida. Um bom exemplo é Sartre: li “A idade da razão” aos 16 para 17 anos e quis estudar Filosofia. É estranho que nunca tenha cogitado Letras, mas creio saber a resposta: entre dois caminhos que conduzem a

² Não sou indiferente ao debate sobre o racismo em Lobato, mas não desejo discutir o tema. Espero que esta leitura, que de resto pode fazer sentido, não interdição a leitura e o conhecimento sobre o debate acerca de seu particular “americanismo” na sua interpretação sobre o Brasil.

um idêntico resultado, uma “Navalha de Occam” para as Humanidades, a combinação de leituras me indagava mais sobre entretenimento e inquietação sobre a condição humana que o estudo específico da literatura ou, *stricto sensu*, da teoria literária. Obviamente que todas as implicações do existencialismo não poderiam ser compreendidas por um garoto, mas Sartre e a fórmula da “existência preceder a essência”, expressa nas desventuras de Mathieu, era por demais sedutora e serviu de sinalização para uma escolha preliminar de formação³ previsivelmente imatura, como logo se revelaria.

Mas não era só. O tema do capitalismo e do socialismo entrou nas minhas referências não somente por uma questão curricular da História, mas em associação com temas de exploração e desigualdade que vinham da literatura – é simples associar Zola, Gorki, Steinbeck ou Euclides com esses temas, assim como as referências ao socialismo indicava nomes referenciais de fácil associação. Por outro lado, minha primeira experiência política (se é possível nominá-la assim) foi em 1981, no Grêmio Estudantil de uma escola privada, entidade que havia sido criada há pouco tempo. Havia pouco “movimento”, mas neste tempo, aos meus dezessete anos, o regime militar ainda vigorava e o general Figueiredo entregou sua versão da “abertura”. Fora protestos à direção da escola ou reivindicações específicas, e um ocasional protesto nas ruas contra a prisão de um professor do cursinho por ocasião da visita do general à cidade, pouco se fazia. O regime estava vivo, mas a atmosfera nas ruas estava progressivamente mudando. Foi meu primeiro contato com um colega que passou a falar insistentemente em um novo partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980 e que tinha uma proposta mais à esquerda para o Brasil, construído a partir das jornadas operárias do ABC em 1979. Para quem não foi socializado na tradição do Partido Comunista Brasileiro ou do Partido Comunista do Brasil, mas que havia se iniciado no interesse por temas como desigualdade, exploração, capitalismo e socialismo, ter tido contato com os temas que o PT trazia, na esteira da redemocratização e de sua base operária de massas, era uma forma que parecia muito atraente e típica de um jovem com interesses intelectuais.

Neste momento, o leitor insistente em busca da lógica inerente ao capitalismo, estimulado por um tema novo, encontrou um dos seus modernos favoritos: Karl Marx. Visitei uma livraria da cidade em 1982 e comprei os dois volumes do livro I de “O Capital” (MARX, vários anos, vol. 1) da editora Difel. Li com atenção o famoso capítulo “Da Mercadoria” que exigiu paciência e idas e vindas (e somente compreensão detalhada alguns anos depois), mas

³ Em época em que a internet era ficção, a consulta referencial sobre conceitos e temas era feita pela impressa, em manuais ou compêndios. Conhecer ideias básicas sobre o existencialismo, ou outras concepções, foi a tarefa a que me propus para melhorar a compreensão, de resto imperfeita. Mas era apenas o ponto de partida.

foi no volume 2, em capítulos “históricos”, sobre mais valia relativa (capítulos 10 a 14) e o famoso capítulo 24 – “A acumulação primitiva”, que me fascinavam pelo debate econômico e histórico. Era mais vinculativo a um aluno do fim do ciclo médio que apreciava História e foi um encanto instantâneo – particularmente pela descoberta em como as aulas de História eram devedoras daquilo⁴.

Foi assim que um jovem leitor, primitivamente “preexistencialista” e um interessado no capitalismo (admito que, neste momento, interesse puramente intelectual) e na exploração do trabalho, ingressou na Universidade em 1983. O falecimento de meu pai em 1982, muito cedo, homem de hábitos conservadores, inclusive em política, foi um baque em minha vida e não sei o que ele pensaria de um ingressante em Filosofia. Gosto de pensar que ele teria se preocupado, mas nunca teria desestimulado a aventura.

1.2 OS ANOS DE GRADUAÇÃO DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

O ato de entender é vida
(Aristóteles)

Ao ingressar no curso de Filosofia procurei manter um vivo interesse naquela grade curricular. Lógica, Teoria do Conhecimento I, Português, História da Filosofia I, Estudo Comparado das Religiões I. Apreciei as duas últimas. Nas demais, uma decepção, mesmo adquirindo pelo menos dois livros de cada disciplina. Devo daqui o estudo da Filosofia Antiga, lembro bem de Rodolfo Mondolfo (MONDOLFO, 1981) e da iluminada leitura de Mircea Eliade (ELIADE, s/d). Quando iniciei o segundo período, com a sequência curricular de Teoria II e Filosofia II, comecei a perceber que havia cometido um “erro”. Fiz a escolha do curso e me decepcionei em conteúdo e forma, com a notável exceção de História da Filosofia. Mesmo cursando estas disciplinas obrigatórias me matriculei em uma disciplina de História – História das Ideias Políticas I – e comecei o desvio do caminho. Me socializando na Universidade, aproveitei o curso de um ano como experiência intelectual, mas, no fim de 1983, fiz um novo vestibular para História. Ali a estrada parecia muito melhor sinalizada, tanto do ponto de vista da identificação curricular quanto no conteúdo. Esta inquietação sobre assumir a responsabilidade formativa aos 17-18 anos passou a ser parte das minhas preocupações muito posteriores, quando o projeto Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) emergiu no ano de 2007

⁴ Por muitos anos tornei leitura obrigatória aos alunos das Ciências Sociais estes capítulos, mas agora articulados ao capítulo 1, e destaco o fetiche da mercadoria e a produção da mais-valia absoluta.

com sua proposta de reformulação curricular pela via dos bacharelados interdisciplinares (trato do tema na seção 5.3).

A graduação em História foi prazerosa e foi nela que descobri um interesse renovado por estudos sistemáticos. Ali ingressei no ano de 1984 e me senti muito mais em casa. Logo fui apresentado a Ciro Flamarion Cardoso (CARDOSO, 1979), um texto importante, ainda que pouco empolgante. Marx esteve sempre presente de forma instigante: “O manifesto” (MARX; ENGELS, 1998), “A ideologia alemã” (MARX, 2007), “Os manuscritos de 44” (MARX, 2004), a “Crítica da economia política” (MARX, 1977), “O capital” (MARX, vários anos) e o estimulante “O 18 brumário de Luis Bonaparte” (MARX, 1978).

Inegavelmente, a predominância do marxismo era algo decisivo. Felizmente, um marxismo, na maioria das vezes, senhor do rigor e da historiografia de qualidade. Era notória a influência dos ingleses: Perry Anderson (1984, 1989), Maurice Dobb (1983), Christopher Hill (1987), Eric Hobsbawn (1982) ou Edward Thompson (1987). Da língua francesa reconhecemos Ernest Mandel (1982), Albert Soboul (1981) e Michel Vovelle (1989); dos norte-americanos, o belo texto de Paul Sweezy (1983). De marxismo e arte conheci Ernest Fischer (1981) e Raymond Williams (1979), e o menos influente Marshall Berman (1987). Da velha guarda, como não ter lido Lênin (1979, 1983), Rosa Luxemburgo (1990) ou Trotsky (1967)? Para os interessados em tantos caminhos nesse campo, a publicação da coleção dirigida por Eric Hobsbawn – “A história do marxismo” (HOBSBAWN, vários anos), em formidáveis 12 volumes, era uma grande referência. A nota curiosa sobre esta influência é que, somente após a metade da graduação, meu interesse voltou-se para aquele que seria uma grande companhia e por haver me interessado pela língua italiana⁵: Antonio Gramsci (1977, 1984). A leitura de “Maquiavel, a política e o Estado moderno” (na edição brasileira) trouxe consigo dois extraordinários artigos de leitura impositiva aos estudantes de Ciências Sociais com interesse em Ciência Política e Economia – “O moderno príncipe” e “Americanismo e fordismo”. Foi Gramsci que iluminou com implacável clareza a distinção oriente/ocidente, a estratégia política da “guerra de posição”, do partido como direção moral e intelectual no despertar e organizar a vontade coletiva. Mesmo sem nunca deixar de compreender o leninismo, Gramsci foi capaz de reordenar a ação política em estreita relação com a correlação de forças políticas em um ocidente robustecido pelos aparelhos de hegemonia.

Outra descoberta essencial aconteceu quando me deparei com outro autor que revolvía as entranhas: o indefinível Walter Benjamin (1968, 1987a, 1987b, 2000), cujo texto em

⁵ Alguns anos depois adquiri a edição completa italiana (da Einaudi) dos “Quaderni”, um esforço para ter disponível a obra completa.

português “Obras escolhidas I” trouxe suas “Teses sobre a Filosofia da História” e a “Obra de arte na era da reprodutividade técnica”. Mas, estes textos são “fáceis” para se admirar, pois foram outros dois que me marcaram mais decisivamente – “A imagem de Proust” (que me induziu ao enfrentamento de “Em busca do tempo perdido”⁶) e “O narrador”. Enquanto o primeiro trata dos temas da rememoração e da “Penélope da reminiscência”, o segundo enfatiza a relação da decadência da narração e da experiência, com a imagem da musa da rememoração constituindo o romance e a memória como a musa da narrativa. Eles ainda povoam meus pensamentos⁷.

Houve muito da filosofia e teoria política por onde passamos: Aristóteles e Platão (menos) e muito a partir da Renascença ao Iluminismo: Maquiavel, Hobbes, Montesquieu e Rousseau. Foi uma ótima conexão com minha leitura anterior de Diderot e Voltaire, que voltaram aqui em outra chave depois das leituras quase adolescentes. Importante ressaltar que meu primeiro contato com Weber foi com a “Ética protestante” (WEBER, 1981).

Era também o momento em que a Escola de Annales ganhava corpo editorial mais forte no país. Sim, havia quem se interessasse por Lucien Febvre ou Jacques Le Goff, mas meu interesse pessoal foi em Marc Bloch (1994, 2016) e Fernand Braudel (1995a,b). Até hoje acredito que a obra incompleta de Bloch, “Apologia da história e o ofício do historiador”, é luminar. A história como uma íntima relação entre os homens, as sociedades e o tempo, um ofício de redescoberta entre as épocas. É a fórmula segundo a qual o passado não se modifica, mas seu entendimento se aperfeiçoa; que a *démarche* do historiador é não esperar passivamente que um documento se revele, sabendo o que buscar e perguntar. Esta é uma descoberta inesquecível. Com Braudel compreendi como sua perspectiva de *longue durée* tinha significado sobre a integração tempo/espaço e em como as estruturas respiram lentamente abaixo do mundo dos eventos e suas implicações, uma lição que levaria adiante e em interface para outras reflexões futuras⁸.

Admito que a história do Brasil não foi minha maior paixão. Tinha predileção pela história contemporânea e por ideias políticas que, se combinadas fossem, tanto melhor. Mas, a

⁶ A edição brasileira da editora Globo, em sete volumes, é primorosa. As traduções são de Mario Quintana, Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira

⁷ Benjamin foi, em boa medida, traduzido ao português, mas não rapidamente. Eu vim a adquirir “A Obra das Passagens” em italiano porque, por muitos anos, ela existiu apenas em alemão e italiano (na edição Einaudi). Apenas depois foi traduzida em inglês e hoje existe em português. Houve apenas excertos por muitos anos.

⁸ Como exemplos dessa relação não é preciso um esforço tão longínquo para reconhecer o eco de Marx – sobre os homens fazerem sua própria história, mas não exatamente como querem (uma das belas fórmulas do “18 brumário”). No caso do neomarxista Emmanuel Wallerstein (1979), um contínuo espaço-tempo capitalista, expansionista e integrativo, onde estados nacionais interagem e se autorreproduzem em uma dialética de longo curso entre os espaços internos e externos. Mas esta última leitura é muito posterior ao meu momento de graduação. De certa forma, o próprio neoinstitucionalismo histórico não é isento da mesma preocupação.

oportunidade de ler nossos clássicos (e alguns modernos) era uma obrigação: Sérgio Buarque de Holanda (1989), Raimundo Faoro (1987), Florestan Fernandes (1981), Gilberto Freyre (1980), Jacob Gorender (1980), Nunes Leal (1975), Caio Prado (1976), Sérgio Paulo Rouanet (1987), Luiz Werneck Vianna (1978) e Francisco Weffort (1980), foram boas companhias. A coletânea organizada por Sérgio Buarque e Boris Fausto – História geral da civilização brasileira (HOLANDA; FAUSTO, vários anos) – ainda me é uma referência de qualidade. Tinha ainda uma particular obsessão por 1964⁹, o ano do golpe militar e suas consequências. Um de meus trabalhos de curso foi este, onde reuni o então recente “1964 a conquista do Estado” (DREYFUS, 1981), Maria Helena Moreira Alves (1984), o “Relatório Brasil nunca mais” (1985), “A operação Brother Sam” (do jornalista Marcos Sá Correa, hoje não tenho mais o texto ou a referência) e de Alfred Stepan (1975). Este interesse pelo tema foi um dos impulsos para estudar Ciência Política no mestrado, não pela narrativa em si do golpe, mas as condições da política e suas ideias na construção do movimento de ruptura.

Foi ainda na graduação que iniciei as primeiras tentativas de docência, a partir do quinto período de curso. E também onde fui, por duas vezes, “monitor” (o acompanhante de um professor em um conjunto de disciplinas) de História Econômica Geral e do Brasil, um aprendizado não somente pelo contato mais direto com os professores da área, mas pela convivência também com os alunos.

Por boa parte da graduação busquei participar de atividade política universitária. Em 1984 filiei-me ao PT (filiação que durou até 1993). Participei de Diretório Acadêmico (DA) entre 1984 e 1986 e do Diretório Central dos Estudantes (DCE) em 1987¹⁰. Eram os tempos do último esgar da ditadura e da campanha das diretas (1984), das primeiras eleições diretas na universidade (para as direções de unidade e reitor) e, em 1986, da eleição para a Constituinte. A representação estudantil também me levou pela primeira vez ao Conselho Superior (CONSU) da UFJF, em 1987.

Fiz parte do processo tardio que auxiliou na morte da ditadura. Sobre isto apenas posso dizer que queria participar, agrupar, atuar em política, integrar a vida acadêmica da teoria social com os tempos de mudança. Naquele momento – de 1984 a 1987, o PT era um partido “nucleado” por categorias – jovens, mulheres, estudantes, negros – com uma direção que buscava se equilibrar nas “correntes”, mas que, para a sociedade em geral, tinham pouca

⁹ Infelizmente não estive ao meu conhecimento o “profético” texto de Wanderley Guilherme dos Santos – “Quem dará o golpe no Brasil?”, publicado em 1962 e ao qual somente tive acesso muitos anos depois.

¹⁰ A nota divertida aqui foi que a gestão do DCE da qual participei tinha o nome de “DCE é Pra Lutar”, uma paródia da então recente Central Única dos Trabalhadores (“Sindicato é Prá Lutar”). O grande trabalho foi derrotar o indefectível MR-8, que, já naquele ano em 1987, era um base que caminhava claramente para o governo Sarney.

visibilidade. Quem poderia diferenciar a Articulação, O Trabalho, a Democracia Socialista, o Partido Revolucionário Comunista (PRC), a Convergência, os leigos católicos e as comunidades de base, os independentes? Sindicatos se articulavam a estas vertentes, sendo a maioria da Articulação incontestes¹¹. Tive um breve flerte (felizmente) com O Trabalho em 1984 (que havia pouco mudara seu nome de Libelu para outro mais palatável) que durou seis meses, com intermináveis seminários sobre o “Programa de Transição” e a querela sobre o burocratismo stalinista. De Trotsky me sobrou o que considero mais original – a teoria do desenvolvimento desigual e combinado – que fazia um sentido histórico objetivo e podia ser articulado com concepções outras na interpretação do capitalismo, assim como articulava-se ao tema das “vantagens do atraso” (um tema correlato ao leninismo e a Gramsci), também um debate político que servia ao Brasil.

Mas era 1987, o ano de minha formatura. Me preparei para a seleção de mestrado, para o qual fui selecionado antes mesmo de colar o grau de licenciado. Meu movimento em seguir para a pós-graduação sem demora fez-me descartar o bacharelado. A decisão de cursar o mestrado em Ciência Política, e realizá-lo no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ – hoje IESP), foi tomada pouco após a metade do curso de História. O que me despertou na história foi verdadeiramente sua articulação com a política e a sociedade, não a paixão pelo trabalho do historiador *stricto sensu*. Não era estudar história política, era a Ciência Política no sentido que Gramsci alertava: governantes e governados, dirigentes e dirigidos (GRAMSCI, 1984, p. 18). Eram os mecanismos, os partidos e as estruturas de poder. Era o poder político das ideias. Meu interesse político também guiou minha opção acadêmica.

E por que o IUPERJ? O considerava o melhor, era um desafio. Aprovado, segui para a estação seguinte.

¹¹ A “nucleação” era uma interessante iniciativa para organizar cidadãos por pertencimento na sociedade civil e construir programas estruturados (estudantes, negros, mulheres, etc.). Ao longo de alguns anos esta estratégia se foi e com a inevitável burocratização partidária, crescente nos anos de 1990, foi abandonada.

2 EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO – E DE UM OUTRO TEMPO (1988-1994)

A leitura faz do homem um ser completo, a conversa faz dele um ser preparado, e a escrita o torna preciso.

(Francis Bacon)

Quando iniciei a preparação para o curso de mestrado em Ciência Política, tinha consciência sobre meu “atraso”: havia estudado menos sistematicamente as disciplinas das assim chamadas Ciências Sociais, não conhecia de forma razoável os seus “clássicos”. Foi com receio que tomei o edital do IUPERJ em mãos e me deparei com o seguinte: Marx, Weber, Durkheim, Tocqueville; Polanyi, Wanderley Guilherme, José Murilo de Carvalho, Carlos Hasenbalg, Eli Diniz (minha mente me trai em um, são já 32 anos). De Marx e Weber conhecia os textos, Tocqueville comentários, nada dos demais. Comprei todos os livros e os lia entre as vinte e duas e as duas horas da manhã; tinha aula pela manhã e dava aulas à noite. Resenhei todos e esses registros me acompanham até hoje. Nunca mais abandonei Polanyi, os três “clássicos” e Tocqueville são de conteúdo obrigatório nas Ciências Sociais; Wanderley Guilherme virou uma boa obrigação. Eli Diniz tornou-se uma boa amiga, que me honrou, muitos anos depois, com dois convites para textos.

Minha proposta de dissertação era estudar o regime de 1964 e suas metamorfoses. A banca não desaprovou, mas me interrogou sobre o porquê e com que objetivo. Avaliando a distância, me aprovaram não pela ideia, mas pelo potencial. Eu conhecia a historiografia e o texto de Wanderley Guilherme era justamente um que tratava do golpe pela lógica da “paralisia decisória” (SANTOS, 1987). Fui adiante. Em março de 1988 eu recomecei.

O tempo de mestrado era contado em quatro anos, dois de créditos. Não tenho nenhum receio em afirmar que foi o período em que mais li, se comparado a qualquer outro, em termos de variedade. Ao fim e ao cabo, havia as inevitáveis Teoria Política I e II obrigatórias e a Metodologia Quantitativa. Começamos pelo século XVI ao XIX – Hobbes (1983a,b), Hume (2004), Locke (1993), Mandeville (1975), Marx (op. cit.), Maquiavel (1982, 1983), Mill (1958), Montesquieu (1983), Rousseau (1985, 1987) e Tocqueville (1969, 1982). Do século XIX ao XX, Dhal (1956, 1971), Lênin (1979, 1983), Michels (1982), Olson (1971), Schattschneider (1985), Schumpeter (1959) e Weber (1984a,b, 1985), pluralistas e corporativistas. Mas, não era somente isso. Eu me propus a trazer o “tempo” da Política – e em menor escala da Sociologia – para meu acervo intelectual. Os clássicos da Política os próprios cursos ofereciam; sobre Brasil tive a sorte de contar com José Murilo de Carvalho e um instigante curso sobre Pensamento Político Brasileiro, contando com Gilberto Amado

(1999), Sérgio Buarque de Holanda (1989), Nestor Duarte (1939), Raimundo Faoro (1987), Gilberto Freyre (1980) e Oliveira Viana (1987). E um segundo curso, oferecido por Luiz Werneck Vianna e Maria Alice Rezende de Carvalho sobre iberismo e americanismo, onde foram debatidos Tavares Bastos (1997), José Carlos Mariátegui (1975), Eduardo Prado (2010), Paulo Prado (1997), José Enrique Rodó (1957) e José Domingo Sarmiento (1975).

Mas não só. Um exemplo da pluralidade que o IUPERJ oferecia foi a frequência a um curso de teoria referente ao estudo sobre *state building*, oferecido por Elisa Reis, onde Reinhardt Bendix (1964), Barrington Moore Jr. (1983), e Theda Skocpol (1979) eram autores obrigatórios. Ou o curso de filosofia contemporânea que gerou um trabalho de curso que me foi bastante útil – enfrentar a controvérsia de Adorno et al. (1973) em torno do positivismo, mas também enfrentar os frankfurtianos pelo referencial texto de Martin Jay (1973) e em especial o Habermas do Agir Comunicativo (Habermas, 1988).

Houve também o caso do acaso temporal. O fator conjuntural que tomou de assalto o Brasil em 1989, e a política para o centro das expectativas, foram as primeiras eleições presidenciais desde 1960. Estar ali, naquele momento, foi assistir a um grupo de conjuntura que reunia frequentemente boa parte dos mais fecundos analistas do país. Era a história desenrolando-se no tempo real da política e com seus cenários. A última semana de campanha veria o gigantesco comício da Candelária com Lula e Brizola e para onde nos deslocamos. No último debate de conjuntura, Wanderley Guilherme e Luiz Werneck protagonizaram um debate memorável sobre o significado do PT, as lutas sociais e o debate sobre o fracasso do centro político. Outros tempos, memoráveis ao seu modo.

Outro caso peculiar foi o privilégio sobre um tema que está presente na conjuntura brasileira até hoje: o “presidencialismo de coalizão”. Houve um curso onde Sérgio Abranches foi atuar em dois módulos e nos apresentou o manuscrito antes da publicação e o expôs para discussão. Sempre que me lembro desses dois fatos sei que estive num dos melhores locais para a Ciência Política na América Latina e, de certa forma, no tempo certo.

O mestrado foi, para um jovem entre 23 e 24 anos, um quadro de amplo entusiasmo. Recebi uma bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por dois anos e encarei este estágio formativo em duplo sentido: o primeiro, como abraçar o campo da política em perspectiva intelectual e profissional para a carreira docente; o segundo como um campo formativo também novo, no sentido do entendimento sobre a dedicação necessária para o aprimoramento teórico e de pesquisa, o que me exigia um esforço adicional de leitura e reflexão. O IUPERJ proporcionou uma escola de estudos sobre pensamento político e social onde minha formação e meu amadurecimento alcançaram um

patamar de qualidade superior. E nesses tempos, entre o fim dos anos de 1980 e o início de 1990, o mestrado era encarado com um respeito formativo mais relevante que na década posterior. Era o começo do esforço pela expansão dos doutorados e, em 1990, ainda havia pouquíssimos doutores formados no IUPERJ.

Eu realmente acredito que mergulhei em uma segunda formação no campo das humanidades, e isto afetou minha decisão sobre a dissertação. Na verdade, meu interesse inicial pelo golpe militar e seus desdobramentos se perdeu e minha compulsão deslocou-se para o pensamento político. Não era meu desejo estudar, por exemplo, sistemas partidários ou política institucional comparada. O que não significa que governo comparado, um tema de forte corte institucionalista, não tivesse despertado minha atenção. Mas eu trazia, desde a graduação, uma paixão pela teoria, pela hermenêutica inerente à política como campo construído pela teoria. E como isto se aplicava diretamente no mundo da vida.

Devo a Luiz Eduardo Soares, depois de uma discussão sobre temas de dissertação, o tema do enfrentamento do pensamento político de autor, com enfoque no liberalismo. Foi ele quem ressaltou que havia muito pouco sobre o pensamento liberal no Brasil contemporâneo e foi ele que se recordou de José Guilherme Merquior. Luiz Eduardo foi meu primeiro orientador, a quem respeito por sua disciplina, rigor e inteligência, mas, mesmo sugerindo o tema a ser construído para a dissertação, ele concluiria seu próprio doutoramento nos EUA. Foi aqui onde tive a felicidade de ter como orientador efetivo Ricardo Benzaquém de Araújo. Havia feito um trabalho de curso que havia sido lido e elogiado por ele, cujo tema era outro autor de minha preferência – Walter Benjamin. E debatemos o problema de uma dissertação sobre um autor como representativo de um *corpus* teórico. Percebendo meu interesse multifacetado em História e pensamento social, e agregando a sugestão de Luiz Eduardo de um trabalho sobre a obra de Merquior, Ricardo aceitou sinalizar o caminho.

Como passei três anos em leituras, formando biblioteca e organizando anotações, o tema do prazo se apresentou. Com o término da bolsa do CNPq passei a enfrentar dificuldades econômicas objetivas em permanecer no Rio e busquei concursos em Universidades públicas ou mesmo aulas em escolas privadas. Na seção a seguir relato esta história. O fato é: possuía as ferramentas, mas não o tempo para concluir no prazo. Foi neste momento que Ricardo, e o IUPERJ, mais uma vez foram generosos. Segui adiante e as reuniões de orientação eram um deleite. Provavelmente Benzaquém foi a mente intelectual mais viva que conheci. Ele agregava um interesse iluminista legítimo, transitando por História, Antropologia, Pensamento Social brasileiro e história da cultura. Discutíamos o texto preparado, mas sobretudo ele ajudava a controlar minha inquietude intelectual e meus interesses diversos, se

permitindo associações com autores e referências. Foi um modelo de intelectual e uma verdadeira busca pela diversidade do mundo das humanidades. Ricardo infelizmente veio a falecer em 2019, entristecendo as Ciências Humanas¹².

Não havia um trabalho sistemático sobre a obra de José Guilherme Merquior. Textos sim, publicações isoladas e, diante de sua morte precoce, manifestações dos seus amigos de múltiplas correntes: Leandro Konder, Sérgio Paulo Rouanet ou Roberto Campos, para citar três referências. Era comum tratar José Guilherme como um autor de vastíssima cultura, agregando uma formidável coleção de autores. Mas, nos tempos da transição para a democracia e da “Nova República”, alinhá-lo ao campo da direita era comum. Foram também tempos confusos, onde categorias como reacionarismo e conservadorismo eram confundidos, liberalismo e direita muitas vezes eram tratados de forma malversada. Me recordo sempre de uma referência central do conservadorismo, o inglês Michael Oakeshott (1981), descrevendo-o como as preferências ao consagrado, ao conhecido, ao que se preserva. A literatura política separa com destreza o conservador do reacionário, porque a tradição da “reação”, na origem, é a que combate a Revolução Francesa (Joseph de Maistre ou o Visconde de Bonald são bons exemplos intelectuais), para trazer o passado “de volta”. Reacionários são conservadores, mas nem todo conservador é reacionário. Merquior nada tinha de um ou outro, ainda que fosse apontado por mentes menos sagazes, como conservador. Sua referência intelectual, do ponto de vista da constituição do pensamento, foi o Iluminismo no sentido kantiano da divisa *sapere aude* e dos valores universais como a razão, a liberdade e os direitos. Um antirreacionário, não um conservador.

Profissionalmente diplomata, atuou durante o regime militar; sem qualquer relação que atinja sua memória como identificado ao autoritarismo. Atingiu o topo da carreira como embaixador na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e, no fim de sua breve vida, no México¹³. Entretanto, a dissertação era um enfrentamento do pensamento de um autor tendo o liberalismo como ponto de fundo. Ela obrigou à leitura mais criteriosa sobre Aron (1980), Dahrendorf (1981, 1992), Gellner (1964), Locke (1993), Mill (1983), Montesquieu (1983), Rawls (2002) e Rousseau (1985, 1987), mas também a de Buchanan (1985), Hayek (1968, 1976), Nozick (1991) e Popper (1993, 1994). Foi também meu primeiro contato com Keynes (2002).

¹² Além de agradecer a Ricardo por sua inteligência e generosidade, preciso também saudar Luiz Werneck Vianna e César Guimarães pela participação na defesa, engrandecendo o debate e contribuindo com lições que guardei para sempre.

¹³ Há até hoje declarações sobre Merquior ter escrito o discurso de posse de Fernando Collor na Presidência, o que, na verdade, não tem grande relevância.

A dissertação é um mergulho nos livros publicados (o centro da trama) e artigos isolados. Merquior começou sua vida como crítico e fez uma tese sobre Drummond (Lévi-Strauss foi seu orientador), mas a exploração direta sobre a obra concentra-se naquilo que denomino como três fases: a primeira, “renascentista” e “humanista”, intelectualmente aberta a múltiplas influências e centrada na “crise da cultura”; a segunda, sob a influência, entre outros, de Gellner e Aron, uma transição deste humanismo renascentista da crise em busca da chave para o “novo moderno”. A terceira teve como foco a defesa do liberalismo (e do social liberalismo em particular) e de sua centralidade para a modernidade. O título da dissertação – “Argos e Polifemo: política e cultura no pensamento de José Guilherme Merquior” – foi um jogo de palavras que refletia a hipótese de trabalho. A passagem do mitológico Argos dos mil olhos, a metáfora da curiosidade intelectual que o levou aos múltiplos campos do saber, para Polifemo (o gigante que aterrorizou Ulisses em seu retorno a Ítaca) foi a expressão de um progressivo fechamento na obra do autor. Interlocutor da modernidade, compreendida como a longa construção histórica do capitalismo e seus valores e instituições, a primeira fase de sua obra opera na modernidade como crise, centrada na crítica da cultura, da sociedade de massas, a inquietação com temas como alienação e com a cultura brasileira em meio à sociedade de massas. Era a inquietude dos mil olhos, mas a política não era o tema central.

Em sua trajetória intelectual, Merquior realiza um segundo doutoramento, desta vez na *London School of Economics and Political Science* (sob a orientação de Ernest Gellner), cujo resultado foi o livro “Rousseau e Weber” (MERQUIOR, 1986). Suas relações com Gellner, Aron, Coletti e Kolakovsky representaram um auxílio importante para uma transição em suas reflexões. O antigo admirador das vanguardas e da crítica da cultura vai transitar em direção à política pelas mãos liberais, deslocando-se para a democracia, a liberdade, a legitimidade e a participação. Gradativamente a alienação tornar-se-á um mito escatológico e a crítica da cultura a rejeição da modernidade. Deste ponto em diante, o liberalismo será a essência da modernidade e a política, como esfera de ação construtiva e institucional, legal e participativa, seu desdobramento lógico.

É assim que o autor mergulhará em sua fase em que a modernidade-como-crise será convertida na modernidade-como-norma. Seus pilares são a democracia, a economia e a indústria; sem os valores da liberdade e da participação, com a integração definitiva neste horizonte da modernidade ocidental capitalista, não há a própria modernidade. Desta forma, o liberalismo torna-se um monismo intelectual, enfrentando o mundo sombrio dos frankfurtianos, Weber, Nietzsche, Freud, Foucault e o marxismo ocidental, com a defesa

vigorosa do “Argumento liberal” (MERQUIOR, 1993), um dos seus livros mais conhecidos.

A partir daqui revela-se que o liberalismo de Merquior não é idêntico ao que se convencionou chamar de neoliberalismo, o mundo despersonalizado do mercado e tão frequentemente antiestado. No texto de “As ideias e as formas” (MERQUIOR, 1981), o antiestatismo não aparece como um tema liberal, porque sua aplicação atrofiaria o único instrumento capaz de criar as próprias liberdades em lugares com graves carências sociais. Em “A natureza do processo” (1982), o liberal moderno ou é um social liberal ou não é moderno. Em “O argumento liberal” (1983), o mercado não é a condição suficiente para a liberdade moderna, porque não gera os requisitos, por si, das oportunidades. Em “Liberalismo antigo e moderno” (1991), a tendência liberista (preferida por ele ao termo neoliberal) não representa o fim dos impulsos igualitários e a dialética entre igualdade e liberdade permanece. Em termos de autoria, Merquior está muito mais próximo de Amartya Sen (1992, 1999) que do clube dos austríacos¹⁴.

Merquior guardou um lugar para o Brasil em sua obra. Sempre fomos parte do ocidente, primeiro do mundo despersonalizado do capitalismo, mas nunca perdendo nosso cristianismo “orgiástico”. Um país estranho, com a modernização pelo alto forçando o *ethos* europeu, mas enfrentando o “saci verde-amarelo da avacalhação”. A data do escrito foi 1972 - “Saudades do carnaval”. Na década de 1980, se antes havia modernização conservadora, agora havia um velho conhecido da interpretação brasileira: o patrimonialismo. Desaparece o “saci”, resistente ao *ethos* modernizador, e o patrimonialismo aparece como o diagnóstico de nosso atraso, com interesses privados sobre o Estado bloqueando a cidadania. A solução seria reconstruir a nação, não mais se preocupar em salvar a cultura carnalizada, mas redefinir as relações Estado/Sociedade. Em “O outro ocidente”, Merquior demarca a posição do Brasil e da América Latina, onde o inimigo não é o Estado, mas o patrimonialismo e o subcapitalismo, incapazes de manter a legitimidade e a soberania mesmo diante de uma modernização em marcha forçada. O Estado estaria colonizado e controlado, incapaz para produzir bem-estar. Somos um “outro ocidente”, uma modulação ibero-americanista onde o iberismo precisa

¹⁴Três livros de Merquior se tornaram para mim especialmente caros, os quais sempre recomendo como leitura para quem somente ouviu menção ao seu nome. O luminoso (e por ele renegado) “Saudades do carnaval”, “Rousseau e Weber – Dois discursos sobre a legitimidade” e “Liberalismo – antigo e moderno”. O primeiro eivado de frankfurtianos, Weber, Benjamin, Nietzsche e a assim chamada crise da cultura, e um capítulo destacado sobre o desencantamento do mundo desde a Renascença. O segundo pelo entendimento de Rousseau como compromisso do Estado que garanta a liberdade e de Weber com o *kulturpessimismus* e o consentimento como “crença no governante” - e na porta de saída pelo carisma. O terceiro porque representa um *tour de force*, em linguagem direta e concisa, mas repleta de conteúdo e referências, um guia para a história do próprio liberalismo.

ceder espaço ao moderno Polifemo liberal. E, complementarmente, um ocidente inconfundível na linguagem, valores e crenças da sociedade, desde que livre do patrimonialismo e do atraso.

Na conclusão do mestrado, em resumo, o que aprendi com a experiência do estudo de autor no contexto do pensamento liberal? Primeiro, o universo multifacetado de interesses de Merquior, o que me encorajava desde sempre. Depois, o lugar do pensamento onde poderiam ser manejadas múltiplas ferramentas intelectuais com liberdade, incentivando os argumentos e as variações. Em terceiro lugar, evitar escolhas fáceis: porque Merquior seria um neoliberal nivelado aos atuais economistas e alguns filósofos midiáticos, detratores de qualquer conquista de bem-estar? Pois ele não era. Há liberalismos, não apenas neoliberalismo.

Evidentemente que tudo isto não remove críticas aos seus posicionamentos. O primeiro é o *bias* de um monismo intelectual liberal que tornou sua pena muito mais fechada às outras perspectivas. Ele tornou-se um “militante” intelectual do liberalismo antes que um formulador do social liberalismo que defendeu em muitos textos. Um segundo elemento é sua inegável filiação à história das ideias e ao pensamento político *stricto sensu*. Nele nada há de *policy oriented* e menos ainda de *policy-making*; polemistas em geral não o são. Isto em si não é um problema, mas tem implicações. A absorção de ideias em Merquior era virtualmente impressionante, mas seus desdobramentos políticos quase nulos. E sua visão do Brasil, não necessariamente como “outro ocidente”, mas como colonizado pelo patrimonialismo, nada tem de original. Em si, se é preciso ser um outro ocidente que supere o patrimonialismo e seu estatismo, como preservar nossa especificidade em valores? Como isso penetra no *ethos* social, no imaginário social e em nosso *habitus*? Sem ser um pesquisador, mas antes um intelectual “renascentista”, não há programa de pesquisa em José Guilherme Merquior. Há um intelectual orgânico (ele odiaria esta observação) de um programa social liberal, sem alinhamento de pesquisa e sem líderes que o conduzam.

Infelizmente esta dissertação permanece inédita. E, até onde sei, há ainda muito pouco sobre José Guilherme. Fiz duas tentativas de publicar a dissertação que fracassaram. A docência passou a ser integral na universidade e outros caminhos foram se construindo e, no fundo, eu achava difícil que o tema pudesse guardar grande interesse para um público maior. Hoje vejo que estava errado, talvez ainda dê tempo para corrigir, com uma necessária revisão e um capítulo complementar sobre para onde nosso “lugar no ocidente” nos conduziu.

2.1 O OFÍCIO DE PROFESSOR, UM POUCO DO DEBATE INTELECTUAL NOS ANOS DE 1990 E PITADAS DE PESQUISA

Esclarecimento é a saída do homem da própria menoridade, da qual ele próprio é o culpado [...] se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se a si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere Aude!* Tem coragem de fazer uso de seu próprio entendimento.

(Immanuel Kant)

Esta é uma seção diferente. Começo descrevendo brevemente minha experiência docente, em seguida me permitirei refletir sobre os desafios intelectuais da carreira e a visão pessoal que me constituiu profissionalmente antes que outras: ser professor.

Quando estava na segunda metade do curso de História, iniciei a experiência da sala de aula. Fui professor “eventual” (substituto na ausência do titular da disciplina) e cheguei a substituir um professor em licença. Eram dois dias por semana. Ao me formar, mudando para o Rio de Janeiro, prestei concurso público para professor de História no município do Rio, sendo aprovado. Comecei esta atividade em 1989, no segundo semestre, mas logo iniciou-se uma greve quando a cidade passou por uma grave crise financeira. A direção da escola, que funcionava na zona oeste entre Padre Miguel e Bangu, nos oferecia dois dias de trabalho durante todo a jornada. No restante da semana, era leitura para o mestrado em tempo integral. Ao acabar a greve, estávamos em 1990, a bolsa do CNPq havia terminado, o salário era baixo. Havia completado os créditos do mestrado, não me restavam muitos recursos, fora o auxílio familiar, e decidi tentar buscar aulas na área privada. Demiti-me do município e surgiu a oportunidade de um concurso para a UFJF exatamente para a área de Ciência Política, no Departamento de Ciências Sociais (DCSO). Considerei a hipótese de voltar, me inscrevi e fui aprovado em terceiro lugar. Havia a possibilidade remota em ser contratado e, enquanto isso, obtive aulas em escolas privadas e trabalhei em todas as séries, da quinta série até o terceiro ano do médio, como docente de História. Passei ainda um ano na escola pública estadual, em aulas para o primeiro ano do médio. De 1990 a 1994 este foi meu cotidiano. Em 1992 fui contratado como professor substituto no DCSO da UFJF, assumindo três disciplinas, duas de Sociologia e uma de Metodologia naquele semestre. No limite do tempo legal, após prorrogação do concurso, fui contratado em definitivo como professor auxiliar na administração pública autárquica federal no ano de 1994.

Um interregno pessoal. Casei-me em 1993 com Vânia, um amor já de 27 anos a quem dediquei os trabalhos de mestrado e doutorado, sob citação da lavra de Shakespeare e

Camões. O casamento nos presenteou com uma filha. O nascimento de Deborah, em 1994, não foi aquele lugar-comum sobre “mudou minha vida”, foi antes a realização de um sonho. Ela nasceu três meses após o início de minha relação profissional definitiva com a UFJF. Em janeiro de 1994 meu contrato de substituto não havia sido renovado, e havia perdido aulas no setor privado. Confesso que, pela primeira vez, eu temi por uma carreira. Já não eram tempos fáceis para as Universidades, a perda das aulas me fez uma busca desesperada por alternativas que me levaram a deslocar-me, duas vezes por semana, para 100 km além de Juiz de Fora e aumentar aulas em cursos pré-vestibulares. Foi a responsabilidade por uma filha que chegaria em alguns meses. A contratação pela Universidade (em maio de 1994) consolidou e tornou palpável toda a preparação intelectual, árdua e sistemática, à qual me propus e dediquei. Era o que precisava.

Desde o início me aproximei de um órgão da UFJF, gerido principalmente a partir do DCSO, cuja finalidade é ser um local de pesquisa aplicada associada à área: o Centro de Pesquisas Sociais (CPS). O diretor à época, o professor Carlos Alberto Botti (com quem mantenho amizade profícua até o presente), me recebeu generosamente e comecei participando de um trabalho de pesquisa, realizado para a microrregião da cidade de Ubá-MG. Este levantamento (concluído em 1997) era parte das exigências para a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) naquela microrregião, sendo conduzido pela coordenação do professor Botti e teve minha atuação como pesquisador. Foi um levantamento das áreas de pobreza, entrevistas com lideranças e moradores locais e a construção de um modelo descritivo para 21 cidades. Um projeto expressivo e de longo alcance, pois rapidamente o SUS se consolidaria como o importante sistema que é.

Ainda antes, iniciei a participação no projeto “Banco de dados municipal”, uma iniciativa que contou com convênio com a Prefeitura de Juiz de Fora por muitos anos. Assumi a coordenação deste projeto entre 1993 e 1996 (juntamente com o professor Gilberto Salgado), depois em 1999 e 2000. Este projeto publicava, a cada ano, um Anuário Estatístico da Cidade de Juiz de Fora e em 1996 produziu um “Boletim estatístico”, publicação onde constava um conteúdo analítico de dados com três artigos, um que eu mesmo assinei como panorama geral do município e dois outros, um sobre o setor de serviços e um terceiro sobre a segurança pública em âmbito municipal.

Com o professor Gilberto Salgado mantive uma incessante relação pessoal e profissional, esta, envolvendo a experiência em dezenas de *surveys* realizados entre 1990 e 2006. Basicamente foram pesquisas centradas em duas modalidades – político eleitorais e de mercado – com ampla maioria das primeiras. Este trabalho construiu um conjunto de técnicas

de preparação de questionários, treinamento, técnicas de pré-teste e trabalho de campo, constituindo uma herança para o acompanhamento de processos eleitorais em pleitos locais ou de alcance estadual em Minas e no Rio de Janeiro. Toda uma geração de alunos de Ciências Sociais participava como entrevistadores ou tomaram conhecimento de relatórios, despertando inclusive a formação de empresas da área de pesquisa na cidade de Juiz de Fora, em algumas cidades de Minas e no Rio de Janeiro. A técnica de *survey* foi aprimorada a cada ano, com a remodelagem estatística da amostra, predominantemente aplicada na modalidade de amostragem estratificada e a construção de relatórios analíticos. Mantive uma longa amizade pessoal com o professor Gilberto e uma parceria muito produtiva intelectual e profissionalmente. Infelizmente Gilberto nos deixou abruptamente em 2010, uma interrupção de vida que poderia estar no auge de sua maturidade intelectual.

A experiência docente, fruto de um acordo pessoal com o departamento de então, foi concentrar disciplinas em Sociologia, mas jamais abandonei a experiência com a História e a Ciência Política em sala de aula. Lecionei Introdução à Sociologia ou Sociologia específica em cursos de História, Economia, Administração, Comunicação, Geografia, Filosofia, Direito e até Engenharia. A meu ver, os cursos precisavam das devidas adaptações, o que me conduzia à constituição de um plano de estudo, em três partes: uma breve história da disciplina, o papel dos clássicos e uma parte aplicada à área. Exemplificando, isto exigia que nas áreas de Humanidades o curso versasse sobre temas da vida social como conflito, classe, estratificação e problemas contemporâneos; em Engenharia, o curso tinha uma terceira parte que envolvia a estrutura dos desafios tecnológicos de uma sociedade em mudança pela aceleração da técnica. Em Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais (o debate epistemológico e construção de projeto) tive possibilidade de oferecer em Ciências Sociais e, pelo menos uma vez, em Comunicação e Enfermagem.

Durante muitos anos, basicamente de 1994 a 2000, a “cadeira” (para usar o antigo termo das Universidades, demolida pela reforma universitária de 1968) de um dos clássicos em Ciências Sociais ficou ao meu encargo: Marx. O curso de Ciências Sociais da UFJF tem uma história longeva (para nossos padrões) que remonta aos anos de 1950, fruto de uma das antigas faculdades isoladas que deram origem à UFJF – a Faculdade de Filosofia e Letras (FAFILE). Não seria impreciso observar que se tratava de uma escola tradicional, onde os clássicos tinham grande interesse. Esta foi a força, e, de certa forma, a fraqueza, do curso. Até o início dos anos 2000, o *curriculum* do campo da Sociologia era constituído por uma forte carga de teoria social, e esta foi uma força importante como perfil e constituição de uma referência. Havia um curso para cada um dos três clássicos, e me coube a responsabilidade

por Marx. Realmente era o autor, desde a graduação, para o qual eu mais havia me dedicado. Minha opção na prática cursiva, para uma geração de alunos que comigo estiveram de 1994 a 2000, e depois entre 2004 e 2006, era a seguinte: eu vetava, na parte inicial do curso, a leitura de comentadores – e é conhecida a quantidade de intérpretes marxistas das diferentes vertentes – inglesa, francesa, italiana, alemã, húngara, sueca, russa e até norte-americana. Meu problema teórico era a obra de Marx. Isto significou, durante anos, a seguinte sequência: introdução aos conceitos gerais a serem apreendidos – com um capítulo especial para o método dialético; depois “A questão judaica”, “Os manuscritos de 44”, “A ideologia alemã” (trechos escolhidos), “O manifesto comunista”; excertos da “Crítica da economia política”, excertos de “O capital” (livro 1, capítulo 1 mais os capítulos históricos do livro e algo do livro 3) e o “18 brumário”. Aí sim vinham as indicações de comentadores, particularmente dois sobre economia – eu sempre apreciei muitíssimo as leituras econômicas nos textos de Ernest Mandel (1982) e Paul Sweezy (1983), ou a leitura de Anderson (1989). Como indicação de biografia, em 1990 foi publicado em português o texto de David MacLellan (1990), até hoje um livro que reputo como uma referência. Sempre citei, mas nunca insisti na fixação althusseriana entre o “Marx jovem” e o “maduro”, mesmo admitindo seu didatismo. Ela sempre me pareceu algo artificial, pois poderia instruir uma descontinuidade que a mim nunca pareceu tão clara. Seria como imaginar – e conduzir o jovem aluno a considerar – que Marx descartou a alienação ou foi conhecer economia política apenas no exílio inglês. E havia toda a arenga althusseriana sobre “Teoria” (Marx) e “Teoria” (outros), o que sempre me faz recordar a tediosa prosa da psicanálise lacaniana e sua obscuridade sobre o tempo ou o “Grande outro segundo”. O marxismo francês, retirando desta conta os historiadores como Lefebvre ou Vovelle, é um grande exercício de filosofia que mais incomoda pela não contribuição, oscilando entre um partido comunista de péssimo desempenho, “revolucionários” guias para o “Terceiro mundo” (como o “foquismo” em Régis Débret) e os teóricos de cátedra pouco afeitos ao interesse geral. O contrário se dava na Inglaterra, onde existia um esforço genuíno em pensar a política como campo típico do marxismo, onde se destaca Perry Anderson. Se tomarmos a “História do marxismo” (vários anos), os volumes organizados por Hobsbawm, o painel é bastante esclarecedor até o primeiro quarto da década de 1980, mas daí por diante a complexidade da História do próprio marxismo, particularmente no pós-1989, será um desafio permanente. Os nomes se modificarão, todos perturbados pelo tema. É importante recordar os esforços de Przeworski (1994), o volume organizado por Robin Blackburn (1992), um dirigido por Miliband (1997) e outro organizado por Emir Sader

(1993), com importantes nomes internacionais de esquerda. Era hora para interpretar a queda do que parecia tão longo quanto o horizonte.

Era também fruto do tempo de estudo sobre o marxismo dito ocidental, aliás texto do talvez mais conhecido livro de José Guilherme Merquior (1986) no Brasil. Seria para ele o cenário da derrota da revolução, um refúgio no tema da crise da cultura ou no mais negro pessimismo O marxismo que teria tido início com Lukács e Korsch, desdobrando-se por Gramsci e os frankfurtianos, penetrado em Althusser. Com os desdobramentos do pensamento de Marx segundo especificidades geográficas e origens sociais diversas, segundo o argumento de Perry Anderson (1989, op. cit.). Para Anderson, era preciso compreender as relações entre as diversas gerações e suas relações histórico-sociais com a revolução e a causa operária.

Mas, o tempo presente é também um tempo de muitos desafios. Entre o fim dos anos de 1970 e os de 1980, a temática da “Crise dos paradigmas”, do “Fim das grandes narrativas”, “Da reconstrução das Ciências Sociais”, foi um desafio para o campo de estudo. O físico Thomas Khun (1975) passou à pauta das Ciências Sociais com sua defesa das “Revoluções científicas” e “Crise paradigmática”. Esta influente leitura auxiliou na reavaliação de um campo controlado por narrativas fortes e mais “fechadas”. Foram tempos de Jeffrey Alexander (1986) e sua tese da síntese epistêmica clássica contemporânea e multidimensional; de Anthony Giddens (1989) e sua tentativa de uma teoria da estruturação que considerasse a relação contínua clássicos/presente e sua proposta de teorias não competitivas entre si. Em outra chave, Karen Knnor-Cetina (1997) defendeu o conceito de situações transepistêmicas, para muito além da ideia de uma comunidade epistêmica com suas regras paradigmáticas e em defesa da integração entre a comunidade em si de cientistas e os não cientistas na formação do conhecimento. Foi também o tempo em que Pierre Bourdieu (2004) refletiu sobre o uso social da ciência, identificando o conceito de campo em suas diversas formas (cultural, artístico, científico), constituído por agentes e instituições que se interconectam, sem uma ciência “pura” ou “prisioneira” das circunstâncias políticas ou econômicas.

Se o trabalho em sala com Sociologia foi um desafio em meio ao fogo cruzado de debates, outra trincheira foi o combate em torno da pós-modernidade. Sim, porque tal tema traz ao centro a desconstrução, uma categoria que ganhou força pela obra de Derrida e que se refere, por derivação lógica, em desconstrução conceitual de narrativas e conceitos. E temos a considerar também o importante texto de Lyotard (2008). Aqui, todas as grandes narrativas se perderam, a ideologia declinou, o projeto moderno de uma sociedade livre, constituída pela democracia ou o diálogo como projetos, se perdeu. A construção de um projeto como um todo se perde na multiplicidade de valores e o próprio saber se relativiza. Se Daniel Bell escrevia

no fim dos anos de 1950 sobre o “Fim da ideologia” (BELL, 1962), Lyotard e seus seguidores nos conduziram a um mundo sem sentido, não “universalizável”, relativizado pelas múltiplas narrativas, significativas em si mesmas. Assim temos, minimamente, o reconhecimento da diversidade; e o pior do pós-moderno e que nos acompanha até hoje: o identitarismo que oscila entre a liberdade de agir por “lugar de fala” e o autoritarismo no discurso e na prática. *Pari passu*, a perda da História como um elemento fundante e de ponte entre o passado e o futuro, nos indica a negação do futuro como projeto, pois dele nada se espera senão a repetição do passado ou a individualização dos desafios. Levada aos seus limites, a pós-modernidade pode conduzir à negação da ciência e suas construções, da área médica às ciências humanas. Sobre o debate, são recorrentes os incômodos e refutações de Beck (1992), Giddens (1991) ou Habermas (1989, 1995) sobre a posição pós-moderna.

Mas o tempo do desafio continuava, para além da nem sempre óbvia associação entre “A crise de paradigmas em Ciências Sociais” e o pós-moderno. Nosso desafio era também enfrentar outros dois debates, um muito associado ao marxismo, outro um desafio global a qualquer referência e com flertes ao irracionalismo. O primeiro caso notável, e que surgia em diferentes momentos na sala de aula, era o debate sobre a categoria “trabalho”. Tornou-se recorrente porque, ao longo dos anos de 1990, o tema do desemprego – e do emprego – tornou-se vital para o debate econômico e sociológico. Isto, em um curso onde estudar Marx e o marxismo era uma matéria central, era tema recorrente e de obrigação. Ou um curso próximo da Sociologia Econômica. Um texto de Claus Offe, “Trabalho: categoria sociológica chave?” (1989) passou a frequentar meus cursos quando se tratava de alguma disciplina eletiva onde o tema fosse discutido ou onde surgisse. Da mesma forma, ao fim da década, o texto de Robert Castel (1998) ganhou força no seu debate sobre a sociedade assalariada e a tendência à individualização fragmentada. No Brasil, autores como Ricardo Antunes (1999), permaneciam fiéis à análise da categoria trabalho, podendo também citar os esforços de Márcio Pochman (1999) no estudo envolvendo trabalho, globalização e desemprego.

No debate sobre emprego, surgiu também o crescente interesse na globalização. A defesa da integração internacional proporcionada pela crescente expansão dos mercados, a integração tecnológica e as críticas ao Estado nacional (como OHMAE, 1996), embalaram o tema por toda a década e ainda persistem. A convergência entre Sociologia, Ciência Política e Economia encontram nesta temática um interessante desaguadouro, reunindo a sociedade em mudança, os riscos sociais, a expansão dos mercados, a revolução tecnológica e os dilemas do Estado nacional no que tange à política econômica e a organização democrática, bem como os projetos nacionais de desenvolvimento e seu lugar. Talvez os estudos envolvendo a crescente

liberalização dos mercados, e o assim chamado neoliberalismo, tenha sido a base desse debate, com seus impactos socioeconômicos e a crescente prevalência da ciência econômica como elemento formador deste mundo. Observando hoje, em perspectiva, foi este turbilhão teórico que levou à minha decisão de doutoramento, mas isto fica para a próxima seção.

Ser professor em uma área tão vasta e culturalmente diversa sempre foi um desafio, mas este se intensificou a partir dos anos de 1990. Há duas expressões sobre o século XX que o resumem de forma diferente. A primeira é de Hobsbawm, que o denomina de “o breve século XX” (1994) - da revolução Russa à queda do Muro de Berlim; a segunda de Giovanni Arrighi (2007), nominando “O longo século XX”, aquele do ciclo da hegemonia norte-americana¹⁵. Se curto ou longo, o fato é que os desafios da docência se tornaram mais graves em um mar encapelado. Se até aqui me preocupei em mostrar a multiplicidade teórica e os desafios intelectuais, nos jogarmos nos braços do trabalho sistemático na docência era tanto o ponto de convergência desses temas quanto o desafio formativo de incluir esta visão de diversidade entre os alunos. A inquietude das Ciências Sociais foi uma marca da década de 1990.

Meu entendimento pessoal sobre a dinâmica nas aulas em Humanidades é leitura, registro, interpretação e escrita. É ser capaz para compreender as conexões. Um aluno livre é aquele que pergunta, mesmo como desafio, teste (e isto é muito comum) e possa entender que não existe vida fácil neste mundo. Em verdade, um professor não é o que tudo sabe, é aquele que sabe indicar caminhos e possibilidades. Não há como organizar uma aula de graduação como um seminário permanente de autores, ou conduzir uma aula como se linguagem estivesse igualmente naturalizada entre os discentes. Há que preparar, organizar, ler e tornar possível a interrelação. Quanto maior a clareza conceitual e menos hermética (o que não significa menos complexa) a linguagem, maior é a possibilidade de interação.

A árvore das Ciências Sociais tem muitos galhos. Há muitas possibilidades quando essas ramificações são observadas. Há maneiras de organizar obras e até “manuais”: a forma pela via dos autores clássicos – não apenas Marx, Durkheim e Weber, mas também Tocqueville ou Pareto ou Simmel. É o caso do belo livro de Raymond Aron (1987). Bons textos de teoria podem ser interpretativos por escolas da tradição sociológica, como faz Donald Levine (1997) e que viaja pelas narrativas e tradições nacionais, e também existe a opção de Randall Collins (2009), sobre a tradição dos temas (conflito, utilitarismo, a escola durkheimiana e o microinteracionismo). E ainda acho muito importante o já antigo livro de

¹⁵ Os quatro grandes séculos estariam sob hegemonia de Gênova, dos Países Baixos, da Inglaterra e dos EUA. A julgar por outro texto de Arrighi (2008), o próximo ciclo deverá ser chinês.

Wright Mills (o que pode ser caso de encantamento de um interessado não graduado em Ciências Sociais) sobre a Imaginação Sociológica (1975).

Uma outra forma para escalar a árvore são os dicionários específicos. Dicionários não são obras para leitura, como um romance ou um texto de Weber. São obras de referência. Poderiam ser citados Bobbio, Matteucci e Pasquino (1986), Bottomore (1988), Boudon (1996), Johnson (1997) ou Outhwaite e Bottomore (1998). Dicionários são mapas, portas de entrada, nunca um fim em si mesmos. Não se aprende interacionismo ou microsociologia em um dicionário; não se compreende as formas de governo ou a organização do Estado em um dicionário. Os manuais têm quase a mesma filosofia. São peças que nos contam uma parte resumida da estória, mas não nos levam ao final. Eles tendem a ser temáticos, passando por conceitos e agregando-os a um “programa de treinamento”. É o caso do excelente manual construído por Anthony Giddens (2005) que serve às finalidades da sociologia básica. Manuais são relevantes para cursos fora da área das Humanidades (ainda que não desnecessários nela) exatamente por se organizarem tematicamente.

Este autor detesta os lugares comuns do tipo missão, vocação ou frases de efeito como “todos aprendem em conjunto”, particularmente quando descontextualizadas. Missão é tarefa a ser cumprida, um encargo, um conjunto valorativo de inspiração largamente empregado nos manuais de Administração. Sua origem religiosa é bastante nítida. Vocação invoca invariavelmente Weber, uma aptidão que guarda relação com o chamado religioso, secularizada por um projeto de vida para o trabalho (1981). As frases de efeito esvaziam o conteúdo e nada explicam, mostram o resultado da ação antes sem explicitar como. Ser professor não é o ato de entrega a um modo de vida, é antes uma ação de trabalho a qual se escolhe, ou se é levado a escolher, pelas circunstâncias objetivas da vida. Pode ser uma “entrega” profissional, mas não é derivada de um espírito inato. A mística da profissão é a magia que move uma parte desta população. Desprovido desta magia, muito mais a construção de uma identidade que um “chamado”, um encontrar lugar no mundo da vida.

Me tornei professor pelo convencimento sobre trabalhar no campo intelectual. Também porque a área das Humanidades onde me criei, a História, e depois a Ciência Política, eram campos pouco ou nada abertos ao trabalho fora do magistério. A experiência docente em séries do fundamental sempre foi desafiante, mas pouco incentivadora para meu movimento desde cedo de ultrapassar fronteiras para leitura e em contato direto com o mundo acadêmico formal. Eu nunca pretendi permanecer na docência da escola fundamental ou média exatamente pela dificuldade em me adaptar àquele mundo formativo e por considerá-lo extremamente difícil (e ingrato) em sua rotina. Há subvalorização clara da atividade e

pressões que a Universidade pública desconhece. A docência universitária sempre me pareceu um campo aberto, com mais liberdade e pelo contato com a literatura mais sistemática do campo de estudo como parte da vida. Títulos na docência superior abrem oportunidades de pesquisa e publicação e participação no debate das áreas. Eu planejei ser docente universitário, não foi nada por vocação ou missão.

Não considero a sala de aula um campo propriamente identificado a conceitos como “democracia”. Aliás, o desgaste da palavra pelo (mal) uso prejudica seu campo de ação no seu *habitat* constituinte – a política, as instituições, as organizações. Existe um saber estabelecido, um curso planejado, uma meta a cumprir, tarefas a medir. Não me é possível imaginar oferecer um curso, por exemplo, de Sociologia Econômica, apresentar o programa para os alunos e ouvir uma sugestão para estudar o interacionismo simbólico ou a simbologia dos nativos Maxacali. Claramente houve um erro na escolha matricular do aluno que sugerisse tal coisa. Da mesma forma, não é possível tratar de autores que o próprio professor desconhece. Não somente não existe a obrigação do conhecimento sobre todos os autores quanto também é legítima a falta de interesse em algum específico e não considerado, pelo professor, como imprescindível. Nunca compreendi o encantamento desesperado por Foucault, por exemplo, ou pelos franceses pós-modernos. Mas, em qualquer sentido, é sempre viável discutir formas de avaliação e modalidade de aulas. É sempre aceitável discordar, desde que no conteúdo fundamentado. A diferença entre opinião e fato é uma parte da vida científica que nunca pode ser esquecida. Opinar também não é fruto da experiência de “verdade” definida a partir do sujeito. Creio ser a verdade um problema mais da filosofia que da ciência social. Quem se define como portador da verdade não é um bom aluno; quem se dogmatiza não é um bom discente, quem acredita em uma verdade revelada, secularizada no marxismo ou no liberalismo, é um mal aprendiz. Da minha experiência de 28 anos em curso superior, nem uma única vez tive problemas com apresentação do conteúdo programático que desejei, seja na graduação, seja na pós-graduação. Debate sim, posicionamento sim, mas sempre voltar ao texto – e ao tema – é a regra, que fundamenta as posições.

Recuso a fórmula, muita utilizada em um certo marxismo vulgar, de que “tudo é política”, uma leitura empobrecida de Gramsci. Se tudo está em toda parte não está em lugar algum. Na verdade, o prazer do conhecer pode tornar-se política. O fazer da política não é o mesmo que dedicar-se ao estudo da política; trata-se da diferença entre o instrumental e o conhecer¹⁶. Quando o conhecimento se conecta com as ferramentas da política – a

¹⁶ Desde já, não estou aqui diferenciando o mote weberiano da ciência e da política como duas vocações. De certa forma, as conecto ao sentido gramsciano de passar do “senso comum” à “filosofia”.

participação, a filiação, a militância, a luta pelo poder – é certo que se faz a política para além do senso comum. Esta era uma lição de Gramsci. A aproximação com a práxis não faz da sala de aula um púlpito. Eu prefiro vê-la como um círculo onde os autores interagem. A lógica emancipatória do pensar se faz na diferença, na complementaridade e na comparabilidade. Nunca fez mal a um marxista conhecer Burke ou Stuart Mill; ou um liberal conhecer Marx. A sala de aula é o espaço de estudo da política sem uma hierarquia de autores considerados no cânon disciplinar, como se em uma pirâmide estivessem. Se estudamos Marx, o espaço da política é o da organização de classe, o estudo do papel do Estado e como o capitalismo se produz, se reproduz e envolve-se com as classes e sua organização. Se for Edmund Burke, tratamos da defesa do mundo tradicional da vida política em sua ilha e da Revolução Inglesa em sua comparação (uma das mais bem-sucedidas “lendas” da história) com a Revolução Francesa: enquanto esta teria sido um banho de sangue, a primeira foi uma transição tranquila para um regime “livre”. Se estudamos Bentham ou Spencer, como isso se relaciona com o liberalismo? E como isso se insere na história da vida europeia, ou no embate do liberalismo com o socialismo emergente?

Em qualquer busca, na graduação ou na pós-graduação, reconhecer a fonte, buscar a fonte. Ou, em outra linguagem, abrir os dados. Dados são objetivos no sentido de que eles lá estão: o estudante, o pesquisador, deverá buscá-los. Mas, o importante sobre dados, na busca por respostas, é a relevância das perguntas. Bancos de dados, ou fontes, são “entrevistados” com base nos objetos, pelas hipóteses ou até para constituir um quadro descritivo. O professor que ensina a leitura de dados – e das fontes – é um construtor de pontes com as teorias. Não há teoria em si, vazia, filha da metafísica. Somente há teoria à medida que nos encontramos com a realidade. Dados são um jogo de encaixe: mas as peças não podem ser forçadas para encaixarem-se nos espaços da teoria. A compreensão da relação entre teoria e práxis de pesquisa é um jogo que deve ser iniciado cedo. E também são a oportunidade do encontro entre campos de estudo. Sim, cientistas sociais precisam compreender, ainda que em caráter primário, conceitos de estatística e análise de dados quantitativos. Se possível quantificar o qualitativo (isto não é nada ruim), ainda que a diferença entre as duas modalidades não seja hierárquica: há nuances.

Como professor, o que vejo como o aluno típico ideal, com perdão da liberdade conceitual? Não se trata de uma questão normativa. Quem se matricula em um curso das Humanidades deve estar preparado para ler, debater e escrever. Deve diferenciar fato de opinião, apresentar seu ponto de vista, saber ouvir e entender o outro. Aceitar a infinita diversidade do mundo e aprender que o que cada autor escreve é o que ele observa, que o

mundo não é obrigatoriamente idêntico àquela interpretação. Há muitos outros autores e hermenêuticas. Isto não é relativismo, é análise de texto e análise comparada, é parte da ciência. Outra obrigação é aprender, de alguma forma, a comparar. Se não o método como um todo, aprender com a diversidade. Um argumento para isso é quando observamos o país onde vivemos como um lugar especial sobre a terra. Sem o idealismo típico e oportunista, dispensável na ciência e na vida, é um lugar especial comparado a qual local? E em que? Na economia, na política, nas classes? Muito da comparação se dá na diferença, não na semelhança. E aprender, por fim, que nem todo conhecimento é automático e autonomamente válido – há hierarquia no conhecer e no saber, senso comum não se confunde com a ciência. As religiões, por exemplo, são registráveis e significativas em seus contextos de crença, mas não servem para explicar o mundo em sua complexidade; no máximo, analiticamente, atuam sobre uma fração do mundo. Podemos estudar o fenômeno religioso em interação com o mundo da vida e as áreas, mas a prática das religiões não pode pretender ser substituta transcendental da realidade material. Para este autor, o transcendente pouco se dá com o mundo da vida onde se trabalha, com as mazelas, a desigualdade, a perseguição, o sucesso econômico. A divisa iluminista de Kant, ousar conhecer, deve ser o mote para o professor e o aluno. Nada menos que isso.

O desafio de um trabalho que não se acaba – e o de professor é interminável não somente por *life long learning*, mas também por intensidade - é pouco enternecedor. Mas também é necessário e pode ser prazeroso. Recordo-me da alegria em compreender, a luz se acender, sobre um conceito ou um conjunto articulado de ideias. Imagino que o professor deva ser o senhor não das convicções, mas da ética de responsabilidade, para citar a retórica weberiana. É sua obrigação ser um realizador de conexões, e estimular que seu aluno carregue essa capacidade de conexão pela vida. Avaliações, por exemplo, nada são sem as conexões conceituais ou em relação à solução de problemas. Não se avalia perguntando “o que é uma forma de dominação legítima”? Se avalia indagando em como as formas de dominação legítima podem interagir. Com esta segunda opção é possível verificar se o avaliado compreende quais são, afinal, as formas de dominação. Não interessa muito saber, em avaliações, o que Durkheim pensava sobre a divisão de trabalho, mas sim compreender a diferença entre a sociedade industrial de Durkheim e o capitalismo em Marx e Weber.

Grande parte do que aqui escrevi refere-se ao mundo da formação em graduação. Mas não só. A pós-graduação nada mais é que a preparação avançada para a constituição de um pesquisador. O método – ler, ordenar fatos e dados, interpretar, escrever – é o mesmo. Comparar e estabelecer conexões, agora cada vez mais específicas, explicativas e

responsáveis, um desdobramento lógico. A forma – leituras sistemáticas em seminários temáticos e o controle de textos em mais de um idioma, uma necessidade. Mas minha experiência como professor na pós *stricto sensu* somente ocorrera a partir de 2005. Tratarei mais dela na seção 4.3.

Vivemos em um mundo de intolerância, medo e insegurança. Beck (1992) e Giddens (1991) prefeririam referir-se a ele como uma sociedade de risco. Já há anos é assim e não há sinais de muita melhora. Esta lide é também o mundo da docência. Se há uma tarefa política a cumprir neste campo ela não está em entregar-se à platitude ou em converter a sala em púlpito. Está em indicar os caminhos críticos e diversos para a sobrevivência de uma sociedade em riscos crescentes – para a democracia, a liberdade, o meio ambiente e a vida civilizada em bem-estar. Mas sob a luz da ciência, não da crença ou da busca pela “verdade”.

3 UM NOVO COMEÇO PARA A MESMA VIDA (2001-2004)

Não se possui o que não se compreende
(Goethe)

Doutorado. Uma expectativa para quem já não era o rapaz em formação dos 22 anos. Ingressei no programa de Economia Aplicada do Instituto de Economia (IE) da Universidade de Campinas (UNICAMP) aos 36 anos, com tempo importante de experiência em docência em uma universidade pública, tendo ocupado cargo de coordenação de curso, participado de pesquisas aplicadas e orientado trabalhos de graduação. A experiência foi relevante para o ingresso e para todo o curso.

Em retrospectiva de trajetória, percebo hoje com mais clareza a escolha pelo doutorado em Economia Aplicada. O debate nos anos de 1990, os embates em torno do mercado e das reformas econômicas, a chamada “crise do trabalho”, o próprio mestrado (centrado na figura de um liberal) e a beira de uma longa hegemonia da agenda neoliberal no Brasil, pavimentaram o caminho. Se antes a História trouxe-me a primeira identidade; o mestrado obrigou-me o enfrentamento do liberalismo; a experiência docente ao enfrentamento das mudanças teóricas e práticas nos anos de 1990, a economia operou como um chamariz. A ciência econômica, expressa a partir dos anos de 1980 e em sua corrente dominante, fincou raízes para a demolição do “capitalismo organizado” e sua substituição pela defesa do fim da história e da monocultura institucional. Era um caminho desafiador, uma necessidade em conhecer este campo, compreender seu domínio ideológico e a crescente atividade de seus *policy makers*. Da mesma forma que a História me mostrou o caminho das conexões das sociedades no tempo, a Ciência Política a multiplicidade organizacional, institucional e da construção da ordem entre dirigentes e dirigidos e os jogos de poder, a Economia era uma chave para a organização do espaço do capitalismo na era da financeirização, da globalização excludente e da organização da produção e dos mercados por seus *stakeholders*.

Meu projeto original para o doutorado foi uma proposta sobre a crescente “desnecessidade” do trabalho no capitalismo contemporâneo. Preparei um projeto cuidadoso acumulando leitura por seis meses, propondo um trabalho que envolvesse a comparação entre quatro países – Brasil, Argentina, Portugal e Espanha – e a construção de um modelo analítico que demonstrasse os participantes da população ativa não decisivamente necessários à lógica do próprio capitalismo, formando um exército sem identidade e lugar, que flutua e cresce na

precarização¹⁷. A revisão bibliográfica passou por Arrighi (1997), Castel (1998), Hayek (1976, 1978), Keynes (1992), Marx (op. cit.), Polanyi (1980), Smith (1983) e Weber (1984a,b). Enfatizei a questão do estado de bem-estar como elemento de análise e justifiquei a comparabilidade entre dois estados da semiperiferia (Brasil e Argentina) e dois *latecomers* europeus (Espanha e Portugal). Foi um trabalho bem recebido pela banca, mas também com alguns questionamentos, conceituais e sobre os autores escolhidos. Fui aprovado para a turma de 2001.

Por uma das correspondências que a vida traz, estava na banca Jorge Tapia, meu mais duro inquisidor no debate sobre o projeto. Com duas semanas de aula, em março de 2001, Jorge me abordou no corredor e me fez uma proposta. Seu campo de estudo presente eram as concertações europeias recentes com relação ao mundo do trabalho e as reformas no estado de bem-estar. E indagou se eu aceitaria caminhar com um projeto nessa direção. Estariam preservados meus interesses originais: o debate sobre o trabalho e o emprego, o interesse pelo estado de bem-estar e eu poderia manter o método comparativo interpaíses. Não vi obstáculo algum e não demorei em aceitar a proposta.

Meu período de doutorado foi extremamente profícuo e o IE da UNICAMP foi o melhor lugar para onde poderia ter ido. Em primeiro lugar, é uma escola na economia brasileira, rejeitada pelos centros *mainstreams*, como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); é um oásis de heterodoxia entre faculdades de Economia centradas na corrente hegemônica e suas grades de negócios e mercado. A Escola de Campinas é desenvolvimentista, valoriza a economia política, a *interface* com a História e as Ciências Sociais e tem perspectiva multidisciplinar. Sim, há macro, micro, métodos quantitativos, análise de mercado. Mas há duas âncoras intelectuais que representavam um ponto de convergência: Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manuel Cardoso de Melo. Não bastasse guardou nomes como Wilson Cano e Fernando Novaes, referências para o mundo intelectual brasileiro. Mantinha uma das principais estudiosas sobre políticas públicas e estado de bem-estar, Sônia Draibe, e um então jovem conjunto de professores vinculados à economia do trabalho. Sua nucleação de pesquisa era representativa dos projetos docentes e gozava de financiamento.

Entre o fim do mestrado em 1994 e o ingresso no doutorado em 2001, eu cumpri meu trabalho na UFJF regamente e aguardei minha vez, em um departamento onde muitos ainda tinham doutoramentos a cumprir. Graças à generosidade de meu departamento, recebi uma

17 Guardadas as proporções, muitos anos depois Standing propôs o modelo de precariado, que guarda semelhança com esta reflexão. Ver Standing (2014).

licença de quatro anos e uma bolsa, hoje extinta, conhecida como Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT). Mudei com a família para Campinas. Cursei um grande conjunto de disciplinas de Economia, basicamente porque vinha de outro campo de estudo. Macro, micro, métodos quantitativos, economia brasileira, interpretações do capitalismo, interpretações do Brasil, estudos sobre *welfare*, economia do trabalho e uma disciplina conjunta sobre economia contemporânea. Um acordo com a Universidade de Cambridge permitia a troca de seminários internacionais e havia um grande projeto coletivo do instituto, patrocinado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). A biblioteca do IE era superada apenas pela do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), que também congregava meu campo de interesse profissional, por seu extraordinário conteúdo em Sociologia, Política e História. Tinha as condições ideais de estudo – uma grande universidade, recursos bibliográficos e computacionais, bancos de dados, vida estável.

Aqui minha esfera de diálogo mudou. Eu era um estudante de doutorado experiente e com mais idade que a maioria dos meus colegas, alguns jovens que vinham diretamente da graduação em uma sequência até o doutorado. Como as disciplinas eram conjuntas, havia alguns desníveis de leitura inevitáveis e não havia tanta homogeneidade. Mas não só, pois havia também colegas já docentes e pelo menos dois pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na mesma turma.

Quando validei minha matrícula, adotei as obrigatórias de Economia *stricto sensu* e, já motivado pela conversa original com Jorge Tapia, frequentei o curso oferecido por Sônia Draibe e Pedro Barros Silva sobre Teorias do *Welfare State*. Aqui fizemos debates de três naturezas: a teoria e os modelos comparados, as tipologias, os casos concretos em países específicos. Os autores chave foram Esping-Andersen (1985, 1990), Maurizio Ferrera (1993), Marshall (1963), Christopher Pierson (1998), Paul Pierson (1996) e Gøran Therborn (1985), com duas excelentes coletâneas de autores tradicionais sobre o tema. Todos foram depois essenciais na tese. A ligação entre a Escola de Campinas e suas interfaces com a História e as Ciências Sociais, trouxeram à tona o tema das crises financeiras e bancárias do século XIX, bem como aquele das sucessivas crises no mundo capitalista e da financeirização, destacando-se Barry Eichengreen (2000), Keynes (1992), Charles Kindleberger (2000) e Polanyi (1980), os regulacionistas franceses Luiz Gonzaga Belluzzo (1999) e Boyer (1996). Mas, em meio a tudo isso, era preciso compreender a dinâmica do capitalismo em sua história, trazendo os trabalhos clássicos de Gershenkron (1962), Hilferding (1985), Kalecki (1983), Keynes (1992), List (1986), Marx (op. cit.), Myrdal (1968), Schumpeter (1982) e Weber (op. cit.). A

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) era uma referência constante no debate sobre a América Latina, por isso a articulação entre a montagem do capitalismo na região foi articulada com Prebisch, Furtado e Conceição, mas também em diálogo com Faoro (1987), Florestan Fernandes (1981), Gilberto Freyre (1980) ou Sérgio Buarque de Holanda (1989).

Foi no doutorado que descobri os estudos de Robert Putnam (admito a demora), bem como os trabalhos de Colin Crouch e Wolfgang Streeck (1997), Peter Hall e seus parceiros (1989, 1993, 2001) e Fritz Scharpf e Vivian Schmidt (2000). Putnam (1996) veio como parte constitutiva de um trabalho sobre a “terceira Itália”, onde “Comunidade e Democracia” foi leitura obrigatória. Depois voltei a utilizá-lo em dois projetos de pesquisa. Os dois autores alemães construíram uma reflexão crítica muito relevante sobre dilemas e soluções para o “estado social”, segundo a nomeação alemã para o *welfare*, ambos então baseados no Instituto Max Plank. Há um trabalho basilar organizado por Peter Hall (1989), um vasto estudo sobre como o keynesianismo se estruturou por diferentes países, e sua parceria com David Soskice no relevante texto – e programa de pesquisa – voltado para as “Variedades de capitalismo” (HALL; SOSKICE, 2001). Há um artigo clássico de Hall e Taylor sobre o institucionalismo (1996) e um segundo de Hall sobre *social learning* (1993) de leitura muito recomendável. Foi no doutorado que abracei com dedicação o institucionalismo histórico como uma referência intelectual para mim obrigatória (EVANS; RUESCHEMEYER; SKOCPOL, 1989; PEARSON, 2004; TEIMO et al., 1993), um companheiro de jornada.

Encarei o doutoramento como uma fase da vida acadêmica, a constituição aprimorada de um pesquisador. Muitas vezes esta etapa formativa é vista como um título ou um passo em uma carreira que sequer é de professor, pesquisador ou nem da mesma área¹⁸. Um doutorado é um período em que projetos são gestados, aprimorados e desenvolvidos com técnicas e ações avançadas que colaborem com o mundo da ciência e da vida ativa. Isto pode ocorrer em qualquer área de pesquisa, sem estabelecer qualquer hierarquia. Mas não pode ser um exercício de diletantismo ou vaidade pessoal. A valorização da ciência deve ocorrer primariamente entre os pesquisadores; a validação da ciência para aquele cidadão que a

¹⁸ Há um caso que considero paradigmático: por experiência própria, conheço uma situação onde uma pessoa com formação contábil, servidor federal, teve interesse em estudar um doutorado em uma área de Ciências Humanas e pediu licença para tal. Perfeito, desejo de conhecimento é sempre válido. Mas, ao retornar do doutorado, qual agregação de valor este título traz ao trabalho? Pesquisadores se formam na vida institucional dos laboratórios e projetos, em engajamento. De nada adianta aumentar o número de doutores em instituições cuja atividade-meio realiza desejos que não os aproximam para qualificar melhor o exercício de sua atividade, remunerada com recursos públicos. Trata-se de um problema institucional, onde prevalece uma escolha pela falta de uma política de pessoal adequada.

financia somente ocorre à medida que somos capazes de trabalhos que estimulem o próprio campo científico e revelem algo novo e original para a compreensão do mundo.

A escolha do estudo em Economia Aplicada foi fruto do interesse em uma área, para mim, lacunar. Compreender economia como ciência é um traço da modernidade. Não objetivava compreender as alquimias do mercado financeiro, o *playground* das formulações matemáticas *ceteris paribus* ou o entendimento do mundo a partir de uma concepção filosófica rasa como o *homo oeconomicus*. Há toda a evolução da ciência econômica desde o século XVIII – as diatribes mandevillianas, a economia moral smithiana, a crueza amoral de Spencer, as medidas de Bentham para a dor ou a felicidade, a escola neoclássica de Jevons e Marshall. Um teorema geral se instalara: há o indivíduo, há sua natureza e propensão à troca e seu impulso “natural” de ganho, há um “lugar” onde as mercadorias são trocadas, sejam elas objetivas ou meramente papéis – o mercado. Há um ajuste que se processa, independente da vontade de cada um, mas que dependeria diretamente da livre fruição das vontades individuais, da liberdade de troca, compra, propriedade e posse de bens. Certamente, Smith não compactuaria com a o perverso mundo do apetite desenfreado de Spencer, mas não discordaria do indivíduo produtor e organizador involuntário do equilíbrio da vida econômica. Os neoclássicos levaram ao paroxismo os modelos de equilíbrio e sua herança nunca se dissolveu, antes permanece com mais (algumas vezes menos) sofisticação e elevação dos economistas desta concepção ao panteão dos sábios da modernidade – e sua influência nos governos. Mesmo após todas as grandes crises desde o século XIX, passando pelas guerras, a grande depressão, até a crise *subprime* de 2008. Mesmo com um interregno entre o fim da segunda guerra e a década de 1970, onde o modelo predominante permitiu níveis de vida incomparavelmente melhores às populações do capitalismo avançado (ou trouxe até mesmo benefícios semiperiferia do capitalismo), este modelo retornou com toda força nos anos de 1980. Parecia mais sofisticado, mas a desregulação, desregulamentação, privatização, riscos individuais, rejeição à proteção social contra a pobreza e a opressão econômica, retornou com a ferocidade de um terremoto. A Economia Política foi varrida do mapa como “política” e suas análises desconsideradas; o desenvolvimento passou a ser visto como mero sinônimo de crescimento, projetos nacionais morreram porque o destino das nações era a convergência de projetos e das “melhores práticas”, geralmente anglo-saxãs. O Estado regularia a segurança e garantiria os contratos, o ambiente favorável, e as instituições deveriam expressar a confiança em um mercado integrado. Meu desejo foi uma tese que enfrentasse esta visão monopolística e de convergência para uma uniformização institucional e econômica, mas também política.

Para isso, era preciso encarnar um espaço sócio-histórico definido e um conjunto concreto de ações.

Portanto, conhecer o conceito e o alcance dessas ideias do mundo econômico, mas em sintonia com a Ciência Política e a História, me conduziu ao projeto que terminou como minha tese. A escolha do trabalho, cuja originalidade também residia aqui, foi a Europa Ocidental, a União Europeia (UE). O escopo da tese abrangeu de 1992 a 2002, a “Europa dos 15”, e não atingiu a expansão posterior. O campo de experimentação do neoliberalismo no mundo europeu intensificou-se após a queda do Muro de Berlim e o fracasso soviético, com um campo de caça aberto ao ocidente e aos próprios oligarcas internos que trataram de privatizar e desregulamentar suas economias. A Europa fundante da Comunidade Europeia – principalmente França e Alemanha, mas também Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo – os “seis” – já eram 15 quando o Muro caiu e a onda de expansão cresceu praticamente sem cessar de 2004 a 2007, onde mais 12 Estados foram admitidos, os novos “irmãos” do leste. Eram as economias em liquidação de ativos e ausentes dos modelos consolidados de proteção social. Muitos países sequer possuíam previdência em moldes ocidentais, agravando a situação social dos mais idosos e de todos que saíram de um Estado fechado para um regime plenamente aberto à competição. Foi também o tempo de intensificação da corrupção, onde ex-membros do regime adquiriram antigos ativos estatais e rapidamente enriqueceram.

O campo de estudo sobre bem-estar social não pode prescindir do solo europeu ou ignorar sua história. Ali se trava uma batalha particular entre o mundo do mercado e o sistema de bem-estar social. Países como o Brasil, com seu modelo de *welfare* incompleto e a tradição de descontinuidades e rupturas, constantemente em disputa, normalmente perdem o olhar para a experiência europeia do pós-guerra. Em outras palavras, precisamos aprender a observar aquilo que o “modelo social europeu” tinha de mais vantajoso: não compreender a proteção social como um fardo, mas como uma vantagem, inclusive econômica, proporcionando tanto padrões de vida de qualidade quanto emprego e renda para produzir crescimento, inovação e proteção ambiental.

Para a elaboração do trabalho no doutorado, organizei uma rotina em que 18 meses foram focados no debate econômico e suas variações. A pesquisa para a tese começou efetivamente no segundo semestre de 2002. O levantamento bibliográfico contemplou quatro direções – história da comunidade até a UE e seu processo de governança, estudos sobre sistemas de proteção social comparados, o debate em torno da unidade, diversidade e variedade de modelos, e os países selecionados para comparabilidade (ver abaixo). Para cumprir as etapas, a leitura e a organização documental foram essenciais. A imensa

diversidade de dados do Serviço de Estatística da União Europeia (EUROSTAT) e da própria UE me permitiu acesso não somente aos elementos quantitativos, mas inclusive às atas das reuniões do Conselho Europeu e das decisões da Comissão. Isto permitiu construir um imenso banco de informações com todas as decisões selecionadas para todo o período estudado, bem como compreender as mudanças e nuances nos Tratados Europeus. Redigi primeiro a parte histórica, organizei o debate teórico entre unidade e diversidade, as variações interpaíses e o “Modelo social europeu”, e, finalmente, o registro das principais reformas realizadas nos países.

A tese foi o coroar de uma formação em economia aplicada, mas à luz das disputas políticas e econômicas em uma cena histórica em transformação. Foi preciso recuperar a história da formação da comunidade europeia, as etapas da expansão, a disputa em torno da entrada do Reino Unido (que chegou a ser vetada mais de uma vez pela França) e as decisões de incorporação dos países, até a chegada do Euro. Houve um corte temporal não aleatório – 1992 (o ano do Tratado de Maastricht, que nomeou a comunidade como UE) e 2002, um período de dez anos para permitir o acompanhamento de mudanças ou reformas implantadas em alguns países escolhidos (Suécia e Dinamarca; Alemanha e França; Portugal e Espanha; Reino Unido) segundo os quatro modelos socioeconômicos europeus (EBBINGHAUS, 1999). Em resumo, parti da preocupação com o tema da proteção social e da articulação desta com a própria UE, associando a temática com a persistência da diversidade ao longo dos diferentes espaços nacionais. Este posicionamento opera contra o argumento de uma tendência uniformizadora e definida externamente por critérios de pura eficiência econômica. Ao mesmo tempo, propõe recusar a tese da incapacidade, “esclerose” ou ruptura do *welfare state*, indicando o movimento articulado dos países e da UE e como as mudanças podem reforçar e renovar a arquitetura de bem-estar para a Europa como um todo – a unidade na diversidade presente no projeto europeu.

Redigir uma tese é equilibrar-se sobre um fio. No início ele balança, parece precário; em seguida se obtém mais segurança e, no fim, estando as informações encaixadas, você deve estar preparado para ser um equilibrista sem rede. Não é um processo fácil, primeiro pela incerteza, em seguida pelas decisões sobre encerrar a fase teórica, decidir encerrar a coleta de dados e ter a segurança para escrever. Não tendo à escrita por várias versões, a redação do documento base da tese foi um copião por capítulo, que foi sendo refinado.

Fiz grandes descobertas intelectuais e o debate com o orientador foi essencial. Era preciso desafiar a teoria da convergência, o suposto *big trade off* entre equidade e eficiência e as pressões políticas pela adoção de um modelo institucional unificado. Lembro-me do dia em

que, em uma pesquisa envolvendo o debate sobre a diversidade institucional, me deparei com um capítulo de um livro recente, assinado por Hall e Soskice (2001). Seu título era “Variedades de capitalismo” e com ele veio a descrição das chamadas complementaridades institucionais e os tipos ideais descritivos: enquanto em regimes de mercado, sem ou com baixa regulação, persistem relações diretas e contratuais (e sindicatos são vistos como impeditivos), em regimes coordenados a mediação institucional é permanente, a lógica da negociação está presente e o sucesso competitivo repousa na alta qualificação. Estudos sobre as variantes de capitalismo tiveram um dos precursores no trabalho de Michel Albert (1992), com a descrição dos modelos renano e o anglo-saxão, reforçando a ideia da existência de “capitalismos” tipificados. Os regulacionistas, como Boyer (op. cit.), por sua vez, desenvolvem o argumento de que a onda de globalização – similaridades em tecnologia, homogeneização dos estilos de vida e dos mercados financeiros – trouxe a teoria da convergência de volta, considerando convergência em níveis de produtividade e em um “oceano” de competição perfeita; o desenvolvimento da democracia e sua interação entre o poder político e a organização econômica e, finalmente, nas formas organizacionais. Entretanto, para o autor, nenhuma economia real conhece o equilíbrio dessa “competição perfeita”, há grande variação nas formas da democracia e da interação com a economia e sempre é possível um mix de regulações (como a estatal, acordos coletivos ou o mercado) e não “uma” única forma. Contra a fatalidade da convergência, Boyer argumenta com relação à impossibilidade de um país com subinvestimento tecnológico compartilhar as mesmas oportunidades de um país “virtuoso”.

A convergência é um mito moderno da mais recente onda do capitalismo, prima da globalização e filha adotiva do neoliberalismo e do “Fim da história”. Por que a Europa ocidental precisaria ser uma Europa convergente? Os arranjos institucionais são diferentes e as estratégias internas também, bem como seus modelos de proteção são variados.

É neste ponto onde as diversas formas institucionais e organizacionais do capitalismo se encontram com os modelos de proteção social, uma antiga controvérsia que tem lá suas leituras obrigatórias, Esping-Andersen à frente. Mas não só: Ferrera (1993), Scharpf e Schmidt (2000) e outros também exploram classificações. Eu optei por utilizar a ideia de modelos socioeconômicos (EBBINGHAUS, op. cit.), que possui a vantagem descritiva – e pragmática – para construir as dimensões dos complexos institucionais envolvendo governança econômica, relações industriais, regimes de emprego e características de bem-estar, chegando a quatro modelos: nórdico, central, do sul e anglo-saxão. Este foi meu encontro com o corpo teórico para a base comparativa da tese.

A união monetária e o projeto do euro têm suas pressões por convergência: regras rígidas sobre *déficit*, relação dívida/produto interno bruto (PIB) ou inflação. Intencionalmente sim, mas não houve adesão obrigatória dadas as regras dos Tratados. Os ingleses decidiram preservar a libra, os suecos temiam pressões contra seu modelo social, a Grécia aderiu acreditando poder controlar sua economia por fora e terminou em convulsão social, e por aí seguimos. Não há consenso algum, até hoje, sobre a adoção do Euro. Mas, daí não se segue que as tentativas de ordenação não tentassem uniformizar as coisas por “Monocultura institucional”¹⁹, adaptando e tomando de empréstimo, em outro contexto, a expressão de Peter Evans (2003).

Aqui reside o campo do rico debate, em relação a Ciência Política, sobre as reformas, as coalizões que se estruturaram à sua volta e suas idas e vindas, resistências ou facilidades. O papel dos constrangimentos (forçados ou não), a estratégia *blame avoidance*, a questão do “enraizamento” das políticas de bem-estar, a capacidade de organização das elites econômicas ou a possibilidade de um mix de reformas negociadas (ESPING-ANDERSEN et al., 2001; HEMERIJCK, 2002; PIERSON, 1996, 1998; ROSS, 2000; SARFATI, 1999). O tema das variações político-institucionais, com o argumento segundo o qual o modelo britânico *Westminster* (o termo é de LIJPHART, 1989), favoreceria reformas mais fortes pela sua maioria parlamentar mais firme, enquanto outros modelos, como o francês ou o alemão, as dificultariam. Sob qualquer ângulo é notório que estávamos diante de um processo adaptativo, gradual, de ajuste, muitas vezes negociado segundo parâmetros diversos e com resultados não idênticos. Assim, a Europa se reformava, mas sua viabilidade poderia depender da capacidade institucional em orquestrar consenso entre atores, como os partidos e/ou entre governos e parceiros sociais.

Havia alguns desafios a serem enfrentados. Ferrera, Hemerijck e Rhodes (2000) identificaram as “vastas pressões endógenas” (desafio demográfico, disfuncionalidade institucional, resposta aos novos riscos) e as pressões exógenas (renovação tecnológica, liberalização, serviços), sem contar a relação com os compromissos da UE, constatando a necessidade de recalibrar o *welfare*. Para os autores, o modelo social é ajustável aos desafios internacionais e permite compatibilizar produtividade e justiça social; atua como fator produtivo e tem bons resultados para a economia. Esping-Andersen et al. (2001), Hemerijck (2002) e Myles (2001) defendem uma nova arquitetura para o *welfare state*, respondente aos desafios demográficos, às vulnerabilidades familiares, ao risco de pobreza e infertilidade e,

¹⁹ Este estudo de Evans foi referenciado a outro contexto, com exemplos no Brasil e na Índia, mas o termo serve bem como identificador.

certamente, ao problema do desemprego e da competitividade. Para tanto, é essencial compreender as mudanças em uma perspectiva dos ciclos de vida: o investimento social em crianças e famílias com crianças, a vida no trabalho e suas relações com a família e, por fim, um sustentável e forte sistema de aposentadorias/pensões.

A análise dos países segundo os modelos socioeconômicos revela esta diversidade e os esforços de adaptação. Em todos os quatro modelos existem desafios que não são idênticos, mas as tentativas de resposta não representavam claramente, até 2002, sinais de erosão do modelo social nos países. Havia rachaduras, havia protestos, houve oposição, mas ruptura não ocorreu em lugar algum. Na verdade, muitas reformas já haviam se iniciado ainda antes de Maastricht e a pressão neoliberal foi mais forte nos anos de 1980 e parte dos 1990. Enquanto ela chegava ao Brasil no início dos anos de 1990, a Europa ocidental já apresentava sinais de adaptação e recusa de muitas reformas radicais contra o Estado.

Ao final retorna a questão da não convergência e da unidade na diversidade. A captação da dinâmica da Europa social, bem expressa na relação entre os Estados nacionais e a Comunidade Europeia, mostra a progressiva aproximação entre as esferas, no contexto dos desafios apresentados à união como um todo e a cada país. Do ponto de vista mais geral (comunitário), o conjunto de dados não aponta o desmonte ou a desarticulação, tendendo muito mais à estabilidade relativa que para um movimento de desarticulação do modelo social europeu. Já no nível de cada modelo, e segundo cada país, a imagem de uma Europa “esclerosada” entra em *débâcle* diante das evidências. Não há, nos oito países acompanhados ao longo dos quatro modelos, nenhum que não possua um movimento de adaptação e ajuste controlado. Não há uma agenda simplesmente definida pelo mercado, nem uma paisagem ártica e “esclerosada”. Seja pela recomposição das receitas e as medidas ativas dos nórdicos, as preocupações previdenciárias de Itália, Espanha ou França, passando pela *flexicurity* holandesa. Na maioria dos países existem ajustes na margem e adaptações, parcialmente mercantis, mas com elementos fortes de universalidade, no caso de muitos dos sistemas de saúde, por exemplo.

O nexo *welfare*-economia é variado, particularmente na Europa, e as complementaridades institucionais envolvidas não garantem *a priori* o resultado do jogo. Se alguns países têm relação mais forte com o mercado internacional, a força de fatores externos joga um papel importante. Mas, se este fator é mais fraco e a complementaridade diversa, impactos internos adquirem uma proeminência muito maior, como imaginou Pierson (1998). Diferenças ao longo de sistemas industriais, de negociação, a presença de pactos, a inserção na globalização financeira, em suma, um mar de diversidade, altera as respostas. E o *welfare*,

no limite, não é inviável ou inflexível: ele é um caminho para além do senso comum dos economistas *mainstream* que insistem em sua crise “final”.

Passaram-se muitos anos desde 2004, ano da defesa, e hoje posso observar em perspectiva: o que ocorreu, se hoje a Europa parece mais neoliberal que em 2002? Minha hipótese é que a adaptação do modelo social ao longo do tempo nos países vinha se ajustando dentro da noção de *welfare* flexível. As variações governamentais não eram tão relevantes, mas houve um traço conjuntural, quase paradoxal, que foi uma janela de oportunidade para o neoliberalismo: a crise de 2008. Seus resultados catastróficos para o capitalismo, em seu momento de financeirização, foram por demais evidentes, as medidas tomadas foram contra a receita tradicional – o mundo mágico das pirâmides de títulos, derivativos e assemelhados – que havia produzido a crise. Mas a solução em médio prazo desorganizou ainda mais o sistema, após anos de enfraquecimento dos atores sindicais, da desesperança política, a tendência para mudar a orientação de governo e as promessas de recuperação levaram coalizões ao poder nem sempre próximas do variado modelo social europeu. Mesmo a centro-esquerda se acomodou. Até aqui, a Europa nunca se recuperou de sua queda na crise: o desemprego médio permanece alto, com algumas exceções seu crescimento é baixo e os estímulos aplicados têm pouco efeito via mercado. Mas a esquerda europeia, o que sobrou dela devido ao fato de que muitos aderiram a programas de reforma, também tornaram o eleitorado resistente a mais do mesmo²⁰. Perdeu-se uma oportunidade e este campo político tem sua responsabilidade, tendo sido incapaz de apresentar respostas diferentes para um momento muito diferente.

Cumpri o doutorado com mérito e louvor (segundo a generosa avaliação da banca²¹), dentro do prazo, tendo defendido a tese em dezembro de 2004. Voltei para a UFJF e reassumi minhas aulas e passei a buscar projetos de pesquisa. Ingressei na pós-graduação. Voltei mais capaz, mais preparado e mais conhecedor de minhas limitações. A UNICAMP me deu uma grande experiência de vida acadêmica.

²⁰ Basta recordar do desastroso governo Hollande na França, das idas e vindas da social-democracia dinamarquesa e sueca e do desastre grego. Na Grécia, diante de uma crise que colocou a sociedade em prontidão contra o aperto fiscal, elegeu o Siriza, com programa à esquerda, para enfrentar o problema. A pressão da *troika* (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e FMI) foi tão forte que o governo, em uma noite, passou a seguir a receita antiga – e o aperto ficou ainda mais forte e lá se foi uma oportunidade perdida. Quem melhor reagiu foram os portugueses, após anos de pressão da *troika* elegeram um governo de centro-esquerda socialista que teve sucesso com medidas contrárias às recomendadas pelo *mainstream*, tendo sido reeleito em 2019 com grande votação.

²¹ Agradeço a Sônia Draibe, Eli Diniz, Maria Lúcia Werneck Vianna e Alonso Barbosa o grande debate que foi a defesa e sua generosidade como banca examinadora, presidida pelo orientador, Jorge Tapia.

Algumas poucas palavras sobre meu orientador. Jorge Tapia foi mais que o representante deste papel. Tornou-se um amigo fraterno e que, infelizmente, nos deixou em 2009. Tínhamos uma diferença de idade de exatamente dez anos e pelo meu perfil de doutorando mais experiente e disciplinado, o que também me deu autonomia de estudo e escrita, desde o início estabelecemos grande empatia. Senti muito sua partida. Jorge era uma usina de ideias, de trabalhos de pesquisa, fizemos projetos a desenvolver juntos e um apoio para um futuro pós-doutorado na Itália, na Universidade de Milão e sob supervisão de Marino Regini, estava a ser pensado no futuro (meu retorno à UFJF era obrigatório após a licença de 4 anos). Tudo se foi. Jorge adoeceu em 2006 e lutou por três anos. Visitei-o em Campinas pouco antes de sua partida e ele ainda falava, quase sem forças, em um artigo que tínhamos planejado. Foi um dos casos em que regularmente se diz: que perda estúpida. Tive a honra de ser convidado a fazer uma homenagem a ele no encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) em 2010, ato regular da Associação para os que nos deixaram durante os intervalos entre os encontros. Não se pode tudo, muito menos manter os amigos, diante do inevitável, da “indesejada das gentes”, parodiando a “Consoada” de Manuel Bandeira.

4 PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E COMUNIDADE CIENTÍFICA – NOVOS DESDOBRAMENTOS INTELECTUAIS (2005-2020)

Tal é a essência da ciência: fazer uma pergunta impertinente e estarás no caminho de receber uma resposta pertinente.

(Jacob Bronowski)

4.1 PAIXÕES PARTICULARES

Paixões particulares. À medida que agregamos autores e valores ao nosso cabedal intelectual vamos encontrando trilhas. Em cada fase da vida, aqui a memória se organiza em fases – a graduação, o mestrado, o doutorado, a docência e a pesquisa –, vamos desenvolvendo afinidades eletivas. Foi Goethe quem apresentou a expressão em um romance, retirada da alquimia medieval; foi Weber que a ela deu significado quando, em particular, reuniu a ética protestante e o espírito do capitalismo, referindo-se aos elementos convergentes que se atraem, ainda que não se confundam ou tenham relação de causalidade. Algumas vezes a afinidade com autores é eletiva, traduzindo-se em elementos convergentes e diversos; em outras é afinidade intelectual inspiradora.

Em particular os estudos doutorais me fizeram – e refizeram – a descoberta de afinidades. Minha admiração pelas primeiras leituras de Albert Hirschman e Richard Sennet, o primeiro ainda no mestrado, o segundo nos anos de 1990, foram reveladoras. Albert Hirschman sempre foi um mestre da astúcia intelectual, que ele me perdoe onde esteja, a construir *insights* articulados com teoria e uma das mais vivas inteligências nas Ciências Humanas que tive o prazer de descobrir. Há alguns exemplares que, desde os títulos são extraordinários: “As paixões e os interesses” (HIRSCHMAN, 1979), “A retórica da intransigência” (HIRSCHMAN, 1992); *Shifting involvements* (HIRSCHMAN, 2000) e o “*Exit, voice and loyalty*” (HIRSCHMAN, 1972). O primeiro texto é essencial no debate sobre a própria história do capitalismo e a relação do interesse para domar as paixões, sobre estimular as paixões pelo lucro e o comércio contra pulsões mais naturais, bem como sobre como a boa economia poderia proporcionar bons governos, o que de fato não aconteceu. O segundo talvez seja uma das mais demolidoras críticas ao pensamento conservador e contra seus argumentos relativos às mudanças, expressos por perversidade, futilidade e ameaça. *Shifting involvements* é um estudo sobre o engajamento cíclico na ação coletiva, sobre desapontamentos e envolvimento e seus custos. Saída, Voz e Lealdade é um astucioso esquema sobre as opções de voz empreenderem a dificuldade para os atores saírem de suas

posições e como as opções de saída, facilitadas, reduzem o poder da voz. Este é um comportamento que opera no mundo da economia. É um texto sobre a insuficiência das respostas puramente econômicas – consumidores tem opção de saída de um produto, ou podem se demitir. E tem a opção da voz, por protestos, ações e similares, o campo da política por excelência.

A escrita de Richard Sennet é uma partitura aparentemente simples, mas de alcance extremamente complexo. Sua paixão pela música, sendo ele próprio também músico, parece ter trazido à sua letra uma composição que começa com acordes simples e desdobra-se do adágio ao andante, do moderato ao allegro. Seus textos, não raro, iniciam-se como narrativas pessoais, culminam com um passeio por cidades, oficinas, trabalhos e vida pública. O descobri pelo excelente “O declínio do homem público” (SENNET, 1998), mas sua grande contribuição em uma série de textos – “A corrosão do caráter” (SENNET, 1999), “Respeito” (SENNET, 2003) e “As mudanças sociais no novo capitalismo” (SENNET, 2012) tornaram-se meus amigos para a sala de aula. “Juntos” (SENNET, 2012) é um maravilhoso estudo sobre as vantagens e deleites da cooperação. É onde a sociologia, a ciência política e a cultura andam abraçadas.

Já brinquei com os alunos e alguns colegas que, se pudesse escolher, gostaria de ser o profissional das Ciências Sociais com a astúcia de Hirschman e a simplicidade complexa de Sennet. Me cativa menos a “Sociologia de combate” de Bourdieu, por exemplo, mesmo com sua enorme contribuição às Ciências Sociais. “A reprodução” (BOURDIEU, 1978) e a “Distinção” (BOURDIEU, 2007) estão entre os clássicos modernos da Sociologia. Capital cultural, campo e *habitus* são corriqueiramente invocados no debate sociológico, e é sempre instigante sua insistência no enfrentamento da pesquisa empírica em confronto com a teoria e o posicionamento crítico diante das desigualdades e suas reproduções. Utilizei dois textos de Bourdieu em diferentes momentos, mas textos menores, mas muito significativos, que ficam para citar: “Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico” (BOURDIEU, 2004) e “O capital social” (BOURDIEU, 1996), particularmente pela distinção em relação a Coleman (1994) e Putnam (1996, 2001).

Passada a etapa do doutorado, também pude me dedicar a alguns autores os quais havia conhecido ainda no mestrado. Foi o caso de Norbert Elias. Conheci cedo o “Processo civilizador” (ELIAS, 1990) e após “A sociedade dos indivíduos” (ELIAS, 1994). Mas, mesmo não sendo sua obra mais celebrada, vejo “Os alemães” (ELIAS, 1997) como seu livro mais instigante, por sua bela reconstrução do quadro histórico e de como foi possível a perda de

valores do próprio humanismo e sobre como as classes médias atuaram na senda do autoritarismo aliançadas às elites tradicionais, da unificação ao III Reich.

Conheci Tony Judt pelo seu impressionante “O pós-guerra: uma história da Europa desde 1945” (JUDGE, 2008)²². Infelizmente publicado muito depois de minha tese, é um *tour de force* por toda a Europa de 1945 a 2005, de Oeste a Leste, da reconstrução a guerra fria, da comunidade e da EU, da queda no Leste às esperanças e desesperanças, em uma perspectiva integrada para os países. Tornou-se referencial. Posteriormente ele produziu um importante texto, simples e direto, escrito no ano de sua morte. “O mal ronda a terra” (JUDGE, 2010) é um belo trabalho sobre a história de lutas sociais e políticas, sobre os “Trinta gloriosos”, a social-democracia e seus valores e, incrivelmente, sobre esperança²³.

Também me sinto devedor de Simon Schama. Ainda ao fim dos anos 1990 ele escreveu um volume importante para o debate sobre a Revolução Francesa – “Cidadãos” (SCHAMA, 1989). Trata-se de um livro desafiador, com uma narrativa quase romanesca, confrontando temas como o “terror” e mesmo as conquistas da “revolução”. Não é o livro de um autor conservador, note-se, mas de um autor crítico e provocante no estilo. Ele produziu um notável livro sobre os EUA – “O futuro da América” (SCHAMA, 2009), partindo das primárias que indicaram Barack Obama para a Presidência, ele reconstrói a história americana sobre personagens (muitos deles quase desconhecidos) e motivações históricas para aquele país chegar onde chegou.

Minha escolha de autores é reveladora de um posicionamento o qual me é caro. Por tudo como se passou, os anos seguintes a 2004 reforçaram um ponto que minha própria formação afirma: não creio, não aprecio e combato a segmentação de saberes como províncias intelectuais. As Humanidades não são um caso de hiperespecialização inapelável e as fronteiras, que deveriam ser mais difusas, parecem caminhar cada vez mais para aumentar os controles “aduaneiros” nas Ciências Humanas. Esta posição não deve ser confundida com o não reconhecimento dos saberes, muito menos com a possibilidade de um conhecimento enciclopédico neste mundo consumido e engolfado em tecnologia digital e bancos de dados.

²² O texto de Judt é exemplar como obra de um historiador. Outra história da Europa pós-45 de grande qualidade e sob um olhar sociopolítico é o trabalho de Therborn (1995).

²³ Tony Judt faleceu por esclerose lateral amiotrófica (ELA), uma doença terrível que leva à perda progressiva de movimentos até a paralisia total, entretanto conservando todos os pendores intelectuais. “O Mal Ronda a Terra” foi escrito no ano de sua morte, portanto foi ditado diante de sua impossibilidade de movimento nas mãos. Foi também o caso de um pequeno livro, “O Chalé da Memória” (JUDT, 2010). Vale lê-lo como testemunho de quem acreditou estar em “silencioso interrogatório” e ditou: “(...) se vamos sofrer, melhor manter a cabeça ocupada: cheia de peças recicláveis versáteis, feita de recordações úteis e imediatamente disponíveis para uma mente com tendência analítica. Só faltava um armário para guardar tudo. Que eu tenha tido a sorte de encontrar um entre as tralhas de uma vida inteira me parece perto da boa sorte. Espero ter feito bom uso dele” (p. 23).

Um posicionamento provincial bloqueia a possibilidade de relações transdisciplinares, transformando-o em um discurso vazio. Em algum momento, a promessa emancipatória do Iluminismo foi sendo colonizada por uma ciência humana que combate o positivismo, mas parece trazê-lo em seu ácido desoxirribonucleico (DNA), em uma obsessão de busca sobre instrumentos particulares manipuláveis por regras fechadas. Por isso aprecio tanto Hirschman e Sennet, mas também Marx ou Weber, Keynes ou Elias. Imaginar Keynes como economista é simples, difícil é compreender seus múltiplos interesses. É altamente recomendável sua biografia escrita por Skidelsky (1994a, 1994b, 2001), que revela o processo de constituição do maior e talvez mais influente economista do século XX, que vive trancado em um armário em várias faculdades de Economia país afora.

Posso argumentar com um exemplo, que de resto é polêmico. Mas isso pouco importa no presente caso. Dickens pode ser um grande complemento a Engels, observando a classe trabalhadora inglesa no século XIX, mas muitas vezes isso se obstaculiza. Não sei se tal ocorre porque não se lê Dickens ou porque deveríamos perseguir o fenômeno movimento operário apenas por ferramentas estatísticas, arquivos ou “vozes” operárias (a esta altura quase fantasmáticas). Por que não utilizar as duas técnicas? Deve existir o espaço da conexão de saberes. O mundo intelectual, ao converter-se na província, reflete uma perspectiva que não o afasta do espectro do pós-moderno que, entre outras coisas, desconfia da ... ciência. Há tantas vozes a referendar, tantos discursos a serem legitimados apenas pelos portadores das identidades, há tantos mundos a relativizar. Por não ser um operário, Dickens não teria a “sensibilidade” para compreender os sentimentos e a vida dos pobres na Inglaterra vitoriana? O mesmo poderia ser dito de Hemingway e a Guerra Civil Espanhola ou Steinbeck e os reflexos da Grande Depressão. Minha postura como professor é esta: reconhecer que posso andar pelo mundo sem que me exijam, a cada segundo, um passaporte. Ousar conhecer. Os limites são nossa capacidade de conexão. Não as fazer de forma arbitrária ou performática, mas conforme um conhecimento adquirido, compreendido, verificado e dialogado. Por isso entendo que ter concluído a graduação, o mestrado e o doutorado em áreas distintas, mas conexas, reforçam um espírito mais humanista e iluminista, sem perder o rigor do método e das técnicas que todos somos obrigados a controlar para realizar a pesquisa para a qual nos propusermos.

4.2 ATIVIDADES DE PESQUISA

Meu retorno após o doutorado confrontou-me com o resultado combinado de todos os anos formativos. A teoria, uma velha conhecida de tantos anos, não fazia sentido como enclausurada nela mesma. Meu estudo sobre os modelos de bem-estar, combinado com a preocupação do autor com uma pesquisa aplicada, conduziu-me por dois caminhos: o tema do bem-estar, em suas características e percepções e, de forma mais geral, a dedicação ao campo das políticas públicas sob a mediação da Ciência Política. A área de públicas é um campo interativo dos mais significativos pela interseção entre Política, Economia, Administração, Sociologia e História.

Quando de meu retorno (2005), voltei a atuar no CPS da UFJF. O CPS foi contratado, na ocasião, para atuar na elaboração do Plano Municipal de Habitação (PMH). No âmbito do CPS a pesquisa teve a coordenação geral da Profa. Dra. Beatriz de Basto Teixeira, um trabalho difícil e muito bem executado, dada a necessidade de articulação com a Prefeitura e todas as disputas em torno do tema. Minha responsabilidade estava sobre os levantamentos técnicos relativos à política de habitação governamental, as estimativas de *déficit* habitacional e uma proposta de plano de investimento para sanar o *déficit*. A proposta elaborada pela equipe do CPS/UFJF foi amparada pelo diagnóstico realizado da situação habitacional de Juiz de Fora, no período de março de 2006 a maio de 2007, sendo o resultado desse trabalho apresentado ao Conselho Municipal de Habitação em dezembro do mesmo ano. O diagnóstico da situação habitacional de Juiz de Fora comportou as condições de infraestrutura, terras disponíveis para formação de um banco de terras e a atualização do *déficit* habitacional, calculado a partir da metodologia desenvolvida pela Fundação João Pinheiro para 2000. Parte dos dados incorporados a esse diagnóstico vieram da atualização de cadastro das áreas de especial interesse social (AEIS, atual ZEIS, zona de...) de Juiz de Fora.

Mantive interesse especial no trabalho do PMH pelo fato de vir ao encontro de meu maior interesse neste momento após o doutorado: explorar o campo das políticas públicas e diante de uma situação concreta. Foi necessário estudar toda a política habitacional antes e durante o governo Lula, a questão do Estatuto das Cidades e as características de Juiz de Fora. O cálculo do *déficit* habitacional colocou-me em contato direto com a metodologia desenvolvida pela Fundação João Pinheiro. Isto promoveu maior contato com as características das AEIS, objeto de disputa para seu estabelecimento. Habitação é uma área extremamente sensível por seus componentes de bem-estar e sua dimensão em relação ao poder político no município. Uma característica de campo interessante foi que a equipe do

CPS trabalhou diretamente com um grupo da Prefeitura, e era fácil relacionar as questões associadas à literatura sobre o tema, como o conflito de interesses, a relação entre o poder público e a área técnica e as visíveis diferenças quanto à expectativa dos resultados.

Quando a elaboração da proposta de investimento para os próximos anos foi estabelecida, visando zerar o *déficit*, ela levou em conta as fontes disponíveis nos três níveis federados e a necessidade do compromisso político com o orçamento para a área habitacional. Não havendo vinculação, a discricionariedade orçamentária permitia intensa movimentação no orçamento e a proposta da PMH exigia ação direta do município. Eram os tempos pré “Minha casa, Minha Vida” (programa que, em parte, desarticulou a política habitacional que estava em curso) e exigia planejamento para a captação de recursos via projetos. A PMH era peça obrigatória para a solicitação. Na proposta financeira foram construídos três cenários – pessimista, intermediário e otimista – com proposta de zerar o *déficit* habitacional até 2025. Mas, sem o compromisso municipal a conta não fechava, se fazia necessária parte de sua receita corrente. Apresentado ao Conselho Municipal de Habitação, o plano foi muito debatido, em um microcosmo de como operam os Conselhos, com o poder do Executivo em ação. Houve muita reação à proposta de utilização percentual das receitas correntes – é até compreensível – e destempero em alguns casos. Ao fim, o plano com um todo foi aprovado no Conselho, mas jamais foi colocado em prática pelo Executivo. Ele hoje é uma peça aparentemente arquivada (uma vez que dela nada se sabe), que demandaria total atualização, mas é um claro exemplo, um *case* clássico, da vida política, da sua relação com as políticas e de como operam Conselhos e técnicos do poder público mais a tomada de decisões executivas.

O meu interesse em uma pesquisa que agregasse a percepção e a concretude com relação aos direitos e proteção social me levou a ingressar, em 2006, no edital da Fundação para a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) com um projeto, que intitulei “Investigando bem estar e condições de vida: nexos entre o viver, percepções de bem-estar e qualidade da sociedade em Juiz de Fora-MG”. Este projeto foi aprovado (SHA 511/06) e recebeu financiamento da Fundação para execução entre 2007 até o início de 2009, sendo contemplado com dois Bolsistas de Iniciação Científica (BIC) da FAPEMIG (foram selecionados Rafael Nogueira e Lucélia Monteiro) e agregou uma bolsista voluntária, que foi Camila Marassi.

Esta pesquisa foi um expressivo *survey* aplicado em Juiz de Fora-MG, utilizando questões locais, mas muito influenciada pelo *Economic Change, Quality of Life & Social Cohesion* (EQUALSOC) (<http://www.equalsoc.org/2>), e pelo Eurobarômetro

(http://ec.europa.eu/public_opinion/index_en.htm). O Trabalho deste último e seus modelos de questionário foram muito importantes para modelar parte do instrumento de coleta. O *survey* veio também acompanhado por entrevistas em profundidade realizadas a partir da amostragem. Os resultados são um tanto... desoladores, mesmo em se tratando de 2008. Uma sociedade muito pouco participativa, marcada pelo recesso à vida privada, que não tende a resolução dos conflitos pelas esferas institucionais. Nenhuma atividade associada à vida ativa da política tem destaque, criando um vasto vazio na capacidade de mobilização. Este esvaziamento do espaço público também está refletido nos indicadores de confiança: a mais baixa confiança nas instituições políticas, a intermediária em instituições públicas e privadas e as mais altas em níveis pessoais.

A pesquisa revelou uma cidade onde a vida política e pública sofreu um importante desgaste, diante de uma comunidade com reduzida capacidade de mobilização e ação. A agregação de capital social em escala muito reduzida é paralela à constatação de Putnam sobre o acúmulo do mesmo capital: quanto mais se usa, mais ele se amplia. Se o contrário é também verdade, esta comunidade vem sofrendo de perda líquida e bruta de capital social, convergindo para uma intensificação da vida privada e de interesses de vizinhança. Sinais de ação pública – seja por demonstrações, por atos escritos ou militância particular – são escassos, em um contexto de baixa capacidade organizativa e com organizações civis difusas. Ainda que houvesse otimismo para o futuro, ele parece “inercial”, ou seja, vem do período recente e continua; não parece depender de nenhuma ação de grupo ou organizada coletivamente. Ou deriva do indivíduo em si ou dos próprios desdobramentos da economia. Para uma sociedade cuja vida pública é tão reduzida, é o “devir” uma crença compreensível. Se ocorrer alguma mudança negativa neste padrão, a capacidade organizativa não poderá ser utilizada para revertê-la. Caberá, talvez, uma maior reclusão à vida privada e à pura solidariedade local da vizinhança. Estes sinais seriam perceptíveis em futuros movimentos políticos, onde a mobilização emergiu para pautas desconexas e de forte conteúdo individualista e a mobilização, quando ocorre, dá-se por crescente ação de um ator que goza de credibilidade na escala das instituições: a religião.

Em 2008, com financiamento junto ao Conselho da Criança e do Adolescente, o CPS foi contratado para a realização de um projeto intitulado “Identificando a rede de assistência social”, que ficou com minha coordenação. Foram realizados dois relatórios, o primeiro identificando toda a rede, seja no poder público, nas organizações não governamentais (ONG’s) e na Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC), uma entidade paraestatal, executora da política social municipal à época do relatório. Mais da metade

tinham origem religiosa, sendo as demais predominantemente ONG's, a maioria financiada por doações e baixa participação nos Conselhos (saúde, assistência, criança e adolescente). Era também a época da adequação à rede do Sistema Único de Assistência (SUAS), com as entidades apresentando baixa adequabilidade e institucionalização. Esta parte do relatório visava Mapeamento e Cadastramento da Rede de Assistência e atuação nas AIES.

O segundo relatório do projeto visou a elaboração de indicadores para estabelecer parâmetros relativos à adequação ao SUAS. Ali foram propostos indicadores para: (i) desempenho; (ii) institucionalização; (iii) adequação ao SUAS; (iv) gestão; (v) pessoal; (vi) atendimento, e; (vii) funcionamento e condições da instituição. Cada um dos itens era aberto por várias variáveis adequadas ao que delas se espera, recebendo pontos por resposta, uma variação de pontos e o peso da variável. É calculado um valor para cada um dos sete e um indicador sintético geral. Assim foi cumprida a meta de fornecer indicadores gerais e sintéticos. O resultado? Bem, aqui reside um problema antigo: o investimento em pesquisa aplicada não responsabiliza o poder público ou entidades que o recebem a implementá-los. Assim, não se monitora nem se avalia o que está sendo feito. É como observa Dye (2009) sobre decidir o que fazer ou não. No fim, não fazer, para efeito de análise, tem significado especial.

Em 2009 apresentei à mesma FAPEMIG uma proposta de continuidade do mesmo projeto sobre bem-estar e condições de vida, avançando para outros municípios de Minas que poderiam apresentar comparabilidade com Juiz de Fora, incluídas aqui a maior cidade da região Norte de Minas, Montes Claros, e a maior cidade do Triângulo Mineiro, Uberlândia. O Projeto aprovado, intitulado “Investigando bem-estar e condições de vida: nexos entre o viver, percepções de bem-estar e qualidade da sociedade em Uberlândia e Montes Claros-MG” (SHA 237/09) teve execução prevista entre os finais de 2009 a 2011. Fui contemplado com mais um bolsista BIC, William Rezende Ponte, que me ajudou em todos os momentos, e dois colegas professores em Uberlândia e Montes Claros. Em Uberlândia desenvolvemos uma coordenação local com o Professor Doutor Márcio Ferreira de Souza (Universidade Federal de Uberlândia - UFU); em Montes Claros com os Professores Doutores Gilmar Ribeiro dos Santos e Maria da Luz Alves Ferreira, da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Eles foram fundamentais, porque se tratava de uma pesquisa com metodologia *survey* e acompanhamento de campo necessariamente rígido.

A metodologia desta pesquisa é rigorosamente a mesma da anterior, realizada apenas para Juiz de Fora. As cidades escolhidas revelaram-se distintas em trajetória, mas com níveis de participação e confiança (baixos) não tão distintos assim. Uberlândia (Triângulo Mineiro)

com dinamismo em serviços e agropecuária, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de nível razoável, e contornos de satisfação com a vida econômica. Montes Claros (Norte), mesmo como cidade polo, apresenta indicadores sociais de nível mais baixo e economia de serviços, pecuária e indústria, mas com salários médios mais baixos.

Em ambas, o ambiente para participação é muito discutível. Ainda que com algumas exceções, o cenário é de maior desolação se esperarmos grande dedicação à vida no espaço público. Como antes em Juiz de Fora (pesquisa anterior), muitos consideram importante participar da vida pública, mas ocorre exatamente o contrário. Assim, a agregação de capital social em tais circunstâncias é muito pouco significativa e o afastamento da vida pública é notório. A participação destacada é para associações religiosas e serviços voluntários em ambas as cidades consideradas. Particularmente em Montes Claros parece haver forte relação com ações também de caridade. As formas mais tradicionais da vida política – partidos e sindicatos – têm indicadores muito baixos. O recesso da vida pública encontra amparo na televisão, na família, nos amigos e no computador. E, o que é muito significativo, não surgia tanta diferença segundo o gênero, a idade, a religião, a renda ou a etnia. O que pode ser compreendido como um fenômeno muito geral, de desinteresse pela vida pública e com incapacidade para a organização, em sentido político. Quando tratamos sobre uma série de frases relativa aos sentimentos, as pessoas se veem pouco capazes para influir sobre problemas, sentem-se com certa “perplexidade”, mas são muito otimistas sobre o futuro. São “impotentes” e “otimistas”, portanto, têm confiança em uma escala ampla, mas difusa.

Do ponto de vista das liberdades, em Uberlândia, as liberdades civis e de escolha parecem mais “realizadas” que em Montes Claros, que considera menos participação política, liberdade para obter trabalho, de opinião e para conseguir emprego; Montes Claros é mais solidária com os mais pobres. A sensação de insegurança é maior em Uberlândia, no item proteção contra o crime.

Nenhuma atividade associada à vida ativa da política tem destaque, criando um vasto vazio na capacidade de mobilização. Este esvaziamento do espaço público também está refletido nos indicadores de confiança: a mais baixa confiança nas instituições políticas, a intermediária em instituições públicas e privadas e as mais altas em níveis pessoais

Cabe observar ainda que estas duas cidades têm relevante grau de conflito latente, em particular no mundo do trabalho. Com baixa participação e capacidade organizativa reduzida, este conflito é em parte canalizado para instituições que gozam de média confiança. Mas uma parte permanece explosiva e sob a superfície. Como sabem aqueles que tentam organizar movimentos cívicos, forçar que as pessoas retirem tempo de lazer para agir na esfera pública

equivale a um esforço muito grande e de resultados pouco estimulantes. Uberlândia e Montes Claros são parte deste mesmo cenário. Tal como em Juiz de Fora, a perspectiva otimista para o futuro existe, mas ela parece depender de percepção de curto prazo e da economia.

Em ambas as pesquisas, estas cidades precisam de um encontro entre a casa e a rua que não seja retórico. Um movimento de volta, a partir do local, de cada região, para o conjunto da comunidade, uma alma ativa para a vida democrática.

Ao escrever hoje, em 2021, é bastante singular que pesquisas do fim da primeira década do século XXI apontassem elementos que forneceriam combustível tanto para a crise produzida pelas manifestações de 2013, quando o desdobramento da rejeição pela política, do recuo ao forte privatismo e a crescente ação da esfera religiosa gozando de confiança. A redução da vida pública, agora alimentada pela frustração com a vida política e a alimentação pelos meios de comunicação de uma agenda negativa, agregada ao tema da corrupção, combinou-se com a deterioração da vida econômica nitidamente a partir de 2015. Teria sido interessante acompanhar em painel os trabalhos realizados entre 2009 e 2011. Os substratos para a reviravolta política posterior, na qual estamos hoje engolfados, já indicava sinais preliminares na primeira década do século XXI. Seria um traço da sociedade este privatismo e a não participação? Trata-se de um terreno pantanoso, que exigiria outra linha de pesquisa, mas o tema é instigante.

Em 2009, a convite do Professor Dr. Ignacio Delgado, aceitei a participação como pesquisador no projeto da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), cujo objetivo era constituir estudo onde fossem analisados diferentes setores industriais brasileiros para promoção do desenvolvimento de uma política industrial para o Brasil. Este trabalho – “Estudo Comparativo de Política Industrial: as Trajetórias do Brasil, Argentina, México, Coreia do Sul, EUA, Espanha e Alemanha”, foi uma excelente experiência. Parte deste esforço implicou uma análise comparada de experiências internacionais em política industrial desses países (de 1998 a 2008). Este intervalo temporal se justifica devido a uma mudança no ambiente internacional que ativou críticas mais fortes ao neoliberalismo e à própria perspectiva com relação aos projetos de desenvolvimento. Exatamente neste ponto entrava a equipe que conduziu o processo, coordenada pelo professor Ignacio, que também contou com os colegas professores da UFJF Ângelo Brigato Esther e Helena Mota Sales. Na organização do trabalho, eu recebi a incumbência de conduzir os estudos sobre os EUA e a Coreia do Sul, tarefa para a qual recebi o apoio de dois bolsistas do curso de Ciências Sociais para o projeto, Renê Eberle Rocha e William Rezende Ponte.

A parte propriamente empírica do projeto foi precedida por um estudo coletivo que envolvia uma antiga conhecida: “A teoria das variedades de capitalismo”, de Hall e Soskice (2001), e alguns derivativos recentes, utilizada para delimitar o contexto interativo de operação das firmas sobre as quais devem incidir as políticas industriais. Aponta a existência de dois tipos de capitalismo, o liberal e o coordenado, conforme já descrito em meus comentários sobre a elaboração da tese de doutorado. Estas duas formas típicas ideais indicam, em suas complementaridades, como ocorrem as relações com os trabalhadores, a qualificação da força de trabalho e a interação interfirmas, impactando elementos associados às políticas de tecnologia e inovação e padrões de transferência de tecnologia. Em complemento às reflexões de Hall e Soskice, foram incluídas as formas de interação do empresariado com o Estado e as formas de inserção das economias nacionais no mercado mundial (aberta/fechada; protegida/desprotegida; central, periférica ou semiperiférica). Foram incluídas ainda as leituras de Castro (2002), Chang (1994) e Evans (2003). Isto auxiliaria na identificação de políticas horizontais ou seletivas, verificando o perfil das ações nos países selecionados e o levantamento das políticas setoriais no mesmo espaço.

A pesquisa utilizou-se de dados internacionais para os perfis da estrutura industrial, da inserção internacional e dos indicadores de inovação das economias focalizadas. Junto foi levado a cabo o rastreamento - na literatura, em relatórios de agências multilaterais e em documentos de governo -, das informações necessárias às várias dimensões interativas. No todo, os EUA foram o único caso em que relações industriais precárias estiveram *pari passu* com indicadores de inovação elevados. A Coreia foi o único caso em que a propriedade familiar na estrutura de governança das empresas convivia com indicadores elevados de inovação. Evidenciava-se que a abertura da economia e a reduzida proteção comercial não conduziam, necessariamente, a indicadores de inovação mais altos. Ademais, controle nacional forte sobre a propriedade industrial elevava a disposição inovadora das empresas, ao passo que o reduzido controle nacional da propriedade e a posição periférica e semiperiférica das economias nacionais a inibiam. Foi visto como indiscutível a relevância da indução pública ao investimento, que reduzia a incerteza para as atividades de inovação: compras governamentais (EUA) e controle estatal do financiamento e ação diretiva (Coreia).

Ao final de 2010, a pesquisa foi estendida à China, Índia e Rússia, pelo mesmo período temporal, parte de um contrato da ABDI com a UNICAMP ao qual nos integramos. A publicação específica intitulou-se Política Industrial de Países selecionados – Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC). Sob a mesma coordenação do professor Ignácio, contou com a mesma equipe de pesquisadores. Coube a mim organizar a pesquisa em torno da China, contando

com um dos quatro bolsistas de iniciação científica – Paula Emília Gomes de Almeida, do curso de Ciências Sociais. No campo teórico, foi intensificado o estudo da literatura sobre as “variedades” a partir de diferentes autores voltados ao estudo do capitalismo em suas várias constelações. Este tema me é diretamente caro, pelas ligações com minha tese de doutorado.

Um dos objetivos era responder, nas conclusões, a uma indagação: em que medida os três países destacados nesse estudo podem sinalizar caminhos viáveis para o Brasil? No caso da experiência russa, de crescente especialização em *commodities* (no caso, particularmente petróleo e gás), este caminho poderia ser tomado como possibilidade, mas com resultados duvidosos por pouco estimular as atividades de inovação. No caso indiano, salientou-se a capacidade de estímulos setoriais para a inovação, mas prevalecia uma importante desarticulação no mercado interno, o que dificultaria sua modelagem ao Brasil. No caso da China era relevante a capacidade de definição e os projetos de longo prazo, mas sob condições políticas muito diversas das brasileiras. Adicionalmente o caso chinês é de peculiaridade ímpar por sua volumosa atração de projetos industriais e de inovação e seu poder de fogo no comércio internacional.

O trabalho foi concluído, em seu todo, em 2011, resultando em cinco relatórios, dois livros publicados pela ABDI, além de subsidiar publicações, participações em eventos nacionais e internacionais. Mas a velocidade da conjuntura atingiu o Brasil de tal forma que os esforços – e estudos – voltados às políticas industriais e de inovação foram defenestrados ao limbo, primeiro pelo governo Temer, depois pelo atual ocupante do Palácio do Planalto. O país parece ter invertido, em um peculiar movimento de retorno, ao momento do abandono de qualquer ação de desenvolvimento com maior autonomia, inclusive praticamente abandonando a excelente experiência dos BRIC. São tempos duros para qualquer um que tenha o mínimo de compromisso com o desenvolvimento que não seja mero apêndice de um sistema internacional com poucos *players* muito fortes; sem contar a relevância de um país com tal potencial de crescimento, recursos disponíveis, mercado interno amplo e um sistema de ciência e tecnologia significativo.

Em 2011, fui convidado, como parte de um projeto denominando “Diagnóstico da infância e da juventude: formando redes –, a participar como analista de dados obtidos a partir de um *survey* específico. Foi intitulado como “Perfil da criança e do adolescente com famílias registradas no Cadastro Único da Assistência Social em Juiz de Fora”. A pesquisa necessitava do acesso ao Cadastro Único (CadÚnico), na época com 39.000 famílias. A partir da base do CadÚnico, foram consideradas todas as famílias com crianças e adolescentes. Dentro deste parâmetro, o cadastro foi dividido de forma a representar uma distribuição proporcional de

famílias de acordo com a região de residência. Em cada região foi retirada aleatoriamente um volume de famílias que foram objeto de sorteio para, no fim, representar cada região. Conduzi o processo de acompanhamento do levantamento e produzi relatório, gerando um perfil geral das famílias – idade, renda, emprego, situação de moradia e controle por região, para identificar também as condições de vida das crianças. Em seguida construiu-se um perfil das famílias efetivamente usuárias dos serviços assistenciais e, finalmente, a avaliação dos serviços fornecidos pelo poder público ou entidades outras. Naquele momento havia um percentual baixo de pessoas que efetivamente podiam avaliar serviços, pois muitos não os frequentavam, muitas das instituições não cadastravam quem as frequentava, ainda que informassem seus procedimentos. Havia claro *déficit* de informação sobre atividades entre os registrados no CadÚnico e muita variação de cobertura por região da cidade. Mais uma vez, o poder público foi desafiado por um relatório que também sofreu descontinuidade.

Para um registro de atividade muito vinculada à ação do CPS/UFJF, participei da elaboração do Plano Diretor da cidade de Lima Duarte em 2014/2015. Sob a coordenação geral do professor doutor Paulo Fraga, fui incumbido, com uma equipe de pesquisa de campo, de elaborar relatório onde estivessem contidas as análises sobre população e domicílios, infraestrutura, estrutura administrativa, educação, saúde, assistência e cultura. Para tanto, foram utilizados dados da base Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), projeções e levantamentos de campo descritivos para as áreas. Como consolidação, foi apresentado um relatório final propositivo. Todo o projeto envolveu audiências públicas mais gerais e uma onde foi apresentado o relatório final propositivo para a cidade, a ser encaminhado para a Câmara Municipal pelo Executivo.

Na presente situação me valeu a experiência passada, ainda no início dos anos de 1990, com participação em alguns projetos de Plano Diretor em cidades do Rio de Janeiro-RJ. Foi uma etapa pré-universidade, por contratação, onde me dediquei a trabalhos que envolvessem as áreas sociais e de população. Minha experiência posterior com a literatura em políticas públicas, durante e no imediato pós-tempo do doutorado, foi essencial com relação ao debate sobre implementação. No caso de Lima Duarte, mais uma vez os problemas associados ao embate entre os diversos atores e o mundo dos interesses surge aos olhos. Entre os variados elementos, emerge a própria rivalidade entre os partidos locais, um distrito com um parque estadual de grande circulação e interesse turístico (Ibitipoca), interesses imobiliários e as dificuldades técnicas do município. A carência de quadros que realizassem projetos aos diversos órgãos estaduais e federais, a ausência (ou a baixa) incidência de cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) (o que demandaria um

recadastramento), são exemplos claros de cidades que enfrentam tanto as dificuldades com pessoal, de arrecadação e de responsabilidades decorrentes das obrigações municipais com saúde e educação e a própria consolidação do Sistema Único de Assistência (SUAS). É um tipo de trabalho *policy oriented* que as universidades precisam assumir, inclusive como tarefa extensionista. É sempre um importante exercício, que serve de tema inclusive para *cases* de sala de aula.

As experiências anteriores com os trabalhos envolvendo municípios, incentivou-me a trabalhar o tema da proteção social em nível municipal, mas aí com a necessidade de uma maior articulação em rede com colegas de outras universidades. Este projeto foi apresentado ao CNPq e aprovado em 2013 (Projeto 477686/2013-3). Seu prazo estendeu-se entre os finais de 2013 e 2016. Seu título, “O lugar das políticas sociais e sua implementação: o nível municipal, articulação interníveis e capacidade de inovação em municípios selecionados de Minas Gerais e São Paulo” já revelava uma ambição maior. Para além da percepção e das condições reais de vida, aquelas primeiras pesquisas trouxeram à tona o lugar da implementação de políticas sociais como decisivo, inclusive pela preconização dada ao tema pela Constituição de 1998.

Este trabalho envolveu três instituições, sob minha coordenação. A UFJF, que tratou da própria cidade de Juiz de Fora, a UNIMONTES, a UFU, a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-EAESP) e a Universidade de São Paulo (USP). As coordenações locais contaram com o competente trabalho do professor doutor Gilmar Ribeiro dos Santos (UNIMONTES), professora doutora Patrícia Tropia (UFU), Francisco Fonseca (FGV-EAESP) e Cristiane Kerches (USP). Atuaram na pesquisa o doutor Ricardo Beltrão e os mestres Daniela Santos Alves, Juliane Rocha Lara e William Alves Ponte. Estes últimos auxiliaram muito a coordenação de campo e tiveram a oportunidade de acompanhar uma pesquisa integrada interinstituições.

Trata-se de uma pesquisa de múltiplos alcances e de difícil resumo. Ao observarmos as cidades polo selecionadas em Minas Gerais e São Paulo (Juiz de Fora, Uberlândia e Montes Claros em MG; Campinas, Ribeirão Preto e São José dos Campos em SP), como operam as políticas sociais no que tange à capacidade estatal, autonomia, inovação e articulação interníveis, enfrentando os desafios da implementação? O campo das políticas sociais encontra seu terreno mais fértil na implementação em nível municipal, o lugar privilegiado de análise, onde se combinam o desenvolvimento institucional e o escopo de sua ação. Malgrado a importância das capitais, as maiores cidades do interior de Minas e São Paulo são pouco estudadas no que tange à ação com relação às políticas sociais, menos que as capitais e

eventualmente até mesmo que alguns pequenos municípios. As cidades polo foram intencionalmente selecionadas considerando seu peso econômico, populacional, político e sua influência regional, compreendendo como "polo" aquelas cidades, no interior dos estados, com influência forte em seu entorno, com potencial de atração sobre cidades menores e capacidade para operar políticas sociais de forma mais significativa. As políticas sociais escolhidas foram três com escopo nacional (saúde e assistência – na seguridade – e educação) e outras com ação estadual e regional mais clara, podendo também surgir aqui como programas ou projetos (associadas a crianças e adolescentes, idosos, população de rua, atividades de formação profissional ou transferência local de renda). Essa foi uma oportunidade para considerar tais cidades em um estudo onde possam ser observados os mecanismos pelos quais operam as políticas públicas sociais, a estrutura da administração e como esta atua em relação à gestão de políticas. Foi também a possibilidade para identificar a capacidade estatal, as instituições envolvidas e as arenas e atores associados com essas políticas. Analiticamente observou-se ainda a relação entre as políticas em nível local e seu desenho original, como o município se relaciona com outros níveis federados (as relações interorganizacionais e a capacidade de cooperação interníveis), o papel da implementação local, o nível da ação dos implementadores locais, os constrangimentos e a capacidade que o município tem em inovar na produção e/ou execução de políticas, programas e projetos sociais. Os elementos teóricos para a pesquisa filiam-se à perspectiva institucionalista, onde são privilegiadas as relações entre o Estado e a sociedade, entre os atores e as estruturas, onde as instituições afetam as preferências dos atores. A capacidade estatal (de todos os entes federados, com ênfase nos municípios selecionados) interage com a ação social e produz dados resultados. Por outro lado, a teoria da implementação desempenha também um papel central e articulado ao institucionalismo: observar a origem das políticas (*top down/bottom up*), a escolha de ferramentas (substantivas ou procedimentais), as escalas de resultados (ligadas aos níveis de atividade estatal e implementação variada pelo subsistema político e o Estado), a capacidade ligada a maior ou menor restrição ao Estado. Pretende-se assim identificar e classificar os níveis de ação *street level*, grau de liberdade para inovação e implantação, a forma da implementação. Em suma, a constatação de como a implementação é afetada pela capacidade estatal e a complexidade do subsistema político-administrativo, ou como as ações são operadas em relação aos atores, as instituições e os pressupostos preexistentes.

Como a pesquisa pôde descobrir, não apenas a diversidade nas cidades polo é a regra, mas as características diversas têm natureza voltada aos níveis burocráticos de qualidade

variada, capacidade de intervenção estatal multifacetada e cenários políticos muito diversos, mostrando que, mesmo em situações de maior complexidade local, a tarefa da implementação é afetada não só pela dialética mais geral entre o central e o local, mas particularmente pelos desafios inerentes às obrigações legais, os desafios políticos e organizacionais e, muito relevante, a variável econômica se entrelaça com outros elementos políticos e organizacionais, não sendo determinante para uma maior ou menor qualidade na implementação.

Não é o caso de identificar aqui os resultados, prefiro acrescentar algumas observações. O relatório foi gerado ao fim de 2016, em uma conjuntura adversa pós-destituição da Presidente Dilma Roussef. Mas, o trabalho em 2014 e 2015 aponta muitas características que não simplesmente se desarticulam. É fato que a Constituição reforçou o pacto federativo ao criar três entes federados e ampliar a importância municipal. Esta atribuiu mais obrigações e mais recursos, mas em um cenário ainda em escassez e com dificuldades em modernizar a máquina estatal local. A burocracia combinava limitações com patrimonialismo e corporativismo estabelecidos, o que, combinados aos elementos anteriores, tornou a adesão do local ao nacional um processo de relativa lentidão. As cidades polo tinham vantagem relativa sobre municípios menores (e até em relação a algumas capitais) porque poderiam reunir mais capacidade estatal e influência, mas isto não garantia um cenário tranquilo. Quando na década de 1990, exatamente a década da institucionalização inicial dos direitos sociais e políticas públicas sociais marcadas na Carta de 88, se produziu o ajuste neoliberal, a vida municipal não ficou mais simples, antes se agravou. Um exemplo claro deste ponto é a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), oriunda do programa dos anos 1990 e que forçou o engessamento do investimento público em um momento em que a institucionalização e implementação em saúde, assistência e educação eram críticos. Em nome de um ajuste fiscal que obrigou os prefeitos ao controle quantitativo (e, indiretamente qualitativo) de seu quadro de servidores e escrupulosamente restringir perspectivas em gastos do tesouro, a crise econômica do fim dos anos 1990 agravou ainda mais o cenário para os municípios. Nem a regulamentação das normas operacionais do SUS, os planos municipais de educação e os municípios assumindo o ensino fundamental ou a própria aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), foram garantia de implementação mais rápida e efetiva. Antes o processo não deslanchou de forma mais definitiva antes da primeira metade dos anos de 2000 e até 2012. Das secretarias aos conselhos, de recrutamento e treinamento de servidores (da burocracia interna aos implementadores de nível da rua), da construção física de equipamentos e da institucionalização em si, o processo, ainda que constante, foi lento. A velocidade local de implementação variou também de acordo com o cenário político, da maior

ou menor adesão às políticas sociais como instrumento de políticas públicas inclusivas. Mas, é correto observar que a presença de um Poder Executivo responsivo a elas (ainda que forçado a fazê-lo) foi fator de fortalecimento político (em alguns casos econômico) do poder municipal que polariza seu entorno.

Por outro lado, a pesquisa descobriu a quase incapacidade de inovação em nível local, ou seja, a produção de políticas produzidas e gestadas pelos municípios. Respondentes às amplas políticas nacionais de saúde, assistência e educação, as poucas respostas locais são programas ou projetos tradicionais e de pouca continuidade. Limitadas em sua capacidade para investimento próprio, suscetíveis às coalizões de poder local e com capacidade estatal importante, ainda que mobilizada pelas “grandes políticas”, os municípios pelo seguem na sua dialética cambiante entre maior autonomia e dependência do poder central.

Em Minas e São Paulo o campo de construção do *welfare state* brasileiro encontrou um terreno de experimentação de políticas sociais que continua em processo de consolidação. As cidades pesquisadas demonstram que o caminho brasileiro de bem-estar, combinando elementos nacionais e unidades subnacionais, tem a virtuosidade em encontrar a experiência local com a imensa dificuldade em construir uma vida menos danificada com os desafios legais (como a LRF), as dificuldades em consolidar uma burocracia profissional e identificada aos objetivos de Estado expressos na Constituição, a insegurança da ameaçadora descontinuidade (e o peso da conjuntura) e a óbvia ameaça de redução dos investimentos. Se por hora o pêndulo volta ao campo liberal das restrições fiscais e do recesso das políticas sociais, o campo da ameaça aos recursos e da descontinuidade, resta o consolo da resiliência de políticas que estão se consolidando e da base social que as sustentou nos últimos anos. No pêndulo mais próximo de outro diapasão, eram dois passos à frente; seu retorno força um passo de recuo: eis aí razão de nosso lento progresso. Quando os setores mais conservadores da burguesia nacional, e da elite política a ela associada, tentam retomar as rédeas da ação, o cenário reinicia seu recuo. Um *welfare state* em construção é exatamente isso, com sua sujeição aos rumos de coalizões que disputam a hegemonia. Em particular, a atual coalizão de defesa neoliberal instalada no país ganhou força e, diante da análise aqui considerada para a relação entre entes federados, temos que a força do centro, a possibilidade de *blame avoidance* local combinada com acomodação e as particularidades das constelações locais de interesse, produz uma “redução de velocidade” para o projeto nacional de *welfare*. O que resta é a construção de outra coalizão de defesa com outro projeto mobilizador. Se isso ocorrerá somente o tempo poderá mostrar. A não ocorrência reconduzirá a paisagem ao congelamento

proporcionado pela desigualdade novamente crescente e para um modelo de bem-estar não apenas incompleto, com o risco de meramente residual.

Observando retrospectivamente, conduzi ou participei de nove projetos de pesquisa entre 2005 e 2016, ano em que assumi o cargo de pró-reitor. Em dois deles atuei como pesquisador sob outro coordenador, em sete os coordenei, sendo dois pela FAPEMIG, um pelo CNPq e três pelo CPS.

4.3 A DOCÊNCIA A PARTIR DE 2005

Meu ingresso no programa de mestrado em Ciências Sociais da UFJF, que se tornaria um programa completo com o início do doutorado em 2008, ocorreu em 2005. Foi por mim proposta uma disciplina denominada “Proteção social e *welfare*: teorias e tendências”, que guardava grande parentesco com minha tese de doutorado, acrescida de dois tópicos sobre proteção social no Brasil. Aqui fui agregando estudos de Draibe (1979), Fagnani (1999), Medeiros (2001), Santos (1985), a reflexão de Draibe sobre *welfare* “desenvolvimental” (2007), um trabalho coordenado por Luciana Jacoub (2005), do IPEA, onde foi adotada a categoria sistema brasileiro de proteção social. Nos últimos cursos que ofereci utilizei também o importante trabalho de Kerstenetzky (2012), sobre os desdobramentos do estado de bem-estar no Brasil. Para compreender um quadro de mudanças que congregasse diferentes países das América Latina e mudanças nas estruturas de bem-estar, adotei o texto de Lavinas (2013)²⁴. Este curso vinha agregado a uma massa de dados sobre os países para efeitos de comparação. O trabalho final sempre foi a escolha de países pelos alunos onde pudessem ser comparados indicadores de proteção social.

Ofereci este curso algumas vezes e em diferentes anos até 2013, normalmente alternado com um segundo que sempre articulei ao tema da proteção social. O nomeei como “Fundamentos para a análise de políticas públicas”, aqui uma reflexão teórica mais forte sobre o tema abrangendo seminários com correntes interpretativas. Como trata-se de um campo amplo e controverso, partindo mesmo sobre o significado do termo “política pública”, trabalhei o conceito desde o pioneiro trabalho de Laswell e os estudo de Birkland (2005) e Dye (2009); as tipologias, como o debate de Lowi (1964), e áreas interpretativas. Aqui os temas eram basicamente os estudos sobre redes, comunidades e sistemas de formulação, capitaneados por Baumgartner e Jones (1991), Kingdon (1995) e Sabatier (2007). Seguia-se a

24 Li recentemente um artigo de Lavinas e Gentil (2018) tratando da financeirização da política social, que incorporarei tendo outra oportunidade de oferecer o curso.

temática da racionalidade e dos seus limites de decisão, onde é possível citar os esforços da escolha racional, do incrementalsimo de Lindblon (1995) e a *Garbage Can* de Cohen, Marshal e Olson (1971). O curso se encerrava com a teoria dos ciclos de políticas e uma ênfase analítica em *agenda-setting* e implementação, entendendo que a avaliação, por si, é um campo inteiro de estudo, incompatível com o tempo do curso. Em geral o exame de curso era constituído por artigo final de livre escolha entre três possibilidades: racionalidade e racionalidade limitada; redes e coalizões em políticas públicas ou alcances e limites do ciclo de políticas. A disciplina foi oferecida até 2015 e depois houve um curso em 2017, pois desde 2016 assumi função de gestão na Reitoria da UFJF e isto impossibilitou uma oferta maior.

Estes anos de retorno, a partir de 2005, coincidiram com a presença dos governos do PT e as duas disciplinas da Pós tinham relação direta com a dinâmica governamental e o debate sobre os sistemas de proteção social no Brasil. Minha alternativa era sempre manter um conjunto de dados atualizados sobre programas sociais e a gestão da política social no país, de modo a que as aulas fossem ilustradas sempre com o debate em torno da conjuntura brasileira. Eram momentos privilegiados para o estudo de *agenda-setting* e os problemas de implementação.

Particpei, entre 2011 e 2016 do Programa de Mestrado Profissional em Avaliação e Gestão da Educação Pública (semipresencial), oferecido por um órgão da Faculdade de Educação da UFJF, o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd). Este programa veio na esteira das atividades de avaliação dos sistemas educacionais em vários estados e municípios no país, desenvolvidos pelo CAEd. O mestrado profissional tem características particulares e seu objetivo é gerar um trabalho final de “intervenção”, aplicado. Em conjunto com a professora doutora Beatriz de Basto Teixeira ministrei uma das disciplinas obrigatórias do programa, chamada “Temas em reforma da educação”. Seu objetivo era acompanhar os processos de reforma em sistemas educacionais por vários países, observando temas como capital humano, racionalidade econômica, avaliação em larga escala e temas correlatos. Utilizávamos um livro-texto organizado por Nigel Brooke (2012), que discutia as reformas educacionais. Debatíamos uma parte conceitual (presencialmente) e os processos de reforma eram debatidos por instrumentos à distância (*moodle*), com apoio de tutores. Desta participação no curso, orientei algumas das dissertações.

Por obrigações ao assumir o cargo de pró-reitor da Universidade em 2016, solicitei afastamento temporário deste programa. No programa de Ciências Sociais permaneci basicamente com as orientações em curso, oferecendo apenas uma disciplina em 2017.

A experiência na graduação permaneceu observando os parâmetros que apresentei no Capítulo 2. As crenças estavam basicamente na mesma posição. Uma reforma curricular havia deslocado o curso de uma ênfase em autores para temas, onde passei a ministrar um curso de Sociologia Geral – História e Pensamento, para alunos externos ao curso de Ciências Sociais, uma disciplina de Sociologia Econômica (que propus na criação da reforma) ou uma disciplina temática. Também ofertei, com muita satisfação, uma disciplina que era a única obrigatória para o novo curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas (narro sua criação no capítulo a seguir). Ela foi nomeada como “As Humanidades como Campo de Conhecimento”. Me sentia muito à vontade em permitir a alunos de um público amplo e variado, com múltiplas origens, idades e expectativas, um curso que refletisse o espírito das Humanidades e o valor do capital cultural. Ele também satisfazia meu apetite pela navegação em vários temas, sem a estreiteza de uma disciplina fechada nela mesma. Meu texto de partida era um provocativo livro de Schwanitz, com o título de “Cultura geral – tudo que se deve saber” (que até contém uma lista de livros “imperdíveis” no fim), e transitava por textos de Bertrand Russel, Marc Bloch, Freud, Wright Mills, Carl Sagan, uma pitada de Sennet, Calvino sobre os clássicos, o texto de Elias sobre Mozart, Gombrich (história da arte), uma leitura de Machado de Assis (indicava “O alienista” ou “Esaú e Jacó”) e do *J'Accuse*, de Zola. Foi o que mais gostei de lecionar, entre 2011 e 2015, pelo prazer de conquistar uma turma variada, muitas vezes de setenta a oitenta pessoas, e entretê-la por três horas com conversa, debates e atividades, inclusive pela internet. Tenho certeza de que muitos alunos escolheram ali um caminho para trilhar pelas Humanidades, ainda que fosse pelo mundo da cultura e não somente por uma profissão de Ciências Humanas.

Se me perguntarem qual profissão exerço, eu respondo: professor. Não me defino como um pesquisador, eu tenho experiência em pesquisa aplicada e formação adequada. Mas a atividade em que estive mais à vontade foi como docente. Os anos não mudaram minha visão sobre a sala de aula e o que é ser professor em Humanidades. É estar presente, é a leitura e a escrita. É a disciplina das horas de estudo e as conexões temáticas e entre autores. É a descoberta do humano pela multiplicidade dos caminhos que ele construiu.

A grande diferença entre a graduação e a pós, além do óbvio nível formativo, é a complexidade por onde se caminha, o que se espera e os objetivos para a formação de um pesquisador. Não é o ato da aula em si ou a atitude do professor. Desde cedo, na graduação, sempre estive claro que as províncias intelectuais são um obstáculo à inteligência. A separação que as Ciências Sociais promovem em Sociologia, Ciência Política e Antropologia refletem, certamente, caminhos que não são idênticos e que desenvolveram metodologias e

técnicas próprias. Mas, a interdição interdisciplinar, quando se torna uma arma de afirmação de identidade, fecha a fronteira e, em sentido psicológico, passa à negação. Cada vez que um aluno mergulha neste universo interdito, ele poderá se perceber, para afirmar-se, que precisa continuar a mesma tarefa. Sem negar os campos de saber, ou a especificidade, perde-se a possibilidade de mais conexões, de mais comparações, de conhecer outro mundo. Minha sensação pessoal é que hoje as fronteiras estão mais fechadas, infelizmente, e alimentadas por subculturas excludentes.

Um outro aspecto relevante da atividade docente são as orientações, uma das questões mais absorventes da vida acadêmica. Não é uma tarefa sem decepções, impaciência ou frustrações. Mas é muito importante que você, como professor, seja escolhido por um aluno para ser seu orientador e, ao fim e ao cabo, seu leitor. Todos tiveram sua importância e todos também me fizeram crescer como professor. No caso, foram oito doutorandos, desde 2014; 11 mestrados acadêmicos desde 2007; 12 mestrados profissionais desde 2012; cinco de Especialização desde 2006; dez de graduação desde 1993 e seis de iniciação científica (2007 a 2011).

4.4 PARTICIPANDO DA COMUNIDADE CIENTÍFICA

A oportunidade da frequência em eventos científicos é importante como *locus* onde é possível debater pesquisas e perspectivas para o campo científico onde agimos. Em meu caso, no Brasil, trata-se da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e a ABCP. Também participei de dois congressos na Associação Portuguesa de Ciência Política (APCP, Aveiro e Lisboa) e quatro da Associação Latino-Americana de Ciências Políticas (ALACIP, San José – Costa Rica, Quito - Equador, Buenos Aires – Argentina e Montevideu – Uruguai). Apresentei trabalho em um dos Congressos da *International Political Science Association* (IPSA) no Chile. Também participei (e permaneço inscrito) no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED), juntamente com o professor Ignacio Delgado, pela UFJF, envolvendo ainda a UFRJ, UFF, UERJ e UNICAMP. Excetuando-se as associações e correlatos, são as eventuais mesas, conferências ou colóquios o cotidiano desse mundo.

A ANPOCS é a mais importante associação da área. Em 2004 apresentei no grupo minha tese de doutorado já em fase final e praticamente pronta para a defesa.

Fui coordenador de grupo de trabalho (GT) por muitos anos, de 2006 a 2015, sempre com algum colega. O trabalho de coordenação, muitas vezes, é pouco considerado, mas ele

implica em criar o projeto, a ementa, submeter ao corpo técnico da ANPOCS, fazer a seleção de trabalhos e ser coordenador ou debatedor em grupo. Tive a sorte de grandes parceiros nesta tarefa: em 2006 com Eli Diniz e Jorge Tapia; em 2007, com Jorge Tapia; entre 2008 e 2011 com Wagner Pralon Mancuso e entre 2012 e 2015 com Francisco Fonseca. É um excelente exercício de organização, porque implica em debater as propostas e classificá-las ao evento, o que significa também um debate teórico que organiza as próprias seções.

O Quadro 1 demonstra um resumo dos Encontros.

Quadro 1 – Resumo de coordenação de Encontros da ANPOCS

2015	39º Encontro ANPOCS	GT 12 – Desenvolvimento: caminhos e descaminhos de um debate contemporâneo – Sessão 2 Membro – Mesa Redonda 16 – O sistema brasileiro crise e judicialização (Luiz Werneck Vianna e Francisco Fonseca)	Cocoordenação
2014	38º Encontro ANPOCS	GT 12 – Desenvolvimento: caminhos e descaminhos de um debate contemporâneo – Sessão 2	Cocoordenação
2013	37º Encontro ANPOCS	Seminário Temático 01 – Desenvolvimento; debates contemporâneos, experiências e projetos Coordenador da Seção 1	Cocoordenação
2012	36º Encontro ANPOCS	GT 05 – Desenvolvimento em perspectiva – teorias, experiências e projetos políticos e Debatedor da Seção 1	Cocoordenação
2011	35º Encontro ANPOCS	GT 05 – Desenvolvimento em perspectiva – teorias, experiências e projetos políticos Anos de mudança – a trajetória brasileira sobre desenvolvimento nos anos de 2000 segundo evidências teóricas e empíricas	Cocoordenação <i>Paper</i>
2010	34º Encontro ANPOCS	Seminário Temático – Variedades de capitalismo e dimensões do desenvolvimento e Debatedor da Sessão 1	Cocoordenação
2009	33º Encontro ANPOCS	GT 12 – Desafios e dimensões contemporâneas do desenvolvimento – Debatedor da Sessão 1	Cocoordenação
2008	32º Encontro ANPOCS	GT 12 – Desafios e dimensões contemporâneas do desenvolvimento – Debatedor da Sessão 1	Cocoordenação
2007	31º Encontro ANPOCS	Seminário Temático 12 – Desenvolvimento e Instituições Uma agenda da diferença: a não convergência de políticas e a retomada do tema do desenvolvimento (Ásia e América Latina) (coautoria com Leandro Ribeiro Silva)	Cocoordenador <i>Paper</i>
2006	30º Encontro ANPOCS	GT 04 – Desenvolvimento, democracia, instituições integração, dualidade e bem-estar – velocidades da integração Europeia e agenda social	Cocoordenação <i>Paper</i>
2005	29º Encontro ANPOCS	Diversidade e equilíbrio assimétrico: discutindo governança econômica e lógica institucional na União Europeia	<i>Paper</i>
2004	28º Encontro ANPOCS	<i>Welfare</i> em movimento – reformas, ajustes e persistência na União Europeia (1992-2002)	<i>Paper</i>

A ABCP congrega o principal da Ciência Política Brasileira. Comecei a participar de seus encontros em 2008, em Campinas, por convite do coordenador da área de Política e Economia, meu estimado amigo Eduardo Gomes (UFF), para ser debatedor na seção sobre “Os atuais desafios do desenvolvimento brasileiro”. Em seguida, apresentei um paper em 2010.

Fui coordenador da área de Política e Economia por alguns anos, na verdade por quatro encontros. Os dividi como cocoordenador com o colega Eduardo Raposo (PUC-Rio) e desfrutamos de bons momentos e bons debates. Era uma coordenação interessante, porque precisávamos equilibrar nossas posições políticas, a minha um social-democrata e ele um liberal-democrata. Nunca tivemos nenhuma grande divergência e, em cada um dos três encontros, equilibramos os *papers*. Por decisão pessoal minha, decidi não apresentar *paper* na condição de coordenador na ABCP. Os Encontros são bem menores que os da ANPOCS, por exemplo, e achei por bem manter este distanciamento inclusive em nome de nossos acordos de representatividade na cocoordenação.

O Quadro 2 demonstra um resumo dos Encontros da ABCP.

Quadro 2 – Resumo de coordenação de Encontros da ABCP

2018	10º Encontro APCP/Curitiba	Área Temática – Política e Economia	Cocoordenação
2016	10º Encontro APCP/Belo Horizonte	Área Temática – Política e Economia	Cocoordenação
2014	9º Encontro ABCP/Brasília	Área Temática – Política e Economia Mesa Redonda 01	Cocoordenação
2012	8º Encontro ABCP/Gramado	Área Temática – Política e Economia Membro Mesa Redonda 06 – Desenvolvimento, Estado, democracia: desafios contemporâneos (com Eli Diniz e Moises Balestro)	Cocoordenação Coordenador e participante de mesa
2010	7º Encontro ABCP/Recife	Refletindo sobre variedades de capitalismo e o lugar da política: Brasil e Coreia do Sul	<i>Paper</i>
2008	6º Encontro ABCP/Campinas	Debatedor de Sessão	Participante

Em 2009 tive a oportunidade de apresentar um trabalho no mais importante Congresso de Ciência Política, o da IPSA, que ocorreu no Chile. Este sim, um congresso global, de muita relevância como experiência. Produzi um *paper* em coautoria com o professor Ignacio Delgado, que era também representativo da pesquisa que estávamos realizando sobre política industrial comparada (citada acima na seção 4.2). O trabalho foi intitulado “*The agenda of*

diference: States, varieties of capitalism and economic governance in Asia and Latin America”

A ALACIP é um espaço muito interessante pela imensa diversidade. É um encontro muito grande e realmente congrega uma representatividade importante na América Latina. É algo caótico, mas um ambiente muito aberto. É muito interessante participar como brasileiro na ALACIP, pois se percebe uma curiosidade muito grande sobre o Brasil. A experiência brasileira era observada por colegas com grande interesse, particularmente nos anos nos quais participei, quando o país vivia um momento de crescimento e os desdobramentos do governo Lula estavam em seu auge, particularmente com os destaques diante da repercussão internacional da saída do mapa da fome, o interesse pelo Bolsa Família e pelo sistema político.

O Quadro 3 registra os Congressos da ALACIP.

Quadro 3 – Congressos da ALACIP

2017	IX Congresso ALACIP Montevideu/Uruguai	Políticas sociais no Brasil em cidades polo – entre a verticalidade da indução e a horizontalidade da implementação	<i>Paper</i>
2012	VI Congresso ALACIP Quito/Equador	Estratégias de desenvolvimento, governo e atores – o caso de políticas setoriais no Brasil e resultados sociais	<i>Paper</i>
2010	V Congreso ALACIP Integración, diversidad y Democracia en tiempos de Bicentenario – Buenos Aires/Argentina	La reanudación del horizonte de desarrollo – los limites y las posibilidades de Brasil, Argentina y Mexico	<i>Paper</i>
2008	IV Congreso ALACIP San José/Costa Rica	El pulso de la sociedad: la investigacion acerca de bienestar y politicas publicas segun la percepcion de los ciudadanos	<i>Paper</i>

Esta experiência da ALACIP ajudou a divulgar algumas pesquisas citadas na seção 4.2. A de 2008 representa o trabalho sobre Juiz de Fora, ainda que aqui ele tenha apresentado um debate teórico sobre o tema e a cidade tratada como estudo de caso. O de 2010 reflete, em parte, também as pesquisas sobre política industrial e o de 2017 está diretamente ligado ao projeto financiado pelo CNPq sobre as cidades polo de Minas e São Paulo.

Enviei trabalhos também ao Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política (APCP). Trata-se de um intercâmbio interessante com um país que não está no centro da produção em Ciência Política, mas é um ambiente extremamente agradável de debate. Tive duas oportunidades de ir a Portugal, no Vº e VIº Congressos. O Vº Congresso realizou-se em

Aveiro em 2010 e apresentei o *paper* “Diversidade e equilíbrio assimétrico – governança econômica e institucional na União Europeia”, uma certa ousadia em um país da União e um desdobramento da tese de doutorado. Foi um debate extremamente proveitoso e minha análise estava em sintonia com alguns colegas.

Em 2012 retornei para o 6º Congresso – em Lisboa – com o mesmo espírito do primeiro. Apresentei o *paper* “O signo do movimento – capacidade estatal, modernização e atores políticos no Brasil recente (1998-2010)”, um trabalho que buscava analisar os desdobramentos políticos e econômicos no Brasil considerando uma macrodinâmica social em mudança. Este *paper* tem parentesco direto com o artigo publicado pela revista Dados em 2012, que está citado nas referências no item “GERAIS”.

O NCT-PPED proporcionou a apresentação de dois trabalhos em seminários, um deles internacional. O primeiro ocorreu no 1º Seminário INCT-PPED: Estado, Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento, em 2009, com o *paper* intitulado “A rota da diversidade – estado, variedades de capitalismo e desenvolvimento. O segundo, em 2011, no Seminário Internacional “Repensando o desenvolvimento capitalista em países emergentes” (*Rethinking capitalism development in emerging countries*), onde apresentamos o *paper* “Variedades de capitalismo e política industrial: o Brasil em perspectiva comparada”, em parceria com Ignácio Delgado. Este segundo Seminário trouxe ao Brasil a professora Vivian Schmidt, que foi uma importante interlocutora na minha tese de doutorado, em sua obra escrita com Fritz Scharpf (SCHARPF; SCHMIDT, 2000).

Foram muitas participações ao longo dos anos. Desde um congresso sobre desenvolvimento social (2012) que ocorreu em Montes Claros, Norte de Minas, onde apresentei uma conferência sobre “(Des)Igualdades sociais e desenvolvimento”, um seminário nacional em Viçosa – Iº Seminário Nacional Família e Políticas Sociais no Brasil (2017), onde também fiz a conferência “O lugar das políticas sociais a partir da análise das relações entre o Estado e a sociedade” (com o texto em livro no prelo). Há muitos casos por Minas, interior do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, que representam um lado que considero essencial na ciência: o dever de debater, viajar e expor ideias para públicos amplos e variados.

Com estas observações, até aqui praticamente todas sobre as áreas de formação e a produção docente e de pesquisa, passarei em seguida à minha outra trajetória, a de gestão no âmbito da UFJF. Ela é, ao mesmo tempo, parte relevante de minha atividade, mas foi coroadada de desafios complexos em momentos conjunturais muito diversos. É parte de uma história de dedicação, perdas e ganhos de experiência, profissional e para a vida.

5 O DESAFIO DA GESTÃO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

A UFJF é uma instituição fundada em dezembro de 1960 (um dos últimos atos do Presidente Juscelino Kubitschek), fruto da integração de faculdades isoladas com tradição regional. Os cursos de Direito, Engenharia Civil, Medicina e nas áreas de Ciências Humanas (Ciências Sociais, História, Filosofia, Geografia e Letras) integraram-se a uma federalização que somente aos poucos foi se consolidando para, logo depois, serem alterados pela reforma universitária de 1968. Esta modelou as universidades públicas brasileiras pela experiência norte-americano, mas sob a luz tropical.

Ao completar sessenta anos em 2020, a UFJF pode ser hoje considerada uma Universidade de porte “médio”, se comparada ao Sistema Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Está situada em uma região próxima de dois milhões de habitantes e alunos oriundos dos estados de Minas e Rio de Janeiro, mas com alcance a áreas de São Paulo, Espírito Santo e Bahia. Atingiu mais de 23 mil alunos (2020), uma pós-graduação tardia e em consolidação, mas já com mais de 45 cursos, uma área de extensão com mais de setecentos projetos (2020) e um orçamento na casa de um bilhão de reais (com a inclusão da maior despesa, de pessoal). É uma referência para a cidade de Juiz de Fora e região, ainda que, por características diversas, não seja como no caso da Federal de Viçosa, com cidades se expandindo em torno da universidade.

Muito do que vem a seguir é fruto da vivência e da convivência. E estas breves reflexões que servem, com alguma liberdade, à *epoché* de Husserl: o afastamento (que somente pode ser confundido com “neutralidade” por desavisados) sempre atuante diante do natural, a crítica às verdades inquestionáveis, sem possibilidade de separação entre a objetividade do mundo da vida e a subjetividade da consciência.

5.1 SOBRE A ESTRUTURA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E SUA VIDA BUROCRÁTICA – UMA VISÃO RETROSPECTIVA ATÉ MEADOS DE 2000

A institucionalização efetiva da UFJF, como no caso das demais federais do período, produziu-se pela reforma de 1968²⁵. O mimetismo institucional, que seria tantas vezes adotado em outras políticas, produziu um modelo organizacional cujos efeitos de longo prazo nos assombram até o presente. Quando realizado, envolveu um clássico problema de implementação: criar instâncias burocráticas e gerenciais verticalizadas e com tradição de formação para o mercado de trabalho não é a garantia de que os resultados acadêmicos poderiam produzir frutos que fortalecessem a ideia de Universidade como centro de formação de conhecimento autônomo e de pesquisa. Ao isolar as áreas, inclusive geograficamente dentro de um campus, desconectou de forma longeva o diálogo interinstitucional, agravado pelo modelo departamental. Se a cátedra poderia ser vista como um sistema de poder cristalizado e tradicional, sua extinção não desmobilizou o poder autoritário interno nem tornou os departamentos a instância acadêmica capaz de ser uma base para a renovação da instituição. Esta estrutura de poder, que passava pelos diversos colegiados nas universidades, mobilizava contratações por critérios que favoreciam um modelo endógeno de formação e a reprodução da velha estrutura dentro da “nova”.

Quando ingressei na UFJF como aluno, em 1983, a pós era inexistente e o número de cursos de graduação era praticamente o mesmo desde a década de 1960. Os primeiros cursos noturnos somente chegaram em meados desta década de 1980 para a área de Humanas e Letras e Pedagogia. A primeira pós-graduação *stricto sensu* é de 1989, uma Pró-Reitoria de Pesquisa só ganha corpo em meados dos anos de 1990. Claro que ações isoladas de pesquisa ou pós-graduação existiram, mas a institucionalização de tais temas levou cerca de vinte anos desde a reforma universitária. Neste meio tempo, os departamentos passaram ao ingresso por concurso público, mas a primeira geração de docentes – ingressa nos anos 1960, mas com resquícios ainda das escolas isoladas – ainda era parte do cotidiano da Universidade.

A burocracia como setor meio, os servidores técnico-administrativos em educação superior (TAES), estão em uma quarta geração. Escrevo isso como uma hipótese reflexiva. A

²⁵ A origem da Reforma de 68 foram os acordos MEC/USAID, o Plano Atcon de 1966 e o Relatório Meira Mattos de 68. A reforma em si, fruto de um Grupo de Trabalho para a Reforma do Ensino Superior, extinguiu a cátedra, instituiu o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos, a matrícula por disciplina, a carreira do magistério e a pós-graduação. Sobre a departamentalização, que seria essencial na estruturação da “nova universidade” em sentido organizativo, muitas vezes não funcionou conforme o esperado. Hoje departamentos estão afastados dos debates acadêmicos efetivos, constituindo-se como um centro de disputas provincianas, burocraticamente aferrado à sua função de alocação da força de trabalho, sem inclusive poder ser considerado um espaço de cooperação acadêmica, a não ser ocasional.

primeira delas ingressa com a Universidade nos anos de 1960, a geração que viu a construção do campus universitário e iniciou sua saída da vida como servidor até o final da década de 1980, alguns até 1990. Há uma segunda geração que ampliou o número de técnicos ingressante na década de 1970, com alguns já fora do serviço público, mas com remanescentes ainda em atividade. A terceira geração é marcada por desequilíbrios de entrada, parte na década de 1980 e 1990 e com técnicos ainda ativos em boa medida. Estas gerações tinham formação técnica de nível médio em quantidade apreciável, com muitos completando uma formação superior já na carreira pública. Finalmente, a partir de 2004, mas principalmente quando da expansão da universidade no último quarto da primeira década do século XXI (basicamente a partir de 2007), surgiu a quarta geração. Mesmo para carreiras de nível médio, a maioria dos candidatos já apresentava curso superior e, em tese, ingressava mais preparada para o exercício profissional. Minha observação pessoal é que tal não aconteceu, e isto por uma série de questões, das quais já tratarei na seção 5.3.

A categoria dos servidores TAES é prisioneira de um modelo burocratizado defasado. Há um fordismo inerente à ação burocrática na Universidade que segmenta, divide e alimenta-se de si mesmo. Há pouco intercâmbio intersetores, ajustes de lotação com base em competências específicas são raros. Desde o debate sobre gerencialismo, forte nos anos de 1990 e atacado (pelo menos parcialmente com razão) pelos movimentos sindicais, não se conhece outra prática administrativa que substitua o fordismo versão *fin de siècle*. Se o gerencialismo for tomado como um fim em si, ele representa nada mais que um sistema de metas e resultados. Muitas das atuais ações de órgãos de controle, nos dias de hoje, comportam-se com fixação em metas e indicadores indiferenciando os diversos órgãos públicos, universidades à frente.

Ao longo do tempo não houve meio para reorganizar a base de ação burocrática que contemplasse, ao mesmo tempo, planos de ação, reorganização interna e evitasse a autorreprodução de práticas. A saída de um retirava um tijolo do muro, a entrada de outro era outra pedra na mesma parede. Não é simples mudar o desenho da parede sem quebrá-la por inteiro, mas impossível não é: o projeto de construção deve levar em conta redistribuição, banco de competências, reordenação de setores, política de formação e recrutamento bem desenhado. Não pela defesa de um plano tecnocrático, mas é fato a existência de fatores organizacionais e políticos em movimento, estes últimos representando *constraints* importantes no debate sobre mudanças. Da forma que predominou ao longo dos anos, a melhora de formação, por exemplo, ocorreu dentro da mesma estrutura geral – enrijecida, impeditiva de movimentação para alocação mais eficiente de pessoal, dominada por vontades

e por cargos cujos ocupantes pretendem-se vitalícios. A própria cadeia de comando, do reitor para baixo, torna-se pressionada pelo conjunto burocrático, em um misto de interesses políticos, tradição e lógica enrijecida.

É certo que escrevo estas linhas de um observatório, tanto como docente, como em cargos de direção. Fui coordenador do curso de Ciências Sociais entre 1996 e 1998, automaticamente membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e da Câmara de Ensino daquele Conselho, hoje substituído por conselhos setoriais. Era o tempo do *curriculum* mínimo... e da improvisação. A informatização engatinhava e as matrículas eram feitas individualmente na secretaria. Para organizar as grades de curso e mapear os estudantes, entrevistava um a um antes da matrícula e tentava ajustar os problemas. Havia 187 estudantes de Ciências Sociais nessa época, lembro precisamente do quantitativo, mas o número real era menor, dada a evasão que ocorria entre o primeiro terço e metade do curso. Filtrado o histórico dos alunos, o acesso ao sistema era feito pelo coordenador e dois técnicos treinados para digitar as matrículas, uma a uma. Não existia apoio administrativo específico para departamentos ou coordenações, pelo menos no ICHL, concentrando este trabalho na secretaria da unidade. A estrutura das coordenações de curso, parte da hierarquia universitária que programava disciplinas por um *curriculum* mínimo e depois, quando da extinção desta obrigatoriedade, por um currículo definido por um Plano Político Pedagógico, era mecanizado e solitário. E estava relacionado com outra questão.

É histórico um mix institucionalmente impróprio entre departamento e curso. Criados para operarem como duas instâncias, muitos departamentos comandavam (e comandam) cursos até hoje. Como situação adicional, existem faculdades com um único curso, outras criadas ao sabor de pressões políticas ou divisões internas. Como existem colegiados, devido aos diferentes departamentos que oferecem disciplinas aos cursos, o coordenador sempre era eleito pelos pares dentro do, digamos, departamento “principal”, e comandava o mix confuso de relações interdepartamentais e com o colegiado que, somente muito raramente, se insurgia contra decisões do departamento que fosse “proprietário” do curso. O CEPE pouco fazia para melhorar estas relações porque ela incluía as velhas relações de poder constituídas nas unidades acadêmicas e seus departamentos e o fato de que cada coordenador era dotado de uma reflexividade própria sobre os cursos. Apenas decorridos dois anos de minha posse definitiva como docente, tornaram-me coordenador. Era o terreno com um misto de obrigações burocráticas e breves disputas políticas dentro do CEPE, a maioria delas dirimida pelo CONSU, o lugar do poder maior com sua gestão sobre o orçamento e todas as políticas da instituição.

Em meio a tudo isso houve um esvaziamento do interesse e da disposição para cargos de coordenação e chefia de departamento. São instâncias que se burocratizaram com celeridade, tornando muitas chefias, e em alguns casos as coordenações, seguidamente eleitas. As tentativas de reformas curriculares eram difíceis e respondiam à intrincada máquina antimudança dada a coabitação entre departamentos e coordenações. Havia pontos de veto em várias instâncias – o próprio departamento, a coordenação, o conselho de unidade, o CEPE. Em algum nível, os processos poderiam sofrer retorno ao ponto anterior, gerando, em paralelo, práticas de institucionalidade informal, adaptações à realidade produzindo resistência local às ações gerais, mudando ou mantendo práticas à margem da formalidade.

A vida institucional no departamento não era simples. Em 1992, quando ingressei como professor substituto, o DCSO tinha salvo falha de memória, 22 professores. Ao terminar a década de 1990 mantinha apenas 12, S.M.J. A política federal de proibição – ou necessidade de autorização – para reposição de quadros, produziu dois fenômenos: a proliferação de substitutos e o esvaziamento dos professores e técnicos. Muito preocupados com a reforma previdenciária, desde 1993 muitos docentes se afastaram, alguns ainda jovens. Para os TAES, uma das carreiras mais desprestigiadas em termos salariais no serviço público federal, foi também o período em que muitos saíram por um plano de demissão voluntária, inclusive alguns muito preparados, buscando outra oportunidade ou até uma outra carreira do serviço público. No caso do DCSO, lembro-me de apenas dois concursos públicos entre 1994 e 1999. O que parecia estar cristalizado em uma estrutura hierárquica que se autorreforçava, agora sofria o esvaziamento de pessoal. A organização endurecida não tinha estímulo acadêmico, a carga horária se ampliou, a disputa entre os cursos cresceu e muitos cursos – e departamentos – aceitaram uma política de redução de oferta das disciplinas.

Qualquer brilho acadêmico ocorria individualmente ou por eventuais projetos de pesquisa que ganhassem alguma repercussão. Os eventuais encontros ou seminários eram fruto de esforços individuais de alguns chefes de departamento ou diretores. A direção de unidade em geral era outro aspecto da burocratização, muitas vezes vista como de gestão dos prédios, ainda que fosse parte do processo decisório da Universidade por meio do CONSU (os diretores são membros natos do Conselho) e, portanto, alvo de uma relação política direta com a Reitoria.

Sempre me incomodou o baixo diálogo interinstitucional do ponto de vista acadêmico. O debate inter e transdisciplinar praticamente inexistia. Seminários integrados entre áreas eram raríssimos e as semanas acadêmicas diminuíram de intensidade – e saíram, por exemplo, das Ciências Humanas para semanas “de curso”. Havia poucos recursos para quase tudo.

Foram anos de greves e pressões dos governos Collor e Fernando Henrique e o clima – e os estímulos – não eram lá os melhores.

A reitora que assumiu em 1998, parte do mesmo grupo político da gestão anterior, realizou um esforço importante de mudança. Desde o início, programaticamente, afirmava pretender modernizar a Universidade e colocá-la no radar acadêmico, particularmente pela melhoria nos indicadores de graduação e a expansão da pós-graduação e da pesquisa. Eu a acompanhei de longe parte do tempo: saí para o doutorado em 2001 (2 anos do primeiro mandato) e retornei em 2004 (os 2 últimos anos). Mas sei que, pelo menos no horizonte, havia um projeto mais modernizador na agenda. Ainda que a via pelo alto, pelo poder da Reitoria, fosse na maior parte do tempo este indutor. Foi um período de oito anos de mandato com muitas mudanças institucionais e nas atividades – de uma nova modalidade de ingresso, o Programa de Ingresso Seletivo Misto (PISM) à política de cotas; o impulso para a pós-graduação; da criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP) ao Centro de Inovação e Transferência de Tecnologia (CRITT), da expansão do atendimento em saúde (pela criação do Centro de Atenção à Saúde (CAS) do Hospital Universitário (HU) à criação da Casa de Parto. Em uma era de restrições orçamentárias e de dificuldades com o governo federal, não foi pouco.

Por outro lado, a lógica burocrática fordista permanecia. Mudanças normativas no Regimento da UFJF, criando conselhos setoriais, por exemplo, não produziram efeito decisivo sobre as práticas técnicas do dia a dia. A baixa reposição de cargos e o engessamento estrutural proporcionado pela combinação da mesma geração de técnicos com uma base de professores com departamentos em desagregação, combinou-se com uma ação extremamente proativa do poder central da Universidade, ocupando os espaços políticos existentes diante de uma estrutura envelhecida. Em meio à crise de recursos, com a gestão informatizada ainda ganhando velocidade, transitamos para uma “modernização pelo alto” (com licença poética), onde as maiores forças de resistência estavam nos setores mais tradicionais da Universidade, em uma parte importante dos servidores TAES e em forças menores, ainda que também modernizadoras, buscando outro caminho.

Ao voltar do doutorado, em 2005, eu começaria o retorno ao contato com este cenário. E, sem ainda suspeitar, passaria a ser parte ativa dele.

5.2 A DIREÇÃO DE UMA UNIDADE ACADÊMICA E O “MÉTODO CONFUSO” NA GESTÃO MACRO DA UFJF (2006-2014)

Há um divertido e pouco conhecido livro na tradição brasileira, escrito por Mendes Fradique (pseudônimo de José Madeira de Freitas), com o agradável título de “História do Brasil pelo Método Confuso” (2004). Trata-se de uma leitura satírica do Brasil com charges, crônicas e observações ferinas sobre a realidade brasileira, criando um mosaico despropositado de momentos históricos, personagens fora do tempo em convivência e o uso do cômico como crítica política. Ao olhar em retrospectiva para os anos de 2006 a 2015, a Universidade tem um tanto dessa caricatura de país. Os personagens da peça vinham principalmente de grupos de oposição ao período reitoral descrito acima, que se posicionaram com críticas ao “autoritarismo” e ao suposto pouco caso com a “infraestrutura da universidade”, como se um novo ciclo devesse se iniciar.

Em março de 2005, meu primeiro semestre letivo de volta à sala de aula, em meio à preparação de um projeto solicitando financiamento à FAPEMIG e as demais obrigações docentes, recebi uma ligação do diretor do CPS, professor Carlos Alberto Botti, me comunicando que o diretor do ICHL, professor Ignácio Delgado, gostaria de conversar comigo. Quando lá cheguei me surgiu uma oferta que considerei, em princípio, digamos... complexa. Aproximava-se, em um ano, a eleição para a reitoria e o professor Ignácio pretendia pleitear a possibilidade de se candidatar. Ele havia vencido o professor Botti na eleição anterior para o ICHL e sugeriu um “pacto de concórdia” interno, visando uma maior unidade no instituto com o argumento de que um professor do DCSO não ocupava este cargo desde a década de 1960. Quando perguntei o porquê de meu nome haver sido ventilado, o professor Botti disse que não tinha mais interesse em disputar e era hora de abrir espaço para outras iniciativas; o professor Ignácio afirmou que via em mim qualidades para assumir o cargo. Encurtando a história, fiz o movimento clássico de “pensar e amadurecer a ideia”, mas disse que achava o tempo ainda longínquo, pois afinal faltavam meses para a sucessão local e um ano para a de reitor.

Uma semana depois, após consultas à família e uma longa conversa com o professor Botti, o professor Ignácio nos recebeu com seu vice, o professor Zwinglio Mota. Eu disse que aceitaria, sabendo que o acordo político seria a busca de uma unidade interna que fortalecesse também a candidatura do professor Ignácio a reitor. Mas, fiz duas pequenas exigências: autonomia para escolher o vice e a não divulgação do meu nome à sucessão até o segundo semestre, porque seria preciso, antes de tudo, começar a unidade pelo departamento e não

achava prudente que, em março, se apresentasse um nome para eleições em novembro. A proposta somente foi apresentada em uma reunião de departamento em setembro, onde o professor Botti apresentou meu nome e voltou-se para a defesa da unidade interna do instituto em torno da sucessão reitoral. Deixou clara a autonomia do diretor para gerir a unidade, mas em torno de um acordo político visando a sucessão em 2006. Não houve a unanimidade, que nunca esperei, mas também não houve oposição aberta ao meu nome, antes pelo contrário, e saí fortalecido da reunião.

Como resultado, não houve duas candidaturas e terminei indicado como diretor em votação dos três segmentos universitários. Foi uma campanha simples, com apoio forte do professor Ignácio. Meu discurso de posse, em março de 2006, foi em torno de três pilares: a qualidade acadêmica da graduação, a expansão da pós-graduação, a melhoria das condições de trabalho. E o conjunto de argumentos políticos foram a força das Ciências Humanas dentro da UFJF, o compromisso com a democracia e com o projeto de contribuição da Universidade para o desenvolvimento.

Fui eleito o primeiro diretor do Instituto de Ciências Humanas (ICH), enquanto o professor Ignácio foi o último do ICHL. Isto porque Letras tornou-se uma Faculdade independente ao fim de 2005, um projeto com apoio da então reitora e do próprio diretor do ICHL.

Para uma melhor compreensão do que ocorreu na UFJF é indispensável refletir sobre o que foi o processo eleitoral de 2006 para reitor. A UFJF adota um sistema de consulta pública dirigida pelas entidades sindicais e o DCE e, em seguida, o CONSU elabora uma tríplice lista para o Presidente da República indicando a ordem da votação em plenário. O acordo político é que o vencedor da consulta pública vai ao Conselho, ainda que não se impeça qualquer um de participar, de acordo com a lei. Até aqui, nas eleições da UFJF desde a década de 1980, nunca houve casos de derrota, no CONSU, do primeiro colocado em consulta.

Em 2006 aconteceu, pela primeira vez, uma campanha na UFJF que se assemelhava a uma campanha política para uma Prefeitura. O professor Ignácio Delgado e o então diretor da Faculdade de Odontologia, Henrique Duque, polarizaram o pleito, sendo seguidos por uma candidatura de terceira força do professor Rubem Barboza. Com muito menos recursos a despender, Ignácio (e também Rubem) foi pressionado por uma campanha que teve de *outdoor* a festas patrocinadas, *fake news* apócrifas circulavam em papeis que amanheciam pelas vias públicas e nas unidades. Houve debates, mas eram dominados por claques empedernidas. Esta não é minha trajetória particular, portanto não me estenderei. Mas quero falar sobre como o resultado revelou um aspecto do sistema de consulta: no embate final em

segundo turno, Ignácio venceu entre professores e estudantes, mas perdeu por margem mais larga entre os TAES. A fórmula da paridade, por muito pouco, deu a vitória ao seu adversário da Odontologia. Muito se atribui esta derrota ao descontentamento dos servidores técnicos com a reitora, apoiadora do professor Ignácio. É possível, mas trata-se de matéria que escapa ao escopo deste trabalho. Este resultado irá marcar toda a minha gestão à frente do ICH, porque o reitor que assumiria seria reeleito em 2009, assim como eu fui reeleito no mesmo ano.

A gestão neste período representou uma mudança de perspectiva, particularmente por sua incessante busca de recursos para obras. No meu juízo pessoal foi um mandato do “método confuso”. Primeiro porque a lógica pela busca de recursos prescindiu de qualquer planejamento ou orientação lógica, a qual poderia ter sido conferida se precedida de um plano diretor construído com a comunidade. Assim, obras obedeciam a critérios do gestor principal ou de acordos locais com unidades. A alocação de equipamentos obedecia a compras centralizadas. O orçamento da UFJF como um todo não era debatido, inclusive distributivamente, no CONSU, nem havia um critério que discriminasse com previsibilidade recursos para as unidades acadêmicas. Os recursos de capital permaneciam centralizados e, como obras requerem equipamentos, havia associação entre a falta de orientação institucional para prédios e os equipamentos ali alocados. A impressão da baixa articulação entre as pró-reitorias tornava tudo ainda mais difícil: não havia clara orientação na pós, que se desarticulava com a pesquisa; a extensão foi pouco efetiva e inorgânica de ações pouco sistemáticas. Não houve, infelizmente, uma preocupação em organizar institucionalmente a política de pessoal, que se baseava em elementos particularistas de atendimento localizado e sob demanda, o que permitia, por exemplo, que professores pudessem sair de um local para fazer pós-graduação e depois pleiteassem retornar em outro departamento. No ICH fui testemunha de tal prática em um departamento, onde a professora simplesmente pleiteou uma vaga porque havia sido garantido a ela que a mesma poderia lá ficar quando retornasse de sua pós-graduação. Esta prática permitiu que professores do Colégio de Aplicação passassem a departamentos na Universidade sem que, em nenhum momento, isto fosse uma prática regulada. Minha posição pessoal é até pela mobilidade em algumas situações, mas desde que isto seja uma política estabelecida pelo CONSU da instituição. A mera alocação de pessoal técnico sem critério definido, ou de acordo com um censo de competências, é um grande problema, até porque podem surgir alocações ao sabor do dirigente.

Foi um momento, particularmente a partir de 2005, quando os recursos passaram a fluir em maior abundância. A conjuntura estava abrindo um caminho para as universidades se

modernizarem em sentido institucional e físico. O capítulo do REUNI é o caso paradigmático, como desenvolverei na próxima seção. Meu ponto, neste momento, é que muitos dos personagens do drama na macrogestão da UFJF pareciam estar em posições erradas, misturando passado e presente, agindo sem qualquer planejamento alocativo de recursos e o gestor principal parecia ser quase o único que conhecia o plano de voo. Produziu-se a ruptura entre o comando principal, que atuava como captador de recursos, como emendas parlamentares, e a vida institucional e acadêmica. O charivari institucional se agravava porque, sem conhecer a sinalização do caminho, cada gestor de pró-reitoria movia-se em uma estrada própria, onde eventualmente se encontravam e nem sempre em harmonia.

Foi um momento orçamentário particular. As IFES passaram à expansão e muitos recursos extras terminaram permitindo a visão de prosperidade. Na ausência de funções gratificadas, muitos servidores as recebiam a partir da fundação de apoio, prática depois vedada, já no fim do ciclo desse reitor, pelo Ministério Público Federal. A utilização dessas funções contribuiu para ampliar distorções e produzir outro elemento difusor de perturbação no interior da burocracia. Por um lado, fica reforçado um elemento clientelista e corporativo, duas gramáticas brasileiras para utilizar, com liberdade, o que escreve Nunes (2003); por outro indica à terceira geração dessa burocracia (conforme discuti acima) uma combinação de maior influência porque agora era “ouvida” em demandas corporativas. Indicava uma maior proximidade com a liderança, mas, diante da miscelânea instalada no seio da gestão, a sinalização não indicava caminho algum.

O método confuso tem suas vantagens políticas, ainda que não institucionais. No ato de confundir, ele reforça a imagem de um centro decisor e simplifica o *decision making*. A autoimagem se reforça e, para o público externo, a imagem de realizador também se amplia. Em uma cidade como Juiz de Fora, ao mesmo tempo portadora de dinamismo cultural, mas provinciana em suas entranhas, a Universidade é uma referência relevante e seu gestor pode ser uma “marca” política de “sucesso”. Para o interior da instituição, campeava uma desorganização de longo curso, que traz consequências até hoje.

Esta história certamente não pode ser atribuída a um único mandatário, em um país onde as gramáticas da clientela e do corporativismo são historicamente entrelaçadas. Mas, a potencialização problemática de uma gestão nem descentralizada em decisões “econômicas” e muito menos ordenada no planejamento institucional, vai tornando o cenário cada vez mais complexo. E o discurso político se esvaziava, porque era hora da “realização”, não de disputas políticas. Um truque antigo: despolariza-se o discurso com a politização da ação.

Assim era ser diretor nesses tempos. O ICH é uma das maiores unidades da UFJF. No “espírito” da reforma de 68, forma um dos três institutos de formação para cada uma das grandes áreas (Humanas, Ciências da Vida e Ciências Naturais e Engenharias). Recebe alunos de vários cursos e tem seus próprios bacharelados e licenciaturas. Foi o primeiro prédio a ser ocupado na história do campus universitário, na denominada primeira plataforma, em 1969. Na tradição do campo de conhecimento, era a destacada referência no debate político interno e especialmente externo, diante da própria natureza das disciplinas e cursos. Os professores mais conservadores no campo político constituíam um grupo bem definido e minoritário, que havia sido maior nos anos de 1980, mas com força política mais restrita nesta época. Na primeira década de 2000 eram outros os pontos: a pós-graduação, a pesquisa, as questões de infraestrutura em um prédio envelhecido e sem espaço. As graduações e a formação de professores sempre foram consideradas de qualidade, tendo produzido gerações de profissionais que ingressavam em programas de pós-graduação, eventualmente passavam ao trabalho em instituições públicas ou seguiam a vida nas redes pública e privada de ensino. O debate político envolvia o governo do PT, a sombra da Ditadura estava muito diluída e seus defensores escondiam-se em muitas frestas para parecerem invisíveis ou transformados em outros seres. E, em breve, todas as contradições políticas referentes ao debate em torno do PT se tornariam o centro do debate sobre o REUNI.

Como gestor, via como impossível continuar a pensar as Ciências Humanas sem a integração da pesquisa e da pós-graduação ao cotidiano do instituto, mas sempre me pareceu um descalabro isolá-los da graduação e ter profissionais que acreditam ser possível, em unidades com curso de graduação, manterem-se somente na pós diante de um número limitado de professores. A relação direta graduação/pós/pesquisa atua na formação, em trabalho de campo e no desenvolvimento de experiências. Isto certamente precisa não apenas de decisão, mas de engajamento. E há, com certeza, a necessidade de um local adequado para funcionamento.

Minha concepção de gestão implica em dois elementos simples: deixar as energias fluírem e canalizá-las em torno de uma lógica institucional e dentro de uma orientação política. A escolha de um diretor, pelo meio de consulta eleitoral com posterior eleição na Congregação da Unidade, é um projeto. A orientação política clara era o que historicamente representa o ICH, sua herança no debate democrático e na construção da Universidade e a defesa de pautas universais de direitos. Deixar fluir o debate significava considerar as diferentes demandas institucionais dos departamentos, rejeitar particularismos e regular as

ações pela via do conselho departamental. Não creio em planos mirabolantes de gestão, ou meramente no otimismo da vontade

O ICH à época estava próximo dos cem professores e mais de dois mil alunos. Havia em 2006 entre 12 ou 14 servidores TAES, sete departamentos, sete cursos de graduação, dois de mestrado (História e Ciências Sociais) e um programa completo de Ciência da Religião. Ao longo dos mandatos como diretor, estimei e busquei meios para permitir o funcionamento de dois doutorados – em História e Ciências Sociais; do mestrado, depois doutorado, em Psicologia; do mestrado em Geografia e a primeira tentativa do mestrado em Filosofia (que se concretizaria na gestão do professor Altemir, que me sucedeu). Praticamente todo o ICH constituiu cursos *stricto sensu*. Isto possibilitou o desenvolvimento de uma cultura de formação e pesquisa continuada, contribuindo para o conjunto da UFJF e sua pós-graduação em consolidação.

Paralelamente, mantive o curso de pós *lato sensu* com professores de diferentes departamentos e criado à época do professor Ignácio (“Brasil – Estado e sociedade”) e permaneceu o curso *lato* da Ciência das Religiões. Estimei e aprovamos no Conselho de Unidade a criação de cursos *lato sensu* pelos departamentos. Praticamente todos o fizeram – Ciências Sociais, História, Psicologia, Geografia, Filosofia. Estes cursos foram geridos pela fundação de apoio da Universidade, a Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FADEPE), e muito auxiliaram na aquisição de equipamentos, instrumentos de trabalho, móveis e serviços para a unidade, uma vez serem os cursos, com exceção de Ciência das Religiões que tinha gratuidade, fontes de receita própria. Estes cursos duraram basicamente até 2012, inclusive pela redução progressiva de público e por mudanças institucionais na relação com as fundações.

Particpei, como diretor, de comissões importantes. Uma foi a que instituiu, aprovada no CONSU, o banco de professores equivalentes. Isto serviu para delimitar o número de professores alocados por departamento. Ao mesmo tempo que intentava impedir alocações arbitrárias (pelo menos assim prometia), também produziu outro problema: ela engessou ainda mais a estrutura departamental, porque não havia espaço para a perda de pontos que retirasse uma vaga docente de um lugar e permitisse alocá-la em outro. Este era o enfrentamento político, mas os departamentos venceram novamente pela ausência de confrontação. Também atuei em comissão para mudar regulamentação relativa aos concursos públicos docentes, mas esta, a administração superior da Universidade não levou adiante, editando, por si, uma normativa apresentada ao conselho sem anuência da comissão e após o

fim do meu segundo mandato. Representei muitas vezes a área de Humanas e Sociais Aplicadas em grupos de trabalho multiáreas.

O cotidiano do instituto, seja no já mencionado prédio que denominei “envelhecido”, seja no que foi construído durante o REUNI e hoje abriga o instituto, era uma combinação de síndico com planejador e articulador inter e multinível. Síndico, porque trata-se de uma infraestrutura que precisa de acompanhamento – segurança e limpeza, mais todos os problemas que surgem no dia a dia. Para isso tivemos o acompanhamento específico para alguns servidores nesse campo. Há também a dimensão de organização do regramento institucional: de regras para uso do espaço, da distribuição física das áreas, da regulação sobre núcleos e distribuição interna de recursos e até coisas mais frugais, como a proibição de bebida alcoólica na cantina. Considerei todos os protestos administráveis. Planejamento institucional significa, com o auxílio dos servidores, comissões de trabalho e do próprio Conselho, pensar alternativas primeiro para a questão acadêmica, depois para as questões infraestruturais. Ser articulador interinstitucional é viabilizar o delicado equilíbrio entre os sete departamentos do ICH, com seus interesses próprios e demandas particulares, bem como na relação desses com os servidores TAES. Tal como a estrutura da UFJF se constituiu, não há como operar sem a análise consistente de pontos de equilíbrio ou veto produzidos pelos departamentos. E, seja no espaço do instituto, seja na relação multinível, há sempre atores que fazem jogos em dois ou três níveis – um departamento que tente operar direto com a Reitoria, trazendo a solução “decidida” ao diretor (o que sempre rejeitei e abortei sempre que pude). Ou ainda atores individuais, sobre a direção e os departamentos, realizando a estratégia de clientela com pró-reitores ou outros institutos. Se a gestão macro opera pelo “método confuso”, o nível local vê a oportunidade de operar de forma não institucional, por clientela ou por mecanismos de ganhos indiretos de proximidade com a gestão macro. A estratégia, muitas vezes vista como “natural”, contribui para enfraquecer posições em outro nível do *decision making*, como em conselhos de representação superiores.

Considerei o CONSU a principal arena de ação como diretor. Ali, por definição, são estabelecidas as políticas para a Universidade, não apenas um órgão de prestação de contas ou recursal. Passei oito anos frequentando o CONSU com uma linha clara de ação: uma oposição sincera e em debate com a Reitoria de então. Éramos poucos diretores que tinham essa linha, mas marcávamos posição diante da discordância. Desde o início surgiram projetos de gestão muito problemáticos: um acabou com a iniciativa da “Casa de Parto”, um projeto muito interessante do Ministério da Saúde (MS) que foi desmontado pela gestão de então. Uma parte do CONSU resistiu sem sucesso. Na editora da UFJF houve um projeto de regimento que

“inovava”: publicação de livros por *ad referendum*. Este foi derrotado em seu formato mais escabroso. Os membros eram, muitas vezes, informados sobre matérias de interesse da UFJF pela imprensa. O orçamento nunca foi debatido para distribuição sobre os recursos discricionários de custeio e capital. Obras eram decisão não debatida dentro do Conselho. A exceção foi a proposta de construção de um novo hospital universitário, com um projeto ambicioso em dimensões e recursos à época tidos como certos (a obra parou e estão até hoje sendo buscados recursos para seu andamento). Houve a proposta de um Jardim Botânico, cuja compra de terreno foi aprovada pelo Conselho, que terminou com um projeto envolvendo um tremó de montanha e um teleférico²⁶. Houve a implantação, por decisão do “poder central”, de um Centro de Ciências com um projeto arquitetônico e de divulgação científica bastante interessante, mas que somente conseguiu ser concluído ao final de 2016, com novos aportes da administração mais recente. Foram realizadas terraplanagens para instalar uma nova Reitoria, e outras duas que não saberia precisar a finalidade. Em nenhum desses projetos o Conselho opinou. Em 2011, surgiu a proposta de um campus avançado a 470 km do campus sede, em Governador Valadares-MG, com a doação de um terreno sem qualquer acesso viário, água, energia ou dados. Esta extensão da UFJF foi implantada por meio de aluguéis na cidade, sem um plano diretor para as instalações, sem planejamento estruturado e a confiança irrestrita em fontes “inesgotáveis” de recursos. Até o presente é um escoadouro de recursos para imóveis particulares e aluguel de outros espaços de universidades privadas, diante da total inviabilidade econômica para a utilização do terreno doado.

Com a então abundância de recursos federais e emendas parlamentares, a construção terminou por produzir um aumento substancial no custeio da máquina universitária. Já no fim, houve uma imensa disputa em torno da cessão do HU à recém-criada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), a empresa pública criada pelo governo para gerir os HU. Houve um plebiscito na comunidade do HU, em que a posição favorável à adesão perdeu. Levado ao Conselho, houve a aprovação da matéria. Eu me abstive nesta votação – a única polêmica em que não me posicionei – porque considerava os dois argumentos contraditórios, pífios e absolutamente soma zero: ou a EBSERH seria o paraíso ou o inferno, ou o HU fechava ou a Reitoria tinha recursos para sustentá-lo. A vitória do reitor foi expressiva, não dependeu nem de minha abstenção nem de meus colegas diretores na oposição, que votaram contra. Era a vitória do método confuso em outro campo: diante da crise, o otimismo da

²⁶ Não concluídos até hoje por impossibilidade de recursos disponíveis – e não devem ser instalados. Apenas o Jardim Botânico atende ao público, mas somente foi viabilizado por ações realizadas após 2017.

vontade sem o pessimismo da razão (que Gramsci me perdoe); o voluntarismo como método de não-gestão.

Houve muitos campos de disputa regulatórios e muito pouco debate acadêmico. A pós-graduação *stricto sensu* cresceu no período – foram criados vários cursos, aproveitou-se a pauta de ações afirmativas em algumas ações e a assistência estudantil cresceu. Porém, por outro lado, estas pautas foram estimuladas pelo governo federal. Também é verdadeiro que a infraestrutura melhorou. Mas, ao meu juízo, ao preço do esvaziamento institucional.

De alguma forma, ocorreu um movimento, entre 2007 e 2012 que mudou o mandato de diretor e do reitor: o famoso REUNI.

5.3 O REUNI: ESPERANÇA QUASE INGLÓRIA (2007-2012)

A esperança brota eterna no coração do homem. Ele nunca é, mas sempre espera ser feliz.

(Alexander Pope)

Quando assumi o mandato de diretor do ICH, Lula estava por terminar seu primeiro período na Presidência e havia acabado de sobreviver ao processo da Ação Penal 470. Isto não foi capaz de derrotar sua força política e, ao meu juízo, a crise que se estende entre 2004 e 2005, particularmente na imprensa e no judiciário, terminou mudando o futuro do governo. Foi a virada da saída de José Dirceu da posição de comando na articulação – com o próprio Presidente formando uma nova “coalizão”, somado aos primeiros resultados concretos de programas sociais e ao crescimento na economia, que determinaram sua reeleição. Da ação penal 470 sobrou a manjedoura da judicialização acelerada que viria depois.

O governo do Presidente Lula indiscutivelmente teve um olhar particular para a Universidade pública. A saída do ministro Cristovan Buarque, de baixa iniciativa e fraco articulador, depois substituído por Tarso Genro e Fernando Haddad (mais a saída de Dirceu, Marina Silva e de Antônio Palocci) foram reajustando o governo. Palocci, que repetia o discurso econômico *mainstream* – eu particularmente nunca tinha certeza se ele realmente entendia sobre o que falava, foi substituído por Guido Mantega, com características diversas e com quem a Fazenda e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ganharam novo impulso de estímulos econômicos. Genro foi um coringa na gestão Lula (“Conselhão”, na Educação, nas Relações Institucionais) e em 2005 deu lugar a Haddad, que ocupou o cargo até 2012 já com Dilma Rouseff. É incontroverso: o volume de investimento

nas IFES foi imenso, não somente pela criação de novos *campi*, mas também pela atualização dos mais antigos.

Durante a gestão Haddad, foi publicado o Decreto nº. 6.096/2007, que instituiu o REUNI. Um dos seus autores, então no Ministério da Educação (MEC), foi o professor Manuel Palácios Cunha e Melo, professor da Faculdade de Educação da UFJF. Era um decreto presidencial bastante sintético: no art. 1º, tem-se,

O objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” e, no §1, a ‘meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano’ (BRASIL, 2007).

No art. 2º, definia as diretrizes para a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, a ampliação da mobilidade estudantil, a revisão da estrutura acadêmica, a diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e a articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007). O restante do Decreto referia-se à questão orçamentária, os recursos a serem consignados e a obrigatoriedade de cada universidade apresentar seu Plano de Reestruturação, a ser aprovado pelo MEC. E, muito importante, as universidades não teriam adesão obrigatória, antes deveriam postular ingresso²⁷.

Quando o decreto foi publicado, as Universidades viveram um clima de tensão que gerou a formação de campos opostos, inclusive entre aliados políticos em outras matérias. A narrativa forte da resistência veio, para quem observa ao longe, pelo movimento sindical. Primeiro, o discurso foi do autoritarismo: “como assim um decreto? Sem debater”? O problema com este argumento era que o decreto era aberto em todos os sentidos: adesão, planos individuais de reestruturação, respeito às diferenças e metas claras. Então surgiu um segundo veio: no art. 3º, §4, lia-se: “O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação” (BRASIL, 2007). Aí estaria o gargalo: quem garantiria os recursos? Este seria como as expansões outras: promete professores, técnicos e recursos e nada aconteceu antes. Neste caso o argumento depende da aceitação de uma premissa: o governo nos manipula e mente, os recursos serão cortados. Aqui

²⁷ Brasil (2007). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm.

havia sim um risco, mas este era que houvesse uma trava na economia e nos recursos do MEC. A adesão seria sim um risco, mas calculado.

E havia as metas: a liberação viria posteriormente ao cumprimento de cada etapa estabelecida pela própria universidade. Isto seria outra ameaça. A questão aqui é que não é um problema para qualquer política pública que tenha metas e recursos vinculados. E como a adesão era voluntária não havia violação da autonomia universitária. E, finalmente, vinha o *gran finale* argumentativo: o fantasma da desorganização das universidades, do “sucateamento”, quando não da “privatização”. Sua raiz era a possibilidade de revisão da estrutura acadêmica, como se as federais fossem criar cursos curtos de baixa qualidade. Este argumento, para mim, era o mais desarvorado, ele dependia de nós mesmos criarmos as linhas de enfraquecimento das IFES. Entre os diretores na época, em qualquer canto, eu não conseguia vislumbrar qualquer interesse nesse sentido.

Eu fui um entusiasta do REUNI e o defendo em qualquer trincheira até hoje. Meu olhar estava em dois pontos: o primeiro era que sempre defendemos, em um campo político do centro para a esquerda, o aumento de vagas nas federais. Esta possibilidade ali estava e agora deveríamos recusar esta oportunidade? Se por um lado me espantava o recurso ao argumento contra o programa, o malabarismo verbal para atacar o aumento de vagas era frágil: viriam os alunos e o programa pararia, sucateando tudo.

Meu segundo ponto era acadêmico. Acreditava, e ainda acredito, que a estrutura dos cursos obedece a princípios arraigados, em formatos disciplinares rígidos e de baixa capacidade de inovação; que alunos ingressam na universidade aos 17-18 anos, em apreciável quantidade de casos, sem conhecimento objetivo do que os espera e com especialização precoce. O contrário pode ocorrer em cursos com elevado conhecimento sobre expectativas de ganhos futuros e conhecimento mais ativo sobre a especialidade, mas tal não ocorre nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Letras e Artes, nos cursos de Ciências Exatas e até em algumas áreas de Ciências da Vida. Não é o argumento do aluno “infantil”, mas da relevância em ampliar uma base de conhecimento que o prepare para uma formação profissional posterior. Esta era a proposta de reestruturação, esta foi a proposta dos Bacharelados Interdisciplinares (BI).

Na unidade que parece a quase todos a mais “politizada” da UFJF, eu era o Diretor. Conduzi ao Conselho de Unidade a proposta e a defendi. Houve reuniões em todos os departamentos, em todos mais de uma vez. Houve um total de onze reuniões em que o Conselho discutiu a matéria. Eu mesmo trouxe a proposta dos BI. Como estratégia, eu mantive o jogo em dois: expansão, para estabelecermos padrões de acordo com as crenças de

tantos de nós; BI em Humanidades, como formato adicional. A recusa da primeira, assassinar a segunda, mas não havia outra possibilidade. Eu queria a reestruturação como objetivo acadêmico, mas aceitaria a expansão se os cursos e departamentos se comprometessem com ela. Esta discussão no ICH foi extremamente complexa: enquanto Ciências Sociais, Ciências da Religião, Filosofia, Psicologia e Turismo apoiavam a expansão por suas representações no Conselho de Unidade, com pequenas dissidências, História e Geografia tinham maior resistência. A crítica à reitoria era constante pela condução do processo e ao conjunto da obra na gestão macro; muitos temiam a condução posterior ao Plano de Expansão. Este Plano precisava obter quantitativos de vagas, porque a relação era entre o volume da expansão e recursos financeiros, materiais e humanos. O ICH, na concepção proposta, aumentaria 460 vagas divididas pelos cursos e faria uma ampliação de 35 vagas entre os docentes (mais de 30% do quadro dos então professores)²⁸. Esta foi a proposta que o Conselho de Unidade aprovou por maioria.

Entretanto, o argumento da Direção tinha um complemento, a segunda partida: fazer uma expansão organizada e responsável implicava em não apenas aumentar vagas, mas fazê-lo em uma outra estrutura acadêmica, que pudesse aumentar a qualidade da escolha do aluno dividindo a formação em dois ciclos: um BI seguido da escolha profissional. Seu formato final seria definido posteriormente e, para aprovar a proposta, estabeleceu-se um acordo tácito: haveria expansão, mas não haveria a obrigatoriedade de todos os cursos participarem. Novamente ocorreu a vitória, mas agora parcial. Na verdade, o que ocorreu no ICH foi uma *second best solution*, tentando não excluir ninguém – ou que todos pudessem ter a possibilidade de algum ganho. Foram estas posições que levamos para o Plano da UFJF que foi votado no CONSU.

Enquanto o debate corria desconectado do centro de poder da universidade, com o reitor preocupado com os recursos que poderiam vir sem sequer participar da discussão acadêmica, a gestão macro trouxe o método confuso para o debate. Com a exceção do pró-reitor de graduação, professor Eduardo Magrone, que abraçou o projeto de reestruturação, e do professor Manoel Palácios, que havia saído do MEC e assumido cargo na gestão local, nos demais reinava a babel, ou por total indisposição de participar de qualquer debate, ou por prometer milagres. O primeiro erro foi a concepção distorcida de “democracia”: cada um faz a expansão como quiser e a reitoria não tem diretriz objetiva. Seu objetivo era atrair recursos. O segundo erro foi o processo decisório em si. Malgrado o fato de muitos debates pelas

²⁸ Plano de Expansão e Reestruturação da UFJF. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/diavi/files/2011/10/12.2-REUNI-Plano-UFJF.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

unidades, circulavam propostas em unidades às vezes à revelia do diretor, o que acirrava o quadro interno. Os prazos dados pelo governo vinham chegando e o processo se travava pelas inúmeras contestações havidas e o repisar de argumentos. O clima de hostilidade cresceu em níveis inéditos desde os anos de 1980. Eu mesmo fui abordado de forma violenta mais de uma vez, uma pessoalmente, outra por telefone. Ocorreram vários debates nas unidades e, no final, houve três reuniões para votações no CONSU: na primeira, a reunião foi invadida por estudantes; na segunda houve um acordo para votar, mas a reunião foi postergada. Na terceira, da qual eu não participei porque estava em um Encontro da ANPOCS, o reitor cometeu um grave erro político, tomado sob pressão: autorizou um cerco da polícia militar ao prédio da Reitoria, o que poderia ter terminado em tragédia. Nesta reunião, sob grandes protestos, o CONSU votou por boa maioria a adesão ao REUNI. Infelizmente sob a terrível lembrança da ditadura. Se o processo houvesse sido conduzido em bases negociadas desde o início, com padrões claros para debate, sem a dispersão e o estímulo a conflitos internos, tudo poderia ter sido, pelo menos, um pouco diferente. Foi o dia 19 de outubro de 2007.

Passada a aprovação, iniciou-se um calvário interno na unidade. Era certo que o instituto tinha maioria pró-expansão e pró-BI, mas fraturas permaneceram. Algumas fraturas dentro da coalizão pró. O departamento de Turismo propôs uma expansão de vagas despropositada, mas não abriu mão acreditando que receberia a maioria dos professores. À época, mas ainda antes da votação final do REUNI, realizaram reunião separada da unidade e teria sido dito que seria conforme seu desejo. Ocorreu uma reunião em que este departamento convidou este que vos escreve e um representante da reitoria, sem avisar a mim e ao pró-reitor que estaríamos lá juntos. Foi um dos fatos mais constrangedores a que assisti, seja pela forma, seja pelo conteúdo. O pró-reitor confirmou minha interpretação sobre a distribuição de docentes, ou seja, a autonomia da unidade. O Conselho do ICH, obviamente, não atendeu ao pleito do departamento em questão. Quem distribuiria as vagas seria o Conselho, de acordo com parâmetros acadêmicos e do projeto de novo bacharelado. Não é frutuoso argumentar que jamais quis prejudicar o departamento, mas sobrepor o interesse da unidade a qualquer desejo individual. Queria um projeto institucional e não abri mão dele, nem o Conselho do ICH.

Mas o jogo interno envolvia agora dois projetos – o acadêmico e o da expansão física. Começamos pelo segundo. Era voz corrente o envelhecimento do prédio original e ele não comportava a expansão necessária, portanto, não adiantaria tentar ocupar o estacionamento com pilotis, por exemplo. Foi indicada uma área inteiramente nova, em um ponto oposto da localização original e em uma posição elevada, logo acima dos prédios das Ciências Sociais

Aplicadas. Outra guerra interna para aprovação. E como seria o prédio? É claro que constituiu dentro do Conselho, e por indicação dos departamentos, uma comissão para tratar da expansão e outra para o projeto acadêmico. A comissão foi estabelecendo um plano de necessidades, envolvendo espaços de eventos com vários anfiteatros, os laboratórios de alguns cursos, espaços para núcleos de pesquisa, área administrativa e salas de aula. Aí as divergências aumentaram, particularmente dentro da coalizão “anti”. A reitoria entrou no jogo, ao contratar um arquiteto que fazia projetos. A primeira versão, que foi rejeitada, pareceu a tradicional proposta para ser recusada: surgiu um horrendo prédio envidraçado de oito andares, absurdamente diverso do partido arquitetônico do campus. Isto ocorreu dentro de uma reunião da Congregação do ICH, para que todos participassem. Não foi surpresa quando, em torno de 15 dias depois, surgiu a segunda versão, com três prédios de quatro andares, um bloco de salas de aula, a área de eventos e uma área de convivência. Houve alguns atritos com o arquiteto – que se considerou autônomo para criar como bem entendesse o prédio – mas no fim o projeto foi aprovado e criada uma comissão para acompanhar toda a obra, na época presidida pelo professor Marcos Olender, do departamento de História, e arquiteto por formação.

O debate acadêmico foi muito duro. O grupo mais resistente ao BI, os departamentos de História e Geografia eram importantes que tivessem parte no projeto, particularmente o primeiro. Os departamentos detêm o controle da oferta, os cursos fazem a procura. Ficou acordado que a recepção de professores a serem concursados levaria em conta a oferta de disciplinas e/ou vagas aos alunos do futuro BI. Filosofia, com disciplinas importantes, era um departamento dividido, mas prevaleceu o mesmo acordo, assim como na Psicologia. Ciências Sociais, Ciência das Religiões e Turismo estavam muito mais internos ao projeto. Estes três cursos teriam todos os seus futuros alunos ingressando por Bacharelado Interdisciplinar, Ciência das Religiões criaria uma graduação com formação de professores (visando o segundo ciclo formativo) e a Filosofia teria metade de sua entrada pelo BI. A Psicologia, por suas particularidades curriculares (este foi o argumento) forneceria vagas em disciplinas, mas não alunos ao BI.

Formou-se uma comissão para o projeto. Buscamos ouvir experiências, discutir a literatura sobre o tema, debater o processo europeu de Bolonha e seus ciclos. Os contrários atuaram muito negativamente contra o projeto, com alguns ridicularizando a ideia, em meia voz, que era um curso sobre “nada”. E aqui residia o problema: a total incompreensão sobre o que representa um bacharelado interdisciplinar e a recusa, o que é de pasmar em um centro de Humanas, em debater os princípios e as ideias que se associam ao tema. O anteprojeto do

curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas (precisei disputar até o nome, me parecia o mais correto que fosse “em Humanidades”; e perdi) eu mesmo redigi, porque a comissão não progredia sem um texto orientador. Construí o texto em quatro eixos: a ampliação do capital cultural, a preparação em leitura e escrita, a multiplicidade de disciplinas que ajudariam a formar juízo sobre qual formação profissional seguir e a livre escolha disciplinar com o aluno, por um ano e meio, optando livremente por disciplinas dentro de áreas temáticas (Sociedade e Cultura, Tempo e Espaço, Letras e Artes, Formação científica). Ao final ele concluiria o curso com um texto em tema livre dentro do campo das Humanidades e, no último período, faria sua escolha para um segundo ciclo e receberia um diploma de nível superior. Se desejasse seguir ao segundo ciclo, receberia um segundo diploma em formação profissional específica. Além dos departamentos do ICH, o curso contaria com ofertas de Letras, Artes e Estatística Básica, tendo, para sua conclusão, apenas uma única disciplina obrigatória no primeiro período, com o sugestivo nome de “As humanidades como campo de conhecimento”.

A crítica de ser um curso para “nada” é tão primitiva quanto a crítica a ser um curso curto que rebaixaria a qualidade da universidade. Nunca imaginei ouvir de pessoas constituídas no mundo da leitura e da literatura, da ciência e da democracia, que receber alunos em uma expansão universitária de vagas, muitos que seriam os primeiros em suas famílias a se graduarem, que dispunham de menos possibilidades de acesso ao mundo da cultura e do conhecimento, que tal não teria serventia. Curiosamente, críticas vindas do campo da esquerda assemelharam-se com muitas das mesmas palavras que ouvimos hoje em algumas plagas do Planalto Central gritadas pela direita política. Em seguida, a crítica ao “rebaixamento” era pedestre: como se rebaixa quem conhece mais e se prepara para enfrentar uma escolha mais madura à frente, tornando-se profissional em uma área de Humanas? E se o aluno não quisesse o segundo ciclo, qual o problema? Ele poderia até cursar pós *stricto sensu* se desejasse e fosse aprovado – o que efetivamente já aconteceu. Ou poderia prestar concurso, ou ampliar seu espaço em uma carreira onde ele já estivesse. Ou se tornasse alguém mais preparado para enfrentar o mundo que lhe negava oportunidades. Foi uma proposta generosa. E ainda recebeu o acrônimo de “BACH”, uma sutil referência ao mestre da música barroca alemã.

A resistência existente antes da votação da adesão ao REUNI e depois, na construção do projeto e criação do BACH, nunca cessou. O curso se iniciou em 2011, em um dos prédios novos da expansão física do ICH. Até a mudança para o novo prédio teve oposição, com protelações e manifestações saudosas.

O que tudo isso, pelo menos a mim, ensinou? A estrutura das universidades em geral é suficientemente enrijecida e refratária às mudanças mais sistemáticas. Isto não quer dizer que as IFES não tenham qualidade, elas têm e em quantidade. Estão muito acima do setor privado, (com exceções), onde quase inexistem um compromisso com a pesquisa, a pós e até com seu corpo docente. O BACH seria uma referência muito maior se estivesse em um Centro de Humanidades e não na velha estrutura departamental de uma unidade acadêmica dividida. Se o poder local não fosse tão cioso de sua província intelectual, também teríamos outras possibilidades. O BACH precisava muito de um projeto maior, de mais adesão: ganhou a existência, mas luta pela sobrevivência em uma universidade que prefere um *curriculum* mínimo. Onde um bacharelado interdisciplinar teve mais sucesso, no Instituto de Artes, em 2019 a unidade liquidou-o. No Instituto de Ciências Exatas (ICE) ele sobrevive em meio a uma babel de mudanças, sob pressão departamental. No ICH ele segue visto como algo “paralelo”.

O tempo revelou um segundo problema. Houve uma grande renovação de quadros no caso do ICH, e, com exceção do Turismo, todos os contratados já possuíam doutorado. Por toda a Universidade aconteceu o mesmo. O ICH recebeu 35 professores em novos cargos. Pois bem: passados sete anos desde o fim do REUNI – professores ingressaram até pelo menos 2013 com base no programa, o quadro é um misto de frustração com a sensação de um potencial ainda não aproveitado no seu todo. Alguns vieram e se foram, outros jamais se preocuparam sequer em residir na cidade, outros foram selecionados e se tornaram adversários do programa de expansão que permitiu que ingressassem na Universidade. Há baixo compromisso institucional, novamente com as devidas exceções, e projetos individuais se sobrepõem facilmente a projetos coletivos ou engajamento na vida cotidiana da Universidade. Se permitiram maior capilaridade da pós-graduação, ainda não se produziu o *catch up*. A graduação tem boa avaliação, mas perdeu a oportunidade de inovação curricular e ainda tem formato muito tradicional.

Pelo lado dos técnicos, as expressivas contratações os encontraram todos dentro da mesma estrutura enrijecida. Houve vários casos de entrada e saída, mas a maioria voltou-se para atividades fora de um plano de enquadramento funcional por competência. Em uma paródia da teoria dos sistemas, o novo foi absorvido pela tradição do centro tradicional capturando-o, incapaz de impor-se com inovação e sem conseguir contribuir com um novo padrão para a burocracia. A herança institucional permaneceu compreendendo lotação em nível meramente burocrático, bloqueando troca de experiências e movimentações colaborativas ou trabalho por projetos. Mesmo no ICH não foi possível construir mudanças

que alterassem uma organização que vinha entre corporativa e com uma pauta, sob a liderança da esquerda ou dos mais conservadores, com um objetivo de combinar conforto funcional com paralisações de trabalho frequentes e sem qualquer eco na sociedade.

O REUNI foi a esperança de outro momento. Aqui ingressaram 241 novos professores, quase que rigorosamente todos já com formação doutoral; também ingressaram 250 técnicos. O MEC cumpriu rigorosamente os planos com a UFJF. As precisões catastróficas nunca se revelaram verdadeiras quanto aos recursos e as contratações. Já a gestão de tudo isso foi pelo método já citado, que terminou por confundir expansão com obras, produzindo ainda a inventividade, do nada, de um campus avançado. Completou-se, no fim, com um pacote de nove obras deixadas ao sucessor na esperança de que elas pudessem se completar. A academia perdeu uma oportunidade na era da abundância; a expansão de pessoal não trouxe ou explorou todos os ganhos que foram uma promessa e, para completar, sobreveio uma crise institucional que ajudou a destroçar muito do que ainda sobrava.

Em 2014 o reitorado iniciado em 2006 se encerraria e veio a sucessão reitoral. O meu mandato encerrou-se em março de 2014. Lá estava eu, naquele momento, como coordenador de uma campanha da oposição. Se o REUNI foi uma esperança com promessa incompleta, ainda haveria, em consequência, algo muito pior.

5.4 O MUNDO DA GESTÃO MACRO EM UM AMBIENTE UNIVERSITÁRIO “PÓS-APOCALÍPTICO” (2016-2020)

A consulta eleitoral de 2014 trouxe um candidato da área de saúde, o professor Júlio Chebli, apoiado pelo reitor que saía, compondo chapa com um candidato a vice da faculdade de Direito. Em outra posição, reunindo forças que estiveram na oposição nos anos anteriores, inclusive este autor, em torno do professor Marcus David (da área de Administração) e da professora Girlene Silva (da faculdade de Enfermagem)²⁹. Procuramos reunir um espectro forte do centro para a esquerda, reunindo forças para enfrentar a “máquina política” construída em torno dos mitos da “grande expansão da infraestrutura” e do “gestor captador de recursos infundáveis”. O primeiro mito não sei o que seria sem o REUNI e várias emendas parlamentares, o segundo nada seria sem a abundância proporcionada por um governo de centro-esquerda. Os méritos de captação não podem ser desprezados, mas a Universidade é

²⁹ Houve uma terceira e caricata candidatura de um professor que parecia estar ali para proporcionar um campo extra de tensão e dividir votos. No fim, a comicidade do fato ajudou a torná-la irrelevante.

algo mais que isto. Conquistas isoladas em alguma área não trouxeram um projeto para ser desenvolvido em torno do que havia em expansão.

Campanha inglória. Pela primeira vez houve um confronto real com aqueles oito anos. Com obras em andamento e a promessa de estar presente e ajudando, o reitor que saía foi o principal apoio do candidato “governista”. Campanha difícilíssima, conhecendo de perto as mazelas de debates acalorados (por vezes violentos) e de conflito, prevaleceu a lógica do temor por obras paradas, sem enfrentar o modelo de clientela estabelecido e, claro, da força política construída em torno do “duplo mito”. Era a continuidade com a promessa de uma academia de mais qualidade? O então candidato sempre foi qualificado e seu vice um colega de nossas relações na Universidade. Mas seu engajamento no projeto de continuidade foi um grande erro político ... e que custou caro.

Mesmo com todo o esforço (inglório) que fizemos, a chapa do ex-reitor venceu a eleição e ele ainda permaneceu como um quadro na gestão. Alguns pró-reitores ficaram. O novo reitor assumiu em setembro de 2014 e, à medida que passamos de 2014 a 2015, começou a formação de um ciclone extratropical. Em março de 2015 (salvo falha de memória sobre o mês) houve um primeiro boato de que o novo reitor renunciaria. Pessoas chegaram, novas, e não demoraram a abandonar o cargo. A equipe não tinha unidade alguma e a Fundação de Apoio já não poderia mais auxiliar com funções gratificadas. As promessas de obras começaram a congelar, a do campus avançado parou, a do novo HU patinava e terminaria por parar. O Jardim Botânico não avançou diante de projetos para lazer desconectados da vida acadêmica, incorporando um trenó de montanha que vinha da Suíça. No apagar das luzes do reitorado que terminou em 2014 foram anunciadas e licitadas nove obras. Em 2015 estas começaram a patinar da mesma forma. O quadro nacional mergulhara na incerteza, com o caos proporcionado pelo fiscalismo do primeiro ano de Dilma Rouseff e sua violenta contração, isto após a dura eleição presidencial vencida pela candidata e contestada, com ares de não aceitação do resultado, pelo candidato derrotado. Aqui o novo reitor abria a caixa, olhou ressabiado por uma fresta e, preocupado como que via, parecia ter seus receios aumentados dia a dia. Logo nos primeiros meses houve o afastamento entre o reitor e seu vice, presumidamente pelo retorno de outro ex-pró-reitor ao cargo. Além de todas as dificuldades, havia uma divisão na equipe com oito ou nove meses de mandato.

Para completar, a execução orçamentária parecia caótica. Bolsas deixaram de ser pagas, ocasionando um enorme protesto dos estudantes. Havia problemas operacionais por toda parte e a insatisfação cresceu entre os técnicos. O aniversário de um ano de mandato nada tinha para comemorar e os boatos de renúncia voltaram. Se antes havia o método

confuso, agora se consolidava a desarticulação institucional, com legitimidade corroída e sem método. O grupo do qual eu mesmo fazia parte recomeçou fortemente a se preparar: para nós, em setembro, estava claro que o mandato não duraria. Em novembro, o reitor renunciou e o vice assumiu sendo obrigado a convocar o CONSU a eleger um novo mandatário, que seria precedido da tradicional consulta aos segmentos da Universidade.

A chapa de oposição estava pronta, o programa estava consolidado, a estratégia estava montada. Tínhamos o *recall* da última consulta e a sensação de que era preciso mudar se consolidou. Os adversários agora eram dois nomes mais fortes: uma composição entre duas escolas “imperiais” (Medicina e Engenharia) e a outra, uma aliança improvável de dois institutos grandes – o ICE e o ICH. Os primeiros estiveram sempre próximos do ex-reitor; os outros tinham em suas mãos o maior instituto (ICE) e com um professor da área de Geografia na chapa, tentando dividir o ICH com a chapa que eu coordenei. Como coordenador tinha certeza, em qualquer mapeamento e com base em disputas eleitorais conhecidas dentro e fora da Universidade, que o professor Marcus estaria no segundo turno – e que haveria segundo turno. Ao fim, disputamos com a dupla também apoiada pelo reitor (que saíra em 2014) e tivemos uma vitória muito forte. O professor Rubens de Oliveira, que encabeçara a chapa que ficou fora do segundo turno, nos apoiou, ainda que seu candidato a vice não o tenha feito. Eram bons tempos: ao contrário dos dias que correm, ninguém duvidava que a Presidente Dilma nomearia o primeiro da lista.

A transição começou cerca de uma semana após a proclamação e sua história é importante. Fui encarregado de conduzir e preparar o documento de transição, me reunindo com o pró-reitor de planejamento do reitor em exercício entre fevereiro e março, para coordenar a coleta de dados, organizar o material e estruturar os grupos de trabalho. Isso foi feito com nomes que poderiam ou não vir a ocupar cargos no futuro. E produzi um bom documento, uma leitura olhando para o “apocalipse”. À medida que avançamos, o grau de desorganização se aprofundava, das obras à situação orçamentário-financeiro; da ausência de instrumentos de controle para acompanhamento de contratos; da insatisfação dos servidores e professores à incerteza dos estudantes. Do campus avançado, sem projeto e sem condições reais de funcionamento (a depender de terceiros em aluguel e com a obra parada); um HU projetado e com a obra paralisada. O desafio era tão grande que o grau de realismo surgiu desde o primeiro momento: seria um mandato onde toda a sua primeira parte, com sorte, seria de ajuste. O tempo para projetar e planejar, em tempos de crise econômica, dependia de acertos em casa. E, no plano nacional, surgiu a aliança em torno do *impeachment* de Dilma,

que ocorreria em outubro daquele mesmo ano. A incerteza – e os riscos, aumentaram ainda mais.

Fui nomeado para a Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento E Finanças (PROPLAN). Coube a mim acompanhar e decidir sobre os processos orçamentário-financeiros, das licitações, contratos, convênios, escritório de processos, da área de Tecnologia da Informação (TI), registros acadêmicos, o Censo da Educação e o Arquivo. O fato de estar comigo uma pró-reitora adjunta, Jucilene Melandre, experiente como executora financeira e conhecedora dos processos licitatórios e seus desdobramentos, foi de grande ajuda. Havia muitas áreas que se vinculavam antes diretamente ao gabinete do reitor – entre elas arquivo, registros e as bibliotecas – e coordenações que vieram para a pasta. Foi uma tarefa muito árdua acompanhar tantas áreas na crise. Primeiro pela complexidade em si, depois pelo volume de trabalho. Foi preciso alterar o organograma da UFJF, redefinir prioridades, acertar as contas pendentes em contratos, recuperar *superávits* orçamentários “perdidos”, aprender sobre os diferentes convênios e contratos, realizar “compensações” (programar parte do orçamento em projetos que tinham prestações de contas em atraso de anos anteriores com aporte de recursos), administrar bens que estavam para serem recolhidos em depósito fora da UFJF e que precisavam ser alocados, encontrar espaço para terminar obras com pagamentos em atraso, responder às demandas que passaram a chegar do Ministério Público Federal (MPF) e da Controladoria da União (CGU) sobre os mais diversos assuntos que estavam pendentes, alguns desde antes de 2014. Meu cargo incluiu a ordenação de despesas da Universidade, o que significava a responsabilidade, ao lado do reitor, sobre uma enorme quantidade de procedimentos.

Foram dois anos e meio de aprendizado de gestão de crise. Em 2016 o reitor realizou audiência pública sobre a situação da Universidade, o que se repetiu em 2017. Fazia parte da recuperação dos processos de transparência da gestão. O orçamento anual passou a ser apresentado e os investimentos discutidos dentro do CONSU. Para quem não viveu de perto, ou desconhece a máquina pública e seus mecanismos internos, é difícil imaginar o grau de tensão e envolvimento a que estivemos sujeitos por um tempo apreciável do mandato. Pela delicadeza do quadro local e o agravamento da crise política e econômica oriunda de Brasília. Os recursos orçamentários declinaram na União e os investimentos federais, que foram a regra até 2014, passaram a ser reduzidos ano a ano até que, em 2018, o MEC centralizou metade do previsto sob seu controle. A UFJF arrecadava, por força de projetos externos e particularmente devido ao CAEd, recursos para projetos e mantinha sob seu controle uma parte deles, o que auxiliava em disponibilidade extraorçamentária. São contratos de avaliação

educacional com vários estados da federação e com o próprio governo federal, com percentuais que revertem para a Universidade. Entre 2016 e 2018, esta receita fluiu com alguma naturalidade, mas começou a apresentar dificuldades em 2019, deixando clara a crise que já se instalara nas finanças estaduais.

Se até 2018 a carga de trabalho esteve voltada para a reorganização institucional, orçamentária e a recuperação de um quadro com maior normalidade para a Universidade, neste ano preparamos, a partir de proposta conduzida pessoalmente por mim na PROPLAN, um modelo para planejamento integrado. Este consistia na identificação de três macropolíticas (ensino, pesquisa/pós-graduação e extensão) com dois elementos transversais – inovação e cultura. Estes elementos seriam apoiados pelas dimensões de assistência estudantil, e relações internacionais e sustentadas pela política de gestão de pessoas, infraestrutura e a imagem institucional da universidade. As três áreas macro e as duas transversais construiriam objetivos e metas, identificariam interfaces e proporcionariam um modelo de gestão integrada. A PROPLAN seria a responsável pelo monitoramento e pelos desdobramentos das políticas, ao lado da Avaliação Institucional.

A partir de meados de 2018 o reitor e a vice-reitora percorreram toda a Universidade com esta proposta, bem como ela foi apresentada ao CONSU. Houve boa receptividade, ainda que, a cada apresentação, as unidades acadêmicas e administrativas, ainda sob o efeito dos problemas do passado, sempre trouxessem à tona suas particularidades. De forma cuidadosa, apresentávamos projeção financeira de equilíbrio para 2018 e 2019, considerando os recursos gerais que tínhamos para projetos, bolsas, pequenas obras, conclusão de obras, compra de equipamentos e pagamentos. Mas estávamos pessimistas exatamente para 2020, porque o grau de incerteza já aumentava em 2019 e 2020 (dada a Emenda Constitucional 95) era uma incógnita gigantesca. Isto nada tinha de premonitório, era mera análise das conjunturas econômico-orçamentária e política. Claro que a pandemia COVID-19 foi uma desarticuladora ainda maior e mais terrível do cenário nacional – e agravada pela inoperância do poder federal.

Este lugar de gestão, uma Pró-Reitoria estratégica com o maior volume de servidores TAES da instituição, era um para-raios. Convergiam aqui as dificuldades mais gerais de gestão cotidiana, as pressões sobre regulação de vários campos, a fome por recursos. E havia algo pior: o desejo de que práticas do passado estivessem presentes. Estas práticas eram a solução “simples”: tentativas de aquisições por meio da contratação de “pessoas físicas” para serviços; a insistência para que fossem disponibilizadas “funções gratificadas” (como se isto fosse possível); a arte da solução em que algo era realizado e a conta era enviada para o pró-

reitor resolver. A visão míope do curto prazo, ou seja, a disponibilização de recursos com implicações de despesas no futuro que poderiam se tornar “permanentes”.

A relação com os servidores TAES foi pressionada por duas questões regulatórias, as quais não estavam na PROPLAN para condução: a jornada de 6 horas e o ponto eletrônico. Foram fonte de intenso debate no CONSU e reguladas. Mas suas consequências rebateram por todos os lados: o comportamento de uma parte dos servidores que desenvolveram resistência à reitoria pela regulamentação dos temas; a reorganização de setores para o funcionamento e os efeitos de uma tarefa que ainda está para ser realizada: o redimensionamento da força de trabalho.

A pauta corporativa dos servidores, a qual é legítima e parte da luta política, não é uma agenda de gestão. Não é possível que as pautas sindicais orientem as ações de gestão sob pena de enfraquecerem não somente o princípio da legitimidade e autonomia relativa dos gestores, assim como existem ações administrativas que operam acima da vontade do próprio gestor, seja pela lei, seja pelo poder de regulação do governo central. As observações anteriores sobre a burocracia (seção 5.1) voltam aqui: a categoria permanece presa em um fordismo que se autoalimenta. A quarta geração de servidores, mesmo mais qualificada, é atraída por uma força centrípeta para práticas enrijecidas, impeditiva de movimentação para alocação mais eficiente de pessoal, dominada por vontades e por cargos cujos ocupantes pretendem-se vitalícios. Mesmo um sindicato mais modernizado, formado por servidores já da quarta geração e mais novos, buscam operar *constraints* para ações administrativas buscando evitar (ou protelar) planos de ação, reorganização interna e fuga da autorreprodução de práticas. Ocupar o cargo de pró-reitor reforçou minha convicção sobre como o espaço de mudança se estreita e como as janelas de oportunidade para ela são curtas. Mas a solução para esses dilemas deve ser uma tarefa da instituição, não a lógica externa que ofende a autonomia e reduz a capacidade de ação do dirigente.

Correlata à observação anterior, temos a crescente e constante pressão sobre técnicos e professores e as ameaças de judicialização de quase todas as questões, inclusive sobre as decisões estritamente acadêmicas e não formais, e a ação dos órgãos de controle avançando sobre todos os aspectos da vida universitária. Primeiro, a preocupação formalista – a auditagem que não compreende as peculiaridades da máquina administrativa, mas insiste em um regramento “do art. 1º, do § 3, da alínea C”, mesmo que isto faça sentido no Ministério da Infraestrutura, em Brasília, mas não nas universidades. Um exemplo é a divulgação de informações: não basta divulgar, deve-se divulgar da forma que o órgão definir como “correta”. Em segundo lugar, o gerencialismo universalista, que pretende que práticas de

gestão corporativa devem ser replicados na administração pública, buscando mensurar resultados quantitativos de realidades diversas como se um único modelo fosse. Mas não são apenas os órgãos de controle, mas também o governo central: sem respeitar a autonomia universitária, são tomados por uma fúria legislante que deseja controlar as compras, os deslocamentos, o tamanho das salas, o ar-condicionado, os prédios, os recessos...

Este dilema de gestão, comprimido entre o controle (que deve ser realizado, mas definindo com clareza as diferenças entre as instituições do Estado) e a intervenção governamental, coloca os gestores sob constante pressão. É como se houvesse uma “presunção de culpa”, situação agravada pela judicialização na vida política brasileira. Um dos resultados perversos disso é a resistência cada vez maior de professores e, principalmente, servidores técnicos, em assumir funções gerenciais, temendo cair nesta máquina de culpabilização das auditagens “universalistas” ou formalistas. Um bom exemplo são os editais: sua divulgação ser obrigatória, suas regras claras, a possibilidade de recurso definida; tudo isso é uma obrigação. Mas é preciso, em nome disso, imaginar um edital “ideal” em auditoria? Este problema não está somente nas universidades, mas dentro das instâncias dos serviços públicos. E os governos de corte mais tecnocrático, como a atual gestão do Ministério da Economia, crê poder regular completamente a vida do servidor e definir, pelo alto, os padrões de funcionamento da máquina pública, agravando a indiferenciação e induzindo a comportamentos de autodefesa interna que, por sua vez, aumentam a resistência às mudanças – e podem aumentar a ineficiência como efeito perverso.

A administração de uma universidade tem um espaço de manobra reduzido. O primeiro *constraint* objetivo é o orçamento, cada vez menor e motivo de contingenciamentos anuais. O segundo é sua estrutura, que se consolidou em um modelo pouco afeito aos ajustes no corpo funcional e em suas práticas. O já antigo modelo departamental de unidades semiautônomas e dominadas por departamentos pouco afeitos à vida acadêmica e enrijecidos em suas práticas, muitas vezes bloqueia iniciativas pedagógicas e intelectuais porque elas desafiam seu modelo consolidado de poder. Como cursos e departamentos muitas vezes se confundem, é alimentada uma luta interunidades. Como parece subsistir uma visão hierárquica, insiste-se, muitas vezes, em isolar a graduação da pós-graduação, ampliando a balbúrdia quando o curso de pós-graduação, que vive dentro de uma unidade, comporta-se como órgão autônomo, agravando a divisão e trazendo reflexos negativos também para a ação da gestão central.

As universidades não são idênticas e muitas enfrentam problemas semelhantes, mas com uma capacidade institucional maior (ou menor) para resolver tais questões. Creio que

estivemos no caminho para produzir melhores resultados institucionais, particularmente a partir de meados de 1990. Não me sinto livre da sensação de desvio no caminho quando foi permitido que a gestão da UFJF se entregasse a um período de nove anos de método confuso, desarticulando iniciativas, reforçando o corporativismo, aproveitando de forma difusa a ampla quantidade de recursos financeiros do governo federal de então, sem planejamento articulado e reduzindo a capacidade institucional da Universidade. Não que antes houvesse a solução, mas sem dúvida, após nove anos, foi necessário sair do vale profundo. Falta retomar e buscar melhorar a capacidade institucional para blindar aventuras futuras. Para obter a força política necessária ao desenvolvimento da Universidade para além de sua fronteira ainda estreita.

A gestão me ensinou que as lições da literatura são preciosas, quando você as possui. Sobre como as instituições se movimentam, como os atores se organizam, como a burocracia desenvolve interesses, como as políticas chegam ao mundo real e encontram bloqueios e em como as estruturas do patronato político, da gramática da clientela e do corporativismo, operam, combinando a tradição, sempre à espreita, com a lógica da modernização. A preferência por jogos não cooperativos é consistente com este modelo e muitos atores operam em mais de uma arena.

Mas a vida real, dentro da engrenagem, é um movimento de moagem. A máquina estatal, ela mesma objeto de disputa no governo de plantão e na própria burocracia, nos impõe desafios todos os dias. É uma vaga constante de decretos e instruções normativas, de tentativas abertas ou veladas de intervenção. À medida que nos pressionam por modernização tecnológica, nos tiram, com a outra mão, os recursos para tal. Enquanto órgãos de controle desejam ser os guardiões do Estado, as universidades lutam para se manter na linha d'água, cumprindo todas as suas obrigações, de sua atividade-fim a todo o regramento legal que se multiplica. No plano interno, a qualificação nas funções é cada vez mais necessária diante das alterações normativas e novas exigências tecnológicas. Isto nem sempre é possível no todo, seja pelo desinteresse, seja por projetos meramente pessoais; mas acontece ainda em velocidade reduzida. Com aqueles servidores que compreendem sua posição dentro do Estado e não como meros empregados do governo. Com professores que vejam em si mesmos como formadores de gerações, como parte da tarefa paciente de compartilhar seu tempo, saber e convivência com o outro. Com produção de qualidade e remuneração compatível com seu papel no desafio civilizatório.

Há um longo caminho a percorrer para retomar a estrada que foi se esfarelado. Em 2019, o atual reitor foi vencedor na consulta à comunidade como candidato único e com 92% de votos favoráveis. Foi indicado pelo Presidente, apesar de todos os temores. Seguiu-se

adiante. É preciso deixar um legado para quem virá, crescer é tarefa de mais de uma geração. O importante é a convicção sobre a necessidade em reformular o que precisa ser reformulado.

O desafio local é um microcosmo diante do desafio diário da conjuntura nacional e de um governo no poder refratário à inteligência universitária. A tarefa política do nosso tempo, no curto prazo, é estabelecer os marcos civilizatórios sobre os quais não podemos retroceder. No médio prazo construir uma coalizão que nos coloque, com todas as diferenças democráticas, no jogo civilizatório do desenvolvimento sustentável e contra as desigualdades. No longo prazo, manter a universidade como essencial ao Brasil, e sem nos perdermos em jogos menores e corporativos, enfrentando o desafio da qualidade, da inclusão e do desenvolvimento.

6 EM CONCLUSÃO: UNIVERSIDADE PÚBLICA, VIDA POLÍTICA E LIBERDADE DE ESCOLHA

Convencer é infrutífero
(Walter Benjamin)

Vinte e oito anos. Foi o tempo que passei na Universidade como professor, ainda que a viagem tenha começado muito antes. Somente o tempo nos ensina, quando em retrospectiva, como as escolhas que fizemos nos trouxeram a este ponto, a esta vida, a esta quadra histórica. Em algum lugar entre 1968 e 1969 eu iniciei uma paixão pela leitura que seria decisiva nas minhas escolhas de 12, 13 anos depois. Decidir como seguir uma *vita activa* que permitisse reunir a combinação da leitura com a vida profissional não foi difícil, ocorreu em um leito onde a naturalização, também proporcionada pelos meus recursos sociais disponíveis, seguiu seu curso.

Do mesmo modo como decidimos seguir na vida pessoal, com suas inevitáveis escolhas, que implicam o abandono de uma possibilidade para seguir um rumo que limita outras opções, as escolhas profissionais também são assim. Eu nunca cogitei em fazer mestrado na área que me graduou, assim deixei de lado a pesquisa histórica em nome de um interesse pela Ciência Política. Quando prestei concurso para a UFJF, que, neste caso e pelas circunstâncias, foi o primeiro concurso que surgiu e para o qual me habilitei, comecei a traçar um caminho pelo setor público. Mantive a intenção de permanecer no Rio de Janeiro, mas as perspectivas não eram tão boas e não houve a oportunidade de sequer tentar. Quando fui ao doutorado, com a férrea convicção de que conhecer Economia era parte da compreensão da modernidade capitalista que, articulada à política construiria capital analítico para abrir as portas da sala da transdisciplinaridade, cheguei a imaginar seguir outra trajetória, mas as obrigações profissionais me impediram. Não sou historiador, não sou economista ou sociólogo e não sou exatamente cientista político. Sou professor, muitas vezes pesquisador, que acredita na interseção criativa de conhecimento em humanidades. Em meus trabalhos de pesquisa predomina a Ciência Política, área em que mais estive conectado, a última fase articulada com o campo de políticas públicas. E este guarda relação com a Economia e a História.

Aprecio muito a atividade docente, a sala de aula me faz bem, em qualquer quantitativo de alunos. A experiência me ensinou que de dois a 15 em uma pós, de vinte a setenta ou mais na graduação, é possível realizar um trabalho apaixonado. Particularmente se houver – e há – a liberdade acadêmica em construir pontes. As fronteiras na área de

Humanidades são fluidas o suficiente e sempre fui adversário de províncias intelectuais. A *expertise* é necessária e aprofunda o conhecimento em muitos campos, ela é parte da própria ciência. O desafio começa quando a hiperespecialização penetra nos poros do conhecimento e interdita o diálogo transdisciplinar. O principal incômodo que desenvolvi com a Economia é a tendência, de resto comum na formação profissional nesse campo, ao mal-estar que esta ciência, em sua vertente hegemônica, desenvolveu contra a política e história. Seja por recusar a política como variável interveniente e necessária para a vida pública, seja por sua recusa em aceitar a história como parte da trajetória presente nas sociedades. Em sua vertente mais radical, “anarquista”, o ideal é a ausência completa do Estado e o reconhecimento apenas dos indivíduos e não da sociedade. A própria ideia de sociedade seria uma ilusão holística que contrariaria o livre fluir das energias econômicas consagradas no mundo competitivo do mercado. Sem história, porque o movimento ocorre do presente para a frente e, em sua vertente de “ciência natural”, possui “leis” que estabelecem a interação entre os indivíduos que devem agir com a maior liberdade de movimento, no uso do interesse privado, para produzir “ganhos coletivos”. A política incomoda e retira a racionalidade do leito do mercado; a história é apenas estória a ser superada em constante salto para a frente.

Uma tal tradição científica, para usar um adjetivo leve, é assustadora. Seja como concepção de mundo, seja como condução de políticas públicas. No campo heterodoxo, onde a presença da história e da política não são um anátema, é mais simples estruturar um caminho que congrege bem-estar, desenvolvimento socioeconômico e um projeto político nacional. Ao invés de submeter a política aos ditames de uma concepção que nega a própria sociedade e suas contradições, trata-se de organizar a vida pública

Em política me considero um social-democrata. Ainda que desejasse, em uma fase ainda como graduando, nunca estive sequer perto de abraçar o espectro em sua ponta mais rubra. Falta a chama, ainda que sobre indignação. O mundo moldado pelo capitalismo, em uma história que se universalizou progressivamente, produziu enorme variedade e desigualdade de acesso aos bens privados e coletivos, ampliando o fosso entre as classes. Sim, classes, não meramente grupos de interesse ou elites, mas classes. Como intelectual, não consigo vislumbrar uma sociedade sem classes, o horizonte da utopia, ainda que reconheça o capitalismo, particularmente entre nós, como distópico. Sem freios, tal como ele vem sendo conduzido, ele é uma ameaça à existência de parcelas significativas da vida social, à medida que exclui empregos, desprotege e desregula, reproduzindo o moinho satânico de Polanyi em uma versão século XXI.

Aprecio muito o texto de Przeworski (1984) sobre a social-democracia como fenômeno histórico. Observa o autor que a decisão fundamental, inclusive para o movimento operário, foi a de participar, de disputar o poder e a gestão do capitalismo. Em uma outra chave, Esping-Andersen (1985) usou a expressão “a política contra o mercado” para designar a estratégia social-democrata, assim como defendeu o alto grau de desmercantilização para caracterizar o modelo social-democrata mais avançado (ESPING-ANDERSEN, 1990). Tal como descrito, uma sociedade nórdica mais socialmente avançada dispensaria qualquer modelo revolucionário, porque ela estaria próxima de garantir bem-estar para toda a população.

A questão é que, em um país como o Brasil, ser social-democrata no que esta designação política significa de forma mais profunda – o papel regulatório e redistributivo do Estado, o maior equilíbrio de renda, o controle público de bens coletivos, a desmercantilização de serviços essenciais, o reconhecimento do compromisso com a maior igualdade salarial e de trabalho entre os gêneros e benefícios sociais que protejam as pessoas nas três fases da vida, é ser rubro à sua maneira. Isto implica em reconhecer as diferenças de classe e não mascarar conflitos, mas conduzir a política sob o signo da mudança, em domar o mercado pela política. Sem tergiversar com a conciliação em torno de reformas que desmontam a estrutura e reduzem a capacidade estatal. Não há social-democracia sem forte capacidade estatal. E sem democracia.

Quem prescinde da democracia e descamba à autocracia é o neoliberalismo. Não uso a palavra como chavão, mas como a combinação de um mundo capitalista dominado pela financeirização e a submissão do trabalho às regras puras e duras do mercado, sem freios e desprezando as estratégias de proteção, proporcionando acumulação e reprodução de capital com rígido controle social e o desmonte do Estado; trata-se da submissão da sociedade ao mercado e da política à economia. Para o sucesso deste poder (ainda hoje mais) dissolvente do dinheiro, na esteira de Marx, não é preciso democracia, basta autocracia. Em momentos iniciais, afasta-se a democracia do jogo, as reformas são realizadas e aí, até por deslegitimação, a autocracia cai e as regras democráticas retornam. Até a próxima ameaça. Trata-se da rotina da semiperiferia do capitalismo. No centro do sistema, na Europa, para realizar a tarefa do bem-estar sob condições da democracia no pós-guerra, lá estava firme a resistência social-democrata, erguida sob os escombros de um continente em reconstrução. As áreas autoritárias na Espanha do “Generalíssimo”, de Portugal do Salazarismo e da Grécia, representavam o ponto mais baixo do continente em condições de vida. Sua integração à Comunidade Europeia produziu um caminho para o crescimento sem a sombra do

autoritarismo. Na Itália, o eurocomunismo de Berlinguer defendeu seu “compromisso histórico” em nome da democracia e o Reino Unido (sob a liderança de Clement Attlee, que tinha Keynes entre seus assessores) construiu as bases institucionais do *welfare state*, como no caso do *National Health Service* (NHS). Uma das grandes tarefas da hegemonia liberal dos anos 1980 e 1990 foi a tentativa de destruir as bases sociais da social-democracia, o que ocorreu por líderes conservadores ou pelos próprios partidos com origem na centro-esquerda, que abraçaram a tarefa de continuar o trabalho da direita neoliberal acreditando no esgotamento de um programa mais radical. Foram os mestres da profecia autorrealizável: o mais conhecido é o caso do *new labor*, mas temos o desmonte do PS na França, o deslocamento do PS espanhol, a social-democracia alemã em franco acordo com os conservadores, a desmoralização da centro-esquerda italiana e assim por diante.

Entre nós, a história tanto é outra como nossas desventuras operam em bases muito distintas, da escravidão ao desastre da República sem cidadania, da mudança pelo alto aos golpes e tentativas de golpe. Se as bases operárias estão transmutadas é preciso se aproximar do vasto precariado, encontrar a linguagem e a trama para reconstruir um programa de defesa da perspectiva social-democrata. Eu sempre me pergunto por que abandonar um programa generoso e executável em nome de uma lógica de mercado que exclui e nos mantém em torno da viagem redonda de desigualdade, miséria e ameaças à democracia.

Não creio em mera “rede de proteção” ou programas para não deixar as pessoas “para trás”, mesmo que este ponto seja louvável. Antes, uma sociedade de corte social-democrata é um conjunto de garantias institucionais e de direitos de cidadania ampliados, onde seja possível sair do que os liberais chamam de “*big trade-off*”: eles consideram impossível combinar bem-estar e eficiência econômica. Não somente é possível como foi feito. Um programa para uma vida na cidade com dignidade e de acordo com a ocupação do espaço público como um direito coletivo, enfrentar o sistema tributário regressivo, um sistema de proteção social amplo e inclusivo, aumentar a desmercantilização, converter o sistema financeiro em parte ativa do financiamento público, praticar política internacional em integração com nações em desenvolvimento. É uma tarefa difícilíssima, mas ela é parte da política em suas arenas. Se o reflexo da história nos assombra, ela também é a possibilidade para a frente.

Ainda que a quadra atual intimide pela complexidade e pela crise que atravessamos, o pêndulo não permanece o tempo todo na mesma batida. Há toda uma vivacidade e uma capacidade de adesão que estão ativas na sociedade. As pautas estão isoladas e os grupos organizados em torno de pautas dispersas que os partidos têm tido dificuldade em captar. O

país perde-se na floresta da insegurança social e no canto coral da reação, abraçando um conservadorismo reacionário que amplia a desigualdade, mantém um neoliberalismo de caserna com um autoritarismo de quartel. Hoje há cidadãos dentro desse canto de cisne, mas esta posição nem é eterna e muito menos imutável.

Mas, o que isto significa neste texto memorial? Ao longo da vida tomamos posições políticas que podem assumir diferentes formas. Passei pelo movimento estudantil e pela vida partidária. O tempo do primeiro obviamente passou e a adesão à vida partidária me entusiasmou por algum tempo. Os partidos representam nossa melhor aposta de organização, mas a dedicação de uma vida a eles é tarefa para quem presa pelo apetite em disputar espaço para a direção e a programática. Estar ao sabor do vento da organização, aderindo a correntes ou cavando espaços é a tarefa. Não me apaixonei por esta perspectiva.

Fui filiado por muitos anos à seção sindical, mas jamais, em tempo algum, pensei em disputar este espaço político. Antes mais discordava das posições que as abraçava, e o posicionamento sindical em torno do REUNI foi o que me afastou em definitivo desta arena. Sou às vezes criticado por esta posição, como se perguntassem o porquê de não disputar a liderança e a programática. Porque o exercício profundo da paciência reservo para outras tarefas. Da mesma forma que a vida partidária é essencial para a democracia, a representação sindical é espaço importante de luta social. Mas tenho seríssimas dúvidas sobre como a racionalidade e o cálculo político operam na organização sindical dos professores universitários. Quando houve a possibilidade para ampliar vagas nas universidades públicas, recusaram; quando havia a possibilidade real (e realizada) de contratar professores e técnicos, se opuseram; quando tivemos a oportunidade para remodelar currículos em formas mais generosas, estavam do outro lado. Os argumentos de que o governo não cumpriria sua parte, que não haveria concursos, que a reestruturação curricular seria destrutiva me lembram demasiado os argumentos conservadores, descritos por Hirschman (1992), como perversidade, futilidade e ameaça. Não encontrei mais lugar neste espaço, simplesmente me recusei a continuar ali, inclusive pela filiação da seção sindical a uma “central de trabalhadores” que inexistia como algo politicamente efetivo, uma organização denominada Conlutas.

Mesmo votando, participando por convite, discutindo em diferentes locais, escolhendo candidatos sempre à esquerda, não me sinto à vontade na vida partidária; mais desconfortável fico na vida sindical. Por muito tempo sonhei com uma alternativa social-democrata que fosse construída a partir do PT, considerando sua proposta inicial e também por seu crescimento eleitoral. Mas o PT apenas arranhou este programa e, após 14 anos de poder, desgastou-se

porque foi vítima da “maldição” de Michels, burocratizando-se para longe das bases sociais e separando-se do aprofundamento de políticas públicas que poderiam enraizar-se mais profundamente. Cedeu à tentação do poder sem acreditar na reação. Caiu por seus erros políticos e na armadilha das coalizões, mas também pelos acertos, ainda que parciais.

Os demais partidos de centro-esquerda ou eram depositários de um oportunismo político incomum – caso do PSB e do PDT pós Brizola, ou de baixa capacidade em votos e em cativar a maioria, como o PCdoB. Propostas como a Rede nunca se consolidaram efetivamente sob nenhum prisma programático social-democrata e o PSOL, oriundo do PT, enfrenta dificuldades em firmar-se como alternativa, ainda que pudesse ter uma faceta social-democrata, mas que acredito que não tornar-se-á hegemônica.

Há um imenso espaço no cenário brasileiro para a proposta social-democrata. Desde que social-democracia seja a proposta da ocupação do espaço público como um direito coletivo, enfrente o sistema tributário regressivo, construa um sistema de proteção social amplo e inclusivo, aumente a desmercantilização, converta o sistema financeiro em parte ativa do financiamento público e incorpore amplos setores marginalizados a este universo de direitos e trabalho. Ao contrário de um já antigo texto de Unger (1990), que atacava a visão social-democrata no Brasil como míope, reprodutora de instituições e preservando a dualidade de dois Brasis sem efetivamente atuar por sua superação, a alternativa social-democrata deve exigir a tarefa de um partido e de uma sociedade civil que possa ser integrada a um projeto de mudança com base social suficiente para seu sucesso³⁰.

Aos mais crédulos em outro mundo limpidamente novo, não carrego ilusões. Lamento, mas será sob o céu do capitalismo onde viveremos nas próximas gerações. Pode ser outro mundo mais justo e ordenado? Talvez. Mas ele nada terá de próximo ao socialismo. Sei que parece decepcionante, mas é como sinto o respirar da estrutura. É uma tarefa impossível no horizonte do capitalismo construir uma sociedade mais ordenada, inclusiva, estruturada, unindo os Brasis e com desenvolvimento econômico, social e ambiental? Sob o capitalismo em sua face de financeirização e sob a mercantilização generalizada do mundo da vida, não. Mas, em uma perspectiva social-democrata, sim. Sem perder a esperança.

A instituição onde estive grande parte de minha *vita activa* é um retrato de um país que não cessa de “ajustar-se”. As universidades brasileiras foram construídas, em sua história de cem anos, como estruturas reprodutoras de uma sociedade hierárquica e desigual, um

³⁰A conjuntura do texto explica muito, em sintonia com o debate político de 1989 e o então futuro plebiscito sobre formas de governo. Algo de Mangabeira ainda permanece ao lado do político Ciro Gomes (com o qual Mangabeira mantém relações pessoais) e seu discurso em defesa de “nossa gente mais humilde”; e encontra ecos no sociólogo Jessé Souza (2003) e sua ideia de “subcidadania” e “ralé estrutural”.

espelho para as classes dominantes. O que esperar de uma república sem cidadãos em sua origem, que se desdobrou por movimentos pelo alto e golpes de Estado para a autorreprodução da vida social em seu formato mais agressivo? As mudanças e idas e vindas, seus personagens ambíguos, a identificação de poucos líderes com as massas antes que com as classes, e sua construção construída e interrompida, não produziram uma universidade diferente, inclusiva e formadora para auxiliar na formação de um novo padrão de sociabilidade. Vista por muito tempo como para poucos, organizada para excluir parte da sociedade (pelas tragédias produzidas pela origem de classe e pela relação deste com a educação), como mudar? As instituições não vivem fora do mundo, elas precisam mudar neste mundo e a universidade não é exceção.

Nesta semiperiferia do capitalismo, diversa em sua estrutura social, regionalmente demarcada e desigual, a Universidade pública não pode ser uma ilha. Ela cresceu até tornar-se o maior parque público de conhecimento e ciência, financiada com recursos do Tesouro e em abertura ainda tímida a mais pessoas neste país tão diverso. O mais significativo projeto para a Universidade é ser parte cada vez mais ativa no país, constituindo-se como parte da vida democrática e promovendo mais e mais pessoas ao mundo da ciência e da liberdade de pensar.

Mas ela sozinha, sem se constituir como parte de um projeto maior de país, pode pouco. Não será ela que desarmará o pavio aceso em nossa história, nem se reinventará sozinha. O programa de mudança que deveria ser a base de um país renovado é conduzido pela política e por uma sociedade que se organiza em todas as suas diferenças. O país se ajusta de tempos em tempos, há avanços e há retrocessos. O lugar das Instituições de Ensino Superior (IES) é estar no movimento de deslocamento de um mundo construído como um espelho das elites para uma instituição que reflita mais o país em suas contradições. Ela saberá oportunizar a diferença, mas também sabemos que a ciência não vende facilidades. É um caminho árduo, de dedicação e, considerando onde e como estamos, os esforços para manter estudantes na instituição, protegendo-os de um mundo de necessidades que os assola, permitirá, aí sim, refletir o mérito na ciência sistemática. Creio que o cientista nasça na escola básica, sendo alimentado ao longo da vida. Por isso é tão importante a articulação das IFES com a escola básica e o ensino médio públicos. A Universidade, com acesso ampliado, pode ser o coroamento de algo que começou muito cedo. Manter um estudante na instituição é uma obrigação, para que não se perca a oportunidade em capacitá-lo para a promoção a outra condição.

Mas precisamos também melhorar muito como instituição. Há uma série de “armadilhas institucionais” que conspiram contra avanços. Seja sua estrutura rígida e aversão

a outros modelos curriculares, seja a construção burocrática que deseja se autorreproduzir e constituir interesses deslocados do mundo “lá fora”. É preciso combinar a mudança na sociedade com mudanças na Universidade. E, combinado a isso, precisamos de um projeto social-democrata para promover e redefinir o país.

Foi um caminho que já não é curto. Publiquei menos do que queria, produzi menos projetos do que teria possibilidade, mas nunca deixei de me dedicar à vida institucional com zelo e intensidade. Fiz o possível para ser considerado um bom professor, ser coerente em atitudes e comportamentos, ser rigoroso comigo mesmo e apostar na formação de gerações que conheçam o encanto e o prazer de conhecer. Ser professor é atuar como disseminador e formador no campo científico. Agora busco, já há algum tempo, o mesmo rigor, cuidado e intensidade como gestor, enfrentando o muro da rigidez institucional e do conservadorismo latente. É quando você percebe como é difícil e como esta não é tarefa de apenas um tempo curto.

Ainda assim, a Universidade é um excepcional campo de trabalho. Nossos problemas não nos impedem de crescer, mas retardam o crescimento. Temos os meios, os recursos intelectuais e científicos. Por isso tantos temem o conhecimento e a Universidade. Ela espalha luz e desafio. Conhecer não é convencer, é desenvolver e produzir os meios para ultrapassar nossos limites. O esforço do convencimento de ideias e opções é infrutífero sem a adesão a um projeto, a um desafio, a uma opção, por simples que seja. Não ser convencido é simplesmente o conhecimento para ser livre, o argumento do outro deve tornar-se seu, livremente, para operar em qualquer arena de ação. E a Universidade faz parte desse universo de liberdade e escolha.

Como conclusão, e o risco de parecer, digamos, grandiloquente, gostaria de citar não Durkheim, Marx, Tocqueville ou Weber, mas um eco de velhas leituras, o escritor norte-americano Ray Bradbury, que escreveu ser filho de Julio Verne e Mary Shelley, sobrinho de H.G. Wells, primo de Edgar Allan Poe e amigo de Buck Rogers e Flash Gordon:

[...] eu me apaixonava por tudo que fazia. Meu coração não batia, explodia; eu não me aquecia com um assunto, eu fervia. Sempre corri e gritei quando se trata de uma lista de coisas grandes e mágicas que eu sabia que simplesmente não poderia viver sem elas³¹.

³¹ Encontrei esta citação quando li, aos 16 anos, “F de foguete” (editora Hemus, 1978). Estava na contracapa do livro. Nunca a esqueci. Procurei sua origem, vi uma referência como sendo de “Dark Carnival”, mas não a encontrei ao baixar uma versão em pdf do livro. Como muitos sabem, Bradbury é o autor de “Fahrenheit 451”, uma obra sobre destruição e proibição de livros. A temperatura F° 451 é aquela para a queima de papel; e nos tempos que correm, a vida imita a ficção.

Foi assim que me senti em pelo menos boa parte de minha vida, o que alimentou esta *memorabilia*.

REFERÊNCIAS

EPÍGRAFES

ARISTÓTELES. **Metafísica**. XII, 7. São Paulo: Edipro, 2012.

BACON, F. Of Studies. In: **Essays**. Disponível em:
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu000575.pdf>. Acesso em: 06 out. 2020.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas II: rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 239-240.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas II: rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 14.

BOCCACCIO, G. **Decamerão**. São Paulo: Abril Cultural, 1979, . p.11.

BRONOWSKI, J. **A escalada do homem**. São Paulo: Martins fontes, 1992. p. 48.

GOETHE, W. **Maxims and reflection**. II, 81. Disponível em:
www.gutenberg.org/ebooks/33670. Acesso em: 05 out. 2020.

KANT, I. Resposta à pergunta “Que é o esclarecimento”? In: KANT, I. **Essays: textos seletos**. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 100.

PESSOA, F. **Aforismos e afins**. 2. ed. Lisboa: Assírio e Alvim, 2005. p. 36.

POPE, A. **Essay on man**. Epístole 1. Disponível em:
<https://www.gutenberg.org/files/2428/2428-h/2428-h.htm>. Acesso em: 05 out. 2020.

GERAIS

ADORNO, T. W. et al. **La disputa del positivismo em la sociologia Alemana**. Barcelona: Grijalbo, 1973.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **A dialética do esclarecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

ALBERT, M. **Capitalismo versus capitalismo**. São Paulo: Fides-Agir, 1992.

ALEXANDER, J. C. O novo movimento teórico. **Rev Bras Ciênc Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 6-28, jun. 1986.

AMADO, G. **Eleição e representação**. Brasília: Senado Federal, 1999.

ANDERSON, P. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- ANDERSON, P. **Linhagens do estado absolutista**. Lisboa: Afrontamento, 1984.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARENDT, H. **O sistema totalitário**. Lisboa: Dom Quixote, 1973.
- ARENDT, H. **Sobre a revolução**. Lisboa: Moraes, 1971.
- ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. 2. ed., Brasília: UnB, 1987.
- ARON, R. **O ópio dos intelectuais**. Brasília: UnB, 1980.
- ARRIGUI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ARRIGUI, G. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARRIGUI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- BARDACH, E. **A practical guide for policy analysis**. 4. ed. London: Sage, 2012.
- BASTOS, A. C. T. **A província: estudo sobre a descentralização no Brasil**. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1997.
- BAUMGARTNER, F.; JONES, B. Agenda dynamics and policy subsystems. **J Politics**, Chicago, v. 53, n. 4, p. 1044-1074, Nov. 1991.
- BECK, U. **Risk society: towards a new modernity**. London: Sage, 1992.
- BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BELL, D. **The end of ideology**. New York: Free Press, 1962.
- BELLUZZO, L. G. Finança global e ciclos de expansão. In: BELLUZZO, L. G. **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BENDIX, R. **National building and citizenship: studies of our changing social order**. Berkeley: University of California, 1964.
- BENJAMIN, W. **I passages di Parigi**. Torino: Einaudi, 2000.
- BENJAMIN, W. **Iluminations**. New York: Schocken Books, 1968.
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987a.
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas II: rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1987b.
- BERGER, S.; DORE, R. (Eds.). **National diversity and global capitalism**. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

- BERLIN, I. **Quatro ensaios sobre a liberdade**. Brasília: UnB, 1981.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- BIRKLAND, T. **Policy process: theories, concepts, and models of public policy making**. 2. ed. New York: Sharpe, 2005.
- BLACKBURN, R. (Org.). **Depois da queda**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- BLOCH, M. **A sociedade feudal**. São Paulo: Edipro, 2016.
- BLOCH, M. **Apologia da história e o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- BLOOM, H. **O cânone ocidental: os livros e a escola do tempo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 2. ed. Brasília: UnB, 1986.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- BOUDON, R. (Org.). **Dicionário crítico de sociologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ática, 1996.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.
- BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (Ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood, 1986. p. 241-258.
- BOYER, R.; DRACHE, D. **States against markets: the limits of globalization**. London: Sage, 1996.
- BOYER, R. The convergence hypothesis revisited: globalization but still the century of nations? In: BERGER, S.; DORE, R. (Eds.). **National diversity and global capitalism**. Ithaca: Cornell University Press, 1996. p. 29-59.
- BRASIL. **Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 15. Out. 2020.
- BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo nos séculos XV a XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995a.
- BRAUDEL, F. **O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo no tempo de Felipe II**. Lisboa: Dom Quixote, 1995b.

- BROOKE, N. (Org.). **Marcos históricos na reforma da educação**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- BUCHANAN, J. **Liberty, market and state: political economy in the 80**. New York: University Press, 1985.
- BURCKHARDT, J. **A cultura do renascimento na Itália**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- CARDOSO, C. F. **Os métodos da história**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTRO, A. B. A rica fauna da política industrial e a sua nova fronteira. **Rev Bras Inovação**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 253-274, 2002.
- CHANG, H-J. **The political economy of industrial policy**. London: MacMillan, 1994.
- COLEMAN, J. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.
- COLLINS, R. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CROUCH, C.; STREECK, W. (Eds.). **Political economy of modern capitalism: mapping convergence and diversity**. London: Sage, 1997.
- DAHRENDORF, R. **As classes e seus conflitos na sociedade industrial**. Brasília: UnB, 1981.
- DAHRENDORF, R. **O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- DHAL, R. **A preface to the a democratic theory**. Chicago: University Press, 1971.
- DHAL, R. **Polyarchy: participation and opposition**. New Haven: University Press, 1971.
- DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- DRAIBE, S.; AURELIANO, L. A especificidade do *welfare state* à brasileira. In: DRAIBE, S.; AURELIANO, L. **MPAS/CEPAL: economia e desenvolvimento**. Brasília: MPAS/CEBRAP, V. 3, 1989.
- DRAIBE, S. The Brazilian developmental welfare state: rise, decline and perspectives. In: DRAIBE, S. S.; RIESCO, M. (Eds.). **Latin America: a new developmental welfare state in the making? UNRISD?** Palgrave: MacMillan, 2007.
- DREYFUS, R. A. **1964: a conquista do Estado**. 3. Petrópolis: Vozes, 1981
- DUARTE, N. **A ordem privada e a organização nacional**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939.
- DYE, T. **Understanding public policy**. 13. ed. New York: Longman, 2009.

EBBINGHAUS, B. **Does a European social model exist and can survive?** 1999. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.715.645&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 11 out. 2020.

EICHENGREEN, B. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional.** São Paulo: Editora 34, 2000.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano: a essência das religiões.** Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994 (2 vols.).

ELIAS, N. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990 (2 vols.).

ELIAS, N. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ESPING-ANDERSEN, G. et al. **A new welfare architecture for Europe?** 2001. Disponível em: www.socsci.auc.dk/ccws/students/Esping-A.report_2001_.PDF. Acesso em: 15 out. 2020. (Report submitted to the Belgian Presidency of the European Union).

ESPING-ANDERSEN, G. **Politics against markets.** Princeton: Princeton University Press, 1985.

ESPING-ANDERSEN, G. **The three worlds of welfare capitalism.** Cambridge: Polity Press, 1990.

ESPING-ANDERSEN, G. **Welfare states in transition: national adaptations in global economies.** London: Sage, 1999.

EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. (Eds.). **Bringing in the state back in.** Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

EVANS, P. Além da "Monocultura Institucional": instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 9, p. 20-63, jan./jun. 2003.

FAGNANI, E. Ajuste econômico e financiamento da política social brasileira: notas sobre o período 1993-1998. In: **Economia e sociedade.** Campinas: Instituto de Economia, 1999.

FAORO, R. **Os donos do poder.** 7. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERRERA, M.; RHODES, M. (Eds.). **Recasting European welfare state.** London: Frank Cass, 2000.

FERRERA, M.; HEMERIJCK, A.; RHODES, M. **The future of social Europe: recasting work and welfare in the new economy.** 2000. Disponível em www.iue.it/SPS/People/Faculty/CurrentProfessors/PDFFiles/RhodesPDFfiles/report.pdf. Acesso em: 15 out. 2020. (Report for the Portuguese Presidency of the European Union).

- FERRERA, M. **Modelli di solidarietà**. Bologna: Il Mulino, 1993.
- FISCHER, E. **A necessidade da arte**. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FRADIQUE, M. **A história do Brasil pelo método confuso**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- FREYRE, G. **Casa grande e senzala**. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- FURET, F.; OZOUF, M. **Dicionário crítico da revolução francesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- FURTADO, C. **Formação econômica da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia Editor, 1970.
- GELLNER, E. **Thought and change**. London: Weidenfeld & Nicolson, 1964.
- GERSCHENKRON, A. **Economic backwardness in historical perspective**. Cambridge: Harvard University Press, 1962.
- GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GIDDENS, A. **Consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- GIDDENS, A. **Sociologia**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GORENDER, J. **O escravismo colonial**. 3. ed. Rio de Janeiro, : Ática, 1980.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Torino: Einaudi, 1977 (4 vols.).
- HABERMAS, J. A modernidade: um projeto inacabado? In: ARANTES, O. B.; ARANTES, P. E. **Um ponto cego no projeto moderno de Jurgen Habermas: arquitetura e dimensão estética depois das vanguardas e duas conferências de Jurgen**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 99-128.
- HABERMAS, J. **El discurso filosófico de la modernidad**. Madrid: Taurus, 1989.
- HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1988 (2 vols.).
- HALL, P.; SOSKICE, D. **Varieties of capitalism: the institutional foundations of comparative advantage**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- HALL, P.; TAYLOR, R. Political science and the three institutionalisms. **Polit Studies**, Sheffield, v. 44, n. 5, p. 936-957, Dec.1996.
- HALL, P. (Ed.). **The political power of economic ideas: keynesianism across nations**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

HALL, P. Policy paradigms, social learning and the state: the case of economic policy making in Britain. **Comp Politics**, New York, v. 25, n. 3, p. 275-296, Apr. 1993.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HAYEK, F. **The constitution of liberty**. Chicago: University Press, 1968.

HAYEK, F. **The road of selfdon**. Chicago: University Press, 1976.

HEMERIJCK, A. **The self-transformation of the European social model**. 2002. Disponível em www.fas.umontreal.ca/pol/cohesionsociale/publications/Hemerijck%5B1%5D.pdf . Acesso em: 20 out. 2020.

HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

HILL, C. **O mundo de ponta cabeça**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

HILL, M. **The public policy process**. Harluw: Pearson, 2013.

HILL, M.; HUPE, P. **Implementing public policy**. 2. ed. London: Sage, 2012

HIRSCHMAN, A. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

HIRSCHMAN, A. **As paixões e os interesses: aspectos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

HIRSCHMAN, A. **Exit, voice and loyalty: responses to decline in firms, organizations, and states**. Cambridge: University Press, 1970.

HIRSCHMAN, A. **Shifting involvements: private interest and public action**. Princeton: University Press, 2002.

HOBBS, T. **De cive**. Petrópolis: Vozes, 1983a

HOBBS, T. **O leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1983b .

HOBSBAWN, E. (Org.). **História do marxismo**. São Paulo: Paz e Terra, vários anos (12 vols.).

HOBSBAWN, E. **A era das revoluções**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

HOBSBAWN, E. **A era dos extremos: o curto século XX 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

HOBSBAWN, E. **Tempos extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

HOLANDA, S. B.; FAUSTO, B. (Orgs.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo, Difel, vários anos (11 vols.).

HUME, D. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. São Paulo: UNESP, 2004.

JACOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

JAEGER, W. **Paideia: a formação do homem Grego**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JAY, M. **Marxism and totality: the adventures of a concept from Lukács to Habermas**. New York: Polity Press, 1984.

JAY, M. **The dialectical imagination: a history of the Frankfurt school and the institute of social research, 1923-1950**. Oakland: University of California Press, 1973.

JOHNSON, A. **Dicionário de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

JUDT, T. **O chalé da memória**. São Paulo: Objetiva, 2010.

JUDT, T. **O mal ronda a terra**. São Paulo: Objetiva, 2010.

JUDT, T. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. São Paulo: Objetiva, 2008.

KALECKI, Micael. **Teoria da dinâmica econômica**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KERSTENETZKY, C. L. **O estado de bem-estar na idade da razão**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do juro, do emprego e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1992.

KEYNES, J. M. **As consequências econômicas da paz**. Brasília: UnB, 2002.

KHUN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

KINGDON, J. **Agendas, alternatives and public policies**. 2. ed. New York: Addison, Wesley, Longman, 1995.

KITSCHOLT, H. et al. (Eds.). **Continuity and change in contemporary capitalism**. Cambridge: University Press, 1999.

KLINDEBERGER, C. **Manias, pânico e crashes: uma história das crises financeiras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

KNORR-CETINA, K. Comunidades científicas o arenas transestémicas de investigação? Uma crítica de los modelos cuasi-económicos de la ciência. **REDES: Rev Estudos Sociais Ciência**, Buenos Aires, v. 3, n. 7, p. 129-160, 1997.

LASSWELL, H. **Politics: who gets what, when and how**. New York: McGraw Hill, 1936.

- LAVINAS, L.; GENTIL, D. Brasil anos 2000: a política social sob a regência da financeirização. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 191-211, maio-ago. 2018.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. 5. ed. São Paulo: Alf-ômega, 1975.
- LENIN, V. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Hucitec, 1983.
- LENIN, W. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1979.
- LEVINE, D. **Visões da tradição sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LINDBLOM, C. The science of muddling thought. In: McCOOL, D. **Public policy theories, models and concepts**. New Jersey: Prentice Hall, 1995.
- LIST, G. **O sistema nacional de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1986.
- LOBATO, M. **Urupês**. São Paulo: Brasiliense, 1959.
- LOCKE, J. **Two treatises of government**. London: Everyman Paperback Classics, 1993.
- LOWI, T. American business, public policy, case-studies, and political theory. **World Politics**, Boston, v. 16, n. 4, p. 677-715, July 1964.
- LUXEMBURGO, R. **A revolução russa**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- MACLELLAN, D. **Marx: vida e pensamento**. Petrópolis, Vozes 1990.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MANDEVILLE. **The fable of the bees or private vices and public beneficts**. London: Pinguim, 1975.
- MAQUIAVEL, N. **Considerações sobre a primeira década de Tito Lívio**. 2. ed. Brasília: UnB, 1983 .
- MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- MARX, K. **As formações econômicas pré-capitalistas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- MARX, K. **Contribuição para a crítica da economia política**. 5. ed. Lisboa: Estampa, 1977.
- MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

- MARX, K. **O 18 brumário de Luis Bonaparte**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 7. ed. Rio de Janeiro: Difel, vários anos (7 vols.).
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MEDEIROS, M. A Trajetória do *welfare state* no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais nos anos de 1930 aos anos de 1990. In: MEDEIROS, M. **Texto para discussão 0852**. Brasília: IPEA, 2001.
- MERQUIOR, J. G. **Liberalismo: antigo e moderno**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1991.
- MERQUIOR, J. G. **O marxismo ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- MERQUIOR, J. G. **Rousseau e Weber: dois discursos sobre a legitimidade**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1980.
- MERQUIOR, J. G. **Saudades do carnaval**. Rio de Janeiro: Forense, 1972.
- MICHELET, J. **História da revolução francesa: da queda da bastilha à festa da federação**. São Paulo: Cia das letras, 1989.
- MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UnB, 1982.
- MILIBAND, D. (Org.). **Reinventando a esquerda**. Sao Paulo: UNESP, 1997.
- MILL, J. S. **Da liberdade**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MILL, J. S. **O governo representativo**. São Paulo: Ibrasa, 1958.
- MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MONDOLFO, R. **A filosofia antiga**. 3. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981. (2 vols.).
- MONTESQUIEU, C. S. B. **Do espírito das leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MOORE JR, B. **As origens socais da ditadura e da democracia**. São Paulo: Martins, Fontes, 1983.
- MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- NOZIK, R. **Anarquia, estado, utopia**. Rio de Janeiro: Jorge Zaher, 1991.
- NUNES, E. **A gramática política do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

OAKESHOTT, M. Do fato de ser conservador. In: CRSPIGNY, A.; CRONIN, J. **Ideologias políticas**. Brasília: UnB, 1981.

OFFE, C. Trabalho: categoria sociológica chave? In: OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 167-197.

OHMAE, K. **O fim do estado-nação: ascensão das economias regionais**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

OLSON, M. **The logic of collective action: public goods and the theory of groups**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Blackwell dictionary of twentieth century social Thought**. London: Blackwell, 1994.

PIERSON, C. **Beyond the welfare state? The new political economy of welfare**. 2. ed. Pennsylvania: University Press, 1998.

PIERSON, P. **Dismantling the Welfare State? Reagan, thatcher and the politics of retrenchment**. Cambridge: University Press, 1996.

PIERSON, P. **Politics in time: history, institutions and social analysis**. Princeton: University Press, 2004.

POCHMAN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. São Paulo: Campus, 1980.

POPPER, K. **A miséria do historicismo**. São Paulo: Cultrix, 1993.

POPPER, K. **Conjeturas e refutações**. 3. ed. Brasília: UnB, 1994.

POULANTZAS, N. **O estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRADO, C. **História econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PRADO, E. **A ilusão americana**. Brasília: Senado Federal, 2010.

PRADO, P. **Retrato do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

PRESSMAN, J.; WILDAVSKY, A. **Implementation**. Los Angeles: University of California, 1994.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Relume-Dumará, 1994.

PRZEWORSKI, A. **Democracia e mercado no leste europeu e na américa latina**. São Paulo: Relume-Dumará, 1994.

- PUTNAN, R. **Bowling alone: the collapse and revival of american community**. New York: Simon and Schuster, 2001.
- PUTNAN, R. **Comunidade e democracia**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martin Fontes, 2002.
- RODÓ, J. E. **Ariel**. Madrid: Aguilar, 1957.
- ROUANET, S. P. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- ROUSSEAU, J. J. **O contrato social**. São Paulo: Abril Cultural 1987.
- ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e as desigualdades entre os homens**. Brasília: UnB, 1985.
- SABATIER, P. (Ed.). **Theories of the policy process**. Boulder: Westview Press, 2007.
- SADER, E. (Org.). **O mundo depois da queda**. São Paulo: Paz e terra, 1995.
- SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1985.
- SANTOS, W. G. **1964: anatomia da crise**. Rio de Janeiro: Vértice, 1987.
- SARMIENTO, D. F. **Facundo: civilizacion y barbarie**. Madrid: Nacional, 1975.
- SCHAMA, S. **O futuro da américa: uma história**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- SCHAMA, S. **Cidadãos: uma crônica da revolução francesa**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- SCHARPF, F.; SCHMIDT, V. (Eds.). **Welfare and work in the open economy: from vulnerability to competitiveness**. V. 1. Oxford: University Press, 2000.
- SCHATTSCHEIDER, E. E. **The semi-sovereign people: a realist's view of democracy in america**. Boston: Cengage Learning, 1975.
- SCHORSKE, C. **Viena fin-de-siècle: política e cultura**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- SCHUMPETER, J. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SCHUMPETER, J. **Capitalism, socialism and democracy**. New York: Harper, 1959.
- SCHWANITZ, D. **Cultura geral: tudo que se deve saber**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- SEN, A. **Development as freedom**. Oxford: University Press, 1999.
- SEN, A. **Inequality reexamined**. Oxford: University Press, 1992.

SENNET, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

SENNET, R. **A cultura do novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

SENNET, R. **Juntos.** Rio de Janeiro: Record, 2012.

SENNET, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.** Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1998.

SENNET, R. **Respeito.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

SKIDELSKY, R. **John Maynard Keynes: fighting for freedom 1937-1946.** V. 3. London: MacMillan, 2001.

SKIDELSKY, R. **John Maynard Keynes: hopes betrayed 1883-1920.** V. 1. London: Penguin Books, 1994a.

SKIDELSKY, R. **John Maynard Keynes: the economist as saviour 1920-1937.** V. 2. London: Viking, 1994b.

SKIDELSKY, R. **Keynes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

SKOCPOL, T. **State and social revolutions: a comparative analysis of France, Russia and China.** Cambridge: University Press, 1979.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.** São Paulo: Abril Cultural, 1993.

SOBOUL, A. **História da revolução francesa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa.** São Paulo: Autêntica, 2014.

SWEEZY, P. **Teoria do desenvolvimento capitalista.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

THERBORN, G. **European modernity and beyond.** London: Sage, 1995.

THERBORN, G. **Karl Marx returning by the welfare State? Neo-Marxist, pluralist, corporatist, and statist theories and welfare State.** Paris: IPSA, 1985.

THOMPSON, E. P. **A história da classe operária inglesa.** São Paulo: Paz e Terra, 1987 (2 vols.).

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

TOCQUEVILLE, A. **O antigo regime e a revolução.** 2. ed. Brasília: UnB, 1982.

- TROTSKY, L. **A história da revolução russa**. Rio de Janeiro: Saga, 1967.
- UNGER, M. **A alternativa transformadora**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1990.
- VIANA, O. **Instituições políticas brasileiras**. São Paulo: Itatiaia, 1987. (2 vols.).
- VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- VOVELLE, M. **França revolucionária 1789-1799**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- WALLERSTEIN, I. **The capitalist world-economy**. Cambridge: University Press, 1979.
- WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1981.
- WEBER, M. **Economia y sociedad**. Mexico: Fondo de Cultura, 1984a.
- WEBER, M. **Historia económica general**. México: Fondo de Cultura, 1984b.
- WEBER, M. Parlamentarismo e governo em uma Alemanha reconstruída. In: WEBER, M. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 07-91.
- WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ANEXO A – PUBLICAÇÕES DO AUTOR

LIVROS PUBLICADOS

- DELGADO, I.; CONDÉ, E. S.; ESTHER, A. B.; SALLES, H. M. **Política industrial de países selecionados:** Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC). Brasília: ABDI, 2011. 128p.
- DELGADO, I.; CONDÉ, E. S.; SALES, H. M.; ESTHER, A. B. **Variedades de capitalismo e política industrial:** formas institucionais e inovação tecnológica. Brasília: ABDI, 2011. 181p.
- CONDÉ, E. S. **Laços na diversidade:** a Europa social e o *welfare* em movimento (1992-2002). Juiz de Fora: UFJF, 2009. 275p.

CAPÍTULOS DE LIVROS PUBLICADOS

- CONDÉ, E. S. O lugar das políticas sociais a partir da relação Estado e sociedade. In: **Famílias e políticas sociais:** os desafios da intervenção. Viçosa: UFV, 2020. p. 14-42.
- LIMA, A.; LÉA, A.; ALVES, D.; CONDÉ, E. S. Escolas estaduais de educação profissional - a experiência de ensino médio integrado à educação profissional no Ceará de 2008 a 2013. In: **Planos de ação para a rede estadual de ensino do Ceará.** Diálogos & Proposições. Volume III. Juiz de Fora: FADEPE, 2018. p. 149-161.
- CONDÉ, E. S. Polis e políticas: políticas sociais e dilemas de implementação nos municípios. In: **Tempos e espaços do desenvolvimento.** São Paulo: Hucitec, 2018, p. 228-271.
- BRITO, M.; BARROS, J.; CONDÉ, E. S. Projeto “primeiro, aprender”! In: **Planos de ação para a rede estadual do Ceará.** Diálogos & Proposições. Volume III. Juiz de Fora: FADEPE, 2018. p. 355-366.
- PINTO, D. M.; SANTOS, M. A. M.; CONDÉ, E. S. Os desafios da implementação do projeto escola em tempo integral na Superintendência Regional de Ensino de Ubá. In: **Planos de ação para a rede estadual de ensino de Minas Gerais.** Diálogos & Proposições. Volume II. Juiz de Fora: FADEPE, 2017. p. 288-297.
- FERNANDES, D. C. S.; BERTOLOTI, D. P. J.; CONDÉ, E. S. Programa de formação de educadores/comunidade de prática: possibilidade para o aperfeiçoamento da política de educação integral em Minas Gerais. In: **Planos de ação para a rede estadual de ensino de Minas Gerais.** Diálogos & Proposições. Volume II. Juiz de Fora: FADEPE, 2017. p. 273-287.
- CONDÉ, E. S. Desafiando a vida danificada: desenvolvimento, políticas sociais e semiperiferia. In: **Repesando o desenvolvimentismo:** Estado, instituições e a construção de uma agenda de desenvolvimento para o século XXI. São Paulo: Hucitec, 2016, p. 195-223.
- SOUZA, M. A. M.; ANDRADE, T. R.; CONDÉ, E. S. Programa de formação de educadores/comunidade de prática: possibilidade para o aperfeiçoamento da política de educação integral em Minas Gerais. In: **Casos de gestão:** políticas e situações emblemáticas do cotidiano educacional brasileiro. Juiz de Fora: FADEPE, 2014. p. 541-551.

CAPÍTULOS DE LIVROS PUBLICADOS (continuação)

- ALMEIDA, V. J. A.; ANDRADE, T. R.; CONDÉ, E. S. A progressão parcial em parte da rede mineira de ensino: a educação e seus caminhos. In: **A progressão parcial em parte da rede mineira de ensino: a educação e seus caminhos**. Juiz de Fora: FADEPE, 2012. p. 117-126.
- CONDÉ, E. S. Planejamento e compromisso – financiamento, orçamento e desafios em política habitacional. In: **Habitação social em Juiz de Fora: debates e projetos**. Juiz de Fora: UFJF, 2012. p. 59-75.
- BRITO, M. P.; ANDRADE, T. R.; CONDÉ, E. S. Projeto “Primeiro, aprender”: estudo de caso em quatro escolas públicas estaduais do Ceará. In: **Casos de gestão: políticas e situações emblemáticas do cotidiano educacional brasileiro**. Juiz de Fora: FADEPE, 2012. p. 71-80.
- MAIA, G. C.; ANDRADE, T. R.; CONDÉ, E. S. Reagrupamentos temporários e o sucesso na alfabetização de crianças: estudo de caso em duas escolas públicas da Superintendência Regional de Ensino de Montes Claros. In: **Casos de gestão: políticas e situações emblemáticas do cotidiano educacional brasileiro**. Juiz de Fora: FADEPE, 2012. p. 107-116.
- CONDÉ, E. S. Política - Aprendendo a leitura dos sinais. In: **Políticas educacionais e avaliação de programas**. Juiz de Fora: UFJF, 2011. p. 1-121.
- CONDÉ, E. S. Políticas públicas – conceitos, características e um olhar sobre o campo. In: **Políticas educacionais e avaliação de programas**. Juiz de Fora: UFJF, 2011. p. 1-122.
- CONDÉ, E. S. Sob o Signo do movimento: anotações para a macrodinâmica brasileira sobre emprego, renda e pobreza. In: **Trabalho, proteção e direitos: o Brasil além da era Vargas**. Juiz de Fora: UFJF, 2011. p. 2-256.
- CONDÉ, E. S. Um mosaico ladrilhado: instituições, institucionalismos e complementaridades. In: **Cultura e instituições sociais**. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

LIVROS ORGANIZADOS

- DELGADO, I.; CONDÉ, E. S. **Tempos e espaços do desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 2018. 294p.
- CONDÉ, E. S.; TAPIA, J. R. B.; GOMES, E. **Pactos sociais, globalização e integração regional**. Campinas: Unicamp, 2008. 279p.

ARTIGOS EM PERIÓDICOS

- ARAÚJO, C. P.; MEDINA, L. C.; CONDÉ, E. S. Políticas públicas de saúde e bem-estar social: fronteiras entre o financiamento público e o privado no Brasil e em Portugal. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1, n. 23, p. 13-51, jan./jun. 2017.
- CONDÉ, E. S.; FONSECA, F. A macrodinâmica social brasileira: mudanças, continuidades e desafios. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 151-185, jan./mar. 2015.
- CONDÉ, E. S.; FONSECA, F. Abrindo a caixa: dimensões e desafios na análise de Políticas públicas. **Pesquisa e Debate em Educação**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 151-185, jan./mar. 2015.
- DELGADO, I.; CONDÉ, E. S.; ESTHER, A. B.; SALES, H. M. Cenários da diversidade variedades de capitalismo e política industrial nos EUA, Alemanha, Espanha, Coréia, Argentina, México e Brasil (1998-2008). **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 959-1008, out./dez. 2010.
- CONDÉ, E. S. A rota da diversidade – Estado, variedades de capitalismo e desenvolvimento. **Ponto de Vista**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 1-29, jun. 2009.
- CONDÉ, E. S. Diversidade e equilíbrio assimétrico: discutindo governança econômica e lógica institucional na União Europeia. **Rev Antropolítica**, Niterói, v. 18, n. 1, p. 151-181, jan. 2006.
- CONDÉ, E. S. Diversidade em processo: as políticas públicas em perspectiva. **Rev Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 75-95, jan./jun. 2006.

ORGANIZAÇÃO DE NÚMERO DE PERIÓDICO

- CONDÉ, E. S. Dossiê instituições e desenvolvimento. **Rev Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, 2015.

RESENHA

- CONDÉ, E. S. Thomas Piketty: o capital no século XXI. **Rev Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, 2015.

TRABALHOS COMPLETOS PUBLICADOS EM ANAIS DE EVENTOS

- CONDÉ, E. S. Estratégias de desenvolvimento, governo e atores – o caso de políticas setoriais no Brasil e resultados sociais. In: **VI Congresso Latinoamericano de Ciencia Política**, ALACIP, Quito, 2012.
- CONDÉ, E. S. La reanudación del horizonte de desarrollo - los limites y las posibilidades de Brasil, Argentina y Mexico. In: **V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política**, ALACIP, Buenos Aires, 2010.

TRABALHOS COMPLETOS PUBLICADOS EM ANAIS DE EVENTOS (continuação)

- DELGADO, I.; CONDÉ, E. S.; ESTHER, A. B.; SALES, H. M. Estado, inserção internacional e variedades de capitalismo: elementos para a análise do capitalismo real. In: **Seminário Internacional do INCT-PPED – Promovendo Respostas Estratégicas à Globalização**, Rio de Janeiro, Idea D, 2009.
- CONDÉ, E. S. El pulso de la sociedade: investigacion acerca de bienestar y politicas publicas segun la percepcion de los ciudadanos. In: **IV Congreso Latinoamericano de Ciencia Política – ALACIP**, San José, 2008.
- CONDÉ, E. S.; SILVA, L. R. Uma agenda da diferença: a não convergência de políticas e a retomada do tem (Ásia e América Latina). In: **31º Congresso da Associação de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS**, Caxambu, 2007.
- CONDÉ, E. S. Integração, dualidade e bem-Estar. In: **XXX Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2006.
- CONDÉ, E. S. Diversidade e equilíbrio assimétrico - discutindo governança econômica e lógica institucional na União Europeia. In: **XXIX Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2005.
- CONDÉ, E. S. Welfare em movimento – reformas, ajuste e persistência na União Europeia (1992-2001). In: **XXVIII Encontro Nacional da ANPOCS**, Caxambu, 2004.

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Eduardo Antônio Salomão Condé

ENSAIO COMPLEMENTAR

**Sobre o divino mercado e as artimanhas
de satã: afinidade e desafinidade em
política e economia**

ENSAIO COMPLEMENTAR

SOBRE O DIVINO MERCADO E AS ARTIMANHAS DE SATÃ: AFINIDADES E DESAFINIDADES EM POLÍTICA E ECONOMIA

Ali um sítio havia (agora extinto
 Pelo Pecado atroz, não pelo tempo),
 Onde o Tigre, correndo junto do Éden,
 Por caverna subterrânea ao jardim sobe
 E, mesmo junto da Árvore da Vida,
 Vai borbulhar em cristalina fonte.
 Com o rio Satã se afunda e se ergue
 Envolto em névoa aquosa, e logo encontra
 Um sítio próprio que o tivesse oculto.
 (John Milton. Paraíso Perdido – Canto IX, 1667)

Se a expressão espírito do tempo (*Zeitgeist*), neta de Herder, filha de Hegel, carrega em si o idealismo na Filosofia da História, ela bem representa, mesmo como metáfora, o sentimento do incômodo que nos cerca. Incômodo político, desconforto econômico. O moderno, seja ele inacabado, radicalizado ou líquido, a depender do intérprete, desloca-se da estabilidade cambiante ao risco crescente, ameaça antes que segurança. As diversas sociedades que emergiram da dupla revolução (HOBSBAWN, 1982), que transformaram o capitalismo da dominância comercial para a industrial e construíram as democracias modernas, em um enorme conjunto de variações sócio-históricas, não esgotaram sua energia. A modernidade é, em si mesma, o capitalismo, lição de Marx, mas também em Weber ou Durkheim (mesmo que este prefira denominá-lo como “sociedade industrial”), não discordaram como um todo diante sobre o que significa este mundo.

Desde já, a questão é sobre o capitalismo¹, aquele que retomou a colonização e abriu mercados; que enfrentou duas guerras mundiais; que passou por crises bancárias e financeiras; que defendeu ou retardou a descolonização; resignou-se a construir bem-estar social; espalhou-se por “sociedades emergentes” do antes chamado “terceiro mundo”; atuou por industrializações tardias; que declarou guerra ao bem-estar e fortaleceu o processo de

¹ Vou denominar capitalismo ao sistema econômico-social baseado na propriedade privada, na estratificação em classes sociais e frações de classe, baseado na mercadorização crescente e em relações sociais associadas ao mercado, em processos constantes de desenvolvimento tecnológico em produtos e serviços e operando voltado à reprodução ampliada de capital.

financeirização². Denominar as sociedades genericamente como “pós-industriais” e anunciar o “fim da ideologia” (BELL, 1962, 1977), que substituiriam a indústria por serviços e teriam exaurido as ideias políticas; estabelecido o fim da história e das “grandes narrativas”, porque os discursos teriam perdido legitimidade ou o iluminismo fracassado; proclamado a derrota da ciência e da técnica porque, ao lado de bem-estar, produziram guerras ou efeitos de mercado, traz um longo véu sobre a realidade e não esclarece o jogo essencial das forças sociais em movimento e a interação passado/presente.

A profissão de fé ambivalente neste mundo múltiplo e *fuzzy*, baseado na crença da incerteza sobre valores e no fim das metanarrativas, é o tema de Lyotard (2008). O mesmo que também traz a boa nova: a possibilidade de uma convivência harmoniosa com as diferenças, os novos movimentos sociais e o reconhecimento aos saberes “provisórios”, definidos a partir de jogos de linguagem à moda de Wittgenstein, em que as regras não são previamente estabelecidas e produzem legitimação à medida que são construídas. Mas, a referência a um mundo (ou mundos) pós-moderno(s) significa que estamos no pós-capitalismo? Sob nenhuma forma.

Ao operar em um mundo com tal descrição, incerto, onde conhecimentos válidos surgem por toda parte, sem hierarquia e com a impotência da política, estamos a um passo do que sociólogos e economistas bem conhecem: os efeitos não esperados (a maioria perversos) e a profecia autorrealizável. A afirmação extrema das diferenças radicaliza o particular; a ausência de uma reflexividade que não se organize fora dos grupos proporciona que valores locais – ou grupais – estejam verdadeiramente em lugar de projetos coletivos, exceto se estes projetos forem de cada grupo onde são afirmadas suas identidades. Tal concepção traz consequências expressivas à grande área das Ciências Sociais e ao campo científico em geral, mas sem iluminar ou sinalizar o caminho. O afastar da História, o fracasso da política estruturada nas democracias (com o óbvio esvaziamento dos partidos e instituições), a recusa ao universalismo como possibilidade e a substituição dos próprios conflitos de classe por identidades setoriais, quando não a individualização em escala cada vez maior, são resultados aterradores. São formados novos vínculos sociais e as organizações coletivas tendem à decadência, ou são substituídas pelos poderes “locais”, que dispersos, formam pautas

² Por financeirização compreendo a dominância financeira no capitalismo contemporâneo. Trata-se do processo de desregulamentação dos mercados, das atividades bancárias e do crescimento das transações do campo financeiro, autonomizando-se em relação ao mundo da produção, quando não controlando direta ou indiretamente as firmas. Este circuito produziu um formidável aumento nos estoques financeiros e em produtos especulativos. O caráter do poder das finanças não é novo na história do capitalismo, ainda que, qualitativa e quantitativamente, não tenha atingido antes o patamar desenvolvido a partir dos anos de 1970.

desconectadas e sem maiores referências. Ou mesmo recuam até um comunitarismo conservador³.

No deserto do real o que persiste é o capitalismo, o grande e complexo sistema econômico-social, totalizante, que marca a vida nas sociedades contemporâneas. Problemas coletivos e a organização nas democracias ainda persistem, produzir bem-estar e conhecimento técnico-científico permanece sendo um parâmetro, mesmo sob a brutal incerteza e os riscos. Consagrar o identitarismo em guetos e relativizar o conhecimento científico, saudar a emergência de dezenas e dezenas de movimentos dispersos e com identidades variadas, substituindo os “velhos” pelos “novos” movimentos e esvaziando a possibilidade de organização política em moldes coletivos mais amplos, amplia as incertezas, facilita a reação e projeta mais insegurança. O pós-moderno é um jogo de soma zero, em que a irracionalidade e a impotência dispersa excluem a aproximação e a construção de alternativas coletivas. E sem jamais abandonar o mundo totalizante, desigual e da financeirização do capitalismo contemporâneo⁴.

É inegável, por outro lado, que opera uma relevante fragmentação e instabilidade no capitalismo, fruto de seu próprio movimento sistêmico. A desigualdade que cresceu de forma inédita, mesmo na Europa ocidental; a crescente instabilidade social nos EUA, sua aceleração na América Latina; a persistente pobreza na África; e os desafios econômicos e geopolíticos vindos da Ásia, produzem um quadro de riscos múltiplos, promessas não cumpridas, incertezas políticas, tentativa de uniformização forçada a partir dos mercados mundiais e de suas relações com os espaços nacionais. Tais cenários abrem possibilidades para importantes mudanças no conteúdo e na ação em cenários democráticos; possibilita (ainda que não

³ Comunitarismo não cabe, como debate, nesta nota. Um comunitarismo conservador sonha com o passado idílico e quer retornar a ele, à sua comunidade imaginária ou aos valores arraigados. Não raro, tem apelo reacionário de matriz religiosa. Outra concepção é denominada “comunitarismo cívico”, associando-o a Robert Putnam (Putnam, 1996), a vincular comunidade cívica, capital social e desenvolvimento econômico. Uma retomada mais recente refere-se, exemplificando, a Charles Taylor (TAYLOR, 2006), centrada no estudo da individualização; na crítica ao individualismo liberal que ignora a importância da comunidade para a identidade; no desenvolvimento na sociedade, e não estritamente no indivíduo, dos valores, recusando a definição da soberania do sujeito individual. Um ponto crítico neste debate é a tensão entre os valores tomados como universais – como liberdade, igualdade e assemelhados – e os valores comunitários, respondidos, não sem polêmica, sobre cada comunidade operar esses princípios dentro de sua própria moral particular. Este debate, no próprio Taylor, vai guardar relação com o multiculturalismo e seus reflexos, inclusive no campo do Direito.

⁴ Um autor que considera a pós-modernidade em sentido específico – e não aprecia o que vê, é Zygmunt Bauman. Calcado no mundo da vida, e não nos jogos de Lyotard, observa que a pós-modernidade “[...] vive num estado de permanente pressão para se despojar de toda interferência coletiva no destino individual, para desregular e privatizar” (BAUMAN, 1998, p. 26), ao contrário da ordenação pela modernidade. A própria constituição das instituições modernas vem sendo desmantelada, ampliando a insegurança nos direitos e no trabalho. Trata-se de um mundo quase distópico. Entretanto, ainda prefiro não chamar de pós-modernas estas circunstâncias de Bauman, mas desdobramentos da modernidade como capitalismo.

exclusivamente) o fortalecimento de uma direita política autoritária, conservadora e defensora de tradições míticas e, ao fundo, a tragédia proporcionada pela fórmula da “única” alternativa: a radicalização da modernidade capitalista pela defesa da desregulação, privatização, individualização e financeirização, *pari passu* a naturalização da desigualdade. Nada tão novo, mas muito mais imperioso por sua intensidade.

Tratamos aqui não do mundo “pós-moderno”, um constructo teórico de extração desconstrutivista que afirma a desrazão, mas da tradição liberal, neoclássica e neoliberal na Economia, aquela que não se importa com as diatribes teóricas externas ao seu *corpus* intelectual. E em como ela desmobilizou, após o período de relevância de domínio da economia política, os legados históricos e da política como referência. E foi demarcando seu espaço no desenrolar do capitalismo reafirmando sua independência e o *status* “natural” e/ou “espontâneo” de sua visão de mundo.

Se a política e a História deixam de “explicar”, também não “agem” sobre o mundo – ou o fazem agravando desequilíbrios diante da ciência que interpreta o real pela força da natureza: a Economia, a ciência de gestão do capitalismo, quando não se confunde com o próprio, que representa um ponto de inflexão para explicar o mundo. Não como um todo, mas em sua influente corrente dominante, opera em estreita relação com este esvaziamento do conhecimento e da política, procurando estabelecer que a realidade opera segundo seus modelos estruturados. Semelhante a uma verdade revelada, fé secular, sinaliza uma única forma de organização do Estado e da sociedade. Antes sob os freios da política e dos diversos projetos de desenvolvimento, presentes em vários ecossistemas sociais segundo diferentes configurações, a tendência ortodoxa fixou-se no “capitalismo desorganizado⁵” assumindo a vanguarda da modernidade radicalizada posterior aos anos de 1970.

A Economia nada é “pós-moderna”. Na verdade, as ações dos e nos mercados permanecem sendo o modelo defendido e acatado por tantas lideranças políticas. Não é possível confundir economia “verde”, sustentabilidade ou a incorporação de pautas em defesa da vida como um sistema pós-moderno, ou “outro capitalismo”. Trata-se da mercadorização, da reprodução ampliada do capital, da disciplina e do controle do trabalho, das revoluções e saltos paradigmáticos de inovação com detalhes diversificados, até porque o capitalismo sobreviverá com a economia “verde”. Os ajustes de mercado, sob a tutela da financeirização, permanecem vivos. E bem.

⁵ Capitalismo “desorganizado” é uma expressão para designar a crescente liberalização dos mercados, as alterações regulatórias, as privatizações e o recuo das ações concertadas típicas do período do pós-guerra e até a década de 1970. Também se associa, para alguns autores, na mudança do paradigma fordista para a “especialização flexível”. Sobre o tema, ver Lash e Urry (1987) e Offe (1989).

Em um cenário como este não é surpreendente que a História desapareça do horizonte explicativo, diante da ditadura do presente; de um sistema que se constrói e destrói, a cada vez menores intervalos, com ciclos tecnológicos mais curtos; mediados pela acumulação do capital financeiro que comanda o espetáculo para além da economia real, aquela que produz emprego e renda. Assim, por que buscar explicação no que já ocorreu? Aliás, como se sabe o que aconteceu? Que importa o que já foi? Ou talvez seja preferível mergulharmos em nossos valores familiares, na vida em minha comunidade restrita. Ou ainda olhar sempre à frente. Talvez a política seja o mal, corrupta, egoísta e longe de todos nós, ou uma expressão de vontades parciais e fora das instituições nas democracias? De qualquer forma, a economia seguirá em frente. Diante desses argumentos, sem a História, e esvaziado o jogo político cuja dinâmica é essencial para a democracia, os projetos derretem-se diante da fragmentação, incentivada pelos muros construídos a cada dia pela desigualdade e o estímulo individualista alimentado pelo neoliberalismo.

Por tudo isso, é importante compreender as relações entre a economia e a política. Será preciso começar com uma digressão sobre a História e sua relevância, o que é lamentável pelo que tem de óbvio como dimensão reflexiva e necessária contra a hegemonia do mainstream econômico que nega seus laços com o caminho percorrido. Este ponto de partida pavimenta melhor o caminho de viagem pela teoria econômica clássica, neoclássica e neoliberal; correntes liberais que não são únicas, apresentando contradições e divergências. É preciso tratar do grande desafio dos liberais ortodoxos, o construtor de pontes entre a economia e a gestão efetiva do Estado, que foi J. M. Keynes, e o tempo posterior, de esperança e queda. Restará então enfatizar a política e seus desafios, na época em que ela recuou para uma esfera secundária em relação à economia. Aqui importa explorar esta relação e alertar para que a própria política possa escapar de uma dupla armadilha: a que lhe foi entregue ao ser submetida à colonização de suas agendas pela “ciência triste”; e aquela da ilusão de sua independência, teórica e da práxis, girando solta no mundo da vida. Ao final é indispensável tratar do Brasil e seu lugar, em sua especificidade e parte de um concerto onde ele parece acompanhar os movimentos tateando entre a escuridão e uma luz distante.

A economia imagina viver em um paraíso regulado pela mão divina, ainda que invisível. Quando desafiada pelos hostes infernais, movimenta seus anjos para guardar o paraíso. Mas satã é insidioso e penetra no jardim. Ele distorce, mente e convence. Mas ele também abre os olhos do homem e da mulher. No fim o paraíso é vedado por um exército de anjos, mas o homem e a mulher seguem em frente. Aqui temos uma leitura mais heterodoxa de Milton, mas acredita-se que John Milton explica mais que o paraíso de Milton Friedman.

1 Tempo, ruínas, conexões – a História como ciência social

É que o espetáculo das atividades humanas, que forma seu objeto específico, é, mais que qualquer outro, feito para seduzir a imaginação dos homens. Sobretudo quando, graças a seu distanciamento no tempo ou no espaço, seu desdobramento se torna das sutis seduções do estranho [...].

[...] Não há menos beleza numa equação exata do que numa frase correta. Mas cada ciência tem sua estética de linguagem, que lhe é própria. Os fatos humanos são, por essência, fenômenos muito delicados, entre os quais muitos escapam à medida matemática. Para bem traduzi-los, portanto para bem penetrá-los (pois será que se compreende alguma vez perfeitamente o que não se sabe dizer?), uma grande finesse de linguagem, (uma cor correta no tom verbal) são necessárias. Onde calcular é impossível, impõe-se sugerir. Entre a expressão das realidades do mundo físico e a das realidades do espírito humano, o contraste é, em suma, o mesmo que entre a tarefa do operário fresador e a do luthier: ambos trabalham no milímetro; mas o fresador usa instrumentos mecânicos de precisão; o luthier guia-se, antes de tudo, pela sensibilidade do ouvido e dos dedos. Não seria bom nem que o fresador se contentasse com o empirismo do luthier, nem que este pretendesse imitar o fresador. Será possível negar que haja, como o tato das mãos, uma das palavras?

(Marc Bloch, 1941-44)⁶

Ruínas e escombros. Assim se referiu Walter Benjamin quando escreveu não haver um monumento de cultura que não seja também um monumento de barbárie; olhar para o passado é olhar ruínas, fragmentos (BENJAMIN, 1987, p. 225). Um cortejo de vencedores se deslocando sobre as ruínas do passado, pisoteando-os. Se a imaginação produzir um tribunal, para revelar acontecimentos, as provas devem ser buscadas no passado, no contato onde uma época do “agora” se conecta com outra época; garimpar o que ficou para trás nas ruínas e desvelar o que se perdeu.

As interpretações correntes na economia tornaram-se predominantemente a-históricas desde os neoclássicos e mesmo depois. Por que ela permanece importante e como é necessária? É entristecedor ter que ressaltar seu papel relevante e em estreita relação com as demais Ciências Sociais, em como ela se espraia por processos de longa duração, não podendo ser descartada. A Economia é um caso exemplar de insulamento epistemológico da História e da Política (ou converter esta última em acessória da política econômica), com enormes consequências práticas, manifestas na ascensão meteórica da corrente dominante ao posto de comando, orientando políticas públicas e radicalizando-se na ”era das reformas de

⁶ Bloch participou da *Resistance* e foi fuzilado pela barbárie nazista em julho de 1944. A apologia da História foi publicada apenas em 1948 sob os cuidados de Lucien Febvre a partir das anotações deixadas por Bloch. Como um prenúncio da desgraça, o livro termina com uma frase inacabada.

mercado”. Sem a História, perdemos uma dimensão que é certamente trágica, e ocultamos outros mundos possíveis quando vivemos a ditadura do presente e o olhar exclusivo ao futuro.

O tempo da História não é um tempo homogêneo nem uma página em branco, ou seja, não tem um único trilho e nem está disponível para qualquer escrita. Na tradição grega, Cronos, um dos Titãs, devorou os seus filhos menos um, Zeus, que derrotaria seu pai vencendo o próprio tempo (“cronos”) e recebendo como louro a imortalidade. De seu encontro com Mnemósine (a Memória) nasceram nove filhas (as musas), uma delas Clio, a musa da História. Portanto, a História é filha da Memória, e o passado como decorrer do tempo ameaça constantemente a rememoração no mundo dos homens. À medida que o tempo decorre, a leitura dos fatos, recontada ou reescrita, vai deixando ao largo fragmentos que precisam ser resgatados.

A memória tem relação direta com a tradição. É certo que Clio registra e seleciona o que vê, inspirada por sua mãe, mas também não está livre das perdas. Para os gregos esta ameaça está no oposto de Mnemósine, a amnésia, provocada por *léthe* (o esquecimento), ilustrada como um dos rios que tem seu curso dirigido ao mundo dos mortos, onde quem bebe de suas águas esquece sua vida. Esquecimento é morte, o exato oposto de *aletheia*, a verdade. Se a própria memória pode esquecer, o que dizer de Clio? Como ela mantém uma relação filial com sua mãe, a perda da memória, a ameaça da morte, deve ser compensada com a construção da narrativa histórica que traz à tona também o que foi esquecido.

Houve um tempo em que a memória, pela narrativa, foi forte e traduzida, geração após geração, por aquilo que se conta. Algo se perdia, partes eram reconstituídas a cada geração. Mas a decadência da narrativa, como forma artesanal de comunicação, dos cronistas da vida, é palpável e real, como observou Benjamin (1987) em seu texto sobre “O narrador”. Neste sentido, a memória em si da narrativa vai sendo engolfada pela modernidade. É o próprio Benjamin que o relata, no texto “Experiência e pobreza” (BENJAMIN, 1987), onde escreve sobre como quem voltava dos campos, após a Primeira Guerra Mundial, voltava em silêncio, sem nada a transmitir e sem experiência a compartilhar. No novo mundo da técnica, o patrimônio cultural perde seu vínculo e surge a “nova barbárie”, que se manifesta, quase paradoxalmente, como a liberdade para construir o novo, e impelir as pessoas ao recomeço. Este otimismo não era acompanhado de uma defesa do esquecimento, mas da redescoberta da história naquilo que ela tinha de revolucionário: o recontá-la a contrapelo investigando as ruínas da própria perda da experiência. Mas ninguém pode afirmar ser esta uma tarefa simples – afinal, pode-se deliberadamente afastar outras narrativas, como no caso das ciências que constroem sua própria História negando o passado.

A memória, malgrado o parentesco e o amor filial, não representa a plena identidade com a história. Ao fim de seu texto sobre a história da Europa pós-45, Judt produziu um instigante ensaio sobre a memória europeia e o holocausto (JUDT, 2008, p. 789-815). O autor faz desfilar desde o tema do esquecimento até a pressão por novos monumentos contra a barbárie; a vergonha e a proteção dos europeus em amnésia coletiva (na expressão de Enzensberger) ou na memória seletiva. No caso dos monumentos, que parecem muitas vezes colocar algozes no lugar das vítimas, tem também um complemento quando a história fica “contida” em museus e edifícios, terceirizando a memória... e a responsabilidade. Por outro lado, a geração que viveu a guerra, sua memória viva, também se aproxima do fim. Por isso a História em si ganha ainda mais relevância, seja como

[...] passagem do tempo e como estudo profissional do passado [...]. A própria enormidade do crime (o holocausto) torna incompleto o ato de lembrar [...]. Contra esse assalto, a memória, sozinha, é indefesa (E, por isso). O que a disciplina tem a fornecer é incômodo e perturbador, [...]. Mas a história precisa ser aprendida e, periodicamente, reaprendida (JUDT, 2008, p. 815).

Sendo considerada como ciência praticada por historiadores, qual o seu significado como ciência? Heroica, exemplar e descritiva, herdada de Heródoto; Iluminista, fundada na confiança na razão e no progresso; como método científico de análise, ela reclama uma inequívoca questão: afinal, do que se trata? Marc Bloch tem uma proposta: a ciência dos homens no tempo – “[...] esse tempo verdadeiro é, por natureza, um continuum. É também eterna mudança” (BLOCH, p. 54). Nem a obsessão da busca pela “origem” nem o descarte da possibilidade do tempo distante. Preocupa-se, antes, em formular as questões e os problemas, sendo a primeira condição observar a paisagem de hoje, “desenrolar a bobina no sentido inverso das sequências” (BLOCH, op. cit., p. 66). Trata-se da história como o desvelar de documentos baseando-se nas perguntas proporcionadas pela busca, onde nada, nenhum fragmento, se perde para a ciência.

Por isso, a História olha para trás, interroga-se a partir do presente e nele se reconstitui. Pelo caminho das ações e das ideias, ela é movimento, a *longue durée* expressa por Braudel, a imagem sobre o lento respirar das estruturas:

[...] jamais existe entre passado, mesmo passado longínquo, e tempo presente uma ruptura total, uma descontinuidade absoluta ou, se preferirem, uma não-contaminação. As experiências do passado não cessam de prolongar-se na vida presente, de a fecundar [...] (BRAUDEL, 1987, p. 33).

E não sem problemas, pois muitas vezes a estrutura é algo que, segundo Braudel, o tempo usa mal e veicula demoradamente, e, por serem de longa duração, persistem por gerações e embaraçam a história; outras podem ser mais facilmente destruídas, mas todas são sustentáculos e obstáculos (BRAUDEL, 1965, p. 8).

O espaço-tempo macro-histórico não é único nem indivisível. Desvelar o tempo é uma tarefa constante, identificando os fatos e sua interação traduzida em interpretação. A tarefa reconhece continuidades, rupturas, descontinuidades e as tragédias e farsas. Marx e Weber foram dois dos que se interrogaram sobre o passado e suas interações. O primeiro, já nas primeiras páginas do “18 brumário”, fez ali sua hoje famosa observação sobre as ideias dos mortos oprimiram como um pesadelo o cérebro dos vivos (MARX, 1978, p. 17)⁷. Este texto, análise de conjuntura com fios tecidos em paralelo aos processos mais enraizados da estrutura social, revela como as caricaturas do presente apelam ao passado em glória, reconstituindo-se em um cenário temporal diverso e, tantas vezes, farsesco. Alguns anos depois, Weber, cujo recurso à História foi recorrente seja no estudo da religião seja em sua preocupação com a sociologia histórica e econômica, apresentou como a linhagem histórica constituiu-se no presente, em particular pela compreensão da secularização, pelo desenrolar das religiões ou pela poética expressão “afinidades eletivas”, definindo a relação da ética protestante com o capitalismo emergente.

A relação entre a Sociologia, para considerarmos uma das ciências emergentes com a modernidade, e a História, não é exatamente pacífica. É corrente sentir o presente como definitivo, expressão de singularidade tal que submerge o antes, se desconecta dele. Não é incomum que as Ciências Sociais, em sua *démarche* como Sociologia ou Ciência Política (ou em Economia) cedam à hermenêutica do presente, seja diante das escolhas metodológicas derivadas de perspectivas funcionalistas ou pós-positivistas, seja diante de pesquisas empíricas autorreferentes. E, como sempre o que obscurece pode tornar o mundo ainda mais escuro, outras vezes a História é parte de um *stage background*, sendo domesticada como algo passivo ou a ser descartado à medida que o “progresso” avança.

Um dos que identificou com insistência a relevância do processo histórico para a Sociologia foi Tilly (1985, 2006), sobre como tempo e lugar fazem a diferença nos processos analisados. Observar um sistema de amplo espectro por diferentes nações, como o

⁷ Marx e Engels escreveram, na Ideologia alemã, que conheciam apenas uma ciência, a da História, traduzida em aquela dos homens e da natureza. Mesmo Marx tendo escrito que atirava este texto à “crítica roedora dos ratos”, o tema da História perpassou sua maturidade e está bem expresso nos capítulos de “O capital” (Livro I) com sua descrição da acumulação primitiva, ou sobre a maquinaria e ainda sobre o desenvolvimento da mais valia relativa. Isso fica bem expresso ainda no Prefácio de “Para a crítica da economia política”, em que ele resume o denominado “materialismo histórico” (!).

capitalismo, não autoriza o pensar este sistema econômico-social como dotado de uma singularidade que se produzirá ou autorreproduzirá por homogeneidade, como se tempo e lugar, com suas tradições, procedimentos e relações sociais não interferissem na “equação”. O ambiente socialmente construído em processos coloniais, por exemplo, constitui espaços que não reproduzem a metrópole, mas algo diferente. Tilly observa o caso português: Moçambique, Angola ou o Brasil, oriundos da mesma matriz, diferem não somente entre si, mas também da metrópole original (Tilly, 1996, p. 37). Tempo e lugar fazem diferença e aqueles fenômenos sob olhar sociológico guardam relação com processos largos de mudança social em grande escala. É novamente Tilly que observa:

[...] If political sociology is to escape from the cramped prison of the present, it must address directly the ways in which time and place affect the character of political processes. [...] Historical social criticism reconstructs the past on the way to informing human choices in the present and future [...]. Instead of considering space and time as additional variables, it presumes that space-time connections define social processes, and that social processes operate differently as a function of their placement in space and time (TILLY 2006, p. 567-568).

Muitas vezes a Sociologia enredou-se, na herança de Parsons, em uma busca incessante por referências empíricas que pudessem desvendar relações entre variáveis desconectadas do movimento da história. Nesta quadra, a preocupação principal era com a interpretação “multivariada” concentrada em um ponto no tempo. Traduzido para o campo dos estudos sobre o Estado, era como imaginar um universo autocentrado e geograficamente delimitado, ou pior, imaginar, sob influência da teoria da modernização, que o desenvolvimento material poderia representar, para nações em formação, o desdobramento de processos históricos de desenvolvimento tal como aqueles oriundos de nações outras “maduras”. Em outras palavras, o capitalismo anglo-saxão seria um desdobramento “evolutivo” desde que processos de industrialização, tal como ocorreram em nações centrais, seriam repetíveis nas nações em “atraso”, construindo, por exemplo, democracias liberais sob a luz da origem. Nunca é demais recordar como a trajetória das sociedades industriais se construiu muito antes de sua hegemonia, bem como muitos dos processos de industrialização tardia, ao buscar um modelo externo, fracassaram. Quando operam, o fazem por mecanismos de interação com suas condições internas e, não raro, têm estreita relação com a dinâmica das relações externas. A lição é, de resto óbvia: os efeitos da modernização industrial, por diferentes sociedades, são diversos e com variados efeitos sobre as relações de autoridade, na comunidade política e na estrutura social em si. Nesta quadra, é Reinhardt Bendix, nome importante no campo da sociologia histórica comparada, quem se exercita sobre como as

sociedades respondem aos processos relacionados à construção da comunidade política e ao desafio de legitimação da autoridade, desde o início identificando a obrigatoriedade em compreender sequências de longo prazo e, complementarmente, evitar a armadilha de encarar como um “estágio inferior” a outro “superior” o tema da modernização. Bendix observa a *longue durée* (tomando emprestada a expressão de Braudel) na formação dos estados nacionais, combinando elementos tradicionais e aqueles novos, modernos, em interação, sendo a consideração dos processos históricos a chave para o entendimento da mudança em si (BENDIX, 1996).

Com base nesse conjunto de argumentos, os processos de *state building* não constroem réplicas “tropicalizadas” nem o capitalismo desconstrói inteiramente o espaço nacional, produzindo algo radicalmente rompido com o passado. A formação do estado nacional incorpora elementos do tempo decorrido que se interrelacionam com a macroestrutura econômico-social do capitalismo, onde este não se imuniza com relação às cores locais e estas, por sua vez, jamais são capazes de impor integralmente sua paleta sobre o espaço do estado nacional⁸. Ignorar a ação do tempo e suas correlações reforça a ignorância sobre como as ações pretéritas interagem no presente, interferem sobre caminhos e delimitam possibilidades.

Esta não é uma defesa da superioridade da História. É um apelo no sentido, advogado por Braudel, do diálogo entre ciências próximas. A História tomada em absoluto tornar-se-ia uma ciência fechada, o oposto do pretendido, reproduzindo o caminho estreito por onde caminha, exemplarmente, a Economia. Toda Ciência Social que se pretenda única e irreduzível nada mais é senão uma província intelectual imersa em um sonho dogmático, com a ilusão sobre seus “levantamentos” ou “modelos” constituírem-se na verdade revelada sobre o mundo. Sem compreender as conexões e sem estabelecer pontes, renuncia a um conhecimento maior e a um desenvolvimento mais acelerado do conhecimento. A lição de que o capitalismo é uma única forma, com variações internas que precisam ser “superadas”, despreza a História e colocam uma viseira impedimento ver as enormes diferenças na constituição do próprio capitalismo, bem como porque não é possível reproduzir, como em relação mecânica, práticas, instituições e lógicas de “governança” (moda instituída pelos relatórios do Banco Mundial dos anos 1990 e hoje espaiadas pelo diálogo entre órgãos de

⁸ Os estudos sobre *state building* tem particular interesse na sociologia histórica comparada e entre os neoinstitucionalistas de corte histórico. Destaca-se aqui as obras de Theda Skocpol, Barrington Moore Jr., Charles Tilly, Peter Evans, com especial destaque para o papel do Estado, das revoluções e das mudanças sociais em geral.

controle e instituições públicas) como reflexo de “boas práticas”, sem nenhuma análise ulterior sobre como chegamos até aqui.

Da mesma forma, em nome do diálogo necessário, não é desejável conferir à História dois outros papéis: (1) o de pano de fundo, onde fatos de tempo curto desfilam no palco e atuam sobre o presente como sombras (uma praga que grassa em alguns escritos de Sociologia) e (2) o de “linha do trem”. Esta segunda tem raízes combinadas de evolucionismo e rota determinada, desaguando no imperialismo da sequência qualitativa de estágios e na armadilha da monocultura institucional, para retomar a feliz expressão de Peter Evans (EVANS, 2003). Esta designa a mera tentativa de reproduzir instituições dos países centrais (destacadamente anglo-saxões) para promover a maturação de economias capitalistas “atrasadas”. Trata-se da velha temática das “reformas estruturais”, que entre nós desfilam alegremente pelo palco nacional sob o comando da Economia que captura a Política⁹.

Mas, existe ainda uma perigosa cegueira, por conservadorismo, mas não só, que resulta de uma construção onde a História também opera como uma narrativa constituída como mito. Para recuperar Benjamin, as ruínas do tempo passam a ficar ocultas em miríades de pedaços, enquanto emerge uma estória “orgânica” a partir de uma mitologia própria. Em seu trabalho “Sobre o autoritarismo brasileiro” (SCHWARCZ, 2019), Lilia Schwarcz alerta para a constituição de uma “história oficial” em nossa pós-independência. Sobre como tornamo-nos um “império”, dirigido por um monarca da ex-metrópole em uma América que fundou repúblicas, mas também como formados por uma mistura de gentes e povos, tema que tornar-se-á recorrente, sob olhares diferentes, mas com a lente dos “três povos” (caso de Sílvio Romero e Oliveira Viana e, porquê não, Gilberto Freyre). Schwarcz escreve sobre nosso difundido mito para o despertar da comunidade cívica nacional, centrado na mestiçagem, na idílica sociedade patriarcal e constituída por um país sem conflitos, avesso às hierarquias e informal e sem distinções importantes de raça ou gênero. Enraizada no senso comum, o mito resiste à realidade, escravista, violenta e desigual (SCHWARCZ, 2019, p. 20-24)¹⁰.

⁹ Este tema retornará adiante. Por ora, cabe observar que tal perspectiva foi, por muitos anos, um flagelo na esquerda, como se a História tivesse um rumo determinado. O marxismo mais inflexível, em sua vertente menos Marx e mais Comte, insistia no etapismo e no progresso das forças produtivas como invariavelmente trazendo a vitória. Na verdade, como o problema estava nas relações de produção e na política, tal visão abraçou o economicismo e esqueceu como a História e a política, podem castigar os incautos. Às vezes com consequências desastrosas.

¹⁰ Em um belo trabalho, José Murilo de Carvalho explorou o tema da tentativa de constituição do imaginário republicano, seja por Tiradentes, as bandeiras, o positivismo. Entretanto, sua conclusão é a de que a República fracassou na construção da identidade popular, sendo seu próprio herói, Tiradentes, fragmentado. Por isso, Carvalho observa a comunhão construída fora da política, a imagem da Pietá brasileira: Tiradentes

Por que se surpreender, hoje, com tantas manifestações de intolerância e conflito? Porque existe, ainda que não apenas, uma narrativa vitoriosa da História do Brasil, que relegou a escombros o outro de nossa trajetória. Por isso não trata de apenas recuperar os pedaços, é preciso reconstituir a lembrança para preencher as lacunas. Ou simplesmente lembrar, afinal Clio não comporta apenas uma narrativa e continua sendo um antídoto à amnésia, que não cessa de crescer – e alimentada por áreas que insistem em descartá-la em nome de uma modernização econômica calcada no mundo da globalização.

A História não é mestra ou um imunizante, e está longe de representar a “verdade”. Compreender suas conexões é uma tarefa à qual as ciências sociais não podem prescindir, Da mesma forma que não cabe torná-la ao panteão infalível, não justifica desprezá-la como movimento temporal em suas continuidades e rupturas. Há muitos que o fazem, pagando alegremente o preço de um monismo intelectual. É o triunfo de uma “natureza humana” originária, ou de um mercado autônomo, em movimento sobre o presente. Nenhuma área das ciências sociais básicas ou aplicadas tanto fez neste sentido quanto a Economia em sua ortodoxia dominante.

Este aspecto constitutivo do conhecimento, que é a História, tem a política como parceira mesmo quando ela parece presa no curto prazo. De alguma forma, em nossa trajetória moderna, ela permanece refletindo as contradições e efeitos da vida social no tempo, e é por ela onde se opera a ação nas diferentes esferas decisórias, institucionais ou não, e organizações.

Conclusivamente, não se trata da subordinação da Economia, ou da Política, à História. No caso presente associa-se a uma perspectiva relacional e não relativística. Se assim não fosse, tratar-se-ia da tese dos desdobramentos do “progresso” ou da ausência de mudança, da impotência da práxis ou no credo liberal do mercado “natural” ou “espontâneo”. O que importa é que problemas econômicos e políticos, considerando o colorido da ação histórica, permitem entendimento ampliado para a própria elaboração de políticas, desde que se esteja alerta sobre a não univocidade da História: sendo os fatos o ocorrido é necessário conhecer as escolhas e obstáculos anteriores e a trajetória progressa, trazendo elementos do passado que muitas vezes permanecem ocultos.

O tempo mostrou que a História foi perdendo centralidade, em nenhuma situação mais que em relação à Economia. Conforme já foi observado, a preocupação temporal para a economia, desde Robbins (2012), é a concentração das ações sobre meios e escassez em um

esquartejado nos braços de N. Sra. Aparecida – “a nação exibindo, aos pedaços, o corpo de seu povo, que a república ainda não foi capaz de reconstituir” (CARVALHO, 1990, p. 142).

ponto do tempo. A construção de um conjunto de constructos teóricos, baseados em sua corrente dominante, que prescindem da História – preservando seu desejo (muito comtiano) em tornar-se matemática e física. Para definir a questão, nos termos de Polanyi, como o envolvimento das sociedades imersas (*embeddedness*) em sua trajetória, instituições e culturas, foi descartado. Os resultados empobreceram o conhecimento e nos subordinaram a uma concepção de mundo que ordena e constrói uma racionalidade que é fechada em si mesma. Tornou-se a Economia a mais forte das ciências junto aos governos e suas políticas, basicamente odiando esses mesmos governos como controlados pela política.

Como chegamos a esta situação? É possível começar pela origem da Ciência Econômica.

2 Sobre mercado, mão invisível e liberdade – a economia política liberal

Sentir muito pelos outros e pouco por si; conter o egoísmo e exercitar os afetos benevolentes constituem a perfeição da natureza humana.

(Adam Smith – A teoria dos sentimentos morais, 1759)

Orientando sua atividade de tal maneira que sua produção seja de maior valor, o mercador ou o comerciante visa apenas seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por uma mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo.

(Adam Smith – A riqueza das nações, 1776)

É preciso trazer à baila a ciência que não se envergonha em ser chamada “triste”, um caso paradigmático de insulamento progressivo em relação à investigação histórica e à política. Nem sempre foi assim, e mesmo hoje a economia heterodoxa, estruturalista, regulacionista, não o faz com a proverbial facilidade da síntese neoclássica. Entretanto, é inegável que entre nós, nas vizinhanças, entranhada nos governos, em boa parte da academia e sob cobertura da opinião publicada da mídia, quem divulga, relata, analisa e prevê (na maioria das vezes com resultados risíveis) são os impetuosos e portadores da boa nova, os representantes do *mainstream* econômico. Sua desconfiança sobre a política é notória e sobre o andar da História nada a acrescentar. A economia da *mainstream* opera no presente e em seus desdobramentos ao futuro, sob a estrita sinalização do mercado. A questão é sobre como chegamos a tal estado de coisas.

Foi Carlyle quem nomeou, em 1849, a então jovem Economia como “ciência triste”, um momento em que o otimismo dos neoclássicos ainda não havia nascido, mas o pessimismo resultante do malthusianismo vivia e passava bem. Pouco mais de setenta aniversários antes, Adam Smith publicou “A riqueza das nações” (1776), no exato ano da Declaração de Independência dos Estados Unidos. Sinal dos tempos, o texto de Smith moldou a nascente “economia política” para todo o sempre, ponto de partida para a “mão invisível”, uma das metáforas mais poderosas da modernidade, cujo corolário se encontrará, no futuro, com a tese do “equilíbrio geral”, do marginalismo, da “concorrência perfeita”, do “ótimo de Pareto” (e sua função de “eficiência”) e até a “teoria quantitativa da moeda”.

Soa um tanto curioso encontrar fios distantes quase 250 anos no tempo. Mais interessante ainda porque, no início, o Verbo foi nomeado como Economia Política, uma extensa constelação que vai de Smith a Ricardo, de Marx a John Stuart Mill. Não se tem notícia da ojeriza de nenhum deles pela História, ainda que as ações constitutivas das sociedades possam ser estabelecidas com princípios que consagram o indivíduo.

Houve um precursor satírico. Bernard de Mandeville trouxe, em 1723, o indivíduo ao centro do palco em tom pouco edificante, o que já poderia indicar uma tragédia futura. Nascido na Holanda, mas vivendo na Inglaterra, suas ideias sobre o egoísmo como orientador das paixões, a busca desenfreada pelo autointeresse, o vício original do egoísmo, deveriam estimular os bens supérfluos e de luxo. Se induzidos pelo Estado, promoveriam o fortalecimento dos laços sociais. Foi ele o inaugurador da tese dos vícios produzirem virtudes “cívicas” e econômicas para todos. Esta foi a mensagem enternecedora da “Fábula das abelhas” (1988), o egoísmo e o estímulo à demanda, inclusive pelo Estado, fortemente criticada pelos iluministas escoceses por estimular uma “moral de dispêndio”. Entretanto, o centro da questão estava na indefectível natureza humana egoísta, estimulando gastos acima de suas possibilidades e induzidos pelo Estado¹¹.

Adam Smith, professor de Filosofia Moral na Escócia, não era apaixonado por Mandeville. Seu trabalho mais importante no norte do Reino havia sido a “Teoria dos sentimentos morais”, publicada em 1759, em que ele introduz as categorias de “simpatia” e “prudência”, e também a poderosa categoria autointeresse. Fica estabelecida uma conduta moral interativa, nascida da relação entre os homens, e constituída em torno da ética pessoal (os valores de cada um) e das suas relações com a vida ampla em sociedade. Smith jamais

¹¹ No presente, conhecemos economistas que ocultam sua paixão pelo egoísmo inato, enquanto apressam-se em condenar a indução pelo Estado de qualquer coisa. Sua face de Janus combina Mandeville com Friedman, ainda que isto seja, provavelmente, inconsciente. Ou, em sua *weltanschauung*, não tenha nenhuma importância tal coisa.

concebeu a riqueza em si como “superioridade moral” e jamais dispensou o arcabouço legal do Estado, que protege cada um e todos; Estado que normaliza os conflitos e pode atuar nas atividades não lucrativas.

O texto fundante da economia, “A riqueza das nações”, é depositário de narrativas históricas e das relações do mundo colonial com as restrições ao mercado. Do progresso da divisão do trabalho, de sua relação com o mercado, do entusiasmo pelo livre-comércio e contra o protecionismo, conecta-se à defesa do indivíduo e de sua ação com relação às regras de mercado. Sua formulação correrá séculos: o empreendimento individual, com seu impulso de autointeresse, contribui para o bem-estar geral de forma não intencional, pelo jogo da mão invisível do mercado e suas leis “naturais”. Em detalhe, o elo entre os textos de 1759 e 1776 é não a conduta friamente egoísta, desvinculada do freio moral, mas as regras competitivas operando em um Estado que permanece como elemento de garantia da justiça. Em outras palavras, a lógica do mundo da produção e da riqueza pelo trabalho e a ação comercial não são desvinculadas do tema dos direitos e da justiça. Ao mesmo tempo, opera segundo o autointeresse e o mercado livre, em ações mediadas pelo Estado na justiça e até em obras públicas.

O sentimento sobre o indivíduo nunca foi estranho ao Iluminismo escocês, a casa original de Smith¹². Fergusson insistiu no caráter não intencional das ações para, por exemplo, produzir instituições e constructos sociais, resultado muito mais da interação entre os homens como indivíduos, que agem predominantemente cegos sobre o futuro ainda que conheçam os exemplos do passado. Hume, orientou sua reflexão em torno da relação causa/efeito e pela experiência, ao enfatizar que o comportamento é provocado, tem uma causa. A dedução objetiva de tal fato é que ele pode ser induzido a comportar-se conforme o que é a moralidade desejada. Escusado observar que aqui está uma anterior origem do princípio da utilidade, a maior felicidade para o maior número de pessoas, como propugnava Bentham já na última década do século XVIII.

Entretanto, nenhum foi tão longe, do ponto de vista do conjunto da obra e seus reflexos sobre a economia, quanto Adam Smith. A inovação smithiana foi que estabeleceu consistência para a compreensão da combinação entre ação humana não intencional, produção de riqueza, a liberdade econômica e o freio moral da justiça. Como seus compatriotas, o individualismo é a chave analítica do futuro. Não há que se falar no “egoísmo natural” de

¹² Segundo um já antigo texto de Bryson (1945), o Iluminismo escocês buscava estabelecer uma base para a filosofia moral, onde a compreensão dos costumes e dos laços sociais deveria estar fundamentada no referencial empírico das paixões do ser humano através da história.

Mandeville, mas na “propensão natural para a troca” e no emprego da atividade do trabalho como fomentador da riqueza. Desta forma, segundo as argutas observações de Hirschman (1979), a operação não mais era confrontar paixão contra paixão (desde Agostinho) ou convocar os interesses para combater as paixões (para obter ganho, ou a atividade comercial enfrentando a ganância e o despotismo). Com Smith trata-se de abandonar tais confrontos para aproximá-los – paixões e interesses igualam-se. O comércio e a manufatura oferecem maior ordem ao governo, o esforço individual pode melhorar a posição dos homens na sociedade, desde que livremente exercido, conduzindo à prosperidade para todo o conjunto.

Embarcados nesta breve viagem ao mundo competitivo e da mão invisível de Smith, breve surgiu uma adição importante através do utilitarismo. Para Jeremy Bentham o conceito de utilidade – compreendido como o que aprova ou desaprova as ações, que aumenta ou diminui a felicidade – é indicado como não estritamente autointeressado, mas opera em relação ao bem-estar individual e de todos. A utilidade pode ser mensurada em termos da escala do prazer à dor no agente ou na comunidade (um corpo fictício que tem seu interesse como a soma dos interesses de cada um). Portanto, um cálculo moral que pode constituir a base para a aplicação do direito ou mesmo da ação política, em um ambiente social seguro e previsível, que garante a vida e a propriedade privada e permite o cálculo racional e individual da felicidade que se agregará para o maior bem de todos¹³.

Mas foi com John Stuart Mill que a face do utilitarismo em função da ideia de liberdade ganhou mais significado. Se para Bentham a felicidade era constituída pelo cálculo racional e nas escalas de prazer, em Mill a noção de fazer o bem ao maior número não se refere a um relativismo individualista, mas ao desenvolvimento das faculdades humanas. Seu vislumbre é considerar a utilidade da busca por cada um mediante considerações sobre normas ou a construção de políticas que em conjunto possam produzir o maior bem.

Mas há um princípio ordenador maior. Para Mill (2004, 2005), a condição para isso é a liberdade o que estabelece o bem-estar; o princípio de utilidade representa-se pela garantia da liberdade, seja de consciência, de escolha, de associação. Como regra, a conduta não prejudicial ao outro deve ser mantida, não cabendo ao Estado, por exemplo, exercer atividade repressiva que force ao recuo de qualquer uma das liberdades¹⁴. A defesa desse pressuposto

¹³ O problema acontece porque parece impossível conhecer as consequências de uma ação ao longo do tempo de forma apriorística. Portanto seria altamente improvável conhecer como esta forma poderá prover um bem superior... ou seu contrário.

¹⁴ Aqui há uma defesa intransigente da liberdade de expressão em tal sentido que não é permissível que qualquer manifestação seja restritiva. Para Mill, o predomínio da liberdade é maior que a restrição às minorias radicais, por exemplo. Sob essa ótica, o “paradoxo de Popper” não se aplicaria, ou seja, permitir que adversários da democracia se organizem e ajam em nome da liberdade de expressão, pode produzir o fim da liberdade de

não retirou suas simpatias pelo mercado e pelo empreendimento individual, ainda que, o que é surpreendente para muitos liberais, Mill tenha defendido a ação estatal sobre serviços básicos e para todos e a educação pública. Isto é perfeitamente coerente com a construção de uma sociedade aberta, inclusive porque pode reduzir o escopo do conflito e contribuir para a maior felicidade¹⁵.

Não se sabe exatamente como Mill reagiria ao que se seguiu entre o fim do século XIX e o início do XX – e depois.

3 A torre do orgulho

The great virtue of a free market system is that it does not care what color people are; it does not care what their religion is; it only cares whether they can produce something you want to buy. It is the most effective system we have discovered to enable people who hate one another to deal with one another and help one another.

(Milton Friedman, 1993)

John Stuart Mill talvez seja o último dos grandes da teoria econômica clássica liberal, produzindo particularmente nas décadas de 1850 e 1860. Não somente porque foi um generoso defensor da liberdade, mas também porque trouxe um *ethos* particular para a própria Economia e a Política, afastando-se da mensuração radicalmente individualista e racional de Bentham. O problema é que estava sendo urdida, no campo da Economia, uma reviravolta radical, a-histórica, desvinculada da preocupação ético-normativa e na escalada desesperada em busca da *hard science* de corte positivista. Seu avô foi Jean Baptiste Say (ainda no início do século XIX), o autor da “lei” que leva seu nome – toda oferta cria sua própria demanda – e onde tudo que é produzido pode ser consumido segundo ajustes de e no mercado. Da descendência de Say, o francês Léon Walras foi também seu sacerdote, Carl Menger (o fundador da escola austríaca) e William Jevons os diletos coirmãos e Vilfredo Pareto, o bom filho. Este *turn point* epistemológico, paradigmático, radicalizou o princípio smithiano do mercado autorregulador, negou a teoria original do valor-trabalho e depurou-o das preocupações ético normativas e historicamente reflexivas. Em seu lugar, o ritual escolhido

expressão – e da democracia. Qual seria o bem maior para a maioria? Os “libertários” de hoje podem usar Mill em seu favor, mas quando os libertários abraçam os adversários das sociedades “abertas” eles poderiam suprimir a liberdade em nome da economia? Mill não o admitiria, mas como conciliar a total liberdade de expressão com as garantias para a própria liberdade? Este paradoxo permanece em disputa.

¹⁵ É curioso o que acontece com a defesa de alguns liberais com seus clássicos. Com Mill a descrição de liberdade lhes parece perfeita; já a intervenção estatal é ignorada porque não abraça seu argumento preponderante sobre a total prevalência do mercado.

exigiu o altar da matemática acima de todos os ritos e fundou uma escola conhecida como marginalismo, desdobrando-se no que ficou conhecida como escola neoclássica¹⁶.

O marginalismo tem uma derivação óbvia do utilitarismo, uma vez que serviços e produtos precisam atender aos desejos e necessidades humanas. Sendo seu valor determinado pela utilidade que estes possuem para cada consumidor, e sendo estes bens disponíveis escassos, as escolhas se dão “na margem”, em aquisições racionalizadas com base no cálculo da “utilidade marginal decrescente”. Em linguagem comum, ninguém escolhe adquirir o maior ou o mínimo de um bem, mas aquele que lhe permite satisfação marginal compreendendo que, a cada unidade adicionada, a satisfação em desfrutá-lo é menor que a anterior. Como as variáveis se intercalam, partindo desses pressupostos é possível construir modelos matemáticos integrados, considerando o mercado como e em concorrência perfeita, com critérios de racionalidade individual, livre concorrência, oferta e demanda, preço em função da utilidade e tendendo ao equilíbrio, onde a oferta tornar-se-á igual à demanda. Aqui estão coordenados individualismo, racionalidade objetiva, mão invisível, concorrência perfeita, equilíbrio e informação perfeita em um sistema fechado – *ceteris paribus* – e o mundo está desvendado. Pareto forneceria ainda dois elementos de relevância à escola: o modelo de eficiência – ou “ótimo de Pareto” (situação ótima de equilíbrio onde nenhum agente pode melhorar sua posição sem degradar a posição de outro agente; ou onde uma posição não possa triunfar sobre outra em um processo decisório) e o rigor estatístico de estudos sobre terras na Itália e a “lei dos poucos vitais”¹⁷. Escusado dizer que, nesses termos, o ótimo de Pareto pode produzir um resultado de equilíbrio mesmo na miséria da esmagadora maioria.

Mas as implicações das ideias de Pareto estão além da Economia. Sua concepção de equilíbrio e o tema dos “poucos vitais”, a construção estatística que indicava uma proporção de 80 x 20 na natureza, na economia e na sociedade, tem consequências analíticas de grande importância. A “Curva de Pareto” foi a base do conhecido Índice de Gini, a medida mais cantada sobre desigualdade (em que 0 é a perfeita igualdade e 1 a perfeita desigualdade). Como Pareto observou que a proporção 80 x 20 tende a se repetir por toda parte, a desigualdade tenderia a ser uma “lei natural”: por múltiplas interações, se partirmos de uma

¹⁶ Seu último grande desenvolvedor foi Alfred Marshall, professor admirado por Keynes, que se afastou de seu campo teórico, um grande sistematizador da microeconomia e do método matemático nesta ciência.

¹⁷ Pareto identificou que em torno de 80% das terras italianas pertenciam a 20% da população. O fato curioso foi sua original observação sobre as ervilhas de seu jardim – 80% das ervilhas estavam em 20% das vagens. O nome atribuído a esta condição foi “lei dos poucos vitais”, ou o corolário de que as maiores perdas têm poucas causas. O princípio 80 x 20 é utilizado em ações que vão das aplicações na área de correções em tecnologia da informação ao controle de estoque e encontra aplicação em estudos sobre desigualdade social. As ervilhas foram a “maçã de Newton” de Pareto.

situação hipotética de igualdade, à medida que alguém concentra algum recurso, a tendência de aumento e concentração se intensifica até atingir os parâmetros fortes de desigualdade. Nesta condição, o índice de Gini – tomando a curva atual – está muito mais próxima de 1 (e dos 80%) que nunca antes, considerada em termos globais.

A consequência lógica parece ser estabelecer a futilidade sobre buscar reduzir a desigualdade – ou em atuar pelo socialismo, como parece ser dedutível, porque uma igualdade obtida a força produziria novas desigualdades. Se a curva parece natural, daí não se segue que não possa ser enfrentada. Mesmo no liberalismo acredita-se que uma possibilidade seja a redução dos custos de transação e o tracionamento cada vez mais livre dos agentes no próprio mercado autorregulado; outros acreditam que o papel do Estado tem funcionalidade chave neste recurso. O que Pareto tomou modelisticamente, como uma tendência “natural”, a política vai intervir para torná-la “social” e passível de mudança. Mas ainda demoraria algum tempo após Pareto para tal oportunidade surgir.

É um equívoco separar a obra de Pareto em Economia de sua interpretação política e sociológica. Há uma relação direta entre esta e a compreensão do fenômeno político. Sim, trata-se dela, da teoria das elites. Antes que classes, as elites econômicas e políticas são aquilo que importa compreender, sendo o papel das elites uma reprodução da desigualdade considerada natural pelo autor e em oposição às massas desorganizadas. Mais: como existem resíduos (inatos) e derivações (ações racionalizadoras), e a interação entre ambos, as elites tendem a ser constituídas pelos talentosos que se destacam em relação às massas, promovendo a rotatividade entre si ou cooptando membros na sociedade que possam estar ao seu lado¹⁸. Ainda que a economia paretiana tenha encontrado a política pela via das elites, sua concepção primária é individualista e da lógica dos mercados a triunfar sobre qualquer outro elemento, fornecendo ainda uma base argumentativa forte em relação às desigualdades “naturais”.

A revelação neoclássica foi recebida com entusiasmo, pois parecia que a mecânica de Newton (com requintes de cálculo diferencial e integral) havia encontrado, finalmente, o ideal comtiano na Economia. E, conforme o credo, com um ganho, digamos, marginal: estão expulsos dos modelos o Estado, a Política, a História e os inconvenientes externos. Mas o campo definidor da relação entre mercado, sociedade e o conceito de liberdade sofreria outra reviravolta, ainda que o ponto de partida (o mercado) e o de chegada (a sociedade liberal) fosse o mesmo. Foi esta geração que vivenciou uma sucessão de crises, o entreguerras e

¹⁸ Pareto parece não ter cedido a um certo idealismo que Mosca traz ao tema: as elites com algum atributo diferenciador que poderiam descambar para a encarnação de valores culturais da nação. Por outro lado, em uma nota interessante, Popper criticava duramente Pareto como fascista.

guerras, as incertezas entre as décadas de 1910 e 1940. Por um lado, a resposta de Keynes não o filia a este grupo, ele que foi o líder de uma reação tanto ao padrão ouro (o metal como “reliquia bárbara”) quanto ao *laissez-faire*. Mas o insatisfeito no campo liberal do mercado autorregulado não foi outro senão Friedrich A. von Hayek.

O sócio fundador do grupo de Mont Pelérin¹⁹ foi um smithiano ao seu modo, ainda que não só. Para Hayek o mercado era um dado “natural” e, principalmente, “espontâneo”. Ao contrário dos neoclássicos, Hayek rejeitava a hiperracionalização defendida pelos otimistas matemáticos e termina por bombardear a hipótese walrasiana, atribuindo a ela uma lógica implacável que estabelece *a priori*, pelo uso “intransigente” da razão, a construção de um sistema equilibrado de decisões de microagentes harmonizando-se no todo. Hayek acredita estar livre de uma teleologia ultrarracionalista e assume que o mercado tem movimentos próprios e através de indivíduos livres em sua ação, mas que não constroem, pela razão em si, nenhum projeto acabado de sociedade alguma. Antes envolve experimentação e acerto/erro dentro das condições reais de mercado e, espontaneamente, ocorreria o desenvolvimento da sociedade. Não há previsibilidade, não há destino, não há precisão prévia de informação, o próprio conhecimento é provisório em um mundo vasto – nem os modelos poderiam ser capazes de produzir tal coisa. Ainda que o indivíduo seja racional, ele desconhece o conjunto, a amplitude do mundo, e resta-lhe tentar, tomar decisões, examinar o cotidiano, suas regras e instituições, e adaptar-se. Há uma interrelação entre elementos históricos, sociais e econômicos disponíveis aos indivíduos, mas as ações devem ocorrer em função do natural desenvolvimento pela concorrência e a livre escolha. Assim, com a garantia da ação individual e pelo crescimento das oportunidades, cabe ao Estado apenas a garantia dos direitos individuais e seu exercício. Se em Smith o Estado foi um elemento de garantia da justiça normalizadora e protetora, nos marginalistas neoclássicos, e em Hayek, ele não passa de um elemento perturbador, que deve recolher-se à defesa da liberdade individual.

Há uma ironia em Hayek, a qual ele certamente recusaria. Sua crítica ao marxismo é um combate ao “determinismo” e contra uma “escatologia teleológica”. Curioso, porque no fundo o movimento dos agentes no mercado e na inegável racionalidade interna, espontânea, do processo em si e independente dos mesmos agentes, se assemelha por demais à Filosofia da História de ... Hegel. Não apenas pela imanência da razão econômica, mas particularmente pela própria evolução no processo das regras e da ação dos personagens na História,

¹⁹ Grupo inaugurado em Mont Pelérin, na Suíça (1947), em nome da defesa do livre mercado e das “sociedades abertas”, em sintonia com o anticomunismo e em reação às variadas formas associadas ao socialismo e à intervenção, aos quais os próprios membros agregaram o keynesianismo. Estiveram juntos a Hayek, o previsível: Mises, Popper e Friedman mais alguns outros. Existe ainda hoje.

incorporando inclusive ações irracionais, que produzem aprimoramento como dentro do movimento dos mercados. Foi Luc Ferry (1984) quem identificou esta questão, mas o desdobramento da razão de mercado ao longo do tempo não pode passar sem nenhum comentário. Certo, há uma História por trás desse movimento, mas trata-se, do início ao fim, da história nos mercados, de uma razão de mercado como demiurgo do real, cujo elemento de liberdade para a ação, concorrência e não intervenção são os pressupostos lógicos do movimento: o mercado é a própria História. Se for para substituímos a teleologia marxista pela razão de mercado hayekiana, servir o jantar com o molho do fim da História e da “vitória final” do liberalismo, como faz o hegeliano Fukuyama, talvez seja melhor retornarmos à *longue durée* de Braudel. Aqui, mesmo o passado mais longínquo não rompe totalmente com o presente, mas interage; ou ainda voltar à História de Bloch, incerta e cambiante, onde o historiador indaga, reformula, reinterpreta, mas mantém inabalável compromisso com os fatos e sua interpretação. É bastante melhor fazê-la escapar das garras da imanência e escafedermos de defender uma teologia de mercado disfarçada de rigor científico.

A herança hayekiana é mais rica intelectualmente que a dos neoclássicos e sua influência chegou fortemente aos neoliberais mais recentes. Seu combate à social-democracia, à própria ideia de justiça social (porque justiça aplicar-se-ia ao indivíduo) e ao comunismo tornaram-no famoso, inclusive porque, em “O caminho da servidão” (HAYEK, 2011), o autor trata planejamento, controle econômico e o Estado no socialismo como sinônimo de totalitarismo, dependência e ineficiência – e cerra a passagem para qualquer ajuste fora dos movimentos livres no mercado. Afinal, trata-se do grande sinalizador de preços, com os indivíduos que vagam livres e cegos quanto aos resultados no mundo da vida. Mas livres, felizes e no Estado mínimo. E, de acordo com sua declaração reproduzida na citação ao início da seção, até sem democracia. E o caminho da servidão era o comunismo....

Ainda que Hayek seja uma referência central ao liberalismo econômico, foi Milton Friedman um feroz divulgador e economista mais consequente. A Escola de Chicago, o centro do monetarismo, tem sido a principal referência para um grande coletivo de economistas, entusiastas da teoria quantitativa da moeda e sua relação com preços e produtos. Em resumo, como a oferta ampliada de moeda no curto prazo induz ao aumento da produção e persistir aumentando-a significará inflação em escala ampliada; por outro lado, nas condições de mercado competitivo e, mediante controle da relação moeda/produto, no longo prazo os preços e salários se equilibram. Como nas condições de mercado há uma “taxa natural de desemprego” no longo prazo, a estabelecer o equilíbrio do pleno emprego com inflação baixa,

aumentar o nível de emprego ampliando a demanda agregada acima dessa taxa provoca aumento da inflação.

Friedman, como Hayek, foi um intransigente defensor das liberdades individuais, em particular das escolhas, além de crente sobre a autonomia do mercado e as impossibilidades de ação estatal. Se para Hayek a ação estatal reduz a liberdade e produz um caminho para a servidão, em Friedman ela desorganiza a economia por interferir em mecanismos de ajuste natural. Se considerarmos seu argumento sobre o controle de emissão, mesmo que Friedman nunca tenha apreciado o controle do Banco Central, ela deveria ser mínima. O estímulo estatal não era mais um problema ético-político como parte do argumento hayekiano; agora era também sinal de disfuncionalidade inflacionária com resultados perversos.

Para completar o quadro, eis que surge outro complemento, mas eivado de uma crença especial na previsibilidade da razão e também oriundo da fábrica neoliberal de Chicago. Robert Lucas desenvolveu sua hipótese das “expectativas racionais” e voltou a uma velha sala de estar com sua escola “novo clássica”. É algo assim: os participantes do mercado tomam informações e podem prever a atividade econômica buscando antecipar os efeitos das decisões do governo; assim podem agir de acordo com as expectativas. Os agentes econômicos, produtores e consumidores de bens, incluindo os bens financeiros, reagirão frente as ações governamentais antecipando efeitos sobre aquilo que o governo fará. Aqui surgirá então o fim anunciado (e prematuro) de Keynes: as reações dos agentes, com base nas expectativas estabelecidas, poderão inviabilizar as próprias decisões governamentais. As equações evoluíram para a previsão sobre os efeitos esperados na suposição da racionalidade extremada, e não há nada como crer em algo como a teoria dos “mercados eficientes”. Esta ensina que os preços dos ativos financeiros, de *per se*, apreendem as melhores informações sobre seu valor.

Para o que deveria ser um fenômeno “natural” várias correções foram sendo formuladas sobre a decantada eficiência dos mercados. Crises na produção, crises financeiras, monopólios e oligopólios, competição reduzida, barreiras de entrada, os vários modelos de equilíbrio, informação imperfeita, irracionalidade, controle de informações restrito, competição imperfeita, falhas de mercado. Vários desses ajustes se estabelecendo na literatura revelam, antes que desdobramentos naturais, rotas de correção. A economia institucionalista foi uma tentativa de resposta a um conjunto desses problemas. Hayek foi, ainda que não somente, um institucionalista, particularmente porque as condições institucionais operam sob racionalidade limitada e ele considera as limitações humanas mediadas por muitos elementos,

ainda que o mercado, conforme discutido acima, estabeleça-se como uma entidade com racionalidade própria e ajuste espontâneo.

Um dos autores mais influentes nessa corrente é Douglas North. Assim como seus pares liberais, North critica os neoclássicos pela ausência das instituições em seu constructo, sua concepção de informações perfeitas, e como isso impacta os custos de transação²⁰. Sua solução é uma compreensão da interação entre indivíduos (a posição original de partida analítica) e as instituições, reduzindo os custos de transação, aumentando a previsibilidade e os incentivos, conectando as organizações com os recursos econômicos do mercado e melhorando a eficiência. Entre as regras mais previsíveis nos contratos está o reconhecimento da propriedade privada e as vantagens da competição, sobre um campo de regras estáveis e conhecidas. Como seus pares, North trabalha as instituições como elemento de regularidade, mas respeita pouco a tradição e os envoltórios dentro das próprias instituições, porque permanece dentro do paradigma individualista e dos mercados.

Por outro lado, o debate em torno, digamos, das constantes correções de rota para a proteção da teoria – e do capitalismo, é uma preocupação relevante, mas muitos desdobramentos, inclusive críticos, emergem fora da tradição econômica liberal da soberania do mercado. Um exemplo keynesiano institucionalista excelente é Galbraith (1982), o influente economista americano e adversário intelectual de Milton Friedman, que passou a denominar como “sabedoria convencional” a ortodoxia de mercado. Argumenta sobre como as decisões são estabelecidas a partir de planejamento empresarial, cuja estratégia visa interferir deliberadamente no mercado e produzir demanda, incluindo a busca de controle mercadológico através de ferramentas como a publicidade. Por outro lado, as inovações tecnológicas e sua aplicação aos processos produtivos demandam crescentes investimentos, incluindo P & D e nas instalações, com elevado volume de capital e expressivas estratégias de vendas limitando por si o mercado e o próprio sistema de preços. Como então considerar o mercado o soberano regulador diante do poder de algumas firmas? Mas não é só: o Estado regula, investe, apoia, é grande comprador e ainda pode, para imensa irritação dos liberais, adotar medidas anticíclicas que corrigem... o mercado.

Friedman era cético quanto a corrigir rotas, desde que seguissemos o movimento interno ao mercado, e foi uma referência obrigatória para o neoliberalismo emergente na década de 1980 ao lado dos liberais institucionalistas. A vinculação das políticas de mercado

²⁰ Uma vertente importante do institucionalismo econômico é Oliver Williamson, com sua concepção de racionalidade limitada, assimetria de informação e *rent-seeking*, as quais dificultam o estabelecimento de graus favoráveis de eficiência. Neste caso, cabe reduzir riscos e custos contratuais, melhorando os fluxos e oferecendo maior previsibilidade.

como sucessoras do “fracasso” do planejamento estatal, da estagflação dos anos 1970, do “populismo” do estado de bem-estar social (este modelo deficitário que infelicita o mundo liberal), foi a regra discursiva. No fim da difícil década de 1970, com países como o Brasil a engolfar-se na dívida externa (que explodiria na década seguinte) e com a “revolução conservadora” de Thatcher e a “América Grande” de Reagan (que teve Friedman como conselheiro), ingressamos em um longo curso para as chamadas reformas estruturais de mercado. Se os anos de 1980 foram um período de reafirmação do liberalismo econômico – a vingança de Hayek contra Keynes – culminando com a dramática queda do Muro de Berlim e a tese hegeliana de Fukuyama, os anos 1990 foram pródigos na combinação do receituário das reformas econômicas de cunho liberal e o aprofundamento da regulação pelo mercado. Esta foi também a década do “Consenso de Washington”. John Williamson publicou um influente texto em 1990, pelo Peterson Institute, onde apresentou a indicação para identificar e discutir “*10 policy instruments about whose proper deployment Washington can muster a reasonable degree of consensus*” (WILLIAMSON, 1990, p. 1), que terminaram por ser uma agenda para a América Latina e outras plagas do mundo. Até hoje, pelo menos no Brasil, ouvimos seu cantar: disciplina fiscal, controle dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, taxa de câmbio flexível, liberalização comercial, privatização, liberdade ao capital externo e defesa da propriedade intelectual.

Uma década depois, ao início de 2000, os resultados combinados dessas reformas, em particular na América Latina, revelaram uma paisagem árida. Como observou Dani Rodrik (2002), os resultados são decepcionantes ao observarmos o baixo crescimento econômico, a redução da produção, o aumento da desigualdade e da pobreza, as crises financeiras e a insegurança econômica. Ainda assim, o Fundo Monetário Internacional (FMI), na aurora do século XXI, anunciou sua proposta para as “reformas de segunda geração”: (1) as reformas de mercado – sim, aquelas do “Consenso” entre alguns e longe de convencer a todos, precisavam ser aprofundadas; (2) as instituições precisavam melhorar, alinhando as relações entre Estado, mercado e sociedade civil, e; (3) o sucesso dependeria também de valores cívicos e boa governança²¹. O peso dos institucionalistas se soma às medidas macroeconômicas indicadas. Mas não só: ao final, a filosofia de mercado de inspiração hayekiana reencontrou-se com os neoclássicos em uma síntese onde o que cabe no mundo é aquilo que o equilíbrio nas equações econométricas diz que cabe, dos modelos sobre inflação, taxa de juros, câmbio, equilíbrio e até o retorno ao fim do século XIX: a racionalidade extrema de um Robert Lucas,

²¹ Os textos do FMI podem ser encontrados em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/seminar/1999/reforms/>.

defensor de modelos preditivos para investimento que levaram à bancarrota alguns crentes. Seu caso é exemplar: suas equações revelaram-se ineficientes também sobre a formidável crise de 2008. Confrontado, em 2009 Lucas respondeu, em *The Economist*, que:

[...] One thing we are not going to have, now or ever, is a set of models that forecasts sudden falls in the value of financial assets, like the declines that followed the failure of Lehman Brothers in September. This is nothing new. It has been known for more than 40 years and is one of the main implications of Eugene Fama's "efficient-market hypothesis" (EMH), which states that the price of a financial asset reflects all relevant, generally available information (LUCAS, 2009 – grifos nossos).

A resposta é incrível: a ênfase na ausência de modelo devido à falta de “informações relevantes” apenas confirma a fragilidade das intenções de previsibilidade. Não há que se argumentar sobre choques externos imprevisíveis, nada disso aconteceu nos EUA provocando a queda nos preços das casas, das ações e o colapso do setor bancário. A bolha imobiliária, o capital de risco dos bancos, a regulamentação bancária desmontada pelos liberais e a baixa taxa de poupança pessoal eram fatos dentro da economia norte-americana há tempos. Nem os mercados perfeitos, nem seus sacerdotes, previram as consequências. As expectativas racionais, dias antes indicando investimentos com apoio das agências de risco, evaporaram.

Se nos detivermos apenas por alguns momentos, as medidas advogadas pelos neoliberais resumem o conjunto de propostas cuja origem intelectual remonta longe no tempo – em certa medida ao século XVIII, mas principalmente àqueles que passaram boa parte do século XX ruminando contra Keynes e, ao fim, declararam seu dobre de finados. Seria o triunfo total da Economia do “saber convencional”, convertida gradualmente no receituário de agências multilaterais. Aqui reúnem-se neoclássicos, austríacos, hayekianos, monetaristas, institucionalistas, mais o mundo triunfante das finanças – em crescente liberalização da conta de capital, novos produtos financeiros e transações globais. Como dado, traduzindo o poder do setor, em 2019 o número total de volume exportado em comércio de bens atingiu a marca de US\$18,9 trilhões; em 2018, os ativos das instituições financeiras em todo o mundo atingiram 378,9 trilhões²²

O triunfo do *mainstream*, consagrado nas medidas de “Washington” e nas reformas de primeira e segunda gerações, foi a orgulhosa manifestação de uma ciência confiante,

²² Dados disponíveis em: <https://www.statista.com/statistics/264682/worldwide-export-volume-in-the-trade-since-1950/#:~:text=Trade%3A%20export%20volume%20worldwide%201950%2D2019&text=In%202019%2C%20the%20global%20trade,trillion%20U.S.%20dollars%20in%202000> e em <https://www.statista.com/statistics/421060/global-financial-institutions-assets/>.

formuladora junto aos governos, instruindo e tornando-se *policymaker*. Seus resultados são pouco animadores: pouco crescimento, desigualdade acelerada, discutíveis níveis de produtividade, crises da dimensão da asiática de 1997, da bolha das empresas PontoCom, da bolha imobiliária, dos títulos em pirâmide, dos derivativos e outras diatribes do mercado financeiro. É muito curioso ainda que a era Thatcher tenha tido mais triunfo ideológico que econômico: o desemprego não recuou decisivamente, as privatizações não parecem haver melhorado serviços, os gastos públicos permaneceram elevados; já a *City* ganhou enorme profundidade pela liberalização financeira e a lógica da redução dos impostos, uma obsessão de Reagan, não produziu um único efeito prático na economia exceto melhorar a situação dos mais privilegiados – e desmentir a teoria que sustenta, obsessivamente, que isto aumentaria a taxa de investimento. O efeito sobre a situação da renda gerou maior desigualdade na distribuição e, recorrentemente, somos lembrados que EUA e Reino Unido são as duas economias centrais mais desiguais e com menor proteção ao trabalho. Não que isto importe aos *policymakers* alimentados a Friedman ou Lucas ou aos consultores das corretoras.

Se considerarmos os pressupostos básicos da concepção de mundo estabelecida nas páginas anteriores, é possível resumi-la assim: a hipótese do *homo oeconomicus*, racional e autointeressado, maximizando suas escolhas como estratégicas e em um *locus* específico, o mercado onipresente e “natural” ou “espontâneo”, ajustando-se para a promoção dos melhores resultados, ou equilíbrio. Os desdobramentos, correções de rota, ajustes e disputas, giram sobre o mesmo eixo; giro este que é considerado, *a priori*, como verdade.

Conforme observou Skidelsky, desde que Lionel Robbins, em 1932, desenvolveu o conceito de economia como o estudo das relações entre fins e meios escassos com fins alternativos, fez-se a luz da mudança da “economia política” para a “economia”, removendo a ciência econômica do campo dos estudos sobre a sociedade, migrando de uma economia envolvida nas instituições e relações sociais para um mercado autorregulado de calculadores individuais e onde não existem escolhas trágicas, meramente *trade-offs*. Mas não só, e este ponto é importante para todo o futuro: com isso a História também foi eliminada, porque “*Robbins method focuses attention on the efficient allocation of given resources at a point in time. It ignores the question of most concern to the classical economists*” (SKIDELSKY, 2019, p. 44, grifo nosso).

Diante desse movimento “irresistível”, há três elementos que precisamos considerar: o esvaziamento ético, a questão sobre o mercado como onipresente na história e na vida das pessoas, e as consequências do desconhecimento e abandono sobre a História e a desqualificação da Política. Se para o neoliberalismo tais preocupações são irrelevantes, seu

abandono pode produzir consequências graves sobre o próprio desenvolvimento do sistema, esvaziando sua compreensão para além do totalitarismo.

Amartya Sen alerta, ele mesmo um liberal e conhecedor dos impactos das decisões econômicas sobre a vida das pessoas, em particular dos miseráveis, que a economia contemporânea sofre pela ausência de princípios éticos; ou a perda, ao longo do tempo, das esperanças smithianas na prudência e na simpatia. Mesmo supondo a racionalidade, seria incorreto supor que as pessoas fossem estritamente isso – autointeresse – bloqueando comportamentos como comprometimento, solidariedade, identidade intergrupos que existem e tem efeito no mundo²³. Aplicando o próprio remédio ao paciente, Sen argumenta que a melhor solução para o Dilema do Prisioneiro, onde cada um tem sua estratégia dominante, é a cooperação; na estratégia maximizadora todos perdem. E, com relação aos direitos – que, complemento, os liberais entendem como direitos individuais – Sen corretamente observa que um libertário como Nozick, que afirma que o direito envolve o exercício de autointeresse mas não pode violar o direito de outro, que tal concepção não significa que o exercício do direito autointeressado seja eticamente aceitável e muito menos o único comportamento possível. Um resultado direto de argumentos como o de Nozick é que a economia do bem-estar, despida de princípios éticos, tem o que lhe resta na prisão do “ótimo de Pareto” (como medida de eficiência), esquecendo-se (ou não) que a otimalidade é compatível com “[...] algumas pessoas na miséria extrema e tenha outras nadando no luxo, desde que os miseráveis não possam melhorar de condição sem reduzir o luxo dos ricos” (SEN, 1999, p. 48). Sem uma ética, no reino do interesse, da utilidade e das expectativas racionais, saudemos a natural desigualdade no equilíbrio.

O segundo elemento problema foi investigado por Karl Polanyi. Seu esforço incluiu demonstrar que havia uma lenda, repetidamente instituída, sobre o mercado: a ideia de sua presença como elemento essencial na História, sendo seu sujeito, conhecido como *homo oeconomicus*, presente e ativo por todo os tempos. “A grande transformação” (POLANYI, 1980) foi sua obra principal, guardada no fundo das estantes nos cursos de Economia, onde seu argumento foi sobre, durante a maior parte da História, as relações sociais serem baseadas em laços sociais duradouros de cooperação, redistributividade e reciprocidade. A economia existia imersa (*embeddedness*) em relações sociais e não como entidade absoluta e separada,

²³ Preocupações antigas da sociologia desde Durkheim e Weber. No campo da Ciência Política, Robert Putnam (2008) apresenta seu trabalho sobre as comunidades cívicas italianas e o peso do capital social, mostrando o papel da identidade e do comprometimento para além da escolha racional. Talvez fosse recomendável que os neoliberais conhecessem também Robert Bellah, mas neste caso parece um exagero pedir tal coisa. Equações e *lobbies* tomam tempo.

expressa no mercado. O argumento da “natureza espontânea” da organização de mercado, formada pelos indivíduos hayekianos como se esta máxima fosse universal, foi combatido por Polanyi que jamais imaginou ser possível uma sociedade onde as relações sociais – e as relações econômicas são sociais – não estivessem envolvidas nas suas tradições e na cultura. Foi preciso um “moinho satânico” para tornar o mercado hegemônico, este que antes era apenas uma das partes constituintes da sociedade. O processo de constituição da sociedade de mercado foi longo e violento, arrancando as pessoas de suas relações estabelecidas, enquadrando-as em regulamentos repressivos e disciplinadores, tornando-os também “homens livres” para converterem o trabalho em mercadoria. Com a ampliação das relações mercantis, o mercado organiza-se, por suas instituições, acima das relações sociais gerais, com a pretensão da autorregulação sem outras influências sociais e apresentando-se como forma “natural” de desenvolvimento. Com a universalização das mercadorias, surge a economia de mercado hegemônica que define a “sociedade de mercado”. A provocação de Polanyi ao mercado “natural” foi bem expressa na relação que este estabelece com o Estado: para que o *laissez-faire* se viabilizasse, foi necessária uma intervenção contínua, controlada de forma centralizada e com ação insistente dos administradores para garantir o cumprimento das leis²⁴

Polanyi era um otimista, ainda que a concepção de sociedade como inteiramente dirigida ao mercado, instituída com base na presunção da autorregulação, fosse desoladora. Na implantação violenta, submeteu os homens a uma degradação; no tempo produziu depressão, flutuações de moeda, desemprego em massa, destruição de Estados. A reação não precisa destruir o mercado, mas submetê-lo ao juízo dos homens; trata-se do fim da sociedade de mercado para retornar ao mercado como parte, e não senhor, das sociedades. Adiante houve a resposta do estado de bem-estar; depois o retorno da defesa intransigente do mercado natural, que antes recuara ao fundo do palco, para sua longa jornada noite adentro (que Eugene O’Neil nos perdoe) na segunda metade dos anos de 1980.

Sobre o terceiro ponto, os neoliberais (e antes deles os matemáticos do mercado natural) utilizaram munição contra as Ciências do Homem: “ideologias” pouco científicas; a política produz ondas de incerteza e insegurança aos mercados (desde que opere por outras ideias que não sejam a reprodução das ideias do *mainstream*) e a História nada pode nos dizer, porque o passado desinforma e os ajustes precisam estar no presente e no futuro – livres da ideologia e no fim da História. O ideal é a práxis política impotente - a não ser que ela opere

²⁴ Polanyi alerta que os liberais fazem o discurso oposto – enquanto esta economia dependeu do Estado para consolidar-se, as reações a ela foram espontâneas diante dos resultados, ou seja, duas afirmações paradoxais. Assim temos a curiosa posição onde uma força da natureza precisa de legislação, inclusive repressiva, para o bom andamento da vida dos homens (POLANYI, 1980, p. 141-146).

por linha auxiliar das ideologias – perdoem-me – Teorias dominantes na economia, que são, por sua vez, uma verdade herdada da natureza e uma História mítica, onde o mercado, antes de estar escrito na História, vinha marcado na natureza humana. O conhecido “estado de natureza” do passado volta iluminado mais por Locke que por Hobbes (mesmo que este nem seja nomeado ou até criticado) e muitas vezes isso pode custar caro. A economia passa a operar no esquecimento sobre as ruínas e as múltiplas narrativas, o exato contrário do mundo dos fatos. A ciência econômica, tal como predomina na maioria das escolas de Economia e nas mentes de consultores, analistas, *policymakers* e, em forma acessória, na mídia; prospera pela negação da engenhosidade humana em nome de um corpus teórico que, mesmo não homogêneo, com suas muitas correções de rota e modelos *ceteris paribus*, traz a boa nova pretendendo-se portadora da explicação do mundo, comportando-se como uma religião salvacionista e milenarista, ou seja, sob seus preceitos sendo aplicados na fé ou anunciando o fim dos tempos, caso a primeira condição não se satisfaça. Se considerasse a História saberia do bombástico anúncio de Luís XVI: “depois de mim, o dilúvio”. Na verdade, a História apenas revelou que ele foi o último Rei por direito divino.

4 Keynes e uma ponte entre dois mundos

[...] competent, economists are the rarest of birds. [...] The paradox finds its explanation, perhaps, in that the master-economist must possess a rare combination of gifts. He must reach a high standard in several different directions and must combine talents not often found together. He must be mathematician, historian, statesman, philosopher in some degree. He must understand symbols and speak in words. He must contemplate the particular in terms of the general, and touch abstract and concrete in the same flight of thought. He must study the present in the light of the past for the purposes of the future. No part of man's nature or his institutions must lie entirely outside his regard.

(John Maynard Keynes, 1933, p.141)

John Maynard Keynes guardou suas esperanças para a Economia ao perceber o necessário vínculo entre a teoria e a elaboração de estratégias de política econômica, compreendendo os impactos das decisões e suas interações. Keynes (e depois o keynesianismo), trouxe para a Economia um caráter decisivo de *policy oriented* (e inspiração no pós-guerra para o capitalismo “organizado”), desafiou o *establishment* à época de sua produção intelectual e o fez com base nas atividades onde atuou – financista e membro de conselhos de empresas (onde conheceu a *City*), funcionário público do Tesouro, professor em Cambridge, delegado britânico em Versalhes (1919) e depois chefe da delegação britânica em

Bretton Woods (1944). Logo após Versalhes, quando publicou as “Consequências econômicas da paz” (1920), denunciou o desastre que seriam as compensações alemãs e afirmou o fracasso do Tratado (para desagrado de Clemenceau, Lloyd George e Wilson), enfatizando que este não trazia nada que significasse agir para a recuperação econômica da Europa. Um trecho resume seu sentimento sobre, digamos, o futuro:

Economic privation proceeds by easy stages, and so long as men suffer it patiently the outside world cares little. Physical efficiency and resistance to disease slowly diminish, but life proceeds somehow, until the limit of human endurance is reached at last and counsels of despair and madness stir the sufferers from the lethargy which precedes the crisis. Then man shakes himself, and the bonds of custom are loosed. The power of ideas is sovereign, and he listens to whatever instruction of hope, illusion, or revenge is carried to him on the air (KEYNES, 1920, p. 149).

Keynes observava o *laissez-faire* com apreensão. Ao publicar “O fim do *laissez-faire*” (1926) e lá buscar suas origens na filosofia e na economia – um mix de Hume, Locke e Burke (o conservadorismo individualista) com Rousseau e Bentham (socialismo e igualitarismo) e Darwin, onde o próprio homem teria avançado pela livre concorrência, segundo a fina ironia do autor²⁵. Mais do que isso, o sistema estaria calcado em bases metafísicas a serem rejeitadas: não existe liberdade natural em termos econômicos; não há direitos perpétuos sobre o que se tem; o mundo não é dirigido de forma que o interesse particular e geral coincidam; o autointeresse esclarecido nem sempre atua pelo interesse público e nem é verdade que o autointeresse seja esclarecido. Ideias e sua disseminação nem sempre se tornam verdadeiras porque se desdobram repetidas – e chegam aos manuais. Podem tornar-se metafísica, tomadas como dado natural. E complementa que:

These reflections have been directed towards possible improvements in the technique of modern capitalism by the agency of collective action. There is nothing in them which is seriously incompatible with what seems to me to be the essential characteristic of capitalism, namely the dependence upon an intense appeal to the money-making and money-loving instincts of individuals as the main motive force of the economic machine (KEYNES, 1926, p. 12).

Como consequência política – e econômica – a resistência ao papel ativo do Estado ele atribuiu à atração exercida pelo *laissez-faire* desde o século XIX, obstaculizando ideias como regulamentar o valor da moeda, o investimento ou regras que interferissem nas vias ditas

²⁵ O texto explica a aparente contradição entre os autores em teorias que se mesclaram ao longo do tempo. Mesmo sendo difícil crer no “socialismo utilitário” de Bentham. A época também ajuda a fazer o escritor.

naturais do mercado. A regra era nada ser feito pelo governo, o comércio livre e a propriedade privada sem restrições, repetida como verdade no melhor interesse do oficialato do capitalismo sem perceber o caminho para o abismo.

A obra marco de Keynes foi a “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda” (1933), publicada em 1936. Foi o resultado tanto da experiência quanto de sua formação como economista e das divergências com a dominância neoclássica e do *laissez-faire*. É também uma resposta às crises e ao desafio da Grande Depressão, mas também foi uma inovação para a política econômica que atravessou o século e chegou até nós. O incômodo de Keynes tinha relação direta com a incapacidade, teórica e prática, da economia hegemônica em sua época para agir contra a crise e particularmente contra o desemprego. A concepção de que, na depressão, bastava aguardar o ajuste flexível em preços e salários, era a expressão da impotência e do agravamento do desastre.

Em retrospectiva, é possível observar que a teoria da demanda agregada²⁶, com os fatores que a afetam, o nível do emprego e da renda e o efeito multiplicador propiciado pelos investimentos, explicam a dinâmica econômica. Em particular, os investimentos tornam-se centrais para produzir efeitos na renda nacional e na despesa agregada dos agentes consumidores, ou seja, ao multiplicar o gasto mais o investimento teremos tanto um aumento na demanda agregada como uma elevação da renda através da propensão a consumir. Do nível de gasto público, considerando a propensão ao consumo, será maior o efeito multiplicador quanto maior for este gasto. Evidentemente que a expansão do gasto não ocorre todo o tempo, mas sua expansão, ou retração, é um instrumento de política econômica.

Keynes desenvolveu uma teoria da moeda diversa da dos neoclássicos, que a consideravam a neutra, ou, em outras palavras, seu efeito no longo prazo apenas criaria inflação sem afetar outros parâmetros. Reagindo a esta perspectiva, a “Teoria Geral” crê nos efeitos efetivos da moeda sobre a produção, o emprego e a renda. Em situações de incerteza, relativamente corriqueiras, mas com variações no tempo, a tendência dos agentes é a preferência pela liquidez, particularmente diante de situações incertas que conduzem os investidores à busca de proteção e de ativos líquidos dos quais a moeda é o mais forte. As firmas basicamente conduzem os processos com relação ao emprego, ao nível de poupança e de investimento, mas tendem a se proteger na incerteza. Assim, a disponibilidade de moeda afeta as decisões para investimento e emprego e há somente um organismo capaz de garantir a

²⁶ A demanda agregada é a demanda total por bens e serviços, expressos em consumo, investimento, gastos do governo e na relação importação/exportação. Foi a partir da matriz keynesiana que foi instituído um sistema estatístico e contábil de dados para mensurar os agregados macroeconômicos. Este indicador tornou-se o PIB e o sistema de contas nacionais.

liquidez, no limite como prestador de última instância, reduzindo a incerteza e estabelecendo a confiança dos atores: o Estado, emissor da moeda fiduciária.

Em situações de crise e elevada incerteza, as flutuações econômicas tornam-se constantes, reduzindo expectativas, refletindo no emprego e na renda. E os movimentos cíclicos do capitalismo podem ser ampliados por investidores buscando prever o futuro comportamento da economia, podendo reduzir ainda mais a demanda agregada, com efeito negativo maior sobre investimento e na propensão ao consumo. A redução de investimentos termina por produzir um efeito negativo de equilíbrio em um ponto inferior. Nesse ponto, e não por todo o tempo, é o momento do Estado pela intervenção governamental diante do elevado desemprego involuntário e da demanda efetiva reduzida, estimulando assim um novo tempo de crescimento contra a estagnação ou a recessão, o que não aconteceria se fossem seguidos os padrões neoclássicos “autorreguladores”. Esta intervenção, em Keynes, não é somente econômica, mas basicamente uma decisão política. Pois, se a ação econômica regular pode operar pelo controle governamental dos meios de pagamento e pela taxa de juros, em situações de crise alguns programas públicos – como obras – podem produzir efeitos muito positivos no sistema com o aumento dos gastos governamentais.

O último elemento importante é a taxa de juros. Quando as pessoas guardam moeda na espera de um ganho futuro, isto quer dizer que essas pessoas sacrificam o consumo presente buscando mais rendimentos. Assim, define-se a taxa de juros como a recompensa sendo paga a quem possui riquezas para que renuncie a liquidez, ou para que não entesourem moeda, buscando conciliar ativos líquidos em relação a moeda disponível. A uma alta taxa de juros, o agente não procura entesourar moeda, mas aplicá-la em títulos e ações. Entretanto, se a taxa de juros estiver baixa, a preferência poderá recair em investimentos diretos. A preferência pela liquidez é uma potencialidade que fixa a quantidade de moeda que o público manterá diante da taxa de juros oferecida. Como nota complementar, nem é preciso muito para remeter nossa atenção aos efeitos da financeirização contemporânea sobre estas medidas, diante da capacidade dos bancos operarem de forma profunda, com múltiplos produtos financeiros e em baixa regulação. Sob estas condições o poder líquido do mercado financeiro pela via de disponibilidade e “criação de moeda” pelos bancos produz importantes reflexos no esquema keynesiano clássico.

Há três instrumentos de política econômica – oferta de moeda, taxa de juros e política fiscal a favor da demanda agregada, melhores que os ajustes neoclássicos como a redução de salários contra o desemprego. Mas o papel ativo do governo, e dos instrumentos do poder de Estado, passarão a ser não somente promessas, mas precisarão tornar-se realidade. Com

Keynes, esta perspectiva, insinuada por Hayek, jamais teve alguma relação com opressão. Um Estado pode sim tornar-se despótico, mas não porque tem capacidade para agir na economia. Isto ocorre por arranjos políticos que podem guardar maior ou menor relação com a economia; trata-se muito mais de clareza sobre o papel da política e da análise das condições objetivas. Por sua vez, é sabido que Hayek e Friedman não viam problema algum no Chile possuir uma ditadura e manter os princípios neoliberais em atividade.

Keynes construiu uma ponte entre a economia e a política, e não somente a política econômica. Ele atuou para a gestão sobre o capitalismo, o formidável gerador de riquezas e disfuncionalidades das quais as crises e a desigualdade estão entre seus desastres. No final da “Teoria Geral” ele não processa dúvida alguma sobre o Estado oferecer força orientadora em relação à propensão a consumir combinada com o incentivo a investir, seja pela tributação, pela taxa de juros ou ainda pela socialização dos investimentos. Isto implica mais em cooperação do Estado com a iniciativa privada, auxiliando na busca do pleno emprego, sem impedir o “espírito animal dos empresários”.

Sobre o impacto dos princípios keynesianos, a expansão de economistas *policymakers* foi decisiva à medida que o século XX avançou. Quando Roosevelt fez seu famoso discurso no rádio, defendendo o olhar e a ação para aqueles que vivem “no fundo da pirâmide econômica” e liderou o *New Deal*, a composição de quadros para o fortalecimento da burocracia profissionalizada no Estado norte-americano incluiu economistas desde a primeira hora – e eles tiveram papel importante na elaboração do programa de Roosevelt muito motivados pelo senso de urgência e a visibilidade da necessária ação do estado contra a desagregação econômico-social, e longe dos manuais de Economia da época. Neste momento, eles não eram “keynesianos”, mas suas ideias têm evidentes aproximações com o que Keynes propugnou depois de forma sistemática²⁷. O desafio proporcionado pela Grande Depressão produziu uma remodelagem da ossatura do Estado, constituindo serviços sociais e regulações econômicas de longo curso, bastando para isso remeter ao sistema de aposentadorias, às coberturas sociais, no seguro-desemprego e, por outro lado, na regulação bancária (*Glass-Steagall Act*) e sobre a bolsa de valores. O mandato de Roosevelt, iniciado em 1933, implicou em programas de obras públicas, políticas de administração de preços e redução da jornada de trabalho.

²⁷ Evidentemente não se faz aqui a defesa desarrazoada sobre Keynes haver moldado o *New Deal*, um equívoco que se revelaria cronológico em relação às publicações, ou que os norte-americanos seriam os experimentadores influenciadores de Keynes, uma vez dadas suas manifestações já anteriores, como em “*O fim do Laissez-Faire*”. Senso de urgência, bom senso e competência foi a ação dos economistas-políticos do *New Deal*. Neoclássicos nada tem a dizer sobre urgência na Depressão.

Aqui vale um pequeno interregno sobre a ação norte-americana no campo da intervenção e sob a pressão de uma outra crise. Se observarmos o que Theda Skocpol demonstrou, desde o fim da Guerra Civil os EUA gradativamente estabeleceram políticas de proteção para “soldados e mulheres”, conjunto de ações por ela denominadas de políticas sociais maternalistas. Ela afirma, nesse estudo, que os benefícios pagos no pós-guerra civil e a proteção às mulheres, às mulheres com filhos e às crianças, inclusive com uma burocracia constituída por mulheres, influenciaram o *Social Security Act* de 1935, que também incorporou tais políticas (SKOCPOL, 1992). Assim ampliou-se o escopo da proteção – de “soldados e mulheres” para também os trabalhadores – produzindo a base para um *welfare state* norte-americano²⁸. Este ambiente é exatamente paralelo aos princípios que Keynes defenderá na “Teoria Geral”, menos o posicionamento sobre a expansão de um “Estado Social”. Sabemos como ele acompanhou com renovado interesse o *New Deal* e escreveu uma conhecida carta a Roosevelt em dezembro de 1933²⁹ com posicionamentos e sugestões.

A influência keynesiana pelas nações foi múltipla e em situações objetivas, influenciando economistas e dirigentes por muitos lados. Peter Hall (1986) publicou um importante trabalho para tratar da questão da intervenção estatal no Reino Unido e na França e organizou outro volume (HALL, 1989) com o balanço do keynesianismo por vários países (Reino Unido, EUA, França, Itália, Alemanha, os escandinavos e o Japão), ressaltando “o poder político das ideias econômicas”, através de diferentes aproximações teóricas centradas na Economia, no Estado ou nas coalizões, onde cada perspectiva vê o keynesianismo na forma da solução de três diferentes *puzzles*: sobre a teoria econômica, sobre política administrativa e orçamentária e sobre a formação de coalizões. Foi uma influência de longo espectro, que transitou de uma situação de crise e guerra para a bonança dos “trinta gloriosos”³⁰.

O tempo de Keynes foi um respiro para o mundo econômico, um retorno à defesa da capacidade humana de agir e do Estado operar como regulador dos desequilíbrios no capitalismo, intensificando a necessidade de ajuste na relação entre a sociedade civil e o

²⁸ Um momento posterior importante nesse processo foi a presidência de Johnson (1963-1969). Polêmico por ser considerado um dos responsáveis pelo crescente envolvimento no Vietnã, no plano interno utilizou-se do mote da “*Great Society*”, cujo resultado mais visível foram o investimento federal em educação, a criação do *Medicare* e do *Medicaid* e a regulação sobre os direitos civis. Os programas não eram tão amplos, mas representaram um passo adicional na dura luta norte-americana no campo das políticas sociais.

²⁹ Facilmente lida em: <http://la.utexas.edu/users/hcleaver/368/368KeynesOpenLetFDRtable.pdf>.

³⁰ Nomeado assim pelos franceses como os anos entre o fim da segunda guerra e os anos de 1970, com crescimento econômico praticamente ininterrupto, melhoria nas condições de vida e da estruturação do estado de bem-estar. Encerrou-se na crise dos anos 1970, deflagrada pelo petróleo, o fim do acordo de Bretton Woods, o aumento do desemprego e as pressões do mercado por desregulamentação.

Estado. Era um novo campo para fortalecer a política como parte da gestão dos negócios públicos sem autonomizar a economia como o centro da vida social.

Por algum tempo...

5 Esperança, glória e desalento – política e mercado

É justamente essa a função que o sistema de preços desempenha no regime de concorrência, e que nenhum outro sistema sequer promete realizar. Ele permite aos empresários ajustar sua atividade à de seus concidadãos pela observação das oscilações de um certo número de preços, tal como o maquinista dirige o trem observando alguns mostradores. É importante assinalar que o sistema de preços só cumprirá sua função se a concorrência predominar, ou seja, se o produtor tiver que se adaptar às alterações de preços e não puder controlá-las. Quanto mais complexo o todo, mais dependemos da divisão de conhecimentos entre indivíduos cujos esforços separados são coordenados pelo mecanismo impessoal, transmissor dessas importantes informações, que denominamos sistema de preços.

(F. Hayek, 1944 [2007])

A welfare state is a state in a which organized power is deliberately used (through politics and administration) in a effort to modify the play of market forces in at least three directions- first, by guaranteeing individuals and families a minimum income irrespective of the market value oh their work or their property; second, by narrowing the extent of insecurity by enabling individuals and families to meet certain 'social contingencies' (for example, sickness, old age and unemployment) which lead otherwise to individual and families crises; and third, by ensuring that all citizens whithout distinction of status or class are offered the best standards available in relation to a certain agreed range of social services.

(Asa Briggs, 1961)

À sua maneira, neoclássicos, keynesianos e monetaristas viverão firmes com as mudanças operadas nas nações entre a Segunda Guerra e os anos de 2000, da transposição do automatismo de mercado para uma economia “administrada” e depois de volta. Eles descobriram que a proximidade com os governos não os autorizava a comandar, mas não retirava deles a responsabilidade pela construção intelectual do programa de ação, seja na busca do pleno emprego ou nos programas de mercado posteriores aos anos de 1980. Isto não parece ter alterado muito sua autoestima. Isto levou o prolífico biógrafo de Keynes, Robert Skidelsky³¹, escrevendo em 1996, a observar que

³¹Sua biografia de Keynes, que muitos especialistas consideram “definitiva”, certamente é grandiosa. São três volumes: **Hopes betrayed 1883-1920**, de 1994a; **The economist as saviour 1920-1937**, de 1994b; **Fighting for britain 1937-1946**, de 2001.

[...] a economia tem sempre se vangloriado demais como ‘guia de ação’, em oposição a um modelo de se pensar sobre o estado de coisas e sobre o propósito das instituições capazes de sustentar o bem-estar além das ações de um determinado governo [...] (SKIDELSKY, 1999, p. 151).

Nos anos de 1960 havia forte confiança na capacidade do keynesianismo em oferecer respostas para as questões do desemprego, do crescimento e do bem-estar. E realmente, após a guerra, os indicadores fortaleceram esta expectativa com alta taxa de emprego, expansão do produto e programas sociais amplos e inclusivos. Ao mesmo tempo havia expansão do consumo e da renda, disseminação de tecnologia e energia, mas havia ainda um fator adicional: o papel do governo como agente para garantir a demanda e oferecendo confiança ao sistema como um todo.

Mas os resultados históricos estão longe de serem fixos e, em dez anos, o keynesianismo passou do céu ao inferno. Ao apontar para os keynesianos, os monetaristas passaram a reafirmar a existência de um desemprego estrutural (imune aos ajustes) e que o incentivo econômico a muitas atividades improdutivas, e maioria delas sem retorno, agravou a situação. Da mesma forma, a solução tornou-se inflacionária, o déficit público agravado (e odiado pelos monetaristas) e ainda havia a desvirtuação de mercado produzida pelos sindicatos (a conhecida crítica ao corporativismo). Skidelsky foi ao ponto: nos anos 80, Keynes, louvado por ter livrado o mundo do comunismo por muitos, “se juntava a Marx como o Deus que fracassara” (Skidelsky, op. cit. p. 128). A mensagem dos seguidores de Friedman era clara: sigam o mercado e deixem de fantasia. Foi seu trabalho que trouxe de volta a tese da taxa de desemprego “natural”, e que forçá-la abaixo disso (o pleno emprego de Keynes seria “artificial”) produziria o dragão da maldade dos monetaristas: a inflação. Neste caso, as ativações anticíclicas seriam inúteis. Montou-se o mantra: controlar a inflação e facilitar o mercado. Os resultados posteriores do monetarismo foram problemáticos, mas ainda era cedo para esta constatação.

Não importava que Keynes jamais tivesse advogado o crescimento de empresas públicas, a estatização, a expansão do Estado de bem-estar e muito menos ter pregado o recuo da ação privada, sem contar que nunca deixou de preocupar-se com a inflação. O crescimento do setor público e das políticas fiscais no *welfare* estavam além do autor inglês, e a expansão previdenciária e o orçamento de gastos sociais nem passaram pelo debate com Keynes. Mas os monetaristas estavam na hora da vingança. Houve um inegável crescimento de gastos e de *déficit* – questão muito relevante para a Escola de Chicago. Mas os choques do petróleo – em 1973 e depois em 1979 – foram a gota d’água e inviabilizaram o crescimento induzido pelo

Estado e os ganhos salariais anteriores se deterioraram desconstruindo os ganhos reais. Pressionados, os governos inverteram o sinal.

Mas as questões não foram somente econômicas e aqui é preciso deixar questões específicas da economia em *standby*. Inclusive porque estabelecer as políticas de bem-estar institucionais – e o *welfare state*, jamais foi uma questão específica da economia. O pacto social-democrata e a relação com os sindicatos foram outro fenômeno importante, compreendido como o acordo tácito no capitalismo europeu mais avançado para a prosperidade da classe trabalhadora, sob um regime democrático, e a relação de negociação ativa capital/trabalho/governo em regimes neocorporativos (como entre os escandinavos e na Alemanha). O próprio surgimento da Comunidade Europeia (1958), um antídoto contra a rivalidade franco-germânica, veio com a promessa paralela de estabilidade e crescimento econômico, auxiliando no estímulo à era de ouro do capitalismo.

Adam Przeworski observou que a decisão de participação na vida democrática, pela via eleitoral, indicou a direção à social-democracia. Dados eleitorais de 1890 a 1980 indicavam que a posição original de sua orientação política, recusar alianças porque a classe operária seria maioria, estava equivocada. A fórmula da liberdade a partir da maioria operária não se efetivaria pelos próprios operários, por isso era preciso expandir suas bases para garantir maioria às teses. A análise de Przeworski traz a lume uma questão central: a mudança na estrutura de classes, fortalecendo uma nova classe média no pós-guerra. Ao aproximar-se desses grupos, a social-democracia passa também a negociar a política em outros termos com os aliados diante de novas pautas comuns, como programas sociais, ações em educação, saúde e transporte. Isto desvincula, certamente, o apelo de classe (originário de um partido “puro”, incapaz de formar maiorias) quando a posição passa a ser buscar o governo, o que, por sua vez, significa não perseguir diretamente o socialismo e ser, de alguma forma, igual a todos os outros partidos: administrar o sistema. A lógica política

[...] implicava em um compromisso fundamental com aqueles que ainda eram denunciados como exploradores, mas era economicamente viável, socialmente benéfico e, talvez mais importante, politicamente praticável sob as condições democráticas (PRZEWORSKI, 1989, p. 55).

Este pode ser traduzido como um compromisso de classes, com reflexos nas relações sociais estabelecidas nesta situação objetiva e dentro do que Gramsci observava como a construção da hegemonia. Nesta chave, a hegemonia como consentimento estabelece relação direta com as condições materiais e o conjunto das relações sociais, incorporando que estas,

ao se reproduzirem, precisam conectar-se com a melhora das condições de vida e reduzir o escopo do conflito no conjunto das relações sociais. Assim, o poder da classe dominante, que também precisa tornar-se dirigente, na fórmula gramsciana, pode se fortalecer, mas também abre um campo de disputa novo com consequências importantes para a ação política das classes trabalhadoras e seus aliados. Mas, sem nenhuma ilusão sobre o ponto de chegada. Se a pobreza e a opressão são dados presentes e não serão reduzidas pelas possibilidades futuras, melhorar as condições de vida “[...] é tão essencial quanto sempre foi. Entretanto, não devemos confundir essa luta com a busca pelo socialismo” (PRZEWORSKI, op. cit. p. 290).

A posição sobre a questão nunca foi exatamente pacificada. Esping-Andersen apresentou-a sob a fórmula da política contra o mercado em seu estudo sobre os escandinavos (ESPING-ANDERSEN, 1985). Para o autor, a ação formativa das classes sob condições da democracia parlamentar pode fortalecer a solidariedade para transformar o capitalismo. Neste sentido, ele concorda com duas partes da definição de social-democracia de Przeworski, a participação nas instituições capitalistas e a busca de apoio além das fronteiras da classe operária, mas discorda do ponto onde o autor polonês aponta a estratégia como reformista. Não é o caso do retorno a tão antiga controvérsia, mas os pontos de Esping-Andersen são interessantes. Ele considera, primeiro, que é muito difícil prever, no longo prazo, se os efeitos serão revolucionários ou não. O movimento dos trabalhadores não pode ignorar que a insegurança econômica, desemprego e pobreza, enfraquecem a solidariedade e prejudicam a mobilização política; por isso na construção da solidariedade de classes são necessárias alianças e os esforços para a interferência sobre as políticas governamentais. Assim, a social-democracia “[...] is a movement that seeks to build class unity and mobilize power via national legislation” (ESPING-ANDERSEN, 1985, p. 10). Por tudo isso, o impacto das ações de uma coalizão social-democrata – e de como se organiza a ação coletiva – depende diretamente em como as políticas públicas estatais repercutem sobre a estrutura de classes e é preciso, analiticamente, considerar as relações entre classe, Estado e poder.

Walter Korpi (1983) tem um interessante modelo de análise que ele denomina de recursos de poder: em relação à desigualdade, capital e trabalho desenvolvem preferências diversas sobre o nível de desigualdade. Se os trabalhadores estão pouco ou nada organizados, ou estão sem representação de partidos ou sindicatos, os trabalhadores não terão meios para recompensar ou punir outros atores. Sim, porque a ideia de Korpi (1983) sobre recursos de poder é que isto significa as características que conferem aos atores a possibilidade para punir ou recompensar (KORPI, 1993). Este modelo pode analisar os processos eleitorais e as políticas públicas em torno desta capacidade, conferindo importância à formação da coalizão

de classe social-democrática, conforme defende Esping-Andersen. Diante também desta possibilidade, Esping-Andersen observa quatro elementos essenciais de mobilização para colocar em marcha uma mudança dentro da "luta de classes democrática" (o termo é de Korpi): (1) a desmercantilização, garantindo serviços essenciais fora do mercado; (2) a institucionalização da solidariedade, fortalecendo a ideia de uma comunidade política e o estabelecimento das (3) alianças de classe, e; (4) a formação obrigatória de coalizões diante da própria condição objetiva para as classes. O grande obstáculo? O mercado, cuja ação não implica em nenhuma das formas citadas. No caso, o controle da economia no sentido de regulá-la é condição essencial para a social-democracia, afirmando-se sobre o ciclo de negócios e oferecendo maior satisfação material; a expansão econômica torna-se ponto central, para a garantia do pleno emprego, maior igualdade salarial e o financiamento de um Estado baseado na cidadania social. E, como o aumento da desmercantilização e da solidariedade ameaça o lendário "equilíbrio natural do mercado", complementar a política com regulação acessória no mercado de trabalho e no mercado de crédito. Logo, é necessário que a política enfrente o mercado.

Este debate surge aqui devido à força do argumento político na definição da agenda e dos recursos de poder disponíveis. Se a esperança de Esping-Andersen em um modelo escandinavo avança para algo mais próximo de uma sociedade "socialista" não exatamente se realizou, as condições propostas ao debate não desapareceram. Sim, porque o alcance da gestão estatal sobre a economia e a relação desta com as forças políticas, seja em termos e recursos de poder (que decisivamente recuaram entre os anos 1980 e principalmente 1990), seja em termos de alianças e organização partidária e sindical, permanecem como problema a ser debatido, mesmo – e principalmente em condições de enfraquecimento das bases operárias e sindicais.

O período afluyente demarcou uma geração, os anos dos *baby boomers*. Em termos políticos, a ascensão da social-democracia e mesmo de partidos de esquerda de outra extração, foi também um momento de comprometimento das classes médias com a democracia, elas que serviram de matéria para o fascismo, então ainda recente. Para exemplificar, o Partido Comunista Italiano, que já foi o maior partido de massas do ocidente e um dos primeiros a compreender a força democrática (mesmo sendo sistematicamente isolado pela Igreja e seu partido, a democracia-cristã, e pelos próprios socialistas), foi seguramente um grande fiador da democracia italiana. Ou ainda o forte comprometimento do secular partido social-democrata alemão com o pacto democrático e a convivência aberta com a democracia-cristã. Talvez tenha sido o espectro do centro para a esquerda o setor político mais compromissado

com a democracia e o pacto social-democrata pela prosperidade, que também auxiliou para trazer aos setores médios os serviços universais, aquele que trouxe uma das maiores contribuições à estabilidade do continente em tempos de guerra fria. Aquele momento em que o radicalismo de mercado era confundido com uma estranha seita que desafiava o bem-estar.

As condições dadas para esta situação foram definitivamente afetadas pelas mudanças econômicas apresentadas acima (a drástica alteração no cenário de crescimento, com sua redução, inflação, desemprego e os choques externos do petróleo) e a mudança no ambiente político. A discussão econômica insistiu no fracasso do Estado e retornou o mantra do mercado. A conjunção foi tão forte que a queda do Muro de Berlim em 1989 foi como uma confirmação do movimento “irresistível” do mercado. Não importa saber que havia fatores desestabilizadores enormes na esfera soviética, alguns de ordem econômica, outros institucionais e outros ainda pela combinação de dificuldades materiais com condições de vida que se deterioraram. Para muitos economistas, cegos ao movimento da política, foi a ausência do sinalizador de mercado (o ponto de Hayek) a causa, produzindo o fracasso econômico que, como impedia o mercado, impedia a liberdade. Para outros, as condições político-institucionais deterioradas e combinadas com um regime repressivo e pouco responsivo a reformas em seus vários níveis, foi o principal. Independente da origem, o fato é que a janela de oportunidade se abriu e os políticos de corte neoliberal avançaram sobre a conjuntura.

A crise entre o fim dos anos de 1960 e o final dos 1970 tem alguns elementos adicionais. Tony Judt (JUDT, 2011) nos alerta para a entrada na cena política da nova geração e da “nova esquerda”, filhas da prosperidade do *welfare*, mas já convivendo com outro ambiente. Foi a ascensão de posturas políticas fortemente marcadas pelo individualismo e a defesa de uma liberdade privada e aberta em costumes, o tema da identidade. Foi um desafio aberto aos pais, engenheiros sociais que se ergueram como reconstrutores e despreparados para o mundo que se abria aos seus filhos da geração de 1968. Ao analisar também a questão das mudanças, mas em espectro ainda mais largo e passando dos anos de 1980, Perry Anderson (ANDERSON, 1996) considera que o ataque à velha ordem – aos valores do período “dourado” e a reação aos partidos, também foi um fator de declínio importante no final dos anos de 1960. Mas não somente a própria esquerda se fragmentou e a composição de classe refletia esta diferença, afinal a expansão dos trabalhadores de colarinho branco em relação aos operários estava manifesta. Por sua vez, a entrada no mercado de trabalho ocorria cada vez mais tarde e a aposentadoria se prolongava, o que também produzia pressões sociais sobre o estado de bem-estar em se tratando de saúde, previdência e

assistência aos mais idosos. As mudanças se avolumaram de tal forma que a imigração passou a crescer fortemente na Europa e a reação dos partidos de direita não tardou a crescer. Desde os anos de 1980 que, na França, Le Pen repetia seus argumentos furiosos; a Áustria esteve à beira da formação de um governo de direita com simpatias nazistas e a unificação alemã foi mais difícil do que se imaginava. Outra pauta de então, negligenciada pela esquerda tradicional e hoje corriqueira, foi a política verde e a crítica feminista ao *welfare state*, ao Estado centrado na família patriarcal e do operário branco, enquanto a força de trabalho tornava-se cada vez mais também mais feminina. Com a chegada dos anos de 1980, os desafios macroeconômicos, com o enfraquecimento das políticas de centro-esquerda, fizeram os recursos de poder penderem ao capital, fortalecendo o jogo do patronato, que buscou abandonar os acordos amplos. Por último, a crescente internacionalização do capital afetou as políticas domésticas. A combinação de todos estes desafios e fatos, leva Anderson a perguntar, honestamente, sobre a social-democracia que

Empenhou-se por reformas parciais, [...] contentou-se com o bem-estar social e o pleno emprego no capitalismo. Se ela admitir agora uma redução do bem-estar social e desistir do pleno emprego, em que tipo de movimento ela vai se transformar? (ANDERSON, 1996, p. 24).

Bem, a julgar pelo desastre trabalhista britânico (se este for considerado um partido social-democrata), a absoluta mediocridade do partido socialista francês em um governo como de Hollande, a incapacidade do Partido Social-Democrata (SPD) alemão e a preocupante mudança de agenda na Suécia, já existe uma resposta.

Mas a social-democracia é um fenômeno europeu, nada parecido há nos EUA, na Ásia ou na América Latina. Nos EUA, diante de um governo agressivo e de cortes de impostos com Reagan, e a retórica liberal no palanque, a economia não decolou e nem empregos de qualidade floresceram. Na Ásia, o Japão apresentava crônica limitação de crescimento com uma poupança interna gigantesca; a Coreia do Sul começou sua trajetória de crescimento atuando ao contrário das receitas liberais, em uma ditadura, com empresas incubadas no Estado e posteriormente liberadas, com metas de exportação exigidas pelo Estado; em breve a China começaria sua ascensão meteórica. Na América Latina foi a tradição trabalhista, assim chamada no Brasil, que implantou a própria construção das políticas sociais aqui e na Argentina, mas não sem um regime autoritário também como fiador. Como a tradição da América Latina é interromper processos de reforma mais à esquerda, do qual o Chile é um trágico exemplo violento (ainda que Brasil, Argentina e Uruguai não escapem do mesmo

destino crítico, onde até o centro era “subversivo”), pelo menos até a metade dos anos de 1980 seguiu-se a tradição. A modernização capitalista brasileira foi empreendida pela ditadura militar, com apoio entusiasmado dos EUA; da tradição de reformas pelo alto combinadas com autoritarismo, passamos à redemocratização posterior em meio a uma estupenda crise inflacionária e da dívida externa, o que não nos afastou, antes pelo contrário, do debate universalista sobre os mercados, particularmente devido às fórmulas ortodoxas para solução da crise³². Por sua vez, a agenda neoliberal somente vai ganhar mais musculatura após as eleições de 1989, diante de um país esgotado desde o apodrecimento do regime militar, o desastre pilotado por José Sarney e a frustração com a política da “Nova República”.

Os neoliberais tendem a apresentar sua solução econômica como uma ética da liberdade, mesmo que, conforme vimos, a própria teoria hegemônica tenda a desconstituir o comportamento ético e a vida prática mostre que o entusiasmo pelo mercado é maior que pela liberdade, como Friedman e Hayek, no Chile, demonstram. Ao apresentar a mudança como um triunfo do mercado, iniciaram a longa ascensão de outros trinta anos onde a política transferiu a agenda de reformas do estado de bem-estar para a agenda de reformas de mercado. Com elas, a economia fez submergir a política ao torná-la a favor do mercado.

Quando o tema da política e da História vem à cena, a árida argumentação econômica sobre equilíbrio, livre mercado, ótimo de Pareto e as equações das expectativas racionais são rapidamente sobrepujadas pela realidade, ganhando complexidade. Apenas a breve descrição das posições de Anderson e Judt acima, mostram como a economia é um dos componentes de mudança, mas inseparável de outras ações correlatas. Mas o mais curioso ainda estará por vir. Após anos se vangloriando sobre o triunfo do mercado, das políticas de combate à inflação, dos empregos informais criados e da força dos indivíduos livres, o resultado serão as formidáveis crises que se acumulam desde a segunda metade dos anos de 1990 – a crise asiática de 1997, a crise brasileira de 1999, a bolha PontoCom do início de 2000, o crescimento da bolha imobiliária e finalmente a grande crise de 2007/2008. Envolvendo o mercado financeiro; a liberalização da legislação bancária e os incompreensíveis produtos que as equações de Lucas deveriam ajudar a prever, a fragilidade dos mercados e a degradação das condições de vida saltavam aos olhos. Enquanto a economia liberal colhe uma formidável

³² Qualquer cidadão medianamente informado na faixa de 55 a 60 anos lembra-se das missões do FMI entre o fim dos anos de 1970 e meados da década seguinte; dos negociadores da dívida e até do debate em torno do “calote” da dívida externa. Chegava a ser curiosa a assinatura de cartas de intenção e retificações nas cartas de intenção. O FMI, em sua missão “civilizadora” devia se impacientar muito com Brasil, Argentina e México, particularmente pela resistência em implantar as receitas duras de ajuste.

série de fracassos, seu poder junto a governos e empresários permanece firme. Há que se investigar tal situação.

O que parece sólido desmancha no ar, mesmo parecendo uma rocha matemática. O preço do fechamento intelectual promovido pela ciência econômica da “sabedoria convencional” (a provocação de Galbraith), que pretende bastar a si mesma, produziu um monismo cuja explicação de si e da crise faz sentido apenas aos seus iniciados. Ela desconhece mudanças culturais, a demografia somente vale sendo incorporada às equações, a frustração e o desalento não tem espaço e a promessa de riqueza social é apenas o fortalecimento da riqueza privada; o poder dissolvente do dinheiro, na genial expressão de Marx. Ao considerar-se vitoriosa nos anos 1980, a ponto de um dos seus ideólogos mais expressivos, Francis Fukuyama (1988)³³, debater o triunfo liberal como a consagração do espírito absoluto, mostra esta confiança e nos permite ver futuro já no presente, após as derrotas das ideologias rivais do século XX, com estados já pós-históricos no melhor estilo hegeliano, mas com uma novidade – a luta com ousadia, coragem, imaginação e heroísmo serão substituídos pelo cálculo econômico:

This does not by any means imply the end of international conflict per se. For the world at that point would be divided between a part that was historical and a part that was posthistorical. Conflict between states still in history, and between those states and those at the end of history, would still be possible. [...] The end of history will be a very sad time. The struggle for recognition, the willingness to risk one's life for a purely abstract goal, the worldwide ideological struggle that called forth daring, courage, imagination, and idealism, will be replaced by economic calculation, the endless solving of technical problems, environmental concerns, and the satisfaction of sophisticated consumer demands (FUKUYAMA, 1988, p. 17, grifos nossos).

Revelou-se um profeta desarmado pela própria política norte-americana, quando outro intelectual universitário e consultor do departamento de Estado (uma espécie comum no *establishment* estadunidense), anunciou o “choque de civilizações”. Foi Samuel Huntington (1996), um cientista político com pendão de historiador, conservador e agressivo em política externa, que afirma estarmos em uma nova ordem mundial, mas caminhando para um choque de civilizações com o Islã e a China, dependendo nossa sobrevivência de como os ocidentais, EUA a frente, afirmarão sua identidade. Profecia autorrealizável? Indiferente a isso, o fim da

33 Fukuyama produziu um livro em 1990, O fim da história e o último homem, e um artigo de balanço do tema vinte anos depois. Este artigo de 1988 foi muito citado e pouco lido. Quando retornamos a ele é como voltar ao clima de triunfo liberal do final dos anos 1980. Vinte anos depois, o liberalismo veria suas crises capitalistas se multiplicarem.

história tornou-se sua continuidade, enquanto os neoliberais viravam o rosto ou justificavam o acúmulo de fortunas na imensa instabilidade política, econômica e nas guerras (entre as décadas de 1990 e 2000) contra o perigo do Irã, do Iraque e de outros campos de petróleo não alinhados; enfim, pelo próprio desenrolar da História do presente. Em lugar da paz e do avanço econômico, instabilidade, seja pelas guerras, seja pelas crises.

Mas a suposta vitória liberal significou alguma abertura científica no paradigma econômico dominante? Uma melhor compreensão transdisciplinar? Não, fortaleceu a rigidez. Há um fio que une os neoclássicos, parte dos próprios keynesianos agindo dentro das burocracias estatais e na teoria econômica e os neoliberais depois. Se a política estava ativa no palco, o desprezo pela História foi sendo alimentado. A partir da década de 1970 (entre nós somente no início dos anos 1990) serão os políticos que liderarão a reação neoliberal, sem exatamente saber que a economia, novamente, submeteria a razão da política aos ditames da política econômica.

6 A política e a democracia diante da torre negra

Por que temos tanta certeza de que planejamento, ou taxaço progressiva, ou propriedade coletiva de bens públicos, são restrições intoleráveis à liberdade? Por outro lado, por que câmeras de televisão de circuito fechado, ajuda estatal para bancos de investimento ‘grandes demais para quebrar’, telefones grampeados e guerras custosas são ônus aceitáveis para um povo livre? [...]

Se incluirmos em nossas estimativas de produtividade, eficiência e bem-estar a diferença humilhante e um benefício de direito? [...]

[...] Se a redistribuição da riqueza material tiver como efeito de longo prazo a melhoria da saúde de um país, reduzindo as tensões sociais resultantes da inveja, equalizando o acesso de todos a serviços antes destinados a uns poucos, isso não quer dizer que o país melhorou?

(Tony Judt, 2011)

Bem, eu diria que sou totalmente contrário às ditaduras como instituições de longo prazo. Mas uma ditadura pode ser um sistema necessário para um período de transição. [...] E também é possível para uma democracia o governo com uma total falta de liberalismo. Minha preferência pessoal se inclina a uma ditadura liberal e não a um governo democrático no qual todo liberalismo está ausente. Minha impressão pessoal – e isso é válido para a América do Sul – é que no Chile, por exemplo, seremos testemunhas de uma transição de um governo ditatorial a um governo liberal. E durante essa transição pode ser necessário manter certos poderes ditatoriais, não como algo permanente, mas como um ajuste temporal.

(Friedrich von Hayek – entrevista ao Jornal El Mercurio de Santiago, Chile, 1981)

O esvaziar da História, enquanto está a impedir um maior conhecimento sobre os desdobramentos relativos às diversas ações e desafios do Estado nacional. Sem a História ele é apenas o “hoje”, aquele que precisa se “reformular”. Dentre os debates suscitados pelo neoliberalismo, está a indicação de que a expansão dos mercados em escala planetária (o que não é exatamente uma novidade desde o século XVI) determina também um esvaziamento do Estado e a incapacidade do espaço nacional para produzir política econômica autônoma. Globalização³⁴, hoje inédita em intensidade, motivada por acelerada inovação tecnológica e informacional, indetermina, por derivação, a política nacional e, em conclusão, influencia também aquelas questões associadas à democracia³⁵, a qual não poderia escapar ilesa de tal situação.

Esta concepção totalizante foi sustentada pelos defensores do livre comércio, das finanças globais, do câmbio flutuante; em suma, do mercado como sinalizador da vida social. Se buscarmos um ponto focal, os anos de 1990 foram a época em que a agenda da globalização assumiu forte posição nos debates sobre política internacional e interna. Quando Tony Blair assumiu o governo de sua majestade em 1997 com seu “novo trabalhismo” (praticamente eliminando a ala esquerda do *Labour*, que somente voltaria à tona em 2018), ele havia integrado um movimento político denominado “terceira via”, consta que sob influência de Anthony Giddens, propondo um movimento situado entre o neoliberalismo e uma certa esquerda tradicional, social-democrata. A presidência Clinton, o governo de Gerhard Schröder e o governo de Fernando Henrique Cardoso foram entusiastas. O diagnóstico era nítido, ironicamente identificado ao velho dístico da Baronesa Thatcher – “*there is no alternative*” - TINA (como ficou conhecida a expressão), definindo a insustentável leveza do mercado e seu triunfo, exaltando a globalização e os mecanismos internacionais de intermediação e referência (como a OMC, a UNCTAD, a ONU e até a

³⁴ Globalização refere-se aqui a um processo de relações econômicas expandidas em nível mundial, com a pregação de abertura econômica para o comércio e o capital (financeiro em particular), em um ambiente competitivo intensificado, acelerada pela ampla disseminação das tecnologias de informação e comunicação e apresentando assimetrias de acesso, em nível global, aos recursos disponíveis. Tem reflexos nas esferas das relações sociais e da cultura, também estabelecendo interações entre os níveis global e nacional.

³⁵ Considerando o uso já recorrente, sinto-me obrigado a especificar meu entendimento sobre democracia e não tomar como um conceito dado. Emprego-a no sentido de um regime onde os cidadãos devem poder formular suas preferências com base em igualdade de direitos (DHALL, 2000), sendo estas pessoas, portadoras de direitos políticos, tomando as decisões básicas sobre as políticas (HOLDEN, 1994) em um ambiente de cumprimento e aceitação das “regras do jogo” – eleições livres para escolhas dos governantes, amplo direito de voto, aceitação de resultados, fruição livre de opinião, decisões da maioria sem oprimir ou excluir as minorias (BOBBIO, 1984); devendo ser garantida a manifestação livres de ideias e movimentos políticos, a liberdade de organização dos atores e o estabelecimento de instituições regulares entre os poderes para a operação do próprio regime democrático. As variações históricas são vastas e há gradações entre os países; da mesma forma que o capitalismo tem vastas variações, mas conserva o núcleo do sistema, na democracia ocorre o mesmo.

OCDE), mas preservando o Estado em termos da realização de intervenções vagamente associadas à justiça social, valorizando a sociedade civil e a reforma do Estado. Blair continuou uma trajetória pela qual a Espanha de Felipe González havia aderido anos antes – a agenda dos seus opositores – depois seguida pelo alemão Schröder, o espanhol Zapatero, o francês Hollande, o sueco Persson ou a dinamarquesa Thorning-Schmidt. Este recuo da social-democracia custou caro ao movimento, uma vez que o próprio eleitorado começou a se perguntar sobre as reais diferenças. O pêndulo direita/“esquerda” deveu-se muito mais às conjunturas que aos resultados econômicos. À medida que o pragmatismo cresceu, o debate político saltou pela janela, enquanto a agenda econômica se aproximava de uma unidade artificial em torno de temas como as privatizações e as reformas previdenciária, do mercado de trabalho, da assistência, na habitação, na educação... Przeworski chega ao ponto: confrontados com temas como desigualdade, que segundo a “lei de Newton do capitalismo”, a não ser que seja combatida por fortes ações governamentais, aumentará a reação de políticos como Blair, Clinton ou Fernando Henrique foi seguir a maré. Isto pois:

Quando confrontados com a ofensiva neoliberal, os partidos de centro-esquerda assimilaram a linguagem de trade offs entre igualdade e eficiência, redistribuição e crescimento. Enquanto a direita movia-se ideologicamente para a direita, a esquerda fez mais do que segui-la. Políticas de governo tornaram-se quase idênticas: responsabilidade fiscal, flexibilidade do mercado de trabalho, livre fluxo de capitais, enfraquecimento de sindicatos, redução de impostos sobre as rendas mais altas (PRZEWORSKI, 2020, e-book Kindle).

A globalização como estratégia, no centro do capitalismo, foi abraçada com sofreguidão por diversas lideranças políticas. A era Clinton teve relevante impacto na redução da indústria norte-americana com o argumento do comércio global aberto e da sociedade de serviços, com a adesão irrestrita dos ingleses (eles raramente discordam entre si em termos econômicos desde 1980). Os chineses aplaudiram entusiasticamente. Desde a morte de Mao Tse-Tung, Deng Xiaoping assumiria, com breves intervalos, a liderança do Partido Comunista Chinês, patrocinando a abertura da economia chinesa nos anos de 1980, linha depois entusiasticamente seguida por Jiang Zemin e Hu Jintao. Chamaram a isto “economia de mercado socialista”, misto de empresas estatais, empresas privadas em sociedade com o Estado, abertura de zonas de exportação, a permissão de atividades privadas sob supervisão estatal, que, combinada com o sistema de partido único, confirmou mais uma vez a tese de que não existe relação objetiva alguma entre mercado e liberdade política. Enquanto o ocidente transferiu seus esforços para as reformas econômicas que não trouxeram o

crescimento e agravaram a desigualdade, até reduzindo o peso da indústria no PIB, os chineses, em regime fechado, realizaram uma relativamente silenciosa revolução econômica desenvolvida à margem do que era preconizado no ocidente. O perspicaz e irônico, Ha-Joon Chang, o economista sul-coreano de Cambridge especialista em desenvolvimento, lembra que os produtos precisam ser fabricados em algum lugar, e a vantagem chinesa é uma avalanche. O setor de serviços cresce em produtividade em nível muito menos veloz que a indústria competitiva e o balanço de pagamentos tornam-se desfavorável com a hegemonia de serviços, sendo muito mais difícil exportá-los. Ainda assim, a indústria não desapareceu e permanece representando parte importante do PIB nos países centrais. Já os “emergentes” parecem crer fielmente na tese de seguir as recomendações dos líderes: como Chang observa, vivem a fantasia de crescimento amplo pelo setor de serviços, desprezando as dificuldades de competição e produtividade e os problemas de balanço de pagamentos, vendo-se diante da necessidade de importação de máquinas e equipamentos avançados da China ou dos demais países centrais (CHANG, 2013). Não se tem notícia, por outro lado, que grandes exportadores europeus de produtos de alto valor agregado (Alemanha e Suécia são bons exemplos) ou o Japão e a Coreia do Sul, renunciem a uma entrega desenfreada aos serviços e atuem sem política industrial. As implicações para estas economias seriam inimagináveis, já que, por correlação, afetaria aspectos profissionais e de competência dos mercados de trabalho e afetaria gravemente a balança de pagamentos. A lição para países com a alcunha de emergentes, nós inclusive, é que se a desindustrialização pode ser um problema para países centrais, imaginemos em nossa plaga. Manter uma grande fazenda de alguns milhões de quilômetros quadrados será a suprema ironia de um país que crê na fantasia das vantagens comparativas, originadas em David Ricardo: produzir no que somos mais efetivos (soja, petróleo, milho), importando (ou meramente montando) o resto. Neste cenário, a ciência recua, a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) torna-se fantasia, a indústria um fiasco, o emprego uma quimera e a desigualdade também pode se acelerar. Mas a exportação de grãos e petróleo aumenta mesmo que, posteriormente, importemos gasolina porque as refinarias podem estar à venda. Foi por isso que, na expressão de List adotada por Chang, a escada foi “chutada” (CHANG, 2003), para que não pudessemos seguir o caminho do centro capitalista cuja regra foi a intervenção estatal, subsídios, proteção de mercado e indústria. A China impediu o chute e construiu uma escada rolante; entre nós, aparentemente, ajudamos a derrubar a própria escada.

Como Chang recorre à História para suas demonstrações, ele não precisa preocupar-se com equações de expectativas racionais, centradas em um ponto a-histórico no presente e

observando um futuro "previsível". A literatura remete o debate sobre a globalização para muito distante no tempo; pode-se recuar à expansão marítima e suas relações coloniais, por exemplo. Quando falamos sobre o mercado financeiro, e seu ramo acionário, também não é possível dizer que ele seja uma invenção recente; especulação com papéis e mercadorias podem ser encontradas com entusiasmo na Londres do século XVII, atividade que seduzia David Ricardo. As especulações desenfreadas, as “manias” (como as tulipas na Holanda no século XVII) e as “bolhas” estão bem documentadas, mas foram sempre desestabilizadoras em desafio à racionalidade que seria “inerente” ao sistema. Outra vez, Robert Lucas: ele nega a própria existência das “bolhas”, uma vez que os mercados seriam *a priori* eficientes. Uma vez a História negar esta pretensão, é como se este problema não fosse econômico, estando fora das equações. A questão é que o desenrolar do capitalismo, sua *longue durée*, é metamórfica e tem a desagradável capacidade de ajuste identificada por Marx, que mostrou seus desdobramentos tecnológicos associados à reprodução de capital, tendência que Schumpeter radicalizaria em meados do século XX com sua "destruição criativa". É ainda Marx quem iluminaria a questão com a internacionalização do próprio sistema e sua busca por universalização, identificada, por exemplo, na expansão imperial inglesa e confirmada posteriormente pela crescente exportação de capital. A expansão prometeica do capitalismo, arrasando a tradição, desfazendo laços, remodelando classes, ratificada posteriormente por Polanyi, pretendia-se universal, mas preservando uma nítida assimetria entre as regiões do globo. A sucessão de crises – de 1870 a 1929; a estabilidade de 1946 à década de 1970, seguida da incapacidade dos choques neoliberais em retomar o crescimento e o emprego (exceto em prazos curtos), que por sua vez geraram outros dez anos espaçados de crise (1997-2008), agora já fortemente vinculadas ao capital financeiro. Assim, a promessa de Marx se realizou quanto à tendência universalizante, às inovações tecnológicas na reprodução ampliada de capital, bem como as crises se multiplicaram cada vez mais em escala internacional. Ao mesmo tempo em que integrava o mundo pela expansão dos mercados, agora sob nítida liderança da financeirização, o espaço nacional permanecia sendo o local da vida política onde as mudanças eram sentidas pelas pessoas em suas vidas diárias – como se as pessoas, em seus espaços nacionais, fossem passageiras em um voo sem o conhecimento da rota.

Não foi à toa que o debate sobre insegurança e risco foi tomando corpo. Ulrich Beck é um dos autores muito voltados ao tema, com o entrelaçar do local e do global (é possível citar a questão climática) e observa uma interessante diferença entre ‘mudança’ - a transformação permanente, mas os conceitos e certezas que a sustentam permanecem constantes - e

“metamorfose”, aquilo que desestabiliza a certeza, por eventos e processos não intencionais para além da política e da democracia, efeitos colaterais da modernização técnica e econômica radical (BECK, 2016). Como Giddens vem ressaltando há algum tempo, em sua perspectiva sobre o intenso dinamismo da modernidade radicalizada através das suas dimensões de segurança/perigo e confiança/risco; da separação tempo-espaco e da situação de encaixe/reencaixe local/global; da globalização como “alongamento” do espaco-temporal e das relações sociais. Ou seja, a modernidade se radicaliza em suas dimensões institucionais (capitalismo, industrialismo, vigilância e poder militar) e clama por mudanças (GIDDENS, 1991). Ambos os autores, ao diagnosticar a questão, vislumbram o movimento como para um desdobrar de dispersão e tendências favoráveis de integração global em novas bases políticas – e ainda de novos riscos Beck mais pessimista que Giddens.

O desafio lançado por esta perspectiva está longe de realizar-se, à medida que a integração trouxe consigo uma grande leva de descontentes, novos conflitos regionais, velhos problemas de instabilidade política, ameaças políticas aos modelos de integração regional e uma verdade inelutável: mesmo em um mundo integrado, a política permanece nacional e filiada ao espaco do Estado-Nação, mesmo sob condições de expansão econômica sob influência global. As cadeias de produção apresentam, sim, características globais, onde capital financeiro entrelaça países e bens de consumo buscando uniformização objetiva. Por outro lado, observa-se a existência de uma globalização cultural, controversa e com uma clara tensão entre homogeneização e diferenciação, de contexto global, com resultados ambíguos e a possibilidade de gerar desde o universalismo até variadas resistências a esta tendência. Sob qualquer forma, a globalização é um processo em que o escopo do conflito permanece amplo e não é possível identificar instituições globais ou elementos homogeneizadores que façam com que ela seja a força determinante em cenários internos. Malgrado o cuidadoso otimismo de Giddens, a realidade permanece invariavelmente dura.

Mas, existe uma política global? Em sentido estrito, somente se considerarmos os principais *players* globais como lideranças – e eles são poucos. Nas suas áreas de influência, os EUA, a Rússia, a China – secundada por grandes *players* exportadores como o Japão e a Coreia do Sul, e a União Europeia. Brasil, México e Argentina estão longe desse cenário, ainda que atores no sistema global. Em sentido estrito, sem instituições globais, as ações de interesse geral permanecem dirigidas por governos mais fortes. Por sua vez, desde que haja a compreensão que ela tem pressupostos próprios, e falando nos termos do mercado financeiro, os constrangimentos aos estados nacionais não são de pouca monta. Mas, a soberania nacional está dissolvida, em vias de se desestruturar e ser substituída por outra instituição? Certamente,

a resposta é não. Em termos econômicos, o entrelaçamento das cadeias produtivas e os vínculos estabelecidos na financeirização criam limitações ao espaço nacional? Em termos, sim. Seria possível romper esses limites em termos de uma política nacional de desenvolvimento, buscando ampliar o papel de uma nação à condição de um *player* internacional relevante? Novamente, a resposta é a mesma: sim, em termos.

Mas, quais termos? Uma condição básica são as questões de política objetiva, para obter elementos favoráveis de mudança em cenários nacionais e coalizões políticas com o objetivo declarado de promover outra relação de inserção no cenário global. Seremos forçados a seguir por mimetismo institucional e nos “tornarmos” anglo-saxões? Primeiro, não; por uma impossibilidade histórica e, depois não, por impropriedade lógica: mimetizar instituições desenraizadas produz óbvias discrepâncias e resultados distorcidos. Claro que isso não detém as classes dominantes locais em pregar tal elemento de agenda. Por sua vez, deveríamos concordar que o “destino manifesto” de países seria adotar as vantagens comparativas de uma economia agrário-exportadora (por exemplo) diante da escassez de capital para investimento em ciência, tecnologia e inovação e concentrarmos nossos poucos recursos em um sistema de proteção residual aos pobres, importando produtos de alto valor agregado? Não parece razoável, pelo menos não nestes termos para países que disponham de recursos naturais, indústria ou possibilidade de inovação. Levando o argumento à sua resolução lógica, universidades, centros de pesquisa e iniciativas de inovação tecnológica deixariam de fazer sentido tornando-se residuais. A regra do sistema internacional de trocas, incluída aí a força do mercado financeiro, é a adoção de parâmetros globais para a atração de capital internacional para investimento, o que significa aderir às condições estáveis e confiança dos investidores, permitir a entrada e saída de capitais livres e com baixa ou nenhuma tributação, Esta será a política adotada? Desnacionalizar empresas, disponibilizando-as ao capital da bolsa e retirar do controle e regulação do Estado de áreas estratégicas em energia, recursos naturais, bancos estatais, comunicação e até terras? Qual a escala exigida para isso? Deveríamos nos preocupar em acabar com escolas e saúde pública, substituindo-as por *vouchers* privados? Tudo pode ser mercantilizado? Deveríamos desistir de setores industriais em nome de aumentar a competição? Os empregos precisarão ser precários quase universalmente, porque o mercado de trabalho é “rígido”, mesmo em locais, como no Brasil, onde é mantida expressiva rotatividade do trabalho a cada ano? Estamos em uma crise fiscal “insustentável” e a única forma é remover o poder de Estado e cortar seus gastos “perdulários” para torná-lo mais competitivo? Para qual ator? Será viável abrir mão de serviços estatais em nome do que a ortodoxia econômica define como correto, isto porque a Economia é uma ciência de verdades

centradas em leis naturais? A lista para debate poderia se estender por páginas, mas vai apenas até uma última questão: para obter grande quantidade de investimentos diretos, internos ou externos, a sabedoria convencional vem repetindo muitas das ações expressas acima como perguntas. Será que os Estados-Nação devem adotar o mesmo caminho de convergência?

O Estado nacional deixou realmente de ser soberano absoluto sobre si, ele enfrenta situações novas, riscos novos e ameaças idem. Mas ele está impossibilitado de realizar política econômica e social, tão emparedado está pelo sistema global capitalista a ponto de as políticas serem decididas longe dele? Não, em grande número das vezes. Começemos com duas admissões: sim, a globalização, mesmo não sendo algo historicamente recente, existe; e, sim, a financeirização é um dado. E aqui paramos. Esses conceitos têm uma natureza econômica acima de qualquer outra esfera, propiciados, nos moldes atuais, pelas terceira e quarta revoluções industriais e a integração tecnológica oriunda da internet. A economia *mainstream* tende a interpretá-la dentro de sua perspectiva dos mercados dotados de racionalidade interna e de desdobramento “natural”, portanto irresistível. Na narrativa dominante ela terminaria por engolfar os mercados nacionais, inviabilizando o Estado-nação e viabilizando um capitalismo integrado, grande crescimento e ganhos de produtividade. Nem tão integrado, mesmo com os enormes fluxos existentes; nem grande crescimento, com as devidas exceções, China à frente; alta produtividade global, discutível.

Por outro lado, os governos se enfraqueceram e em seu lugar o poder das corporações os substituiu? Se os governos podem menos, eles ainda podem muito. A globalização não melhorou, por exemplo, nenhum indicador de democratização e ela não é uma referência onde da abertura econômica se amplia a liberdade. A formação dos governos em qualquer democracia fortalece relações internas e o que ao fim representa a legitimidade e chancela o pacto político com um governante escolhido. Se a economia se internaliza, a política continua nacional. E isto não é pouco.

Mas nem tudo ocorre sem traumas quando as ideias econômicas tomam o campo da política e tornam-se, *per se*, programa de governo. As relações entre economia e sociedade pode ser lida à luz de uma falácia de composição: do ponto de vista da economia neoliberal (mas também neoclássica) as partes componentes do sistema econômico, as ações individuais que constituirão o mercado e seus resultados, constituem, na prática, a sociedade em si, a qual podemos denominar sociedade de mercado. É neste sentido que a Baronesa Thatcher dizia que não existe isso de sociedade no sentido que a Sociologia se refere a esse agregado; existem apenas indivíduos. Em nome da lenda da inexistência, foi erguida uma ideologia

conservadora. E a política? Bem, a política distorce o mundo econômico e a democracia amplia os custos de transação. Neste caso, Thatcher não negava a política, mas a colocou como a estratégia central de um programa econômico. Tomando os sistemas como autorregulados e espontâneos, garantidos pela liberdade dos indivíduos, por que a política deveria ser considerada uma variável interveniente válida, observadas suas lutas, ideologias, princípios emocionais e lógica negociada? Submeta-a ao mercado. Dahrendorf faz uma interessante observação sobre o tema desta relação (seu tema aqui era a análise da transição pós-1989) sobre como a política institucional pode e deve suplantar os interesses econômicos. Nesta conjuntura, escreveu:

Quem então deveria fazer a História? Não há muito que demonstre que os políticos profissionais sejam particularmente bons na condução de negócios [...]. Por outro lado, os executivos, e mesmo os professores de economia, não são melhores na condução da nau do Estado [...]. A política é sempre um ato de equilíbrio entre ideias, apoios e instituições. Nas democracias, pelo menos, os políticos têm que saber onde pretendem chegar, angariar o apoio necessário dentre os eleitores e os grupos sociais, e seguir adiante dentro de um ambiente de normas e instituições altamente estruturadas. Os executivos tendem a ver tudo isso como uma carga desnecessária, e os professores de economia, como um desperdício de tempo. Consequentemente, ambos primeiros se impacientam e depois inclinam-se a modos mais autoritários. Falta-lhes, com frequência, o senso da História, que é a marca dos grandes líderes (DAHRENDORF, 1990, p. 160).

O espaço do estado nacional é o espaço da política por excelência e o *locus* da democracia. Quanto mais restringir as liberdades ou o direito de organização e manifestação, menos democrático será um Estado, sendo o contrário igualmente verdadeiro. A exclusão da vontade do corpo político pela violação dos direitos de expressão ou organização, e a não aceitação das regras, são motivos suficientes para um Estado migrar à condição de uma não democracia, uma vez que a legitimação se dá pelo consentimento dentro do corpo político em seu conjunto, não em partes isoladas segundo a vontade de um governante. A democracia não suprime conflitos, ela tende a canalizá-los através das instituições ou se utilizar dos artifícios legais para reprimi-los; por oposição um regime que usa sistematicamente artifícios restritivos carece progressivamente de legitimidade.

Pois bem, tais situações ocorrem nos espaços nacionais e não em ambientes transnacionais, que, a rigor, existem em *bytes* de informação. Muitas vezes questões econômicas encontram desafios políticos nas democracias, uma vez que a economia é tratada, muitas vezes, como “lei natural” a ser seguida – em uma cadeia de elos envolvendo as organizações, classes e os diversos atores – ou como questão de “sobrevivência” do estado

nacional, alegando pressões e sobredeterminações externas diante da globalização. O descolamento da economia da vida nacional, para um movimento externo às vontades político-sociais, tornou-se recorrente. Se em parte as interconexões globais operam, a vitória desta posição evidencia uma esterilidade da política, alimentada pela colonização das instituições democráticas por um discurso externo ao debate amplo e submetido à lógica econômica como verdade, ignorando qualquer interpretação diversa do próprio mundo econômico.

Desde que Thomas H. Marshall publicou seu trabalho sobre a cidadania, identificando as dimensões civil (liberdades básicas), política (direitos de organização e escolha política) e social (direitos ampliados e de acesso a bens coletivos), a crítica básica a ele tem sido a uma concepção evolucionista e autocentrada, que poderia ocorrer de forma diversa, em outra ordem, em outro local. Marshall não se oporia a isso, porque talvez percebesse, como Hirschman notou, que na verdade existem ameaças objetivas é, sim, às próprias dimensões da cidadania, pelas reações a cada uma delas. Primeiro contra as revoluções políticas, depois contra a ascensão das “massas” e a terceira atacando o Estado de bem-estar. A cada época, estas manifestações acabaram por surgir agrupadas em três teses contra mudanças: a futilidade, em que a mudança se frustra (como Tocqueville, Pareto e Tullock, em cada uma das épocas acima); a perversidade da mudança e seus efeitos negativos (em Burke, Spencer e Forrester) e a ameaça (Lowe e, claro, Hayek) (HIRSCHMAN, 1992). Seguindo a trilha de Hirschman, observamos as presenças ilustres listadas – Pareto, Tullock, Spencer, Jay Forrester e Hayek: em cada época, lá estava a ciência econômica em cada canto e aqui representada por dois prêmios Alfred Nobel de Ciência Econômica – Hayek e Tullock – e, indiretamente, o engenheiro Forrester, o defensor de modelos informatizados para tomada de decisão que estariam acima de debates ou esferas dialógicas e cientista da “dinâmica de sistemas”, com reflexos econômicos e para o entendimento de questões urbanas e sociais. À medida que as dimensões da reação surgem vai sendo demonstrada como ela representa uma quebra de fluxo; como se o próprio desenvolvimento da cidadania criasse, como efetivamente cria, um desequilíbrio contra as posições estabelecidas pelas tradições (como na Revolução Francesa), pelos desafios diante da ascensão democrática das massas com reflexos sobre as posições de status vigentes (a reação considera mudar algo como inútil, por gerar efeitos contrários) e a ameaça produzida pelos direitos sociais exemplificados pelo *welfare state*, que alteram o rumo espontâneo da vida econômica. Todas essas reações ou temem ou irão posicionar-se em desafio à democracia como composta por direitos amplos e organizações.

A condição de rejeição dos princípios da democracia pode oscilar de leves oposições aos aspectos institucionais até o completo afastamento. A facção mais libertária dos liberais, herdeiros de Spencer, leitores de Nozick e muitos deles seguidores de Mises, indica uma porção tão negativa sobre a democracia que pretendem aboli-la (em nome da “liberdade”), ou a reduzirem ao Estado guarda-noturno do século XIX³⁶. Os defensores de regimes fechados, em nome de valores tradicionais e/ou da impossibilidade de “governar com esta Constituição”, são outro problema. Nem um nem outro adotam a política porque preferem soluções não políticas: os primeiros na utopia neoliberal radicalizada, os segundos na força da caserna ou algo assim. O triunfo da economia *mainstream* não é incompatível nem com o primeiro e muito menos com o segundo.

As democracias estão em crise? Em vias de acabar? Esta tem sido uma pergunta recorrente da Ciência Política. Existem, sim, sinais de crise. Não estaremos longe de algo aceito como tal se seguirmos a descrição de Przeworski:

Os sinais visíveis de que a democracia está em crise incluem perda súbita de apoio aos partidos estabelecidos, diminuição da confiança popular nas instituições democráticas e nos políticos, conflitos explícitos sobre instituições democráticas ou a incapacidade de os governos manterem a ordem pública sem repressão (PRZEWORSKI, 2020, e-book Kindle).

Claro que os desdobramentos das crises são variados e muitos dependem da capacidade das democracias solucionarem crises mediante filtros institucionais, da capacidade de mobilização dos atores, de acordos políticos ou até mediante a melhora ou agravamento do conflito distributivo. Estas são situações abertas, explícitas, de crise. Mas muitos autores estão voltados para situações um pouco diversas e que podem desembocar em crises graves. Yascha Mounk escreveu sobre desilusão, populismo, líderes buscando inimigos internos e externos, opiniões iliberais e a ascensão do que ele denomina “democracia iliberal” ou democracia sem direitos e “liberalismo antidemocrático” ou direitos sem democracia (MOUNK, 2019³⁷). Levitsky e Ziblatt intentam mostrar como, nos EUA, o abandono das regras informais de tolerância mútua, contenção e reserva institucional (autocontrole e tolerância), mais os

³⁶ Para uma amostra panfletária, disfarçada como divulgação de libertários, o Instituto Mises Brasil publicou um libelo contra a democracia. Assustador não porque pregue uma ditadura, mas porque recusa qualquer institucionalidade objetiva em nome da “liberdade”. Trata-se de Frank Karsten e Karel Beckman. **Além da democracia**: porque a democracia não leva à solidariedade, prosperidade e liberdade, mas sim ao conflito social, a gastos descontrolados e a um governo tirânico. São Paulo, Instituto Mises Brasil, 2013.

³⁷ Mounk acredita que o contra-remédio seria domesticar o nacionalismo, consertar a economia (o que em grande medida significa reformas em políticas sociais e tributação) e renovar a fé cívica (reconstruir a confiança). O que parece simples, para começar, nem permite aqui aprofundar sobre os problemas a serem ultrapassados para isso.

partidos deixando de ser guardiões da democracia (Republicanos à frente), produziram o ambiente adequado para a ascensão populista, com o país crescentemente se polarizando, em disputas apertadas e eleitores inflexíveis (LEVITSKI; ZIBLATT, 2018)³⁸. As indicações dos autores para ultrapassar os impasses são longas e difíceis, e eles as situam primordialmente no campo político, ainda que secundadas pelo campo econômico e social³⁹. Para uma posição de análise mais otimista, mesmo admitindo o populismo e a perda de confiança, Runciman (2018) acredita que a democracia está em crise de “meia idade”, operando em um ambiente desafiador de ameaças de calamidade e uma revolução informacional que alterou o próprio regime democrático. De tudo ela sairá revivida, ainda que em tensão.

No caso das crises políticas, elas poderão estar associadas às crises econômicas. Um observador atento verificará que o conjunto de pressões econômicas desestabilizadoras se acelerou entre a segunda metade da década de 1990 e a década de 2000. Os reflexos dessas crises recombinaaram os poderes políticos porque as respostas a elas não são meramente econômicas, mas sobretudo um rearranjo de forças políticas. Pouco importa se deputados e senadores, ou o presidente, creia ser Hayek uma marca de sorvete ou Keynes um escritório de contabilidade, ou confunda oferta com demanda. As respostas estarão em algum lugar guardadas por profissionais que as assumirão como verdade, geralmente nas escolas de economia de sempre ou no setor financeiro privado. É sabido ser elevado o número de profissionais economistas que saíram de bancos para governos. O ex-presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, trabalhou no setor financeiro italiano e no governo do país, agora, em fevereiro de 2021, assumiu o cargo de primeiro-ministro da Itália); no Brasil, Arminio Fraga, Henrique Meireles, Ilan Godfajn, todos vieram do setor financeiro; nos EUA, é muito comum ser guindado a Secretário do Tesouro alguém de Wall Street. Quem dirigia a secretaria do Tesouro na ocasião da crise 2007/2008 foi Henry Paulson, antes *chairman* do Goldman Sachs. Isso se repete na Argentina, no México e alhures. Isto é ruim em si? Não obrigatoriamente, mas o insulamento da área econômica como essencialmente técnica

38 Citando Juan Linz, Levitsky e Ziblatt apresentam um perfil para reconhecimento de autoritários: rejeitam, em palavra ou ação as regras do jogo, negam a legitimidade dos oponentes; toleram ou encorajam a diferença; tem a disposição para restringir liberdades civis. Trump e Bolsonaro são aprovados com mérito e louvor.

39 Para Levitsky e Ziblatt, os democratas precisam ajudar a restaurar as normas de tolerância e reserva mútuas, a ação centrar a oposição no interior das instituições, construir uma frente ampla pró-democracia para além dos aliados naturais, buscar reduzir a polarização focando em temas como realinhamento racial e religioso e desigualdade econômica crescente; o partido Republicano ser reformado e os democratas acertarem sua agenda calibrando suas políticas de identidade e finalmente reduzir o ressentimento com reformas econômicas contra a desigualdade e o acesso aos serviços. Programa completo e, francamente, difícil, particularmente a agenda “social”.

interdita o debate, inclusive com outros economistas com visões diferentes da teoria econômica.

A crise de 2008, norte-americana na origem em suas hipotecas, esquemas de venda de títulos, elevada taxa de risco e alavancagem bancária nada prudencial, enredou o mercado financeiro mundial pela interdependência e a “distribuição” de títulos “podres” por quase toda parte. Uma rede global de bancos e corretoras, operadores financeiros, inclusive as agências de risco cegas por modelos matemáticos, não vislumbraram o desastre e apresentaram notas altas a alguns títulos podres e bancos pouco antes do desastre. Alguns suspeitam que houve uma combinação de fraude e pane cognitiva na confiança cega nos modelos, pois afinal havia a chamada hipótese (tomada como verdadeira) do “mercado eficiente” – inclusive a racionalidade “cigana” das expectativas racionais. A crise alastrou-se para a economia real porque o crédito desapareceu da praça e alguns bancos começaram a sofrer a corrida em busca das sobras; ao despencarem, as hipotecas arrastaram famílias inteiras para miséria e a perda dos domicílios, em tempos posteriores, para os próprios... bancos. Skidelsky explica a questão:

In the language of the day, the financial market was an ‘efficient’ market, which needed no more regulation than any other market. The peculiar property of finance as a vent for speculation and fraud was ignored [...]. Securitization – the process of transforming non-marketable assets into marketable ones – led to a continuous lengthening of the chain of indebtedness. This ‘financialization’ of the economy – the growing share of money being made from purely financial operations – was praised (or at least justified) as ‘making capital allocation more efficient’ and therefore maximizing growth. Business school professors set up their own hedge funds to test their theories (SKIDELSKY, 2019, e-book Kindle).

Parece ter havido problemas com os fundos de *hedge* dos ditos professores.

A solução, evidentemente parcial porque a magia teima em permanecer nas mentes de jovens e idosos, foi o contrário da recomendada. Reagan notabilizou-se em dizer, do alto de sua doutrinação alimentada por Friedman, que o governo era o problema, não a solução. A Baronesa Thatcher teria pego um exemplar do livro de Hayek sobre a liberdade e o atirado sobre a mesa bradando: é nisso que acreditamos. Quando a crise explodiu com a virulência ocorrida, imediatamente o desespero espalhou-se por Wall Street, Washington e algumas universidades, evidentemente todos preocupados com suas economias: o telefone de Paulson no Tesouro, Ben Bernank no FED e em Capitol Hill não parou. Era o governo sendo chamado. Foram injetados na economia norte-americana, não sem alguma vergonha e diante

de um George W. Bush em pânico, U\$ 700 bilhões para os bancos e, para horror dos puristas, empresas foram estatizadas já sob o “socialista” (bradam os Republicanos) Barack Obama: o governo tornou-se sócio, por exemplo, da General Motors por algum tempo e estatizou as firmas de hipotecas FannieMae e FredMac⁴⁰. A tempestade levaria um tempo para passar, mas o tempo ruim não vê dias ensolarados há muito. De algum ponto, Keynes sorria com o desespero rentista e ampliaria o sorriso com uma das soluções aplicadas em seguida: o hoje famoso *quantitative easing* (QE), a inundação da economia por dinheiro, com taxas de juro negativas ou próximas disso, para buscar a recuperação. Dívida pública? O senso de urgência neoliberal coloca o Banco Central ao serviço dos bancos com dinheiro “eletrônico”, provendo liquidez.

Libertos do controle nacional, com agências reguladoras desmontadas, o mercado financeiro agiu por seu “espírito animal”. As ideias econômicas profundamente enraizada nos *policymakers* estava disseminada entre profissionais da economia com raízes em bancos, negócios financeiros, banco central, imprensa, nos partidos e nos lobistas. Os profissionais decidiram, no final, como andar até o abismo, alimentadas pela atmosfera para a adoção das posições dos “novos clássicos” desde os anos de 1980. A conversão da promessa de prosperidade pelo mercado foi também um atrativo para as economias nacionais de baixa resolutividade de crescimento, e políticos preocupados com sua popularidade, mas também enfraquecidas pelo crescente poder das finanças. Em um cenário assim constituído não é tão difícil imaginar o déficit democrático que vai ganhando força à medida que o processo decisório esteja emparedado pelo mercado financeiro e atuando nas democracias influenciando processos: financiamento eleitoral, financiamento pelo mercado de títulos e seus braços na mídia.

Aqui temos uma ironia: mesmo sendo apresentado como aquele familiar exótico, sentado em uma poltrona no fundo da sala, é preciso convocar Marx a mesa para um melhor entendimento do processo, e isto em dois pontos. O primeiro é o feixe de relações entre poder e capital, ainda que seja preciso mediar a afirmação que as modalidades de capital, e negócios, não são únicos; mas, em qualquer nível, representam aspectos de organização da classe dominante. Toda a transição da economia “negociada”, com a intervenção estatal não tida como desestabilizadora, e as soluções econômicas a operar junto da política, foi substituída por uma ordem de alcance global e influência local, onde a progressiva

⁴⁰ O canal HBO produziu uma boa dramatização da crise em uma película intitulada, em português, “Grande Demais Para Quebrar”. No mínimo são duas horas de desespero dos políticos e economistas do *mainstream* lutando contra as forças por eles desencadeadas.

dominância do capital financeiro ratificou a barreira entre economia e política, pondo a nu a dominação da primeira sobre as relações sociais. Em seu lugar, sobreveio o segundo ponto que Marx nos legou: a realização da captura neoliberal da política foi escancarada pelo poder do setor financeiro tal como surgiu após a crise de 2008, mostrando, tal como Marx imaginara a ideologia em seu texto de 1845⁴¹, que o mundo das ideias, oriundas do mundo objetivo, operam sua pregação sobre toda a sociedade como se ideias fossem para todos e não no interesse de classe. Fora da imagem invertida, a alocação eficiente de capital, na era da financeirização, é a alocação eficiente para maximizar o setor financeiro.

Uma vez envolvidas no feixe de relações sociais típicos de cada país, mas buscando impor-se universalmente, a ideologia dominante na economia se fortalece. É novamente o insuspeito de expressar marxismo, Skidelsky, que esclarece:

In economics, much more than in physics, the research agenda and structure of power within the profession reflect the structure of power outside it. Economic research programmes have the character of ideologies. And this, of course, was precisely Marx's contention when he wrote: 'What else does the history of ideas prove, than that intellectual production changes in proportion as material production is changed?' (SKIDELSKY, 2019, e-book Kindle).

Mas, adotemos a hipótese de que a crise de 2008 representa uma crise sistêmica cujos laços se estendem até hoje. Este é o ponto debatido por Wolfgang Streeck em dois textos (STREECK, 2013, 2016). Seu ponto é que o capitalismo, em análise macroestrutural e histórica, está realizando uma estratégia de fuga para a frente diante dos impasses criados por ele mesmo, enquanto a democracia se vê enfraquecida, e até sob ataque, diante da crise. Depois do ocorrido em 2008, realmente parece impossível dissociar a política do que ocorre na economia capitalista, particularmente nas instituições políticas em sua estreita relação com os mercados. O autor nos alerta que, malgrado as evidentes diferenças entre os capitalismo, o core do sistema permanece basicamente o mesmo, isto se os observarmos em uma onda longa e adotarmos a perspectiva de que o andar da mudança sistêmica necessita de tempo para seus efeitos. Segundo Streeck, o próprio “movimento” de 68 foi cooptado pelas novas formas de emprego e de organização do trabalho próprias da evolução da “sociedade do conhecimento”, com os empregadores e economistas em defesa do convencimento, uma outra faceta da ideologia dominante, sobre os ganhos da flexibilidade e do trabalho de curto prazo para melhorar as oportunidades ao longo da vida. Ainda na década de 1970 surgem as condições

⁴¹ MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2009.

para a centralidade ideológica – e prática da ideia de mercados “autorregulados”: a política neoliberal de desregulamentação, privatização e mercadorização; a progressiva aceitação cultural das condições e produtos de mercado; as crises associadas à inflação e ao endividamento dos Estados; e o quadro vai se complementando. A estratégia de liberalização – pela redução do Estado intervencionista e o regresso ao mercado enquanto mecanismo econômico primário de alocação (faltando apenas o padrão-ouro para a máquina do tempo) foi extremamente bem-sucedida.

Mas o sistema não estava livre dos terremotos, de baixa ou alta intensidade: a cobertura política necessária à legitimação provocou o aumento progressivo do endividamento público diante do fosso daquilo que foi prometido e o que poderia ser oferecido. Com o tempo, o progressivo endividamento público complicou-se e a regulação, ou abertura para a desregulamentação, fortaleceu o endividamento privado facilitando o crédito às famílias, apoiado na tese da autorregulação futura do próprio mercado financeiro. A crise de 2008 ocorrerá neste contexto abrindo uma inédita crise tripla: bancária, das finanças públicas e da economia real, em curso até hoje. Neste sentido, o capitalismo utiliza-se de um “tempo comprado” a cada momento crítico, adquirindo prazo para adiar a ruptura, adiando e buscando legitimação. Em 2016, Streeck escreveu:

But what they are talking about are cyclical movements or random shocks, after which capitalist economies can move into a new equilibrium, at least temporarily. What we are seeing today, however, appears in retrospect to be a continuous process of gradual decay, protracted but apparently all the more inexorable (STREECK, 2016, e-book Kindle).

A democracia afluyente do pós-guerra foi crente na força corretiva do Estado sobre o mercado, corrigindo-o em nome do interesse público. O pacto social-democrata na Europa ou o desenvolvimentismo da CEPAL manteve associação com esta força. Décadas de aumento da desigualdade e de todo o ambiente econômico, muito mais instável, produziram a sensação de impotência antes e após a crise de 2008. Por tudo isso, Streeck observa que persistem muitas dúvidas sobre a capacidade da classe dominante realizar as famosas reformas estruturais neoliberais, pois os cidadãos comuns, embora pelas razões opostas, estão perdendo a fé na democracia e em sua adequação para remodelar as sociedades de acordo com os imperativos do mercado. A reação autoritária vinda das elites intelectuais econômicas e, muitas vezes, com voz nos governos, revela sua impaciência. Streeck cita as críticas apontadas pela “teoria da escolha racional” flertando com o autoritarismo, denunciando a corrupção da justiça e do

mercado e os políticos oportunistas clamando pela ordem para os negócios. É simplesmente sintomático por demais.

Então, como o capitalismo termina? A imagem criada por Streek mostra um fim já em andamento por degradação crônica e independente da ausência de alternativa viável. Embora não possamos saber quando terminará, nenhuma força disponível pode reverter as tendências combinadas de queda no crescimento econômico, na igualdade social e na estabilidade. Sem mais poder garantir a relação capital/trabalho em regime de propriedade privada e mantendo a reprodução ampliada do capital livre de pressões, à medida que a decadência avança poderão surgir protestos políticos e múltiplas tentativas de intervenção coletiva, ainda que provavelmente desordenadas e incapazes para criar uma nova ordem:

[...] however, that disorganized capitalism is disorganizing not only itself but its opposition as well, depriving it of the capacity either to defeat capitalism or to rescue it. For capitalism to end, then, it must provide for its own destruction – which, I would argue, is exactly what we are witnessing today (STREECK, 2016, e-book Kindle).

O mundo quase distópico de Streek pode ser uma ameaça real, particularmente porque ele prospera no campo da desorganização de setores políticos e, porquê não, das ameaças à democracia, nem um pouco estranhas ao neoliberalismo. Se uma parte importante da literatura responde aos dados disponíveis, no mínimo indicando evidentes desafios para a democracia e um importante recuo para a política, também foi indicado aqui que um importante elemento desse recuo foi a progressiva submissão da mesma aos ditames da política econômica, ou melhor, da razão econômica. Entre nós, via de regra, o mundo da democracia representativa tem sido responsivo ao discurso econômico *mainstream* de forma regularmente acrítica e sob controle do Executivo, a ponto de receber problemas complexos apresentando simplificações no debate legislativo como se slogans fossem – teto de gastos, crise fiscal, reformas estruturais, ambiente de negócios, trazer a confiança de volta, custo Brasil. O mesmo acontece com privatizações ou marcos regulatórios com impactos econômicos sobre energia, saneamento, comunicações, entre outros. A temática econômica toma o parlamento sistematicamente. Não há eleição para o Executivo e o Legislativo federais onde o centro não seja, direta ou indiretamente, a economia. Claro, o debate sobre a tríade saúde/educação/emprego, agregado da díade segurança/corrupção (mais recente) parece descolado, mas não é o que ocorre. As três primeiras áreas são política social, demandam investimento e questões público/privadas; a segunda, muitas vezes oportunísticas ainda que preocupações reais do cidadão, significam ações sobre liberação e importação de armas ou

privatização de presídios e a corrupção pode significar retirar do Estado o poder sobre o mercado e privatizar estatais, ancorado na narrativa sobre o *big government* ou sobre o Estado-como-problema. A *agenda setting* oriunda dos processos eleitorais é uma agenda econômica liberal que captura o debate político, em suas múltiplas faces, sem que os agentes políticos tenha compreensão do que acontece ou se entregam alegremente ao mundo das vantagens privadas encaminhadas pelos vícios usuais mandevillianos.

A política está a ser, por outra chave, também “esquecida”, ela que já foi aqui apresentada como “recuada” e “colonizada”. Estes adjetivos são complementares. Este processo não escapa ao desenrolar da individualização, cujo processo tem raízes entre o fim do medievo, da Renascença ao Iluminismo e no liberalismo político e econômico. Torna-se um desafio porque, sob a trajetória do capitalismo, transferiu a questão pública para o campo do indivíduo. Para exemplificar, no século XIX, Benjamin Constant proclamou que a liberdade dos antigos (o exercício livre e coletivo da deliberação) estava superada pela liberdade dos modernos (de opinião, de possuir propriedade, em escolher por si, em professar suas crenças e não prestar contas exceto a si mesmo), contribuindo para fechar um ciclo de rejeição à soberania popular de Rousseau. Aqui entra em cena o tema da esfera pública. Esta dimensão política representa o campo do compartilhamento para questões de interesse coletivo, onde ideias em vários campos (como da política, economia, cultura) podem ser expressas e onde interesses, organizações e classes se manifestam; um espaço comum de convivência de indivíduos e grupos. Ela não pode escapar do processo de individualização, quando esta surge exacerbada nas relações econômicas, encontra múltiplas expressões e, segundo Sennet, pode ser verificada na “vida pessoal desmedida e uma vida pública esvaziada” (SENNET, 1988, p. 30). Trata-se de um processo histórico deslocado do século XIX para adiante, afastando-se das ameaças oriundas da sociedade de mercado e com um progressivo movimento de retraimento para a casa e o privado. Em condições modernas, e para além do movimento centrado na economia, o homem passa a crer que molda seu próprio caráter individualmente, que cada ação em sua vida tem um significado particular sobre o que ele é, estabelecendo-se uma “tirania da intimidade” (o termo é de Sennet) que define uma escolha única de um padrão de medida para a vida a partir do eu. A consequência política de tal ação é o temor para conhecer e aceitar as relações impessoais, daquele com quem você poderia se reunir, diferente de sua “tribo” próxima. Como Sennet observa, este local sempre foi a cidade, foco da vida social ativa, fórum que significa (ou significou) o lugar de encontro, “mas hoje em dia essa possibilidade civilizada está adormecida” (SENNET, op. cit. p. 414).

O recuo ao privado individualiza e esvazia o espaço público. O que foi originalmente “o mercado”, as feiras medievais de troca, um potencial desdobramento da vida privada pelo encontro com os outros, um mundo de trocas simbólicas, quanto mais se individualizou mais restringiu o universo da locução retornando da rua para o lar. Os reforços ao individualismo, na esfera da cultura, pela trajetória histórica dos “múltiplos capitalismos” e da economia, também induzem os comportamentos políticos, seja para afastar os atores das ruas, seja para isolar o poder nos espaços privados. A combinação de uma cultura política⁴² autoritária com individualização cada vez mais orientativa para o estreito olhar privado, pode produzir mecanismos ainda de maior resistência à vida pública – e à democracia.

O sentido da ação, a motivação para a atividade da política, precisa ser carregado de sentido, mesmo que isto signifique, individualmente, o egoísmo mandevilliano ou o bem-comum rousseauiano. Em condições de recuo na vida cívica e orientada ao mundo do mercado, o enfraquecimento da vida política é patente. Ocasionais explosões de rua ou manifestações com pauta restritiva operam em um ambiente público desordenado, quando não enfrentando as instituições como inimigas. O que parece uma hiperpolitização pode dissolver-se no ar, recuando para a esfera privada. Ou pode produzir o contrário – uma ação que esvazia o poder de ação na vida pública substituindo-o pela figura do líder, frequentemente autoritário, que fala em nome do povo. Já aconteceu antes, acontece de novo. Ao buscar hiperpolitizar, despolitiza. Como poderia considerar Albert Hirschman, as opções de saída e voz, ao invés de surgirem como oposição uma à outra, podem estar juntas. O autor desenvolveu esta análise no contexto do movimento para a derrubada do Muro de Berlim (HIRSCHMAN, 1996), uma ação, neste caso, das massas reagindo diante de um regime apodrecido. Mas saída e voz podem, para o terror da democracia, operar juntas no sentido de encontrar uma saída (ação direta para outro regime) com garantia de voz conferida, pelo menos nos termos oferecidos pelo líder. É a inversão promovida pelo que muitos chamam hoje de populismo: “nós, o povo” consta no preâmbulo da Constituição dos EUA; em regimes de corte populista, a mesma frase representa um apelo ao coletivo para agir contra as “elites”, às quais o líder, muitas vezes, até pertence ou pertenceu. A mobilização para as ações estimuladas pelo líder são processadas como a vantagem que o indivíduo pode obter pela ação de liderança, ou recompensa em relação à sua própria ação, ou ainda voltada para sua família ou comunidade. O líder mobiliza valores de crescimento individual, mas sob a misteriosa aura

⁴² Gabriel Almond conceitua cultura cívica como um padrão regular de orientações subjetivas para a ação, envolvendo conhecimentos, crenças, sentimentos e compromissos com valores políticos e com a realidade política (ALMOND, 1990).

de representar o povo. Onde mesmo há similaridade com isso? Na argumentação de que os indivíduos somam suas vontades e constituem um conjunto, agindo em prol de um futuro desde que todos possam ser livres agindo em sua “simplicidade”, tão bem espelhada no líder que pode encarnar esses valores sentidos como coletivos. Mesmo que isso somente conduza a impasses político-sociais, não importa. Ao voltar ao seio da estabilidade privada, muitos dos problemas existentes permanecem no mesmo ponto, mas sua fidelidade a projetos desta natureza permanecem. Pelo menos pelo tempo que puderem ser alimentados.

Mas, se a esfera pública está em recolhimento, a política esvaziada, como pode haver mobilização? As situações de crise, com deslegitimação progressiva, perda de referência, ações de divulgação contra atores políticos, constroem ambientes temporários de mobilização. Reivindicações básicas recombina-se de forma confusa e adquirem força em um espaço público que, de *per se*, ataca as instituições. Obtido o sucesso ou o fracasso, a mobilização temporária se “desliga” e os líderes assumem, voltando o interesse ao mundo privado. Até a agenda econômica é reforçada, sob vários argumentos. A hiperpolitização temporária, seja espontânea ou induzida, se desmobiliza e caminha, em outro momento, para sua domesticação pela política – que opera a serviço do mercado quando o resultado acontece.

A esfera econômica, que pretende-se capaz de abarcar o mundo por seus intelectuais e profissionais, exclui de sua lógica a política e reforça ainda mais a falta de sentido que parece governar o mundo. Ela contribui para o recuo das expressões públicas, seja em nome de seu conhecimento “verdadeiro” sobre o mundo, seja porque ela vê a política como disruptiva em relação ao bom andar do mercado. Sob este aspecto, quanto mais a representação política se esterilizar, melhor será. Ao encontrar-se com a política institucional, busca colonizá-la, interditando o debate e estabelecendo, como verdade, a agenda do mercado autorregulável. No limite, estamos em um caso de auto-convencimento sobre a verdade, seguida por um conjunto de argumentos sobre o terrível futuro que nos espera se não aderirmos a esta mesma verdade revelada.

A política colonizada pela economia, a serviço do mercado. O poder dissolvente do dinheiro de Marx radicalizado e servido ao molho Friedman. Como enfrentar tal estado de coisas? O argumento de Streeck é o fim do capitalismo, mas será mesmo? Para um bom número de pessoas, ou organizações, a esperança permanece, paradoxalmente, na política. Mas ela precisa ser descolonizada e reconstituída, se preciso, contra a ideologia e a prática do mercado. Qual força de coalizão poderá mudá-la? Com que alianças? Se é verdade que a economia de mercado se tornou ideologia, ela detém uma hegemonia que precisa ser combatida com a construção de contra-hegemonia. Mas o mundo da vida ensina que isso é

mais simples quando se escreve. O paradoxo neoliberal, defender a liberdade com uma ideologia secular, mas que restringe a própria liberdade de pensar e agir dos outros, fez-se ao mundo. Como sempre, o poder do dinheiro, que dissolveu velhas relações, forja nova rigidez neste mundo cinza do cidadão consumidor, sem História, constituindo um muro entre a esfera pública livre e a desmedida vida privada.

O esquecimento da política pode conduzir para experiências trágicas, particularmente se interpretamos o mundo à luz de forças espontâneas e naturais compostas por virtuosos indivíduos autointeressados. Na situação de reposicionamento da política como ação da esfera pública, com valores abertos, a democracia política deveria poder representar um contrapeso ao peso das decisões econômicas tomadas em nome de um mercado autorregulado. Sem agir, ou esquecida a política, a ameaça do mundo hobbesiano espreita no horizonte. O capitalismo continua sua marcha desgovernada. Se é como propagou Gramsci, com o pessimismo da razão e o otimismo da vontade, é preciso reencontrar o caminho em algum ponto. A política é institucional, informal e manifesta-se por múltiplos meios, de partidos a organizações coletivas, da sociedade civil à sociedade política. É preciso recomeçar em algum lugar e aprender a lição, aprender com os próprios erros e interpretar os sinais da crise. Quando ela retornar, se Streeck estiver certo, uma janela de oportunidade pode se abrir. No cenário atual falta quase tudo para que este cenário possa vingar.

Para concluir resta uma viagem ao Brasil e seus desafios, como parte deste mundo de risco, incerteza e desafios à política.

7 Um lugar sobre a terra

Há um grande vento frio cavalgando as ondas, mas o céu está limpo e o sol muito claro. Duas aves dançam sobre as espumas assanhadas. As cigarras não cantam mais. Talvez tenha acabado o verão.

(Rubem Braga, 1964)

Padre Antonio Vieira escreveu, e está imortalizado em uma parede de azulejos em uma rua de Lisboa, que “Para nascer, Portugal; para morrer, o mundo”⁴³. A frase pode resumir tanto o espírito português da descoberta e seu alcance, mas também seu sentido de “missão”. Padre Vieira morreu em Salvador em 1697, encontrou seu destino na terra que foi a maior conquista portuguesa quando seu Reino ainda mantinha poder na Europa. Testemunhou a riqueza e a tragédia brasileiras, certamente pode constatar a escravidão e a vida indígena e ao

⁴³ Frase proferida por Padre Antônio Vieira no “Sermão de Santo Antônio”, texto em placa na Igreja de Santo Antônio dos Portugueses, em Roma.

morrer, no “mundo”, a principal colônia portuguesa ainda estava para encontrar seu período áureo. Pouco mais de cem anos depois, receberá o Príncipe Regente em fuga. Entre os portugueses, sua elite aristocrática como D. João VI e Pedro I (que preferiu tornar-se Pedro IV em Lisboa ou perder ambas as Coroas), tornaram à capital do Reino de Portugal; Pedro II viria a morrer em Paris. Não conheceram exatamente o fim simples do missionário Vieira em Salvador. Boa parte da corte portuguesa voltou ao Reino com e após D. João VI. O Império que Pedro I viria a deixar para atrás não era exatamente um primor de progresso, mesmo com a Independência de caráter único, realizada por um Príncipe português e que manteve intacta toda a estrutura política, econômica e social. E com uma incrível ação: Portugal recebeu uma pecúnia indenizatória, após a Independência, de dois milhões de libras. A vida de Pedro I não foi simples em Portugal, sua saída do Brasil já havia sido precedida de uma “noite das garrafadas”, mas ele ainda manteve o Império nas mãos de seu filho, agora tutelado por um brasileiro e que assumiu o governo após o “golpe da maioridade”. Sem nada alterar ia-se mudando o país seguindo a frase escrita por Lampedusa em “O leopardo”: é preciso mudar para que tudo permaneça como está. A extensão do acordo inter-elites terminaria por voltar a ser ativado na proclamação da República, uma espetacular quartelada liderada por um Marechal monarquista que foi convencido de que estava tudo bem, uma garantia dos positivistas que, bons leitores de Comte, diziam ser a República um regime superior, onde a ciência triunfaria, o povo livre escolheria governantes e a educação libertaria. Agora que a “vergonha” da escravidão havia terminado para as elites educadas (como se estruturas seculares evaporassem, como alguns economistas imaginam), poderíamos ter um povo-cidadão. Claro que as divergências exigiram que a República relegasse a cidadania a apenas alguns milhares (excluindo a massa de ex-escravos, analfabetos e as mulheres), pois os demais ainda precisariam ser educados para usufruir da alegria de um regime “superior”.

Foi a regra do mesmo-sempre-igual: na República, a transmutação do escravo em trabalhador livre e a liberdade prometida não aconteceram conforme esperado, mesmo com nosso recente “ingresso” no mundo civilizado pela influência da Constituição Norte-Americana e alguns leitores da Constituição Suíça, como Rui Barbosa. Após 1914 tivemos até um pequeno surto industrial substituto de importações e uma classe operária no nascedouro criou alguns problemas aos arranjos da classe dominante, mas rapidamente foram sufocados. Não houve a menor possibilidade para começar o texto constitucional de 1891 com “nós, o povo”; nem nas demais Constituições. Mesmo em 1988 foram os “representantes do povo brasileiro”, mas, de forma inédita, uma Constituinte muito mais aberta ao debate público.

A Constituição de 1988 representou bem a democratização pós-ditadura e valores sociais explícitos⁴⁴. Tantos anos depois do Padre Vieira talvez pudéssemos, em respeito à lei, à democracia e garantindo os direitos previstos, retomar Vieira em glória: para nascer, o Brasil; para morrer o mundo. Bem, ainda nem tanto. O problema foi definido por Oliveira Viana em outro contexto - o “país real” e o “país legal” - e por um escritor com pendências reconhecidamente autoritárias que não gostaria do argumento a seguir: sendo mantidos os processos sociais; sustentadas as elites econômicas com seus privilégios de classe estabelecidos; multiplicados os democratas “indecisos” e o compadrio e clientela na vida política, bem como o conflito distributivo acelerado e os militares apenas tolerando a Constituição; não houve eleição direta, estabilização da moeda, a defesa da justiça e da liberdade que desmontasse a tutela da História. Não compreendamos mal, pois não é que não tenha havido o desabrochar de alguns ganhos econômicos, a valorização do espaço legal, eleições sucessivas, a expansão dos direitos. Tudo isso importa. Entretanto, a frase de Vieira se altera, para nosso desgosto: “para nascer o Brasil; para morrer, o mesmo triste lugar de sempre”. Um país de sonhos desfeitos?

O pessimismo não é obrigatoriamente bem informado. As formações econômico-sociais guardam específicas relações diferenciadoras, mas que não as desincorporam de cenários mais amplos. Muitas das macrointerpretações do Brasil enfatizam nossa especificidade (e isto tem suficiente relevância), estabelecendo que a *longue durée* de nossa história sempre mostrou como nossos laços com o sistema mundial se estruturou. Não apenas a colonização, onde obrigatoriamente estivemos presos a uma economia que foi sendo tornada em frangalhos; depois as agruras das relações econômicas com os ingleses e nossa dependência agrário-exportadora, as quais nunca abandonamos; para ingressar no jogo do capitalismo ainda na primeira metade do século, nos tornando depois um caso de modernização tardia e industrialização idem. Em muitos países ocorreu uma importante transição de nações predominantemente agrárias para a indústria, com elevado crescimento do

⁴⁴ Os preâmbulos são explicativos: em 1891, os representantes do povo abrem a Carta; em 1946, manifestações formais; em 1967 o mínimo de palavras (entende-se porque) e em 1988 quase uma catarse. A de 1988 foi aquela onde o debate foi mais aberto e muitas das contradições brasileiras foram expostas e debatidas. A Carta é sistematicamente tratada pelo Executivo e o Legislativo como precisando urgentemente ser mudada porque ou é “ingovernável” ou em nome das “reformas”. Sim, as “reformas”, “aquelas” reformas. Este é o preâmbulo: “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm .

PIB, forte urbanização, que até podem avançar para o que é compreendido como *Newly Industrialized Country* (NIC), um caso especial de nações em desenvolvimento, mas ainda sem atingir o grau de país desenvolvido. A interação econômica com o mercado externo, mais as mudanças internas provocadas por processos de modernização e seus reflexos, impactaram nossa formação social de forma decisiva, construindo e mudando as características e as estruturas de classes, remodelando as cidades, entrelaçando-se com a desigualdade secular instalada, metamorfoseando as elites econômicas, mas sem indeterminar as características que foram legadas ao país em sua trajetória. O capitalismo não civiliza em sentido amplo e transmuta o mundo em valores universais; ele constituiu-se como sistema “universal” em formações nacionais que se reinterpretem e remodelam às novas condições que se apresentam, inclusive em sua estrutura de valores. É assim que a História nacional, em momentos diversos, encontra-o, mas não o faz sem também sofrer mutações no presente.

Parece ser prudente começar pela questão interna, no desenvolvimento de nossa condição específica. Parece temerário retomar as macrointerpretações do Brasil, bem demarcadas nos clássicos e com evidentes contribuições efetivas, mas pouco produtoras de debates aqui o Weber de Sérgio e Faoro, os três povos e o iberismo de Freyre, o americanismo de Tavares Bastos. Há vantagens em uma interpretação concisa e rigorosa que permita reconstituir um fio histórico, acompanhado de uma escolha teórica precisa. Neste caso, o trabalho desenvolvido por Luiz Werneck Vianna, com base na categoria gramsciana de revolução passiva, pode ajudar no entendimento da trajetória.

Werneck nos oferece uma viagem ao Brasil como um lugar marco da revolução passiva e suas categorias de “revolução sem revolução” e “transformismo”, conforme nominou Gramsci. Inicialmente, já observando a Independência, estamos diante de uma “revolução sem revolução” que constituiu um Estado que invoca o liberalismo, combinando-o à escravidão, e produzindo um Estado-nação:

[...] inspirado no liberalismo, nascia sem uma economia que se apresentasse em homologia a ele. Se, na sociedade civil, o liberalismo atuava como "fermento revolucionário", induzindo rupturas moleculares na ordem senhorial-escravocrata, ele não poderia se comportar como o princípio da sua organização, em acarretar com isso o desmonte da estrutura econômica [...] é o Estado que, ao restaurá-las, inicia a sua história com a única alternativa econômica compatível com a vocação da sua estratégia territorialista (VIANNA, 1997, p. 14-15).

Os liberais, já no Império, afastam-se de comportamentos jacobinos sobre reformas que desafiassem a ordem escravocrata, buscando muito mais pontos de equilíbrio que

qualquer ruptura. Assim, o caminho da revolução burguesa continuaria seu trajeto lento e seguro, transitando da escravidão ao trabalho livre, sem rompimentos internos entre as elites, chegando até a República onde o trabalho livre conviverá com o exclusivo agrário. Tudo isso para, em seguida, diante da expansão da ordem burguesa urbana e seus personagens, as demandas modernizantes iniciarem sua acolhida pelos setores da dominação tradicional, reconstituindo a Ibéria sob outro formato: “[...] sob a liderança dos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que, com o apoio de parte do tenentismo, das camadas médias e da vida popular nos centros urbanos, iniciam, com a chamada Revolução de 1930, um novo andamento à revolução burguesa” (VIANNA, op. cit. p. 17). Ao mesmo tempo, a elite agrária se reconstitui como parte da modernização conservadora na direção da industrialização e traz para si, e para o Estado, a questão social.

A longa marcha vem aos anos 1950 com Juscelino e na fuga para a frente a queimar etapas em nosso capitalismo, conciliando-se com o nacional-desenvolvimentismo em uma marcha do transformismo como via de modernização, com as elites conduzindo o desenvolvimento por mudanças moleculares, agregando ao bloco inclusive o sindicalismo. Pelos desdobramentos do processo, o golpe militar de 64 poderia ter concluído a revolução passiva em direção a uma modernização liberal pela valorização do mercado diante do Estado, conduzindo-nos à saída do Iberismo através da americanização “pelo alto”. Entretanto, isto também significaria a ruptura com a própria forma secular de dominação – e traria os setores subalternos ao jogo. O regime militar seguiu adiante com sua marcha acelerada de modernização econômica, mantendo o controle dos territorialistas pela perspectiva do Brasil-potência e controlando o setor subalterno; e, nunca é demais recordar, nada havia de desconexo entre a modernização capitalista e o regime autocrático. Com a transição para a democracia e a Carta de 1988, resultados de mobilizações de massas e do fortalecimento dos setores mais modernos, Werneck traz a lume uma questão sobre a qual convivemos desde então:

A transição política do autoritarismo à democracia reabre, em condições novas, a agenda da revolução passiva: em primeiro lugar, porque as elites políticas do territorialismo foram afastadas do controle do Estado, tendo sido sucedidas por uma coalizão de forças cada vez mais orientada por valores de mercado e pelo projeto de "normalização" da ordem burguesa no país. [...] a subordinação de todas as dimensões do social a uma racionalidade derivada das exigências de modernização capitalista; em segundo, porque o seu "fermento" não está mais no liberalismo, nem na questão social, como no momento da incorporação dos trabalhadores ao mundo dos direitos sociais sob a ação tuteladora e organizadora do Estado. O "fermento" é a

democracia, tal como se manifesta no processo de massificação da cidadania, ora em curso (VIANNA, op. cit. p. 23).

O resultado do processo não encerrou a trajetória da revolução passiva em uma terra onde a revolução talvez nunca aconteça. Se as elites tradicionais criaram uma nação para “seu” Estado, a conquista de direitos e cidadania, a americanização tardia e por baixo, com rupturas moleculares, ainda não constituiu o “seu” próprio Estado. Por isso, o programa político democrático e a esquerda precisam inserir-se na revolução passiva como nós a conhecemos para promover um transformismo ativo, para que a “nova força emergente do social se encontre com a política” (VIANNA, op. cit. p. 24).

O peculiar transformismo das elites na estrutura de classes pela modernização conservadora também é questionado pela agenda de direitos e cidadania, por isso também não pode eliminar a tensão decorrente que não é garantia de uma estabilização política. Se a agenda da democracia se tornou, por suas múltiplas faces, uma agenda importante na construção de um transformismo ativo, há que se observar o comportamento das velhas elites convertidas, não sem pressão e temor, aderentes ao jogo democrático com suas consequências.

O Brasil que se encontrou com a democracia em 1985, ciclo ao qual se integrou a nova Constituição em 1988, era um país ainda em mutação. Em um texto escrito em 1985, Wanderley G. dos Santos indica os novos atores no cenário de declínio da ordem regulada⁴⁵, mostrando como o desdobramento político-social dependeria do encaminhamento que fosse dado a dois grandes problemas: a concentração de renda e a proteção social, que, por dependerem da liberdade política, também demandam uma participação política organizada (SANTOS, 1985). Neste momento, pré-constituente, o jogo da democracia ainda era eivado de incertezas, diante de uma crise econômica grave e a ditadura militar, de saída, ainda resistindo a um candidato de oposição que, afinal, venceria, mas não subiria a rampa do Planalto. Toda a dinâmica social, captada na transição, desemboca na Constituinte e suas lutas, momento de congregação da constelação de problemas a resolver, expresso no desejo explícito no preâmbulo da Constituição.

Com a Promulgação do texto constitucional é saudável observar que a Constituição caminhava fora de compasso com o ambiente externo do capitalismo central e mesmo em relação a alguns países da América Latina. O Chile, com seu neoliberalismo autocrático, era o

⁴⁵ Baseada no conceito de cidadania regulada, desenvolvido pelo autor no livro “Cidadania e justiça”, da editora Campus. Tal cidadania está inscrita em um sistema de estratificação ocupacional definido por norma legal nas ocupações reconhecidas e reguladas pelo Estado. Para Wanderley Guilherme, esta ordem regulada vinha progressivamente sendo erodida pela ascensão de atores e movimentos em pressão sobre o Estado.

caso mais notório, mas também o México elegeu (com as críticas habituais de fraude) Miguel de la Madrid e Carlos Salinas de Gortari, dois neoliberais convictos com uma agenda de privatizações e desregulamentações. A Argentina elegeu Carlos Menem em 1989, que ficaria dez anos na presidência e realizaria uma guinada econômica com o plano de conversibilidade (ou dolarização) da economia argentina. Em nosso lugar no mundo, Fernando Collor foi eleito e trouxe uma agenda neoliberal de abertura e pregação sobre a reforma do Estado. Em todos eles o fator eleitoral chave foi a grave crise econômica, com face hiperinflacionária e retração, sendo o desenrolar da agenda a adoção das medidas de choque, como o plano Collor (o enxugamento drástico da base monetária), a dolarização argentina ou o programa de privatização mexicano. A integração ao capitalismo global que se avizinhava cobrava o preço; todas as crises derivadas da explosão das dívidas externas, dos juros internacionais e das mudanças no cenário político nas economias centrais para a hegemonia da economia de mercado autorregulável. Não por acaso, o debate sobre as dez medidas do assim chamado Consenso de Washington (já citado) surgiam no horizonte e as reformas de mercado passaram a ser recomendadas com cada vez mais rigor. O ano de posse de Fernando Collor, 1990, trouxe a lume uma publicação organizada por Joan Nelson onde procura-se responder por que as economias na África e na América Latina adotaram, ou tentaram adotar, políticas econômicas em nome de reformas estruturais e austeridade. Sua conclusão e dos autores não somente são muito ambíguas, revelando as falhas de implementação e buscando a razão na política (“*vested individual and institutional interests*”, como é comum em relatórios internacionais), e em elementos como corrupção, força sindical em alguns lugares, reações à austeridade e pontos deste naipe (NELSON, 1990). Em outras palavras, anuncia tudo que qualquer habitante das pobres nações que precisam se ajustar sabem: o custo dos ajustes é profundo e a legitimação para fazê-los é relativamente baixa, seja porque os resultados são ruins, seja porque o custo é elevado. Medidas agregadas ao assim chamado “consenso” revelam-se um dissenso no mundo real. Lembremo-nos da entrevista de Hayek no início da seção 5, sobre a transição que parece necessária para a economia de mercado – a ditadura; o Chile a experimentou. Se houve estabilização, como na Argentina, a economia explodiu dez anos depois na maior crise social do país. O México terminou por abraçar o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA)⁴⁶, recebendo *maquilladoras* na fronteira sem melhorar em nada a vida das pessoas.

⁴⁶ Acordo de livre comércio com Estados Unidos e Canadá, que significa primeiro os EUA, depois o Canadá e por último, o México.

O Brasil tem diferenças muito marcantes e um ajuste à agenda relativamente diverso. Como havia observado Werneck Vianna, nossa modernização, por via de reformas moleculares, estava incorporando a agenda de direitos e cidadania, em meio a atores emergentes e mudanças importantes em implantação após a nova Constituição. Este movimento veio sincrônico ao momento da pressão pela reforma do Estado e pela liberalização. O Brasil vai chegar depois, e impor mais limites, à lógica da modernização liberal. Por outro lado, o próprio processo de *impeachment* de Collor, que, diga-se, foi a combinação de uma reforma fracassada com denúncias de corrupção, foi resultado da mobilização de setores da sociedade inteira, ainda sob o impacto da democratização e descobrindo seu espaço na nova *urbes*. O próprio sistema partidário expeliu Collor e voltou aos seus jogos, substituindo o presidente por um vice que, por sua ambiguidade, desafiou parte da agenda reformista, ao mesmo tempo em que constituiu um caminho para enfrentar a crise econômica que, sem adotar a ortodoxia fulminante, preferiu um pouso suave sem choque. Esta obra foi o chamado Plano Real, uma astuciosa trama econômica para quebrar a corrente de transmissão da inflação sustentada pela “correção monetária” que a tornava “inercial”. Para estabelecer um padrão referencial, o governo associou-o ao dólar (próximo a 1 US\$), o que somente daria certo com dólares suficientes para bancar a operação, sendo o volume necessário obtido pelas taxas de juros atrativas aos investidores internacionais e a formação de reservas. Em seguida, o governo cria uma unidade de referência (URV) em cruzeiros, com subida diária, e apresentava o preço em URV equivalente a 1 US\$; quatro meses depois, o governo “congelou” a URV e permitiu a troca do último valor desta unidade pela nova moeda – de 1 R\$. A confiança na nova unidade “real” tornou a transição monetária mais tranquila. Por outro lado, o real dependia de ajustes fortes nos gastos públicos, redução de investimentos, redução no consumo pelos juros altos e o salário mínimo, já em patamar pouco instigante quando da conversão, manteve baixo o poder de compra.

A popularidade do real foi fundamental para eleger (1994) e reeleger (1998) Fernando Henrique Cardoso. E, em seu governo, nossa interação com os rumos do mercado internacional foi gradativamente se reforçando. Houve um ambicioso programa de privatização de grandes estatais (telefonia, siderurgia, mineração), um programa para resgatar bancos em dificuldades (que estreitaram seu número por fusões e aquisições), medidas que contivessem gastos públicos, iniciada uma “modernização” do Estado e realizada, com grande dificuldade política, uma reforma da previdência. A exemplo de boa parte de países de economia de médio para alto desenvolvimento, o Brasil não escapou dos tremores do capitalismo, como as crises mexicana, russa e asiática de 1997 e 1998, chegando a produzir

sua própria crise. Para manter o real e o dólar próximos, o custo era manter o câmbio fixo e taxas de juros elevadas; com as crises, as pressões sobre o país e ataques especulativos, que levaram a intervenções sucessivas do Banco Central, reduziram drasticamente as reservas. O resultado foi, logo após a eleição de 1998, a flutuação livre do dólar, e a posterior adoção do tripé macroeconômico (câmbio livre, metas fiscais e metas de inflação), em sintonia com a pregação internacional por austeridade e equilíbrio. Estava selado nosso ingresso no modelo seguido por quase toda a América Latina. Um dos resultados práticos foi que o segundo mandato de Fernando Henrique foi constituído por uma sucessão de problemas, sendo o mais grave a crise energética que levou ao racionamento de energia.

A concepção de política social do governo estava em sintonia com as “melhores práticas” internacionais em voga. Com a noção de que o Estado tinha esgotado sua capacidade para investimento, soava a hora da sociedade civil. Foi o momento do debate sobre o papel das ONG’s e do “terceiro setor” como um todo, traduzido com e equidistância entre o Estado e o mercado. A criação do programa Comunidade Solidária era a expressão dessa perspectiva, estimulando parcerias, rede de solidariedade e capacitação e a descentralização de ações do governo federal. O Banco Mundial, que descobriu a gravidade da pobreza e seus aspectos deletérios sobre a performance econômico-social na segunda metade da década de 90, passa a relatar a pobreza como o maior desafio para o progresso; o que também exigia o mantra das reformas.

Com Fernando Henrique no poder estivemos mais próximos do mundo do capitalismo central e suas fórmulas de modernização neoliberal. A década de 1990 foi um momento pródigo de interação internacional, com a aproximação do governo brasileiro à “terceira via” e à agenda do consenso de Washington; e para as esperanças de crescimento com estabilidade. Mas não resistiu à deterioração do quadro econômico e, após três tentativas, as esperanças da centro-esquerda brasileira se manifestarão com a vitória de Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002.

O PT iniciou seu período com grande ambiguidade. O conjunto das metas fiscal e de inflação, mais o câmbio flutuante, foi uma base definida pelo PT como um sinal ao mercado de estabilidade e respeito aos contratos. Neste sentido, ele não apenas buscou uma fuga para a frente, mas efetivamente adotou a política como sua. Os reflexos, por um lado, reafirmam o tripé econômico em dogma, dificultando políticas industriais e crescimento industrial e ampliam a possibilidade de desindustrialização pelo câmbio apreciado; por outro lado mantém sinalização clara ao *core* do capitalismo e seus investidores. A indicação ortodoxa para o Banco Central de um dos presidentes do *Bank of Boston* foi clara, e o PT (uma iniciativa

difícil para um partido a esquerda) tornou o Banco Central independente de fato, ainda que não de direito⁴⁷. As metas de inflação, parte da mágica das equações para definir tetos, se casava com a política de juros altos e outra sinalização segura: a produção de superávits primários: nada mais *mainstream*. Esta rota provocou defecções e críticas ao PT desde cedo, inclusive com a saída de importantes intelectuais do partido como Francisco de Oliveira e Paulo Eduardo Arantes. O partido ficou emparedado entre a ortodoxia de mercado e sua agenda social, o que certamente traria graves problemas inclusive para o projeto em manter-se à frente do executivo. Esta situação ficou ainda mais crítica quando surgiu a “crise do mensalão”, culminada com a queda do mais importante quadro do partido após o presidente, José Dirceu. Este quadro, à luz da conjuntura, representou um *turn point* no governo que centrou fortemente sua referência ao presidente e acelerou a agenda social do governo.

Luiz Werneck Vianna sempre teve grandes reservas ao PT e foi um crítico honesto. As esperanças do partido como parte da dimensão moderna do mundo do interesse não teriam se realizado, isto porque o partido teria nascido contra o Estado e as instituições, nascido dentro do que o país apresentava de mercado moderno. O próprio processo de revolução passiva indicava a construção do país como obra do Estado e suas elites políticas, que inclusive viabilizaram o próprio mercado, tese rejeitada pelo PT e o PSDB. Estando à margem do poder e em ataque ao neoliberalismo, sua entrada no governo revelou-se paradoxal: a política econômica persistiu na base do mesmo tripé econômico. Por outro lado – e aqui o fim da crise do mensalão detalha este fato, o governo estabelece as decisões políticas no presidente de forma muito dirigida, personalizando a política em relação aos programas de largo alcance, como a bolsa-família, a valorização do salário mínimo e dos benefícios previdenciários e o próprio nível elevado de emprego ou a criação de universidades. Em uma população com baixa identificação aos partidos e a vida pública, isto reforça a força social do líder sem ampliar a democracia em base social mais sólida. A defesa das grandes questões nacionais em soberania, política externa e avanços econômicos são *top down*, chegando pelo alto para partidos, parlamentares e a própria sociedade organizada. Nesta marcha, a própria

⁴⁷ O atual governo brasileiro viu aprovada, em fevereiro de 2021, a autonomia do Banco Central, conferindo mandato fixo ao presidente da autoridade monetária sem coincidir com o mandato presidencial. Não se sabe bem porque, mas isto traria tranquilidade aos investidores, como se efetivamente fosse necessário. Quando foi que os interesses do capital financeiro estiveram realmente ameaçados? Blindagem de autoridade monetária desvinculada de metas associadas à preservação do emprego e de políticas sociais nada mais é que criar uma dualidade de poder quando a crise surgir. Os exemplos do Banco Central Europeu e do Federal Reserve apenas confundem o debate, diante das diversas diferenças institucionais e históricas. Aliás o primeiro é muito criticado na UE pelo déficit democrático que produz, totalmente desvinculado de outras metas que não a inflação e não obriga satisfações institucionais à Comissão Europeia e nem ao Parlamento Europeu. Trata-se de uma cópia do *Bundsbank* e tem sua sede em Frankfurt.

representação política, e aqui observo em complemento, revela-se o apetite mandevilliano de tantos deputados e senadores, que vivem apenas de sua autorreprodução acreditando poder, a cada momento, se escorar ou pressionar o Executivo. Neste sentido, a arena central seria o próprio governo, as pautas vêm do governo e não se organizam na sociedade. Ao longo do tempo, mesmo com todos os problemas, houve ganhos evidentes na economia, na questão social, na projeção do Brasil na cena internacional. Com os desdobramentos que ocorrerão à frente, realmente não parece que reinventamos nossa face de modernização pela organização dos “de baixo”.

Por sua vez, há um aspecto que é preciso ser ressaltado. A vitória de Lula em 2002 foi efeito também dessa parcela da sociedade brasileira forjada na modernização, na ação de novos atores e alguns setores subalternos. Aqueles que ainda não tinham sido refletidos dentro do Estado. Se o ponto de Werneck se sustenta, os ganhos promovidos pelo governo Lula não promoveram o desabrochar de uma sociedade mais organizada para enfrentar os desafios a ela apresentados; se estes ganhos não são menores, são insuficientes para a reconstituição de um “transformismo ativo” que faça esta força de baixo tornar-se em política.

O mundo da economia, em sua esfera própria de ação, desvinculada dos dramas da vida pública, crê poder abstrair tais problemas. Sua leitura, para mostrar uma imagem simples, é a do Brasil da Faria Lima e da Paulista com as ondas vindas de Brasília. O capital financeiro não deseja obstáculos e a estabilidade política é a sua garantia de ganhos sem sobressaltos. A narrativa da ideologia econômica – mercado, equilíbrio, ambiente de negócios estável e ganhos advindos de sua liberdade de movimento, é alimentada pela defesa dos modelos definidos a partir de sua imagem construída para obter seus resultados: o tripé econômico. Quando surgiu o *tsunami* da crise 2007/2008, o centro capitalista, foco central, trouxe reflexos maiores (a maioria) ou menores na periferia e na semiperiferia. A reação do governo brasileiro foi relativamente rápida: dotado de reservas fortes, com os bancos robustecidas e sem alavancagem (apenas o Bradesco enfrentou algumas perdas), poucas empresas com alto endividamento ou alavancadas em dólares (a Sadia foi um exemplo negativo) detiveram a primeira vaga, ainda que o recuo do capital internacional de investimento tenha sido evidente. A economia sofreu um baque de -0,9% em 2009, para crescer 7,5% em 2010, preservando o desemprego próximo de 7%. As ações na área social, com a curva de gastos sociais mantida, bem como a renda, ainda cresceram nesses anos difíceis; a taxa de pobreza, que vinha em queda desde 2003, se estabilizou entre 2008 e 2009, o mesmo acontecendo com o índice de Gini. O governo ainda “flexibilizou” o tripé, aumentando os investimentos. O capitalismo brasileiro parecia robustecido e, em um vislumbre parcial, parecia avançar contra o receituário

ortodoxo. Apenas em termos, pois as bases da não ruptura, e dos determinantes definidos a partir do mundo do mercado, estavam todos sinalizados na mesma base. Na conclusão de um artigo publicado em 2015 (mas escrito em 2012) sobre a era Lula, Condé e Fonseca, após um balanço de todos esses indicadores, concluem:

Não se sabe ainda, portanto, o sentido mais definitivo do movimento e da intensidade e estabilidade da mudança, apesar de haver um vetor. Afinal, uma vez colocadas em ação, as forças da sociedade produzem efeitos conjugados que podem produzir novo perfil para a política e sociedade brasileiras [...]. Seja como for, a inclusão social, mesmo que lenta e, de certa forma, marginal – tendo em vista os hercúleos desafios sociais do país –, é por si só novidade. [...] (novas pesquisas podem revelara a) questão do possível “movimento” da sociedade brasileira como um vetor voltado à universalização de direitos e, conseqüentemente, ao combate à desigualdade por meio de processos de inclusão (estatais e mercantis) (CONDÉ; FONSECA, 2015, p. 926-927).

A expectativa, observada de 2012, parecia indicar que o capitalismo brasileiro poderia se reconciliar com taxas menos selvagens na reprodução de capital e do próprio deslocamento do trabalho para patamares de direitos e formalização mais efetivos. Em 2006, Wanderley Guilherme havia observado, e estávamos fechando o primeiro período de Lula, que havia “evidente descompasso entre a magnitude das carências sociais e o empenho da sociedade em resolvê-las. Não sobra tempo para isso, visto a alocação prioritária de tempo e recursos dos indivíduos na solução de urgentes problemas pessoais e familiares” (SANTOS, 2006, p. 176). Estas urgências não se solucionaram, mas o segundo mandato de Lula, contrariando a “maldição do segundo mandato”, as aliviaram e as curvas dos indicadores mostram melhorias evidentes. Mas, o capitalismo brasileiro ainda era o mesmo, inclusive nos seus laços “para fora” e aderentes à agenda neoliberal.

A substituição de Lula pelo primeiro mandato de Dilma Roussef não representa uma mutação em escala. A mudança em forçar a taxa de juros para baixo, revertida na última metade do mandato, e uma expansão de gastos e a intervenção no setor elétrico vão marcar este mandato, desagradando o vigilante capital financeiro. Mas Dilma ainda colheu efeitos muito particulares neste período – a taxa de desemprego caiu para muito perto de 4% e o crescimento se manteve em torno de 2% e 3% com exceção de 2014, onde atingiu meros 0,5%. Dilma gozava de elevada popularidade em 2013, até meados daquele ano.

Mas então ocorreram as “jornadas de junho”, iniciadas por protestos contra o aumento de passagens de ônibus até se deslocarem para gigantescos movimentos de rua. Malgrado o fato de um grande número de análises haver sido escrito (incluindo de *surveys* a quente, no

dia e horário das manifestações, colhendo respostas óbvias e livros que saíram uns dois meses após o ocorrido) persistem dúvidas sobre o momento. Os indicadores econômicos eram os mesmos e nem eram ruins, os índices de popularidade elevados, o desemprego baixo e haveria a Copa do Mundo. O cenário de multidões divididas pela imprensa em vândalos e cidadãos pacíficos pela mídia; o slogan (um dos piores de todos os tempos) do “gigante acordou”, carros de som de movimentos como “Brasil Livre”, “Vem pra Rua”, o bloco anti-PT, anarquistas, a rejeição aos partidos e centrais sindicais, não ajudavam muito em compreender. No melhor estilo espontâneo de agregação, mônadas revoltadas com o mundo querendo “escola padrão fifa” e o fim da corrupção, o fim do Estado e que ameaçaram invadir o Congresso, produziram tantas pautas quantas pessoas existiam. O Congresso reagiu aprovando pautas pouco complexas e retirando de pauta processos que, segundo os manifestantes, dificultavam investigar a corrupção, como a PEC 37⁴⁸ que ninguém conseguia explicar exatamente o que era. Rapidamente as comparações apressadas tornaram as jornadas em “primavera árabe” (como se sabe terminou em verão sem resultados e com repressão) ou *Ocuppy Wall Street* (interessante movimento, com raiz pós *crash* de 2008, mas sem qualquer relação com as jornadas), mostrando o vigor de um país que estaria reagindo contra o desprezo pela vida, pelo emprego, pelos serviços públicos. Um dado curioso: muita das reivindicações eram por mais Estado, mais direitos e mais ação pública; as pautas econômicas foram secundárias e a satisfação de setores do empresário, da mídia e o ódio estava contra o *establishment* político; e contra o PT.

Havia uma latência na sociedade com relação ao *establishment*? Parece estar fora de dúvida. Ele foi retroalimentado pela violência da polícia de São Paulo, pela adesão da mídia e por um sentimento de crítica ao PT? Sim, o partido no governo foi alvo secundário primeiro e primário depois, em uma inversão. Era “perdulário” sobre a Copa (quando a maioria dos investimentos eram pela via de empréstimos do BNDES que retornariam) e praticar corrupção. A reação tímida de Dilma não ajudou. Estas manifestações duraram pouco mais de 30 dias ... e desmobilizaram. Exceto por alguns grupos, todos situados à direita do espectro político, que permaneceram ativos, articulados e se financiando. Parece muito evidente que as manifestações não tiveram nenhum planejamento ou articulação, mas os resultados, em vez de impulsionarem mudanças em orientações nas políticas públicas produziram reações inclusive às conquistas sociais e que estabeleceriam, à frente, os laços com as reformas para o mercado,

⁴⁸ A PEC 37 propunha retirar prerrogativa de investigação do Ministério Público, reservando-a aos delegados. Havia um acordo para votação que foi abandonado.

nossas já tão mencionadas “reformas estruturais” combinadas com a própria tomada de poder após o *impeachment* de Dilma.

Após uma campanha das mais duras da redemocratização, Dilma vence Aécio Neves, que carregava o programa do Consenso de Washington por toda parte. Ao eleitorado não se contava muito, mas lá estavam as reformas; ao mundo do interesse centrado no capital, pelo contrário se falava muito. O Brasil era um campo de batalha em torno do mesmo partido que permitiu uma maior estabilização do capital, mas sempre foi visto como estando do outro lado; havia forte desconfiança das elites, que consideravam a adesão do PT ao programa neoliberal meramente formal. O fato da derrota de Aécio por 3% dos votos desencadeou uma guerra sem quartel do candidato e seu partido contra o PT e Dilma, buscando descaracterizar o processo eleitoral com efeitos deletérios sobre a democracia. Estava solta a serpente.

O segundo governo Dilma, enquanto durou, foi a manifestação de equívocos primários. Após a vitória, em vez de manter a mobilização do eleitorado em torno do triunfo e na defesa do próprio mandato, pois um dos erros foi imaginar que ela não correria risco, ela não somente faz um discurso frio e desmobilizante como ainda passará um ano subscrevendo o ajuste fiscal mais duro até então conhecido, provocando uma trava na economia, os juros voltando a subir e o crescimento saindo pela janela. Desde março as manifestações de rua ganharam ares de carnaval, desta vez convocadas e estimuladas por movimentos oriundos de 2013) e a operação lava-jato iniciou suas atividades em 2014, rapidamente voltando-se para o governo. O plenário da Câmara, presidido por Eduardo Cunha, aprovou uma série de matérias que elevavam os gastos públicos. Somado ao cenário da crise institucional produzida por PSDB e DEM, uma base social deixada de lado pelo PT durante anos e uma crise econômica gerada por adotar o programa alheio (a maldição da centro-esquerda aqui e na Europa), alimentou o segundo *impeachment* desde 2002. O motivo era de corar o mais indecoroso dos desavergonhados: crime de responsabilidade por haver descumprido as metas fiscais e tomar empréstimos em bancos para financiar pagamentos correntes, como programas sociais. Malgrado o fato que o argumento do governo haver retomado os pagamentos no mesmo exercício e as metas fiscais serem corrigidas por projeto enviado ao Congresso, surgirá o argumento do *impeachment* nada ter, diretamente, a ver com um aspecto jurídico, mas ser principalmente um movimento político baseado nas mobilizações entre os eleitores e na impopularidade do presidente. O jurídico seria apenas um pretexto.

O vice-presidente Temer, antes de assumir, e seu partido lançaram um programa de “salvação” nacional denominado “Uma ponte para o futuro”, o qual parecia haver saído de uma fundação norte-americana como o Instituto Catho, ou os religiosos de Mont Pelérin, ou

das salas do Instituto Millenium. Todas as medidas eram exatamente o programa defendido internacionalmente pelas escolas de economia *mainstream*, a teoria convencional em sua modalidade de peça publicitária e a cantilena sobre ambiente de negócios, confiança e desenvolvimento. Washington, que nunca saíra da sala, voltara a toda velocidade. Merece a citação porque está documentado e foi a última vez que um vice-presidente, que, claro, “jamais” conspiraria contra a titular, produziu um programa de governo:

[...] Estagnação econômica e esgotamento da capacidade fiscal do Estado não são fenômenos circunscritos apenas a esfera econômica. São fontes de mal-estar social e de conflitos políticos profundos. As modernas democracias de massa não parecem capazes de conviver passivamente com o fim do crescimento econômico e suas oportunidades, nem com a limitação da expansão dos gastos do governo;

o Estado deve ser funcional [...] ele deve distribuir os incentivos corretos para a iniciativa privada e administrar de modo racional e equilibrado os conflitos distributivos que proliferam no interior de qualquer sociedade;

[...] Constituição e legislações posteriores criaram dispositivos que tornaram muito difícil a administração do orçamento e isto contribuiu para a desastrosa situação em que hoje vivemos. Foram criadas despesas obrigatórias que têm que ser feitas mesmo nas situações de grande desequilíbrio entre receitas e despesas, e, ao mesmo tempo, indexaram-se rendas e benefícios de vários segmentos [...];

Na forma como está desenhada na Constituição e nas leis posteriores, que resultam em excessiva rigidez nas despesas, o que torna o desequilíbrio fiscal permanente e cada vez mais grave [...] Para isso é necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação;

O financiamento do sistema (previdenciário) já é oneroso para o setor privado – 20% do valor total da folha para os empregadores e 8% para os empregados;

O primeiro objetivo de uma política de equilíbrio fiscal é interromper o crescimento da dívida pública, num primeiro momento, para, em seguida, iniciar o processo de sua redução como porcentagem do PIB;

Temos que viabilizar a participação mais efetiva e predominante do setor privado na construção e operação de infraestrutura, em modelos de negócio que respeitem a lógica das decisões econômicas privadas, sem intervenções que distorçam os incentivos de mercado, inclusive respeitando o realismo tarifário;

Caberá ao Estado, operado por uma maioria política articulada com os objetivos deste crescimento, com base na livre iniciativa, na livre competição e na busca por integração com os mercados externos, realizar ajustes legislativos em áreas críticas⁴⁹.

Não há possibilidade de ser dito que não estava escrito, previsto ou ser improvável. Se observamos no todo, o governo encaminhou a reforma da previdência (que viria a ser votada no período de governo seguinte), aprovou uma reforma trabalhista que incentivou o emprego

⁴⁹ O texto pode ser encontrado em: <https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>.

precário e flexível, cortou gastos e extrapolou, o que é previsível vindo da loucura que a agenda brasileira de reformas se tornou: a emenda constitucional 95, o teto de gastos públicos, que congela as despesas primárias por vinte (!) anos, o máximo de acréscimo admitido nas despesas é a inflação do ano anterior. O país inovou na radicalização da fixação fiscal, pois introduziu na Constituição tal decisão. O andar das reformas de Temer, por sua vez, vai criando um ambiente insanável para a Constituição, algo que sequer passa por qualquer argumento da Suprema Corte: como conciliar do preâmbulo aos direitos sociais a absoluta restrição da operação do Estado? E como é possível melhorar as finanças públicas se a política econômica é incapaz de gerar emprego e renda? Como melhorar as contas previdenciárias, com a Previdência inscrita como direito na Constituição, se a arrecadação é sistematicamente reduzida porque a atividade econômica não cresce? Como melhorar as finanças estatais se o imposto de renda é regressivo e não se discute alíquotas progressivas sobre as rendas mais altas? Por que este debate não foi feito com seriedade e cuidado, inclusive pela imprensa? As elites políticas e econômicas não apenas alteraram sua rota institucional como radicalizaram a agenda de reformas. A revolução passiva torna sua marcha contra as forças que se organizaram na década de 1980 em nome da economia.

A campanha eleitoral de 2018, trouxe dois elementos novos e irreduzíveis da conjuntura: a entrada de um *outsider* ex-militar, com notórias opiniões favoráveis à tortura e à recusa da diversidade social, defensor do golpe de 64. Trouxe também o ápice da lava-jato com a prisão de Lula. Malgrado a disputa ir ao segundo turno novamente com a presença do PT, foi eleito o ex-capitão. E foi eleito sem programa, sem explicar o que pretendia, sem respeitar o jogo. Sua base de apoio foi abrilhantada por defensores da ditadura, militares da ativa e da reserva, de parte (envergonhada, mas ativa) do grande capital, parte dos movimentos anti-Dilma, defensores das armas, o ressentimento das classes médias e a incansável campanha anticorrupção. A vitória trouxe para a política, como ministro, o juiz chefe da lava-jato, um banqueiro formado na Universidade de Chicago para conduzir a economia e um enorme contingente de militares para postos-chaves do Estado; os demais quadros da direita retrógrada são figuras de fundo. O Brasil continuava na era das reformas, agora sob comando de um dileto discípulo de Friedman, mas cuja compreensão de política confirma todas as opiniões sobre um economista com tal formação – e que adoraria dispensar todo o ritual e os jogos da democracia para que suas ações em nome da ciência não fossem postergadas. De lá até aqui já foi aprovada uma reforma da Previdência e estamos próximos de votar medidas (ainda em projeto) que praticamente mutilarão o serviço público, eliminando de concursos à estabilidade, impedindo o preenchimento de cargos, mutilando carreiras e

reduzindo as atividades estatais. E haverá a tentativa de uma reforma tributária que, na prática, deve representar manter a regressividade por recusar-se a discutir tributação progressiva e, na prática, reduzir impostos para os de cima.

O Brasil chegou a um ponto grave de sua trajetória. A sociedade que se movimentou em função da democracia, os setores que emergiram com ela e se organizavam em busca de um Estado mais próximo de seu mundo, produziu uma Constituição muito à luz dessas mudanças. Desde o início ela entrou em conflito com o mundo das reformas estruturais construídas na base da teoria convencional, visto que as alternativas foram tidas como inviáveis desde o início e com os argumentos oferecidos pelo mundo da globalização. À medida que avançamos na década de 1990 e 2000, as mudanças ganharam novos interlocutores, mas a era neoliberal não é fã pródiga da inserção neste mundo de elementos que emergiram de processos e democratização e de uma Constituição que criava obstáculos. Os governos Lula, malgrado o fato de chamar para dentro do Estado um grande número de atores políticos e organizando os interesses neste espaço, produziu avanços de inserção econômica sem ferir princípios gerais da agenda da economia, conforme defendida pela corrente dominante. A questão, em nosso mundo, foi a situação onde as elites econômicas e parte expressiva da política passaram a organizar-se para retomar o controle do Estado e conduzir nossa modernização radicalizada mais à sua feição. Longe de representar a liderança política de Lula, Dilma era um alvo mais fácil. Sob este aspecto nossa revolução-restauração produziu, desde 2016, a regressão da agenda à sua forma mais pura, e com ela arrastou um volume expressivo de atores políticos, inclusive aqueles oriundos dos setores mais desorganizados, o “fundo do país” nas fronteiras econômica e sem vínculos com os elementos do Brasil urbano, que vive e morre em defesa dos interesses próprios e aqueles de um mercado sem freios na fronteira agrícola. No campo da *urbes* capitalista, os setores mais reacionários das elites econômicas, nossa burguesia bem educada e suas frações de classe, trouxeram setores médios em nome de um discurso de moralidade, vestindo o mundo do interesse com um manto de respeitabilidade para “ter o país de volta”. Uma expressão apropriada: ter o país para si e sem intermediários, reduzindo os riscos dos desvios pela esquerda, mantendo a estrutura, tantas vezes mudada pelo transformismo, em mais uma fase da revolução-restauração, com hegemonia a partir dos setores da plutocracia nacional articulada com os setores mais retrógrados do país e o campo mais desorganizado da estrutura social, cuja relação com o mercado “puro” e sem intermediários é da mais absoluta fidelidade.

Recentemente, com base nos desdobramentos sociopolíticos, o debate em torno dos riscos para a democracia se intensificou. O presidente Jair Bolsonaro é o pivô desse debate.

Marx já havia observado que certos períodos produzem figuras da natureza do presidente: um político desprezado, um militar expulso do exército, um exótico defensor da tortura com declarações mesquinhas, misóginas e racistas. Não há como discutir aqui se alguém como Bolsonaro integra um movimento internacional de direita que envolva de Trump a Savini. O fato de trazer ao cenário figuras no limiar do delírio, como Olavo de Carvalho, ou eleger os três filhos que parecem reproduzir suas opiniões como clones jovens, também importa pouco. O movimento de nossa História, nesta quadra do tempo, não deve ser estranha a um Bolsonaro. O fracasso e a dissolução política do centro e de parte da direita tradicional, a falta de competitividade eleitoral de alguém capaz de conduzir a agenda de redução do Estado e realizar o programa que vem sendo tentado desde 1990, não pode estranhar que surja um Bolsonaro. Não por ele ser o candidato da burguesia do capital financeiro, do agronegócio, era até preferível outro. À medida que ele foi se tornando viável, seu apoio cresceu. Eleito, a criatura torna-se perigosa pelo que fala e ameaça fazer, criando toda a intranquilidade social previsível. Seu espaço político é uma incógnita, porque a agenda econômica que ele representa não caminhava no Congresso, O acerto entre as elites já se resolveu com a entrada do presidente no velho jogo do presidencialismo brasileiro desde o impeachment de Collor: o acerto no Congresso.

O Brasil corre o risco de um regime autoritário e ruptura institucional? As elites brasileiras não tem interesse imediato nisso, somente se o processo social se deslocasse fortemente para fora do lugar. Isto não parece ser viável. O fato do presidente claramente flertar com medidas autoritárias são surtos temporários para “teste”. Ele tem os traços, as opiniões e o desapareço pela democracia no currículo. Mas quem o sustentaria no médio prazo? Ele já incorporou o discurso selvagem do mercado sem moderação, da destruição de florestas até o fim de direitos. A agenda de reformas pode se completar em seu governo, sem nenhum benefício geral exceto a vitória dos de sempre. Quando o capitalismo promover outro dos seus surtos teremos muito menos proteção que em 2008 e seremos devastados pelas consequências. Mas nossas elites estarão felizes com as reformas realizadas.

Como nota final, a democracia sempre pode sofrer solavancos e derrotas. A adesão a ela é um exercício constante. O temor com Bolsonaro é se a articulação interelites fracassar em sua meta de controle do Estado e da agenda econômica e a disponibilidade para a saída estiver nele. Neste caso, poderíamos migrar em direção ao cesarismo? A solução para um impasse diante de um equilíbrio catastrófico de forças que permitisse um formato autoritário? Claro que esta hipótese exigiria que Bolsonaro tivesse mais ação sobre o exército, algo

improvável, a não ser que a própria força armada veja ameaçada a ordem. Hipótese improvável.

Então descarta-se a ameaça? Não pelas características de incerteza da conjuntura, mas é bastante provável que tenhamos episódios violentos ou agressivos, mas sem mudar as condições institucionais. Talvez tenhamos que avançar lentamente, com sustos e desmaios, mas atravessar o período. A democracia nunca esteve tão dependente da política, mas nesta conjuntura, a hiperpolitização temática do presidente é antipolítica. E isto não contribui para nenhuma estabilidade. Em suma, a aventura autoritária, ou suas tentativas, serão do presidente e sua gente, não um projeto de ruptura das elites, exceto se estiverem diante do completo fracasso de suas vantagens econômicas. O mundo dos negócios suporta a ruptura democrática? Somente em nome da estabilidade dos negócios? Mas com quem e para onde? Talvez nossas elites, no fim, decidam que pode ser melhor dar um passo atrás e retomar seu velho papel na revolução passiva: mudar para manter tudo como está, o lema do Príncipe de Salinas. Mas isso é um problema ainda a surgir.

Para encerrar, Umberto Eco escreveu um pequeno texto denominado “O Fascismo Eterno”. Apresentar Bolsonaro como fascista nada tem em relação ao fascismo clássico e histórico, de Mussolini, da guerra, do amor pela morte. O fascismo histórico foi de uma época, em suas especificidades. Mas o fascismo mostrou um temperamento e um comportamento, atitude ou gesto com os mesmos propósitos do desprezo pela vida. Escreveu Eco, lembrando do fim da guerra:

Estas palavras, ‘liberdade’, ‘ditadura’ – Deus meu – , era a primeira vez em toda a minha vida que eu as lia. Em virtude dessas novas palavras renasci como homem livre ocidental. Devemos ficar atentos para que o sentido dessas palavras não seja esquecido de novo. O Ur-Fascismo ainda está a nosso redor, às vezes em trajes civis. Seria muito confortável para nós se alguém surgisse na boca de cena do mundo para dizer: ‘Quero reabrir Auschwitz, quero que os camisas negras desfilem outra vez pelas praças italianas!’ Ai de mim, a vida não é fácil assim! O Ur-Fascismo pode voltar sob as vestes mais inocentes. Nosso dever é desmascará-lo e apontar o indicador para cada uma de suas novas formas – a cada dia, em cada lugar do mundo (ECO, 1998, p.64-65).

Mais que qualquer coisa, um dever. Não é possível chegarmos até aqui para ceder o espaço da política para um Bonaparte da Barra da Tijuca, muito menos para uma ciência totalitária.

No fim...

A longa viagem nos trouxe até este momento, onde o Brasil foi tomado como um caso particular, onde o mundo da economia convencional e seu programa ideológico surgiram em um território onde as mudanças e a construção do Estado passaram por grandes ajustes de revolução-restauração em nosso tempo histórico. Em nossa especificidade histórica, recebemos o capitalismo em seu movimento de universalidade, que constrói com a história nacional um habitus único. Quanto mais o capitalismo avança para a autonomização da própria esfera financeira, ele que já havia constituído sua dominação pela mercadorização, a partir da década de 70 a dominação da teoria econômica pela inteligência única dos mercados tendentes ao equilíbrio foi se mesclando progressivamente com a ação de governos dispostos a conferir a estas teorias status de verdade. Foi assim que a política vai reduzindo sua esfera de autonomia, transformando os governos em elementos para garantir as condições de equilíbrio, cuja estratégia deve ser menos governo, menos regulação, radical individualização. Os reflexos disso sobre a vida pública podem ser cada vez mais deletérios.

Durante alguns anos, por um período relativamente longo entre os anos 30 e 70 do século passado, o capitalismo foi, ao mesmo tempo, salvo da crise e desafiado, no limite, por medidas contra o mercado ou em busca de uma relação equilibrada da política de ajuste com o mercado. O mundo da social-democracia europeia, mesmo os EUA até 1970 e até as iniciativas do nacional-desenvolvimentismo eram aspectos desse ajuste por diferentes chaves. O welfare state não desapareceu, ele ainda persiste em muitos locais ainda que muito transformado e ainda sob pressão, mas está sendo engolfado por uma combinação de política para o mercado com os equívocos da esquerda com relação à sua adesão aos mecanismos que ela deveria condenar. A cada minuto que passou, a expansão totalitária da teoria econômica mais se assenhorou do Estado, ao ponto de, após quase implodir o próprio capitalismo, retornar como se incompreendida fosse. Aqui entre nós, com todos os problemas, permanecemos prisioneiros das reformas. Continuamos atrasados.

Aqui não valorizamos uma História por determinismos, mas uma história como possibilidade. Fiel à missão de Marc Bloch de desenrolar a bobina no sentido inverso das sequências, entendendo a ação humana no tempo, observamos como a História opera no presente e como as narrativas são construídas. Há uma História do capitalismo e há uma história nacional, elas interagem, se interpenetram. O que não é possível é ignorar tal interação. É isto que promove o ambiente nacional onde o capitalismo vai se estruturar e

conformar a estrutura de classes e suas relações interelites, para garantir o mercado, a estrutura de propriedade privada e seu estatuto jurídico e a reprodução ampliada de capital.

Para a ciência econômica, que tantas vezes se confunde com o capitalismo, a história nacional é indeterminante e não opera para definir as ações dos agentes. O mercado vai operar só. Quando a política interferiu, ela também desorganizou a vida, mesmo que isso, na Europa, tenha criado 30 anos de prosperidade e salvo a economia norte-americana na grande recessão. Hoje ainda garante a saúde do capitalismo, já abalada após a crise de 2008. O mercado autorregulado não é um destino manifesto, é muito mais uma condição política em estreita relação com a ideologia que contaminou todo o debate após a década de 1970. Ou melhor, a teoria que interditou o debate.

Este quadro no Brasil é tão evidente que chega a ser ofensivo. Não há uma única declaração sobre economia que não tenha duas expressões mágicas: ajuste fiscal e reformas estruturais. Quando eles vêm acopladas à expressão “o mercado” repete-se a fórmula permanente. Invariavelmente as redes de TV, quando entrevistam economistas, tem a mesma sucção de nomes, cuja origem está no mercado financeiro ou em consultorias. A narrativa é a mesma; a convicção dos crentes. Como se outras visões não existissem sobre a economia, ou fossem folclore ou pessoas sem a devida formação no mundo dos modelos.

Talvez Smith se chocasse com Friedman ou Hayek, olhasse preocupado com a saúde de Lucas ou ficasse sem compreender Pareto. Talvez John Stuart Mill se chocasse com Nozick. Por outro lado, uma ciência política que trata a política como mercado de opções e as escolhas como instrumentos de decisões otimizadoras de mercado, um mundo aberto por Schumpeter (que talvez não soubesse onde isso chegaria) para atingir o mundo da escolha racional e de Tullock? Uma ciência que faz o caminho inverso da economia para se jogar nos seus braços e perder-se na teoria dos jogos como se estes pudessem ser estendidos para ambientes de ampla complexidade? Para evitar a falácia de composição, onde indivíduos somados criariam a sociedade autorregulada, não se segue que modelos racionalizados possam, por automatismo, compor um quadro que se estenda para todo o espectro político e sócio-histórico.

No fim, é irônico que o olhar da economia convencional para si mesma seja uma visão de um espírito demiúrgico que atravessa a história sem olhar para trás – e ignorando a própria História. Os mercados autorreguláveis não se tornaram apenas uma encarnação do espírito absoluto, eles também abraçaram a luz da ideologia. O que explica, após toda a história de correções de rota na teoria e crises contrafactuais, tal coisa prevalecer? É simples, faz parte daquilo com o qual a ideologia se agarra – o poder econômico. Não se trata de impedir o mercado, ele é operacional. Trata-se de fazer o que já foi feito, o que já foi

construído e o que garantiu prosperidade maior que a quimera de aguardar um ajuste que vai garantir mais desigualdade e exclusão. Mas isto quem faz é a política à luz da História. As artimanhas de Satã já perturbaram o suposto equilíbrio antes e podem fazê-lo, mesmo não sendo esta uma tarefa fácil. A menos que o capitalismo consiga finalmente desmontar-se independente da existência de outra possibilidade.

A repetição sem fim de uma narrativa quase mítica, onde o mercado assume, por seu movimento independente, uma vida maior que o próprio homem, faz com que uma das mais belas imagens de Hegel seja conspurcada. A coruja de Minerva voa em desespero após sua guardiã, a deusa da Sabedoria, ter desaparecido. Agora ela alça voo ao entardecer para buscar uma saída para um impasse moderno: como escapar do totalitarismo de uma ideia que escurece o mundo.

Referências

ALMOND, G. **A discipline divided: schools and sects in political science**. Nova York: Sage, 1990.

ANDERSON, P.; CAMILLER, P. **Um mapa da esquerda na Europa Ocidental**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAUMAN, Z. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BECK, U. **A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1977.

BELL, D. **The end of ideology**. New York: Free Press, 1962.

BENDIX, R. **Construção nacional e cidadania**. São Paulo: EDUSP, 1996.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENTHAM, J. **An introduction to the principles of moral and legislation**. Warrenton: White Dog Publishing, 2010.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

BOYER, R.; DRACHE, D. (Eds.). **States against markets: the limits of globalization**. London: Routledge, 1996.

- BRAGA, R. **A cidade e a roça**. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1964.
- BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Rev História**, v. 30, n. 62, p. 261-294, abr./jun. 1965.
- BRIGGS, Asa. The welfare state in historical perspective. **Eur J Sociol**, Cambridge, v. 2, n. 2, p. 221-258, Dec. 1961.
- BRYSON, G. **Man and society: the scottish inquiry of the eighteenth century**. Princeton: University Press, 1945.
- HOBBSBAWN, E. **A era das revoluções**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- CARVALHO, J. M. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CHANG, H-J. **23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo**. São Paulo: Cultrix, 2013.
- CHANG, H-J. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP, 2004.
- CONDÉ, E. S.; FONSECA, F. A macrodinâmica social brasileira: mudanças, continuidades e desafios. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 151-185, jan./mar. 2015.
- DAHL, R. A democratic paradox? **Polit Sci Quartely**, New York, v. 115, n. 1, p. 35-49, Feb. 2000.
- DAHRENDORF, R. **Após 1989: moral, revolução e sociedade civil**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- ECO, U. **Cinco escritos morais**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- ESPING-ANDERSEN, G. **Politics against markets: the social democracy route to power**. Princeton: University Press, 1985.
- EVANS, P. Além da monocultura institucional: instituições, capacidades e desenvolvimento deliberativo. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 20-63, jan/jun. 2003.
- FERRY, L **Philosophie politique**. V. II. Paris: PUF, 1984,
- FRIEDMAN, M. **Why government is the problem**. Stanford: Hoover Press, 1993.
- FUKUYAMA, F. **The end of history? The national interest**. Washington: Summer, 1989.

- GALBRAITH, J. K. **O novo estado industrial**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- HALL, P. **The power politics of the economic ideas: keynesianism across nations**. Princeton: University Press, 1989.
- HALL, P. (Ed.). **Governing the economy: the politics of the state intervention in Britain and France**. Oxford: University Press, 1986.
- HAYEK, F. **The constitution of liberty**. Chicago: University Press, 2011.
- HAYEK, F. **The road of selfdom**. Chicago: Chicago University Press, 2007.
- HIRSCHMAN, A. **As paixões e os interesses: aspectos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- HIRSCHMAN, A. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HIRSCHMAN, A. **Auto-subversão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOBSBAWN, E. **A era das revoluções: 1789-1848**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- HOLDEN, B. Democracy. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, W. (Eds.). **Twentieth century social thought**. Cambridge: Blackwell, 1994. p. 142-145.
- HUNTINGTON, S. **Choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- JUDT, T. **O mal ronda a terra: um tratado sobre as insatisfações do presente**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- JUDT, T. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1992.
- KEYNES, J. M. **Essays in biography**. 1933. p. 141. Disponível em: <http://digamo.free.fr/keynesbio.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.
- KEYNES, J. M. **The economic consequences of the peace**. 2005. EPUB, Gutenberg Project, publicação original 1920. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/15776>. Acesso em: 15 out. 2020.
- KEYNES, J. M. The end of laissez-faire. In: **Essays in persuasion**. Londres: Palgrave Macmillan, 2010. Disponível em: <https://eclass.uoa.gr/modules/document/file.php/ECON246/John%20Maynard%20Keynes%20Laissez%20faire%201926.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.
- KORPI, W. **The democratic class struggle**. London: Routledge & Kegan Paul, 1983.

- LASH, S.; URRY, J. **The end of organized capitalism**. Madison: University of Wisconsin Press, 1987.
- LEVITSKY, S; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LUCAS, R. **In defense of the dismal science**. Economist, 2009. Disponível em: <http://www.economist.com/node/14165405>. Acesso em: 15 out. 2020.
- LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- MANDEVILLE, B. **The fable of the bees, or private vices, public benefits**. Indianapolis: Liberty Fund, 1988.
- MARX, K. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- MILL, J. S. **On liberty**. Cambridge: University Press, 2005.
- MILL, J. S. **Utilitarianism**. Oxford: University Press, 2004.
- MILTON, J. **Paraíso perdido**. Rio de Janeiro: W.M. Jackson Inc., 1956.
- MOUNK, Y. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- NELSON, J. (Ed.). **Economic crisis and policy choice: the politics of adjustment in the third world**. Princeton: University Press, 1990.
- NORTH, D. **Institutions, institutional changes and economic performance**. Cambridge, University Press, 1990.
- OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1989.
- PARETO, V. **Manual de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (2 vols.).
- PARETO, V. **Trattato di sociologia generale**. Carolina do Norte: Nabu Press, 2010.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- PRZEWORSKI, A. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- ROBBINS, L. **Um ensaio sobre a natureza e a importância da ciência econômica**. São Paulo: Saraiva, 2012.

- RODRIK, D. Depois do neoliberalismo, o quê? Desenvolvimento e globalização. In: **Seminário BNDES - Novos Rumos do Desenvolvimento no Mundo**, Rio de Janeiro, 12-13 de setembro de 2002.
- RUNCIMAN, D. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.
- SANTOS, W. G. A pós-revolução brasileira. In: JAGUARIBE, H. (Org.). **Brasil: sociedade democrática**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995, p. 223-335.
- SANTOS, W. G. **Horizontes do desejo**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- SCHWARCZ, L. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- SEN, A. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- SENNET, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- SKIDELSKY, R. **John Maynard Keynes: fighting for freedom 1937-1946**. V. 3. London: MacMillan, 2001.
- SKIDELSKY, R. **John Maynard Keynes: hopes betrayed 1883-1920**. V. 1. London: Penguin Books, 1994a.
- SKIDELSKY, R. **John Maynard Keynes: the economist as saviour 1920-1937**. V. 2. London: Viking, 1994b.
- SKIDELSKY, R. **Keynes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- SKIDELSKY, R. **Money and government: a challenge to mainstream economics**. Yale: University Press, 2019.
- SKIDELSKY, R. **What's wrong with economics?** Yale: University Press, 2020.
- SKOCPOL, T. **Protecting soldiers and mothers: the political origins of social policy in the United States**. Cambridge: Belknap/Harvard, 1992.
- SMITH, A. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. Coimbra: Conjuntura Actual, 2013.
- SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (2.vols.)
- SMITH, A. **A teoria dos sentimentos morais**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- STREECK, W. **How will the capitalism end? Essays on a failing system**. London: Verso, 2016.
- TAYLOR, C. **As fontes do self: a construção da identidade moderna**. São Paulo: Loyola, 2005.

TILLY, C. **Coerção, capital e estados**. São Paulo: EDUSP, 1996.

TILLY, C. Historical analysis of political processes. TURNER, J. (Ed.). **Handbook of sociological theory**. London: Springer, 2006, p. 567-588.

VIANNA, L. W. A crise e a realidade política. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 47-56, set./dez. 2009.

VIANNA, L. W. **A modernização sem o moderno**: análise de conjuntura na era Lula. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

VIANNA, L. W. **A Revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WEBER, M; WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1981.

WILLIAMSON, J. **What Washington means by policy reform**. Washington: Peterson Institute, 1990. Disponível em:
http://www.papelesdesociedad.info/IMG/pdf/john_williamson_what_washington_means_by_policy_reform-2.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.